Construções subordinadas na lusofonia

EROTILDE GORETI PEZATTI
(Org.)

CONSTRUÇÕES SUBORDINADAS NA LUSOFONIA

UMA ABORDAGEM DISCURSIVO-FUNCIONAL

Sumário

Parte II
Subordinação no sintagma

Apresentação

Os textos que compõem esta coletânea apresentam estudos sobre a subordinação em português de uma perspectiva funcionalista e são resultados de pesquisas abrigadas no projeto "Construções subordinadas nas variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", câmpus São José do Rio Preto. Esse projeto teve como objetivo investigar, sob a perspectiva teórica da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), as construções subordinadas (completivas, relativas e adverbiais) nas variedades portuguesas, com a finalidade de descobrir as motivações funcionais subjacentes à relação entre as estruturas morfossintáticas usadas para codificar relações de dependência e as motivações pragmáticas e semânticas que lhes são subjacentes.

Utilizou-se para a investigação uma amostra constituída de ocorrências reais de uso, extraída do córpus Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), juntamente com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, em 2009. Os materiais, publicados em CD-ROM, com o título *Português Falado – Documentos Autên-*

ticos: Gravações áudio com transcrição alinhada, tiveram o apoio editorial exclusivo do Instituto Camões e estão disponíveis no site: <http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php>.

Em Portugal, o Córpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, coordenado por Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, contém, atualmente, mais de 300 milhões de palavras e inclui todas as variedades do português. Trata-se de um córpus monitor e, como tal, permite a inclusão paulatina de documentos a que a equipe vai tendo acesso, sem preocupação com o equilíbrio interno.

Em razão da desigualdade existente entre as variedades europeia e brasileira, por um lado, e as africanas, por outro, o Grupo de Linguística de Córpus do Centro decidiu desenvolver um projeto com o objetivo de fornecer recursos linguísticos comparáveis que possibilitassem descrições objetivas das cinco variedades africanas e estudos contrastivos entre essas variedades ou entre elas e o português europeu e do Brasil (Bacelar, 2006).

O córpus oral é constituído, fundamentalmente, por discurso informal (conversas espontâneas), mas inclui também discursos formais, como entrevistas de rádio e discursos políticos. As transcrições que o constituem provêm de 80 gravações, 45 de homens e 35 de mulheres. Do total, 80% dos informantes têm nível de escolaridade médio ou superior e 20%, nível de escolaridade fundamental.

Selecionaram-se, para este livro, amostras das variedades que constituem a língua oficial, quais sejam: a brasileira, a portuguesa, as africanas (de São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique) e a timorense. Nem por isso, entretanto, assume-se aqui um tratamento variacionista. Pelo contrário, o uso desse material permite apenas observar, a partir de uma descrição qualitativa, como a subordinação ocorre no português.

Cada ocorrência usada como exemplo é identificada neste livro com relação à variedade do português falado no país, ao ano da amostra e ao assunto tratado na interação. Essas informações sobre a

fonte da qual cada uma foi extraída aparecem entre parênteses após a ocorrência, conforme o exemplo: (Moçambique 97: Mocidade).

O modelo teórico aqui adotado é o da Gramática Discursivo--Funcional, elaborado por Hengeveld e Mackenzie (2008). Esse modelo é entendido como uma arquitetura modular, com organização descendente, ou seja, do discurso para a forma das expressões linguísticas. Desse ponto de vista, a subordinação constitui um processo de natureza morfossintática que ocorre tanto na camada da oração, considerada uma categoria universal da estrutura morfossintática, quanto na camada do sintagma. Em vista disso, os trabalhos apresentados nesta coletânea estão separados em dois grupos, correspondentes às duas partes em que ela está dividida: a primeira parte trata da subordinação dentro da oração, e a segunda, da subordinação dentro do sintagma.

Como a subordinação na camada da oração subdivide-se em subordinação de argumentos e subordinação de modificadores, na primeira parte desta obra foram incluídos, entre os argumentos, as orações-complementos (completivas subjetivas e objetivas) e a oração-predicado (predicativa) e, entre os modificadores, as orações adverbiais.

Na segunda parte, que trata da subordinação dentro do sintagma, as orações subdividem-se também em subordinada argumental, tradicionalmente denominada completiva nominal, e subordinada modificadora, denominada adjetiva.

Ao todo, a coletânea é composta de dez capítulos. No Capítulo 1 é feita uma breve apresentação da teoria da Gramática Discursivo--Funcional, que irá, de certo modo, balizar os tratamentos específicos que se desenvolvem nos capítulos subsequentes.

A primeira parte engloba os capítulos 2 a 7. O Capítulo 2, de autoria de Gisele Cássia de Sousa, Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher, Sandra Denise Gasparini Bastos e Valéria Vendrame Ferrari, versa sobre as completivas subjetivas e objetivas do nível representacional, com o objetivo de investigar a existência de correlações entre os processos de formulação semântica e os de codificação morfossintática das orações em análise. Conforme as autoras con-

cluem, a caracterização das completivas em estudo é determinada em grande medida pela semântica do predicado da oração principal, e essa determinação, nos dados investigados, mostra-se sensível à função sintática da oração completiva, no sentido de que alguns dos fatores analisados se aplicam diferentemente para orações subjetivas e objetivas.

Já Cibele Naidhig de Souza e Lisângela Aparecida Guiraldelli buscam, no Capítulo 3, uma caracterização funcional das orações tradicionalmente denominadas predicativas. As autoras argumentam que essas orações são construções de identificação em que dois subatos de referência correspondem a duas unidades da mesma categoria semântica e representam modos alternativos de visão da mesma entidade. Concluem que as construções predicativas são um caso especial de subordinação em que há, entre as orações, dependência morfossintática, mas não semântica ou pragmática.

Também na Parte 1 são abordadas as relações tipicamente adverbiais que se constituem como modificadores da oração principal. No Capítulo 4, Michel Gustavo Fontes trata da relação adverbial propósito, tradicionalmente denominada finalidade. O autor propõe para tal relação três padrões de estruturação, conforme demanda das camadas, e observa que, enquanto as orações propósito pospostas à principal exercem apenas um papel semântico, ligando-se ao estado de coisas da oração principal, as orações propósito antepostas à principal exercem a função pragmática de tópico, fornecendo uma moldura, um cenário para a interpretação da porção discursiva seguinte.

A análise da relação adverbial causal é tratada no Capítulo 5 por Carolina Cau Sposito, Erotilde Goreti Pezatti e Norma Barbosa Novaes-Marques. As autoras mostram que há quatro subtipos de adverbiais: causa, razão, explicação e motivação. As diferenças entre eles estão diretamente relacionadas aos níveis e às respectivas camadas em que são formulados na arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional, o que determina diferentes configurações nos níveis morfossintático e fonológico.

No Capítulo 6, Talita Storti Garcia faz uma análise da relação de concessão. A autora mostra que a concessão ocorre nas camadas mais altas dos níveis interpessoal e representacional – ato discursivo e conteúdo proposicional, respectivamente –, mas também pode acontecer entre porções textuais, casos em que apresenta apenas dependência pragmática, configurando relação entre movimentos.

Tratando ainda de adverbiais, Joceli Catarina Stassi-Sé, no Capítulo 7, realiza uma descrição das construções independentes, introduzidas pelas conjunções "porque", "embora", "como" e "se", vistas por outros autores como "desgarradas" (Decat, 1999). Conforme a autora demonstra, apesar de se exprimirem formalmente como construções adverbiais, essas orações não guardam dependência semântica nem morfossintática com uma possível oração principal, configurando-se como movimentos para o monitoramento da interação ou da organização do discurso.

A Parte 2, como já foi dito, trata da subordinação dentro do sintagma. No Capítulo 8, é feita a descrição da subordinação argumental, denominada tradicionalmente completiva nominal. O autor, Edson Rosa Francisco de Souza, conclui que a natureza semântica do predicado é uma motivação relevante para a seleção do tipo de complemento oracional. Observa ainda que complementos finitos permitem a não expressão da preposição entre o predicado principal e a completiva; e que as orações representativas das camadas mais baixas do nível representacional tendem a selecionar a forma não finita, ao passo que aquelas pertencentes a camadas mais altas tendem a selecionar a forma finita.

Nessa parte também são focadas as orações relativas. No Capítulo 9, Roberto Gomes Camacho, além de identificar os diferentes tipos de relativas do português, aborda, inicialmente, o processo de formulação, em que se destacam as motivações pragmáticas e semânticas subjacentes a essas orações, para, em seguida, tratar o processo de codificação, em que se destacam as motivações morfossintáticas e fonológicas inerentes às relativas.

No Capítulo 10, Aliana Lopes Câmara estuda o mesmo fenômeno, enfocando, no entanto, os moldes de conteúdo da oração

relativa. A autora demonstra que o falante escolhe dispor os constituintes de acordo com seus objetivos comunicativos e com as antecipações que faz das informações potencialmente presentes na mente do ouvinte.

Fecham a obra as Considerações finais, em que Roberto Gomes Camacho apresenta um balanço dos estudos apresentados, mostrando que despojar as descrições de seu suporte tecnicamente formal resultou em saldo positivo, pois cumpriu-se o objetivo de facilitar a compreensão do leitor para o que está realmente no foco do volume, o que não implica perda de complexidade descritiva. Além disso, Camacho aponta, em relação à abordagem teórica adotada nos estudos, que a concepção de organização descendente da gramática, que se inicia no ato discursivo, priorizando as propriedades pragmáticas e semânticas como motivações da codificação morfossintática e fonológica, fornece um tratamento novo para a subordinação, evitando repetir descrições já realizadas na tradição gramatical, com as quais, todavia, os textos dialogam constantemente. O autor ressalta, por fim, que uma contribuição significativa desta obra está na sua própria organização, pois a Parte I é dedicada à subordinação na oração e a Parte II, à subordinação no sintagma, o que revela um tratamento inédito do fenômeno, raramente dado pela tradição gramatical.

Parte 1

Subordinação na oração

1
Gramática Discursivo-Funcional: uma breve apresentação

*Erotilde Goreti Pezatti**

A abordagem teórica aqui adotada busca construir um "modelo" do usuário de língua natural, observando como falantes e ouvintes têm sucesso na comunicação uns com os outros por meio do uso de expressões linguísticas.

Entende-se aqui, com base em Dik (1989), que a interação verbal – ou seja, a interação social por meio da língua – é uma forma de atividade cooperativa estruturada. É cooperativa porque necessita de pelo menos dois participantes para atingir seu objetivo, e é estruturada (e não aleatória) porque é governada por regras, normas e convenções. Na interação verbal, os participantes se servem de certos instrumentos que, no sentido geral do termo, são chamados de "expressões linguísticas". Estas expressões são elas mesmas entidades estruturadas, isto é, são governadas por regras e princípios de dois tipos, ambos ratificados pela convenção social:

1) as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas);

* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, 15054-000 (pezatti@ibilce.unesp.br).

2) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas).

O sistema de regras 1 é visto como instrumental com relação aos objetivos e propósitos do sistema de regras 2. O requisito básico do paradigma funcional de linha holandesa é que as expressões linguísticas devem ser descritas e explicadas em termos da organização geral estabelecida pelo sistema pragmático de interação verbal.

Segundo Dik (1989), a língua é entendida como instrumento de interação social, com propósitos comunicativos, por isso as expressões linguísticas devem ser consideradas em circunstâncias efetivas de interação verbal e suas propriedades são codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores.

A expressão linguística é uma mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte. Assim, a produção das expressões linguísticas, na interação social por meio da língua, depende de três fatores:

- da intenção do falante;
- da informação pragmática do falante;
- da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte.

Já a interpretação do ouvinte depende:

- da própria expressão linguística;
- da sua informação pragmática;
- da hipótese que faz sobre a intenção comunicativa do falante.

O falante organiza suas expressões linguísticas de acordo com a avaliação que faz da informação pragmática do ouvinte no momento da enunciação, com o objetivo de levá-lo a efetuar alguma mudança nessa informação. Esse tipo de informação é entendido aqui como o conjunto completo de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos disponíveis aos interlocutores (falante e ouvinte) no momento da interação.

Desse modo, Dik (1989) considera que uma descrição adequada de uma língua natural deve partir das intenções do falante para a forma das expressões linguísticas. É exatamente isso que faz o modelo teórico aqui adotado, o da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), elaborado por Hengeveld e Mackenzie (2008), que constitui um desenvolvimento da Gramática Funcional proposta por Dik (1989; 1997), para explicar a subordinação no português. Esse modelo é entendido como uma arquitetura modular, com organização descendente (*top down*), ou seja, do discurso para a forma das expressões linguísticas, conforme representado na Figura 1 a seguir.

Para a GDF, a construção de um enunciado inicia-se, no componente conceitual, com a intenção comunicativa de uma mensagem. Ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o componente gramatical, onde é formulada em unidades de conteúdo pragmático e semântico e codificada em unidades formais de natureza morfossintática e fonológica.

Essa direção descendente é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo. O modo descendente de organização implica que cada estágio ou componente da mensagem nesse processo constitui a entrada do estágio ou do componente seguinte. Nesse caso, o componente conceitual fornece a entrada para o componente gramatical, que, por sua vez, fornece a entrada para o componente de saída, onde a mensagem é finalmente articulada.

O componente conceitual é a força motriz do componente gramatical como um todo, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente quanto das conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. A intenção do falante, no entanto, não surge de um *vacuum*, mas de um multifacetado contexto comunicativo. Uma de suas facetas constitui o componente contextual, que contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente,

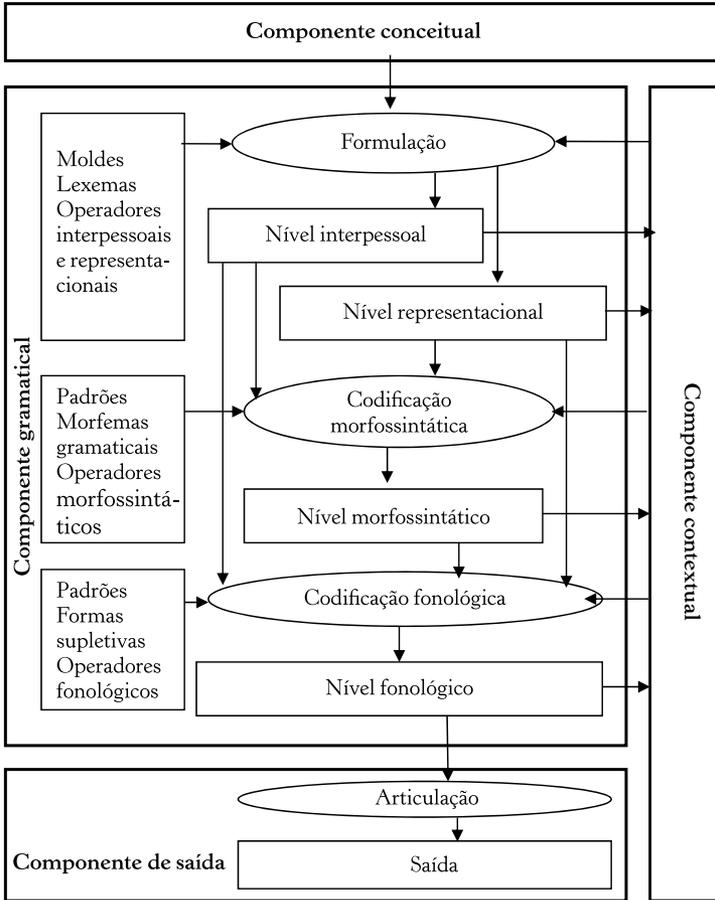



Figura 1 – Arquitetura geral da GDF (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.13)

do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes, que podem ser reduzidas a dois tipos de informação:

1) a informação imediata (de curto prazo) recebida do componente gramatical, relativa a um enunciado particular que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem;
2) informações de longo prazo sobre a interação corrente, que é relevante para as distinções requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nessa língua.

O componente gramatical, como o próprio nome revela, constitui a gramática de uma língua natural, composta de quatro níveis: interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico.

As elipses da Figura 1 representam as operações de formulação e de codificação, e os retângulos, os níveis estruturais; os quadrados à esquerda contêm os primitivos, isto é, os blocos construtores de cada nível, que existem em todas as línguas, mas cada uma dispõe de seu próprio inventário. Assim, embora toda língua contenha lexemas, o inventário dos lexemas difere de uma língua para outra.

Na operação de formulação, a mensagem pré-linguisticamente construída se converte nos primitivos dos dois níveis mais altos, o interpessoal e o representacional: (1) os moldes, que definem as combinações possíveis de (2) lexemas, que, por sua vez, constituem as unidades semânticas distinguidas pela GDF, e (3) os operadores, ou seja, elementos gramaticais que se aplicam a unidades de seu respectivo nível.

Na operação de codificação, os primitivos dos dois níveis envolvidos na formulação se convertem em primitivos dos dois níveis mais baixos. Assim, a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas, e a codificação fonológica converte unidades morfossintáticas em unidades fonológicas.

O primeiro conjunto de primitivos usados na codificação são os padrões, que definem como se organizam as unidades do nível morfossintático, por exemplo, a ordenação de sintagmas na oração; os morfemas gramaticais constituem o segundo conjunto e consistem em elementos não modificáveis como auxiliares e afixos; o terceiro conjunto é formado pelos operadores, que servem para introduzir formas irregulares.

O nível fonológico, além de padrões fonológicos, dispõe de um conjunto de primitivos denominados formas supletivas, cujo formato é morfologicamente imprevisível, e de operadores, cuja função é, por exemplo, introduzir padrões entonacionais não previsíveis.

A operação de formulação no componente gramatical converte a intenção comunicativa em representações pragmáticas e semânticas, que, por sua vez, convertem-se, no estágio seguinte, em re-

presentações morfossintáticas e fonológicas por meio das operações de codificação. Como as regras de formulação são específicas de cada língua, representações conceituais similares podem receber representações pragmáticas e semânticas diferentes em diferentes línguas.

Assim, as configurações dos níveis interpessoal e representacional se traduzem em estruturas morfossintáticas no nível morfossintático. De maneira similar, as estruturas dos níveis interpessoal, representacional e morfossintático se traduzem em estruturas fonológicas no nível fonológico. Este nível de representação é o *input* para a operação de articulação, que, no caso de um componente de saída acústico, contém regras fonéticas necessárias para obter um enunciado adequado. A articulação ocorre fora da gramática propriamente dita.

Os vários níveis de representação do componente gramatical alimentam o componente contextual, permitindo a subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes, já introduzidas no discurso. Esse componente alimenta as operações de formulação e codificação, ao disponibilizar antecedentes, referentes visíveis e participantes do ato de fala que podem influenciar a composição do ato discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o ouvinte precisa reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base no *output* real dela, isto é, o enunciado fonético. A GDF parte da perspectiva da produção linguística e concentra-se no componente gramatical.

Dentro do componente gramatical, cada um dos níveis de representação é estruturado de modo próprio, mas todos têm em comum uma organização hierarquicamente ordenada em camadas. Cada camada é composta de um núcleo (obrigatório), que pode ser restringido por um modificador (opcional), especificado por um operador, e pode ter uma função. Núcleos e modificadores (Σ, σ) representam estratégias lexicais, enquanto operadores (π) e funções (Φ) representam estratégias gramaticais. Uma função é sempre relacional e ocorre entre unidades da mesma camada, enquanto um operador se aplica a uma unidade em si mesma.

O componente de saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo componente gramatical. O componente contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

Nível interpessoal

O nível interpessoal diz respeito aos aspectos formais da unidade linguística que refletem o papel dessa unidade na interação entre falante e ouvinte. Na interação, cada participante tem um objetivo em mente, que determina a estratégia adotada pelo falante para obter o seu propósito comunicativo. O alcance deste propósito envolve dispêndio de energia e resulta, assim, em uma série de ações governadas por uma estratégia global. É, portanto, o nível da ação.

Nesse nível, a camada mais alta representa o segmento inteiro do discurso sob análise, com várias camadas intermediárias que levam até os componentes da unidade linguística individual. Cada elemento dessa estrutura hierárquica representa (ou descreve) uma ação que pode ser ela mesma internamente complexa, consistindo em ações menores distinguíveis. Esse modo de ser se equipara à ação de correr, que consiste em movimentos distinguíveis de braços e pernas e, dentro deles, movimentos distintos dos membros direito e esquerdo. A hierarquia também fornece uma representação crucial da sucessão ou do curso de tempo das ações que são essenciais à realização da estratégia do falante. O sequenciamento de ações linguísticas em todas as camadas da hierarquia reflete, portanto, a ordem das atividades estratégicas postas em prática pelo falante.

A maior unidade de interação pertinente para a análise gramatical, nesse nível, é denominada movimento (M), que é identificado, em termos de seu estatuto interpessoal, como uma contribuição autônoma para uma interação em desenvolvimento. O que o caracteriza é a possibilidade de ser ou desencadear uma reação, tendo assim, necessariamente, um efeito perlocutório. Como a menor unidade livre

do discurso, ele é capaz de integrar uma estrutura de turnos, como se verifica em (1),[1] em que cada turno constitui um movimento.

(1) M1 Inf. 1 -> isto demonstra de que... este jovem soube amar, e dar-se à sua pátria.
M2 Inf. 2 - é verdade. os pais terão contribuído muito para isso, não acha?
M3 Inf. 1 ->é. eu creio que sim. isto é o resultado da contribuição dos pais. os pais é que contribuiram tanto
M4 Inf. 2 - hum
M5 Inf. 1: -> durante esta ocupação para que hoje em dia os filhos tornam assim. se não fosse os pais, pronto, não fossem os pais, os filhos nunca tiveram ou, não teriam que ser como agora
(Timor Leste 99: Identidade de um povo)

Um movimento pode conter um ou mais atos discursivos (A). Um ato, que é a unidade básica do discurso, é definido como a menor unidade identificável de comportamento comunicativo. Sua constituição caracteriza-se por conter no máximo quatro componentes: uma ilocução, que indica a finalidade do ato verbal; um falante; um ouvinte; e um conteúdo comunicado, que contém tudo o que o falante deseja evocar na sua interação com o ouvinte. A complexidade de um ato pode variar desde interjeições até orações complexas, como acontece nas ocorrências (2a), uma interjeição; (2b), uma frase nominal; (2c), uma oração simples; e (2d), uma oração complexa.

(2) a poxa (Brasil 80: Macarronada)
b boa tarde (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)
c portanto, serviam ali a cachupa, era? (Cabo Verde 95: Colher e panela)
d eu acho que é, se ela fosse trabalhar fora, ela teria que ganhar muito dinheiro. (Brasil 80: Criar filhos)

---

1 Neste e em todos os outros capítulos do livro, os textos das variedades do português foram transcritos exatamente como aparecem registrados nos originais que serviram como fonte.

A ilocução apreende as propriedades formais e lexicais do ato discursivo que podem ser atribuídas a um uso interpessoal, convencionalizado para representar uma intenção comunicativa. As intenções comunicativas podem ser de diversos tipos, como chamar a atenção, afirmar, dar uma ordem, questionar, alertar, requerer etc. Esses tipos de intenções podem ser expressos por meio de interjeição, verbo performativo e ilocução abstrata, conforme exemplificado respectivamente em (3a)-(3c).

(3) a boa tarde (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)
b Eu os **declaro** marido e mulher.
c você já viu fogão de lenha? (Brasil 80: Fazenda)

Enquanto a ilocução indica a finalidade de um ato verbal e os participantes representam a díade essencial falante-ouvinte, o conteúdo comunicado contém a totalidade do que o falante deseja evocar na sua comunicação com o ouvinte. De modo geral, esse conteúdo é completamente novo para o ouvinte, ou é uma combinação de informação nova e dada. Cada conteúdo comunicado contém um ou mais subatos, que podem ser de dois tipos: de atribuição e de referência. O primeiro expressa uma tentativa do falante de evocar uma propriedade que se aplica a uma entidade, como "correr", "bonito", "azul". Já o segundo constitui uma tentativa do falante de evocar um referente, ou seja, um conjunto (nulo, único ou múltiplo) de entidades, como "caderno", "mesa", "cidade", "casa", "festa", "reunião", "crença", "ideia", "razão".

O núcleo de movimentos, de atos discursivos, de ilocuções, de conteúdos comunicados e de subatos de referência e atribuição pode ser restringido por modificadores (constituintes lexicais opcionais) e especificado por operadores (constituintes gramaticais) apropriados. Além disso, essas camadas podem ter funções específicas desse nível, como veremos a seguir.

As propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital, nesse nível, referem-se à retórica e à pragmática. A retórica se relaciona fundamentalmente aos modos como se or-

denam os componentes de um discurso para a realização da estratégia comunicativa do falante e também às propriedades formais de enunciados que persuadem o ouvinte a aceitar os propósitos do falante. Por isso, os aspectos de unidades linguísticas que refletem a estruturação global do discurso serão considerados funções retóricas, que se aplicam a atos discursivos. Essas funções se identificam com atos de orientação, de esclarecimento, de concessão, de aposição e de motivação.

Um ato de orientação é um ato discursivo que serve para direcionar o ouvinte em relação às intenções comunicativas do falante, ao indicar, dentro de um movimento, o desejo do falante de introduzir um referente no discurso que é suporte para o conteúdo comunicado no ato discursivo que se segue a ele, conforme exemplifica "o presidente" em (4).

(4) **o presidente**, ele tem força e não tem. o presidente é mandado, rapaz! (Brasil 80: Se eu mandasse)

Já o esclarecimento é um ato que tem a função de adicionar uma informação, corrigir ou esclarecer um subato considerado pelo falante não comunicativamente adequado para a correta interpretação de sua intenção comunicativa. Isso pode ser observado em (5) com o ato subsidiário "as senhoras", que esclarece o referente do subato "nós" expresso no ato nuclear que o antecede.

(5) dói muito para nós, **as senhoras**. (Moçambique 97: Mocidade)

A concessão,[2] por seu lado, constitui um ato subsidiário que expressa uma (re)consideração do falante sobre o ato discursivo anterior, visando à correta interpretação do ouvinte, como exemplifica a oração "embora às vezes também vá para a rua entregar carros" em (6), que apresenta uma informação nova ao interlocutor, como uma ressalva.

2 Para maiores detalhes, confira Capítulo 6, neste volume.

(6) a [...] – e qual é o seu trabalho, já agora, aqui assim? [...]
b – praticamente é mais serviço de escritório, **embora às vezes também vá para a rua entregar carros.**
a – ah, sim?
b – é verdade.
(Portugal 72: Ao volante)

A aposição[3] é um ato subsidiário, representado por uma oração adjetiva não restritiva que apresenta uma informação de fundo referente a um indivíduo introduzido no ato discursivo nuclear, como mostra (7), em que a oração "que também foi, eh, membro, nosso... companheiro nesta casa" constitui uma informação acerca de Teixeira da Mota.

(7) lança, por exemplo, Teixeira da Mota, **que também foi, eh, membro, nosso... companheiro nesta casa** (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

Por fim, a motivação[4] constitui um ato que apresenta a justificativa do falante para enunciar a ilocução contida no ato nuclear. Assim, em (8), a ilocução declarativa do primeiro ato (nuclear) é justificada pelo ato subsidiário seguinte, também declarativo: "porque até agora abandalham-me".

(8) Reconciliação eu não digo, não é? **porque até agora abandalham-me**. (Angola 97: Jovem Gaspar)

A pragmática, por seu turno, é entendida como o estudo do modo como os falantes modelam as suas mensagens em relação às expectativas que têm do estado mental do ouvinte. Isso determina as partes de uma unidade linguística que se apresentam como particularmente salientes, por serem escolhidas como ponto de partida do falante ou por serem consideradas compartilhadas pelo falante

---

3 Para maiores detalhes, confira Capítulos 9 e 10.
4 Para maiores detalhes, ver Capítulo 5.

e pelo ouvinte. A influência desses aspectos sobre a estrutura das unidades linguísticas é rotulada de função pragmática tópico, foco e contraste.

Atribui-se a função pragmática tópico a um constituinte quando se deseja assinalar como o conteúdo comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no componente contextual. Quando relevante numa língua, o tópico não é complementar ao foco, mas parte da dimensão tópico-comentário, na medida em que fornece um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada (Hannay; Martínez-Caro, 2008, p.60). É, na verdade, o reflexo linguístico de uma instrução para o ouvinte resgatar uma informação (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.92).

A função básica do tópico é, então, relacionar o conteúdo comunicado a informações existentes no componente contextual, como acontece nas ocorrências (9a)-(9b), em que o uso do artigo definido "a" e do pronome "isso" reflete a instrução do falante para o ouvinte recuperar a informação existente no componente contextual e torna explícito que os outros subatos, de alguma forma, desenvolverão a informação no componente contextual.

(9) a **a religião tradicional** desapareceu de pouco a pouco (Timor Leste 99: Identidade de um povo)
b e **isso** dói muito para nós. (Moçambique 97: Mocidade)

A função foco, por outro lado, sinaliza uma seleção estratégica de informação nova efetuada pelo falante, seja para preencher uma lacuna na informação do ouvinte, seja para corrigir uma informação de que ele já dispõe. Em outros termos, constitui uma instrução de atualização do ouvinte. Essa função é claramente expressa em construções téticas, como a de (10a), em que toda a expressão é focal, e em construções apresentativas, como a de (10b), em que o foco é o subato referencial "uma escadaria de pedra".

(10) a **caiu tudo abaixo** (Portugal: Bruxedos)
b tem **uma escadaria de pedra** (Brasil 80: Fazenda)

Já o desejo do falante de realçar diferenças particulares entre dois ou mais conteúdos comunicados ou entre um conteúdo comunicado e informações contextualmente disponíveis, no cotexto ou na situação discursiva, caracteriza a função contraste. Assim, em (11a) e (11b), "apenas" e "sobretudo" assinalam que o falante deseja, respectivamente, restringir e ressaltar, entre outros subatos, aquele que esses termos introduzem. Em (11c), por outro lado, a clivagem claramente marca o contraste entre "as senhoras" e "os jovens".

(11) a isto é ***apenas*** *um problema de sistema nervoso* (Portugal 97: Mal desconhecido)

b e isso vai-se traduzir numa primeira explosão escolar ***sobretudo*** *no secundário* (Angola 97: Ensino em Angola)

c já não ***são*** *as senhoras* ***que*** se vão sentar à frente da cadei[...], com a cadeira à frente do, do palanque, já é os jovens e, e pronto (Portugal 96: Um meio pequeno)

Nível representacional

O nível representacional diz respeito aos aspectos semânticos das unidades linguísticas, quer referentes ao modo como a língua se relaciona com o mundo extralinguístico que ela descreve, quer aos significados de unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional), independentemente do modo como essas unidades são usadas na comunicação. No nível representacional, descrevem-se as estruturas linguísticas em termos da denotação que fazem de uma entidade. Portanto, diferenciam-se as unidades desse nível umas das outras em termos da categoria denotada. São reconhecidas, no nível representacional, as seguintes categorias semânticas: conteúdo proposicional, episódio, estado de coisas, propriedade e indivíduo.

Começando pelo conteúdo proposicional, é possível afirmar que se refere a uma entidade de terceira ordem (cf. Lyons, 1977).

Por ser um construto mental, não pode ser localizado no espaço nem no tempo, mas pode ser avaliado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) ou de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência). A palavra "ideia", por exemplo, representa um conteúdo proposicional.

Um episódio constitui uma combinação de estados de coisas tematicamente coerentes, que se caracteriza por apresentar unidade ou continuidade de tempo, lugar e indivíduo. Exemplificam a categoria semântica episódio palavras como "desenvolvimento" e "história".

O estado de coisas, por seu lado, é uma entidade de segunda ordem e, como tal, pode ser localizado no tempo relativo e avaliado em termos de seu estatuto de realidade. Ele pode (ou não) ocorrer em algum ponto de um intervalo de tempo. Assim, estados de coisas são distinguidos de indivíduos e de conteúdos proposicionais unicamente por seu traço temporal. "Reunião" exemplifica a categoria semântica estado de coisas.

Já propriedade não pode ser caracterizada em termos dos parâmetros de tempo e espaço, pois não tem existência independente e somente pode ser avaliada em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidades ou à situação que ela descreve em geral. Assim a propriedade "verde" se aplica a entidades de primeira ordem; a propriedade "bater", a duas entidades de primeira ordem; a propriedade "recente", a entidades de segunda ordem; e a propriedade "inegável", a entidades de terceira ordem.

Indivíduos designam entidades de primeira ordem (concretas, tangíveis), que podem ser localizadas no espaço e avaliadas em termos de sua existência. Portanto, são definidos como unidades que ocupam um lugar no espaço, de tal modo que dois indivíduos não podem ocupar o mesmo espaço físico. "Árvore", "caneta" e "cachorro" exemplificam a categoria semântica indivíduo.

Outras categorias admitidas pela GDF, em função do princípio de adequação tipológica, são as de lugar, tempo, modo, quantidade e razão. A categoria lugar, exemplificada, por exemplo, por

"pátio", denota um espaço físico, uma locação, que, no componente conceitual, distingue-se do conceito de indivíduo. Tempo é uma categoria ligada à interpretação contextual do momento de fala (hoje, no próximo ano), às posições relativas na linha do tempo (antes de, durante), à menção aos dias do calendário convencionalmente estabelecido (domingo, Natal). Modo, por outro lado, é uma noção designada pelas formas linguísticas que indicam a maneira como o estado de coisas é executado. Em outras palavras, as línguas permitem falar não apenas sobre onde e sobre quando, mas também sobre como ocorrem os estados de coisas. Método, por exemplo, representa a categoria semântica modo. Por seu lado, a categoria quantidade designa uma porção tanto de fenômenos não contáveis, como "quilo", quanto de fenômenos contáveis, como "metro". A categoria semântica razão, por seu turno, representa pensamentos que orientam um agente humano a agir de certa maneira, conforme exemplifica a palavra "motivo".

Nesse nível, a camada mais alta é a do conteúdo proposicional, que contém um episódio, que, por sua vez, é constituído por estados de coisas expressos por propriedades configuracionais, que representam os moldes de predicação de uma língua. Na camada da propriedade configuracional, os constituintes são não hierárquicos.

Estados de coisas são, então, propriedades configuracionais, que, por sua vez, constituem o inventário de "moldes de predicação" relevantes para uma língua. As línguas diferem umas das outras no que diz respeito à natureza e ao número de moldes de predicação permitidos com relação tanto à valência quantitativa quanto à qualitativa. A valência quantitativa refere-se ao número de unidades que formam um molde de predicação, contendo uma propriedade, que pode ser de zero lugar (12a), de um lugar (12b)-(12c), de dois lugares (12d)-(12e) e de três lugares (12f); pode ser também relacional (12g)-(12h), ou ainda classificacional (12i), composta por duas unidades semânticas ontologicamente idênticas, em que uma delas se submete a uma classificação dada pela outra unidade semântica, que constitui, então, a propriedade atribuída.

(12) a começou a **relampejar** (Moçambique 86: Chuva)
b o animal é tão **bonito** (Cabo Verde 95: Colecionismo)
c **nasceu** uma criança (Angola 97: Conto tradicional)
d íamos às noites ao encontro dos tais meninos (Angola 97: Meninos de rua)
e então ali nós **acordamos** estas crianças (Angola 97: Meninos de rua)
f ninguém me pode **exigir** nada (Guiné-Bissau 95: Democracia)
g mas isto era **do velhote**, lá da Amareleja (Portugal 97: Boa pontaria)
h nós estamos de facto **em atraso** (Portugal 90: Poderes do chefe de Estado)
i eu sou **um mecânico** (Brasil 80: Comer e falar bem)

Um molde de predicação pode ainda representar estados de coisas destituídos de uma propriedade, como é o caso de moldes identificacional e existencial. Num molde identificacional, as duas unidades da mesma categoria semântica representam modos alternativos de ver a mesma entidade, não havendo, portanto, atribuição de propriedade, como ilustrado em (13).

(13) **Armando Cortesão** é **o grande entusiasta** (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

Moldes existenciais contêm, por seu lado, apenas uma unidade semântica, que não se constitui como argumento de nenhum predicado, conforme (14).

(14) havia **religiões tradicionais**, em Timor (Timor Leste 99: Identidade de um povo)

A valência qualitativa, por outro lado, refere-se às categorias semânticas das unidades componentes e ao modo como essas unidades são expressas em termos de funções semânticas. Estas funções são reflexos gramaticais da consciência cognitiva de que, no estado de coisas: 1) os participantes desempenham diferentes papéis (casos em que o estado de coisas é tratado como uma propriedade); 2) os

participantes desempenham o mesmo papel (casos em que o estado de coisas é tratado como uma classificação ou identificação); 3) os participantes não desempenham um papel (casos em que o estado de coisas é apresentado como uma predicação de existência). Assim, os participantes de um estado de coisas podem desempenhar as funções semânticas ativo (*actor*), inativo (*undergoer*) e locativo (*locative*).[5]

A função ativo representa o participante volitivamente envolvido no estado de coisas, e a função inativo, o não volitivamente envolvido, como se vê em (15), em que o participante representado pelo pronome "você" tem a função ativo, e o participante representado por "carne", inativo.

(15) então **você** assa a **carne** só no sal (Brasil 80: Comer e falar bem)

Já locativo é a função semântica tipicamente atribuída a um participante com a categoria semântica lugar, como "ao fogo" em (16).

(16) leva ela **ao fogo** (Brasil 80: Comer e falar bem)

Há ainda a função semântica referência, desempenhada pelo argumento de uma propriedade de um lugar e representada por nomes relacionais, envolvendo posse inalienável, expressões locativas e nomes de parentesco. Em (17a), por exemplo, "terreno" constitui argumento da expressão locativa "centro"; já em (17b) (este tipo de construção é tratado no Capítulo 8), a oração em destaque é argumento do nome "impressão".

(17) a a casa fica assim no centro **do terreno**? (Brasil 80: Fazenda)
b então até dá a impressão **de que basta a Lurdes envelhecer** (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

5 Na GDF, as principais funções semânticas são *actor*, *undergoer* e *locative*. Traduzimos *undergoer* por inativo, já que representa a entidade não volitivamente envolvida no estado de coisas, e *locative* por locativo. Assim, para manter o paralelismo, preferimos traduzir *actor* por ativo, embora possa ser perfeitamente traduzido por ator.

Similarmente ao que acontece no nível interpessoal, os núcleos de conteúdo proposicional, episódio, estado de coisas e propriedade configuracional podem ser restringidos por modificadores (constituintes lexicais opcionais) e especificados por operadores (constituintes gramaticais) apropriados a cada uma das camadas.

Nível morfossintático

A tarefa do nível morfossintático é tomar o *input* duplo dos níveis interpessoal e representacional e fazer ambos emergirem em uma única representação estrutural que é, em seguida, convertida em um construto fonológico no próximo nível, que, por seu lado, atua finalmente como o *input* do articulador, o componente de saída. O *input* contém informação lexical que deve ser preservada no *output*, mesmo quando passível de alteração morfológica. Além disso, o *input* contém uma gama de informações lexicais (1) sobre relações de dependência entre o predicado e seus argumentos (núcleo-dependente) ou entre o núcleo e o modificador (núcleo-modificador); (2) sobre funções (relações pragmáticas entre ato discursivo nuclear e subsidiário e relações semânticas entre argumentos e predicados); (3) sobre operadores, cada um aplicando-se ao seu próprio domínio; e (4) informações abstratas que devem ser convertida em pró-formas de vários tipos.

Nesse nível, a unidade linguística é analisada, em termos de seus constituintes sintáticos, das camadas mais altas para as mais baixas. A camada mais alta desse nível é a da expressão linguística, que consiste em qualquer conjunto de pelo menos uma unidade utilizado de modo independente. As unidades pertencentes a uma expressão linguística (orações ou sintagmas) não constituem partes umas das outras, mas podem se combinar de diferentes maneiras. Assim, é possível a ocorrência de duas orações tão mutuamente dependentes que nenhuma delas pode ser usada de maneira independente, embora uma não seja constituinte da outra. Esse processo é denominado equiordenação oracional e é exemplificado em (18).

(18) -> não, **nós gostamos tanto**
- hum.
-> **que passa bem**
(Brasil 80: Samba)

Na cossubordinação, por outro lado, ocorre uma combinação tal de orações que a primeira não pode ocorrer sozinha, mesmo não sendo constituinte de uma segunda oração, que pode, por sua vez, ocorrer de maneira independente, como se observa em (19) com a oração "além de ele ser o professor".

(19) **além de ele ser o professor**, ele foi o amigo da gente. (Brasil 93: Festa de estudante)

Uma expressão linguística pode ainda ser constituída de duas ou mais orações independentes, isto é, sem relação de constituência entre elas, mas a combinação que delas resulta – a coordenação – constitui uma única unidade formal, conforme exemplificado em (20).

(20) [eu sei que há uma dispensa antecipada de alguns meses], [conheço algumas partes do estatuto, um poucochinho]. (Moçambique 97: Maternidade)

Pode-se constituir uma expressão linguística também com base na combinação de oração com sintagma, caso em que a oração tem estatuto de unidade independente, mas não o sintagma introdutório, como mostra (21). Esse tipo de combinação é denominada extraoracionalidade. No nível interpessoal, o sintagma "o presidente" constitui um ato subsidiário com função retórica orientação.

(21) **o presidente,** ele tem força e não tem. (Brasil 80: Se eu mandasse)

Ocorre equiordenação sintagmática quando os dois sintagmas envolvidos são mutuamente dependentes, como se observa em (22a)-(22c).[6]

---

6 Carone (1986, p.49) denomina essas construções de "dirrema", definindo-as como um embrião de estrutura oracional desprovida de verbo, constituída de dois sintagmas que se relacionam com a estrutura informacional tema-rema.

(22) a adeus borboletas! E adeus colecção! (Cabo Verde 95: Colecionismo)
b no bebé, não (Cabo Verde 95: Colher e panela)
c francamente, nunca. (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

Por fim, pode-se ainda construir uma expressão linguística mediante a combinação de sintagmas e/ou de palavras, formando assim uma listagem, como em (23).

(23) tem que desaparecer, árvores, plantas, frutas (Angola 97: Guerra e ambiente)

Outra camada do nível morfossintático é a oração. Considerada uma categoria universal da estrutura morfossintática, de modo geral ela constitui um grupo de um ou mais sintagmas caracterizados, em maior ou menor extensão, por um padrão de ordenação e por expressões morfológicas de conectividade, notadamente concordância e regência. Em outras palavras, a oração consiste em uma configuração sequenciada de palavras, sintagmas e outras orações (encaixadas), conforme demonstram respectivamente (24a), (24b), (24c) (este tipo de construção é tratado no Capítulo 2).

(24) a começou a relampejar (Moçambique 86: Chuva)
b surgem os problemas de erosão pelo excesso de passagem de pessoas (Angola 97: Guerra e ambiente)
c nós constatamos que as raparigas não saem (Cabo Verde 95: Raparigas)

Como mostra (24c), uma oração pode ocorrer como constituinte de outra oração. Nesse exemplo, a oração "as raparigas não saem" se identifica como complemento da oração principal. Os casos em que uma oração ocorre como constituinte de outra definem o processo de subordinação. Uma oração subordinada, além de complemento, também pode ser o predicado ou um constituinte modificador (adverbial ou adjetival) de outra oração.

É necessário, no entanto, fazer uma distinção entre a relação núcleo-dependente e a relação núcleo-modificador. A relação núcleo-dependente ocorre entre um predicado e seus argumentos, independentemente de o predicado ser verbal, nominal ou adposicional. Os argumentos e o predicado estão em uma relação de equipolência determinada pelo molde de predicação e juntos constituem um núcleo. Já a relação núcleo-modificador refere-se à expansão de um núcleo com um modificador opcional. Há assim subordinação de oração argumento ou de predicado de oração, conforme exemplificam (25a) (ver Capítulo 2), (25b) (ver Capítulo 3), respectivamente, e subordinação de oração modificador de outra oração, exemplificada em (25c) (ver Capítulo 5).

(25) a eu sei que há uma dispensa antecipada de alguns meses (Moçambique 97: Maternidade)
b o problema é **que era difícil esse parto** (Cabo Verde 95: Colher e panela)
c **como já se trata de uma zona fértil,** lá criaram... todo o processo de socialização (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

A camada abaixo da oração, do nível morfossintático, é o sintagma. Um sintagma, assim como a oração, potencialmente consiste em uma configuração sequenciada de palavras, de outros sintagmas e de oração encaixada, conforme se observa respectivamente em (26a) e em (26b) e (26c) (tratadas nos Capítulos 9 e 10).

(26) a com a minha família (Angola 97: Jovem Gaspar)
b altos pitos **da minha mãe** (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)
c o sítio **onde estava** (Angola 97: Jovem Gaspar)

Em geral, o sintagma se caracteriza pelo fato de ter como núcleo um item lexical vindo do nível interpessoal ou representacional. No entanto, é possível ocorrer sintagmas sem núcleo lexical. Entre os subtipos de sintagmas, distinguem-se o sintagma verbal, o nominal, o adjetival, o adverbial e o adposicional.

O sintagma verbal (Vp – *verb phrase*) pode consistir apenas em um verbo ou outro elemento lexical usado predicativamente, e não na combinação de verbo e objeto, como se costuma considerar. No nível representacional, o lugar de um predicado pode ser ocupado por quatro classes de lexemas (verbo, nome, adjetivo e advérbio). No nível morfossintático, no entanto, três delas (nome, adjetivo e advérbio) requerem a inserção de cópula. Nesse caso, o Vp é constituído de uma palavra verbal, a cópula, e de um sintagma, que pode ser nominal (27a), adjetival (27b), adverbial (27c) ou adposicional (27d). Em outros casos, um Vp pode ser constituído de um verbo pleno e seus operadores, cujo escopo semântico reflete em sua ordenação superficial, como em (27e).

(27) a a base econômica **é a agricultura** (Moçambique 86: Chuva)
b **foi muito importante** (Timor Leste 99: Timor)
c **está dentro de, da nossa tradição** (Cabo Verde 95: As mornas)
d a senhora também **é dessa opinião**? (São Tomé e Príncipe 96: Costureira)
e foi acalmando (Portugal 97: Mal desconhecido)

O sintagma nominal (Np – *noun phrase*), por seu turno, pode consistir apenas em um nome ou outro elemento lexical usado referencialmente e seus operadores, como em (28).

(28) uma **doença** (Guiné-Bissau 95: Sida)

O sintagma adjetival (Adjp – *adjective phrase*) pode constituir-se de apenas um adjetivo ou outro elemento lexical usado com esse valor e seus operadores, como em (29).

(29) muito **fundamental** (Timor Leste 99: Identidade de um povo)

O sintagma adverbial (Advp – *adverb phrase*) pode consistir apenas em um advérbio ou outro elemento lexical usado com esse valor, como em (30).

(30) a ontem (Portugal 95: Vida de estudante)
b agora (Brasil 80: Fazenda)

O sintagma adposicional (Adp – *adposition phrase*), por sua vez, é constituído de uma adposição, que pode ser anteposta ou posposta a um nome. Como em português a adposição é sempre anteposta, esse sintagma é tradicionalmente denominado preposicional ou, abreviadamente, SP. Na GDF, no entanto, usa-se a abreviatura "prep" (*preposition phrase*). Sirva de exemplo o sintagma expresso em (31), constituído da preposição "em", do operador de definitude "a", do possessivo "minha" e do nominal "vida".

(31) na minha vida (Moçambique 86: Chuva)

De maneira similar ao que ocorre na camada da oração, na camada do sintagma também há subordinação de oração argumento de sintagma, conforme exemplifica (32a) (ver Capítulo 8), e subordinação de oração modificador de sintagma, exemplificado em (32b) (ver Capítulos 9 e 10).

(32) a uma maneira **de pensar** (Guiné-Bissau 95: Democracia)
b é a hora **em que eles vão à procura de, prontos, alguma, alguma coisa para comer e tal** (Angola 97: Meninos de rua)

A última camada do nível morfossintático é a da palavra, que não será tratada neste capítulo, visto que não é pertinente ao estudo aqui apresentado.

Nível fonológico

Como já observado, o nível fonológico serve de *input* para a operação de articulação, que, no caso de um componente de saída acústico, contém regras fonéticas e suprassegmentais necessárias para se obter um enunciado adequado. É o nível responsável pelos aspectos da codificação não abrangidos pelo nível morfossintático.

A unidade mais alta desse nível é o enunciado (U – *utterance*), caracterizado por pausas mais longas, que nunca são interpretadas como hesitações, e por paratons, ou seja, distinções de altura que o identificam como um grupo tonal autônomo. É o que se vê em (33), em que toda a expressão linguística constitui um enunciado.

(33) [Não repare não **que a jabá foi feita avexada**]$_{U}$ (Brasil 80: Bichinho)

Outra camada do nível fonológico é a frase entonacional (IP – *intonational phrase*), que se caracteriza por apresentar um núcleo, isto é, um movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas, que é essencial para sua interpretação como um todo. Além disso, é separada de outra frase entonacional por uma pausa menor do que aquela que separa enunciados. Assim, em (34), há duas frases entonacionais: "não repare não", cujo movimento tonal se encontra na segunda palavra "não", e "que a jabá foi feita avexada", em que o movimento tonal se localiza na palavra "avexada".

(34) [[Não repare **não**]$_{IP}$ [que a jabá foi feita **avexada**]$_{IP}$]$_{U}$

A frase fonológica (PP – *phonological phrase*), por sua vez, constitui outra camada desse nível. Em línguas acentuais, como o português, essa frase contém uma sílaba mais fortemente acentuada, que em geral é também o local principal para a queda ou subida global dentro da frase entonacional. Assim, (35) é constituída de três frases fonológicas, conforme representado a seguir.

(35) [[[Não repare **não**]$_{PP}$]$_{IP}$ [[que a ja**bá**]$_{PP}$[foi feita ave**xa**da]$_{PP}$]$_{IP}$]$_{U}$

A Gramática Discursivo-Funcional é uma teoria de base tipológica que, ao assumir uma organização descendente, alcança adequação psicológica e, ao assumir o ato discursivo como unidade básica de análise, alcança adequação pragmática. Embora constitua estritamente um modelo de gramática, ela é projetada para interagir com os componentes conceitual, contextual e de saída, de modo

a aumentar sua compatibilidade com uma teoria mais ampla da interação verbal, o que lhe imprime um formato teórico ao mesmo tempo estrutural e funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Ressalte-se que, embora o suporte teórico fundamental para a interpretação das relações de subordinação seja necessariamente o da GDF, os textos que compõem esta coletânea não se limitam a esse arcabouço, na medida em que mobilizam conceitos de teorias funcionais afins para definir os processos pragmáticos e semânticos, alinhados com os processos morfossintáticos e fonológicos que abrangem o domínio da subordinação nas variedades do português.

2
As orações completivas subjetivas e objetivas

*Gisele Cássia de Sousa**

*Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher**

*Sandra Denise Gasparini Bastos**

*Valéria Vendrame Ferrari**

Palavras iniciais

Neste capítulo é apresentada uma descrição funcional das orações subordinadas substantivas encaixadas em função de sujeito e de objeto, que atuam como argumentos de um verbo. Embora a subordinação em língua portuguesa constitua tema de muitos estudos, a investigação das orações subordinadas sob uma perspectiva discursivo-funcional ainda é pouco desenvolvida. Essa abordagem considera que a pragmática é um componente mais amplo dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. No capítulo serão destacados aspectos semânticos e discursivo-pragmáticos que interferem na estruturação morfossintática de orações completivas do português, especificamente das completivas subjetivas e objetivas.

* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (giselecs@ibilce.unesp.br; marize@ibilce.unesp.br, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Proc 308797/2012-4; sandradg@ibilce.unesp.br; valvendrame@yahoo.com.br).
Agradecimentos especiais ao prof. dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves pelas valiosas contribuições feitas no início do desenvolvimento deste trabalho.

Delimitação do fenômeno: as orações completivas na Gramática Discursivo-Funcional

A subordinação, na Gramática Discursivo-Funcional (GDF), é um processo que pode ocorrer, no nível morfossintático, tanto na camada da oração como na do sintagma. As orações completivas aqui tratadas, tradicionalmente denominadas substantivas subjetivas e substantivas objetivas, configuram-se como casos de subordinação dentro da oração, mais especificamente, como subordinação de argumentos oracionais que exercem a função de sujeito e de objeto do verbo de uma oração principal. Essa subordinação também pode ocorrer na camada do sintagma, como é o caso das tradicionalmente denominadas substantivas completivas nominais (tratadas no Capítulo 8 deste volume).

Como um modelo que permite incorporar aspectos funcionais à descrição morfossintática das estruturas linguísticas, a GDF classifica as orações completivas a partir do tipo de unidade semântica que elas representam, destacando, assim, os aspectos semântico-discursivos dessas construções em moldes semelhantes aos de trabalhos anteriores, como os de Dik (1997b), Givón (1980; 1984; 1990) e Noonan (1985), entre outros.

A proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008) é que, em termos semânticos, orações completivas equivalem a unidades de diferentes ordens, sendo a semântica do predicado da oração principal responsável por determinar o tipo de unidade interpessoal ou representacional que pode ocorrer como oração encaixada. Nesse sentido, ao trabalho aqui apresentado interessou verificar as correlações existentes entre os processos de formulação semântica e de codificação morfossintática das orações completivas.

De acordo com a GDF, as unidades passíveis de representação nas orações completivas restringem-se àquelas de ordem superior a indivíduos,[1] podendo ser, portanto, um movimento, um ato dis-

1 Indivíduos não funcionam como complemento oracional de sentenças complexas, já que constituem uma entidade de primeira ordem. Trata-se de uma entidade concreta, tangível, que pode ser localizada no espaço e avaliada em termos de sua existência (Lyons, 1977).

cursivo ou um conteúdo comunicado, no nível interpessoal; um conteúdo proposicional, um episódio, um estado de coisas ou uma propriedade, no nível representacional.

No nível interpessoal, orações completivas podem constituir um movimento que funciona como argumento de um verbo indicativo da parte inicial ou final de uma interação, como "concluir" no exemplo seguinte, cujo complemento corresponde a um movimento final (de fechamento) da interação.[2]

(1) Embora seja difícil fazer generalizações sobre assunto tão controverso, é fácil **concluir** *que, em resumo, essas ocupações ilegais têm levado a uma perda de cobertura vegetal, bem como a uma substancial mudança no tipo de vegetação existente. Ao mesmo tempo, a consciência pública quanto à importância da vegetação urbana tem certamente aumentado nos últimos dez anos, embora permaneça uma questão em aberto: o quanto dessa consciência se traduziu em mudança efetiva de comportamento mediante a vegetação urbana nas grandes cidades.*

Uma oração completiva pode ainda evocar um ato discursivo, ao constituir argumento de um verbo *dicendi*, como "dizer" no exemplo (2), que introduz todo um ato de fala que pode ser emitido pelo falante em uma interação.

(2) É desnecessário **dizer** *que questões como qualidade e atitudes orientadas para o consumidor serão consideradas.*

Ainda no nível interpessoal, uma oração completiva pode equivaler a um conteúdo comunicado que também complementa um verbo *dicendi*, como exemplificado a seguir.

(3) Ele **disse** *que havia algumas histórias de ameaças de violência doméstica na família.*

Diferentemente do exemplo (2), o exemplo (3) apresenta um caso de discurso indireto. O conteúdo comunicado, que equivale ao que é relatado na completiva, veicula, assim, uma informação

2 Os exemplos 1 a 7 foram adaptados de Hengeveld e Mackenzie (2008, p.364-5).

atribuída a uma terceira pessoa que o falante retransmite ao ouvinte no momento da interação. O ato discursivo, nesse caso, corresponde a todo o enunciado, formado por oração principal e oração completiva.

No nível representacional, as orações completivas podem equivaler a um conteúdo proposicional, elemento que pode ser qualificado em termos de atitudes proposicionais, como mostra o exemplo (4), em que a oração destacada complementa o sentido do verbo "acreditar".

(4) **Acreditamos** *que aproximadamente 60% da população pensam que o governo está escondendo o que eles já sabem sobre os extraterrestres.*

As orações completivas também podem constituir um episódio, ou seja, um conjunto de estados de coisas tematicamente coerentes, como mostra o exemplo a seguir, em que as orações em destaque complementam o verbo "acontecer".

(5) **Aconteceu** *que nós estávamos na hora certa e no lugar certo, mas não fomos pegos pelo Talibã.*

Ainda considerando o nível representacional, as orações completivas podem representar-se por estados de coisas, quando fazem referência a entidades que podem ser localizadas no tempo relativo e que podem ser avaliadas em termos de seu *status* de realidade. No exemplo (6), a oração encaixada no verbo "querer" configura-se como um estado de coisas.

(6) Lília **queria** *que eu viesse depois do almoço.*

Por fim, de acordo com o que propõe a GDF, as completivas também podem constituir uma propriedade no nível representacional. Segue o exemplo do inglês de encaixamento de propriedade, oferecido por Hengeveld e Mackenzie (2008).

(7) The police **continued** *to shoot into the crowd.* (p.365)
A polícia **continuou** *a atirar na multidão.*

Como se pode observar na tradução de (7), o verbo "continuar" tem apenas valor aspectual e, diferentemente dos verbos nas orações principais ilustradas até aqui (cf. (1)-(6)), não descreve um evento. Na GDF, estruturas sintáticas que contêm verbos auxiliares, como "continuar", em (7), são tratadas como propriedades configuracionais, que constituem o inventário de moldes de predicação relevantes de uma língua. A sequência "continuou a atirar na multidão" corresponde, assim, a um único molde de predicação e, por essa razão, a subordinação ocorre no nível do sintagma, e não no nível da oração. Essa diferença revela-se ainda quando se tenta parafrasear o constituinte subordinado de (7) por uma oração finita, como em (7a).

(7) a *A polícia **continuou** *que atirava na multidão.*

Se "atirar na multidão", em (7), constituísse uma oração correspondente a uma forma reduzida de uma completiva, a paráfrase em (7a) seria possível. Trata-se, assim, de subordinação no nível do sintagma, um caso que, por essa razão, não será analisado aqui, pois este trabalho se limita à subordinação no nível da oração.

Verbos indicadores de significados modais, como "saber", "conseguir", "precisar", "desejar" e "querer", ilustrados em (8a)-(8e), também parecem se comportar como auxiliares, à semelhança de "continuar" em (7).

(8) a eu que cozinho mesmo. *ele não* **sabe fazer** *nada,* **sabe nem fritar** *um ovo*! (Brasil 80: Macarronada)
a' * ele não *sabe que faz* nada / *nem que fritar* um ovo.
b e é do meu trabalho que *eu* **consigo sobreviver**. (Angola 97: Jovem Gaspar)
b' *eu *consigo que (eu) sobreviva.*

c e aqui, rapaz, a gente temos de tudo. de tudo! para ser um país, pô! rapaz! sinceramente, *a gente não* **precisava apanhar** *dinheiro com ninguém não*, cara! é a mesma coisa com o petróleo. (Brasil 80: Se eu mandasse)

c' * a gente não *precisava que (a gente) apanhasse* dinheiro com ninguém.

d e eu tive a prudência de não cair nesse aspecto. não por razões eleitorais que nunca estiveram no meu espírito e por i[...], porque eu tenho como sempre, como sabe e sempre dito que *não* **desejo recandidatar-me**. (Portugal 90: Poderes do chefe de Estado)

d' * não desejo *que (eu) me recandidate*.

e – não, porque *eu sempre* **quis ter** *um filho*. (Brasil 80: Criar filhos)

e' *eu sempre *quis que (eu) tivesse um filho*.

Como se observa em (8a')-(8e'), a paráfrase com uma oração completiva finita, nesses casos, também não é permitida,[3] o que reforça a interpretação de que os verbos modais se comportam como auxiliares, de que a construção envolve um único molde de predicação e de que a subordinação ocorre no nível do sintagma, e não no nível da oração. Esses casos, portanto, também não são abordados neste texto.

No tratamento dado à subordinação, interessa à GDF investigar quais fatores são responsáveis pela escolha de determinado tipo de oração subordinada. A essa caracterização semântico-discursiva das completivas, em termos de diferentes unidades dos níveis interpessoal e representacional, correlaciona-se uma variedade de propriedades formais dessas orações em português, conforme demonstraremos na seção a seguir.

Convém observar, por último, que as unidades do nível interpessoal são bem menos comuns na forma de orações subjetivas e

3 As paráfrases com orações completivas desenvolvidas só são permitidas quando não há identidade entre os participantes sujeitos. Com sujeitos diferentes e com oração completiva finita, os verbos nas construções de (8a)-(8e) passam a ter outros significados, não modais (cf. **Eu** não sei fritar ovo. / **Minha mãe** não sabe que **eu** fritei um ovo).

objetivas do que as unidades do nível representacional. Na amostra aqui considerada, unidades do nível interpessoal limitam-se a conteúdos comunicados, expressos exclusivamente na forma de orações objetivas, como no exemplo a seguir.

(9) *muitas pessoas* **dizem que a Sida pode-se transmitir através de beijo**, não é verdade, através de trocar as roupas, se por exemplo tens Sidas – Deus queira, hem? – tu tens Sida, eu visto as tuas roupas eu vou também apanhar Sida, através de colheres, comer, comer ou dormir na mesma cama. mas outras pessoas sabem que a Sida não se transmite assim. (Guiné-Bissau 95: Sida)

Dado o propósito deste texto de identificar possíveis correlações sistemáticas entre aspectos semânticos e morfossintáticos das construções completivas, e tendo em vista essa ocorrência bastante reduzida das completivas do nível interpessoal, a análise aqui apresentada se restringirá às unidades do nível representacional.[4]

Forma e função das subjetivas e objetivas

A amostra total de ocorrências identificadas no córpus descrito na apresentação desta obra contém 688 ocorrências, das quais 132 são de orações subjetivas (finitas e não finitas) e 556 de orações objetivas diretas e indiretas (finitas e não finitas).

Ressalte-se, de antemão, que o maior número de ocorrências de objetivas, em comparação com o de subjetivas, ratifica a distribuição observada em estudos anteriores sobre essas completivas, como os de Gonçalves e Sousa (2011) e Gonçalves, Dall'Aglio-Hattnher e Sousa (2012), voltados à investigação diacrônica de orações completivas desses dois tipos. Estes três últimos autores

4 Para uma descrição das orações completivas do português brasileiro, representativas de unidades tanto do nível interpessoal quanto do nível representacional da GDF, ver Vendrame (2010), que se volta, especificamente, à análise de expressões evidenciais nas construções completivas.

fundamentam-se em significados mais gerais das orações subjetivas e objetivas para explicar a diferença de frequência entre as duas orações. Segundo os autores, construções com oração em posição de objeto servem predominantemente à descrição de eventos (em geral, dois: um na principal, outro na completiva objetiva), ao passo que, conforme atesta Gonçalves (2001), construções com sujeitos oracionais servem prototipicamente à expressão de atitudes subjetivas, em geral, atitudes avaliativas modais. A menor frequência de ocorrências identificada para as construções subjetivas pode se explicar, assim, de acordo com os autores, pelo significado mais geral dessas construções de veicular atitudes avaliativas, que certamente são de tipos menos variados e menos frequentes na interação do que a referência a eventos do mundo real, mental, ou enunciativo, que podem ser descritos em um complexo com oração objetiva.

Especificamente no caso das orações em posição de objeto, as objetivas diretas e indiretas[5] não apresentam diferenças com base nos parâmetros de análise investigados, sendo, por isso, tratadas em conjunto no âmbito deste capítulo. Um aspecto observado na análise dos dados, a partir da comparação entre esses dois tipos de orações, é que as objetivas indiretas ocorrem, em sua maior parte, como orações não finitas; praticamente não há ocorrências desse tipo como oração finita. Verbos que em princípio são transitivos indiretos ocorrem com complemento oracional finito sem a preposição regente, como ilustra o exemplo a seguir, com o verbo "lembrar-se".

(10) eu... acho que, talvez hoje já *não* **se lembrem bem que** *a primeira instituição de carácter superior*, tirando uma vaga escola médico-cirúrgica do século dezanove que nunca funcionou para formar gente aqui, *a primeira instituição de ensino superior foram os Estudos Gerais Universitários*, que foram em mil novecentos e sessenta e três. (Angola 97: Ensino em Angola)

5 Constituintes com função de objeto direto e de objeto indireto equivalem, respectivamente, às funções semânticas inativo (*undergoer*) e locativo (*locative*), conforme distinguidas na GDF.

Se o complemento desses verbos é um sintagma nominal (Np), por outro lado, o emprego da preposição regente é praticamente categórico nos dados, conforme exemplificam (11a)-(11b).

(11) a não foi preciso olhar-te duas vezes para **me lembrar da***quela paisagem* (Moçambique 83: Cantar e pintar)
b e **lembram-se de** *alguns abusos* que estas crianças tenham tido e que vocês tenham sido os verdadeiros protectores, como muitas vezes se diz, abusos sexuais, sobretudo contra as tais... sobretudo meninas? (Angola 97: Meninos de rua)

Nesses casos em que o verbo "lembrar", pronominal por definição, é complementado por Np, é comum a preposição ocorrer mesmo sem a presença de pronome clítico, como mostra (12).

(12) no momento *eu não* **lembro de** nada que o carioca fala errado. (Brasil 80: Comer e falar bem)

Por outro lado, há nos dados ocorrências de completivas finitas de verbos transitivos diretos antecedidas da preposição "de", como mostram as ocorrências em (13a)-(13c). Trata-se de um caso de "dequeísmo" (Mollica, 1989; 1995), que não altera o estatuto sintático do complemento oracional, razão pela qual essas orações completivas são tratadas, aqui, como objetivas diretas.

(13) a – e quando é, quando é desenhado, fica tão bonito como ando é, como quando baseado sobre a fotografia?
– sim. m[...], eu, a[...], **acho de que**... *em, em de*[...], *desenhado, quanto a mim é até m*[...], *melhor*. (Cabo Verde 95: Colecionismo)
b – eh, eu admiro-me bastante. admiro-me bastante porque... foram educados nas escolas indonésias mas não perdem assim a sua identidade e o seu orgulho de ser timorense. portanto eu me admiro bastante.
– hum, hum.
– é.
– eh...
– *isto* **demonstra de que**... *este jovem soube amar, e dar-se à sua pátria*. (Timor Leste 99: Identidade de um povo)

c não todas as religiões desapareceram na altura. eh, os portugueses, conforme o que eu tinha ouvido, *os pais me* **contaram de que** *conseguiram não fazer desaparecer a, a religião tradicional,* mas a, conseguiram assim introduzir o cristianismo em Timor, utilizando assim a, um, uma, uma maneira muito, muito, muito suave, digamos assim, que, para aqueles que, na altura, queriam que os filhos fossem assim educados nas escolas, tinham que aceitar a ser baptizados. (Timor Leste 99: Identidade de um povo)

Semântica do predicado da oração principal

Nesta seção, objetivamos demonstrar em que medida os significados do predicado da oração principal determinam propriedades formais e semânticas da oração encaixada nas completivas subjetivas e objetivas aqui analisadas. Para tanto, inicialmente será tratada a classificação semântica dos predicados identificados a partir dos dados analisados.

Os predicados que encaixam orações subjetivas e objetivas nos dados do trabalho aqui apresentado podem, conforme o significado que expressam, ser agrupados em três classes: predicados avaliativos (modais e não modais), predicados descritivos e predicados manipulativos/causativos. Essa proposta de classificação dos predicados encontra respaldo em vários estudos sobre a temática (Noonan, 1985; Givón, 1984, 1990; Dik, 1997b; Sousa, 2007; Gonçalves; Casseb-Galvão, Sousa, 2008), embora, nesses estudos, as classes sejam mais numerosas, porque a classificação está baseada em significados mais específicos dos predicados (volição, percepção, ato de fala, atitude), em especial aqueles que, no trabalho aqui apresentado, integram a classe dos predicados descritivos.[6] A proposta de divisão em três classes a partir de significados mais amplos dos predicados, além de mais econômica, mostra-se suficiente para os nossos propósitos, na medida em que permite captar correlações entre significados do predicado da oração principal e propriedades

6 Outra razão que pode explicar por que os tipos de predicados em outros estudos são mais numerosos do que aqueles aqui descritos é o fato de a classificação estar baseada em todos os tipos de orações completivas (subjetivas, objetivas diretas e indiretas, predicativas e completivas nominais).

semânticas e morfossintáticas das completivas. A seguir são dados definições e exemplos de cada uma das três classes de predicados com orações completivas subjetivas e objetivas.

1. **Predicados avaliativos:** indicam uma avaliação do falante sobre o conteúdo na oração encaixada. Essa avaliação pode ser:

a) **Modal**: a avaliação se dá em termos da probabilidade de que o conteúdo na oração completiva seja real/verdadeiro (modalidade epistêmica), como mostram (14) e (15), ou de que esse conteúdo seja necessário, obrigatório, conveniente (modalidade deôntica), como ilustram (16) e (17).

(14) já chegou aqui, eu já dei parecer favorável. portanto, eh, vai agora para o pessoal, **é provável** *que... amanhã ou no outro dia receba a resposta*. mas pronto, não há problema, em relação à troca. (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

(15) *eu* **acho** *que continua sendo superficial o nosso relacionamento*, por ser irmã gêmea eu acredito que nosso relacionamento é superficial (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

(16) é um ba[...], um trabalho de bastidores muito intenso. **é preciso** *uma pessoa ter uma preparação, como antiquário, bastante grande*, ler diariamente, estudar diariamente, estar a par dos valores que se praticam no estrangeiro pelas várias peças (Portugal 89: O leiloeiro)

(17) mas de qualquer forma **convém** *também recordar* que há certos cursos que nunca tivemos aqui no período colonial. (Angola 97: Ensino em Angola)

Predicados modais constituem predicação de um lugar, quando complementados por orações subjetivas, como em (14), (16) e (17), e predicação de dois lugares, quando complementados por orações objetivas, como em (15).[7]

7 Sobre a noção de valência quantitativa na GDF, que caracteriza diferentes moldes de predicação, ver Capítulo 1.

b) **Não modal**: a avaliação baseia-se na maneira como o falante considera a realização do evento na oração completiva, sem que essa avaliação envolva valores de probabilidade ou necessidade/obrigatoriedade. Esse tipo de predicado aparece nos dados apenas com orações subjetivas e, com mais frequência, sob a forma de "é difícil", "é fácil", "é (uma) pena", que caracterizam predicações de um lugar, conforme exemplificam as ocorrências em (18a)-(18c) a seguir.[8]

(18) a **é difícil** *o moçambicano meter na cabeça* que ele pode ganhar ou perder. (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

b e eu fiquei assim a olhar e disse "pois é, **é** *muito* **fácil** *fugir*, por aqui, de facto, mas não adianta de nada, fugir" (Portugal 95: Sonho)

c **é uma pena** *que o dia que você mostrou o filme, "Ghost", não é, eu estava hospitalizada* mas foi uma pena porque todo mundo falava de você na classe. (Brasil 93: Festa de estudante)

2. **Predicados descritivos**: descrevem eventos diversos que são expressos na oração completiva. A depender do significado do predicado na oração principal, esses eventos podem ser acontecimentos do mundo real, como ilustram as ocorrências em (19a)-(19e), ou situações que remetem a um mundo mental, conforme exemplificam (20a)-(20d).

(19) a aquela família que era possessa da pulseira, teve um filho, nasceu uma criança, que nasceu com os olhos tortos, e foram ao curandeiro, um médico tradicional e este disse "olha, a criança deve usar um colar, no, no peito, no pescoço", para cada vez que olhasse para este colar, eh, ela, para [...], para cada vez que olhasse para este colar, ela... tendia a melhorar, a endireitar os olhos. então **aconteceu** *que a criança, a de, a outra família teve de recorrer ao, à mesma família que anteriormente lhes havia emprestado a pulseira.* (Angola 97: Conto tradicional)

---

8 O predicado "é (uma) pena" apresenta como formas variantes "dá pena" e "(não) vale a pena". Outras formas de predicados avaliativos não modais menos frequentes no córpus são: "é interessante", "é legal", "é tradição", "é um sacrifício" e "basta".

b pedi ao mesmo primo para ver se me dava alguns, alguns tópicos deste ramo, mas, eh pá, não sei o que é que se passou com ele, pá, talvez por causa do tempo, *ele* **disse** *que não podia*. mas mesmo assim também não fiquei parado. (Moçambique 83: Cantar e pintar)

c eh, olhando para todo esse panorama ambiental, assim, é possível fazer-se qualquer coisa para **evitar** *que esta degradação seja ainda acentuada nos próximos tempos* que, já que as consequências são visivelmente graves? (Angola 97: Guerra e ambiente)

d então, nou[...], *a outra família* **exigia** *que tivesse que devolver o colar*, a ferro e fogo (Angola 97: Conto tradicional)

e E *eu* **a ver** *o peixe assim voar, no ar, a passar assim como se estivesse num aquário* e eu, e eu a olhar, para aquilo, assim. (Portugal 95: Sonho)

(20) a oh, oh, hoje é uma desgraça. só, as, os pequenas – tenho uma sobrinha-neta que aos catorze ou quinze anos já queria, sei lá, andar sozinha, não queria n[...], era de noite e de dia, tudo mais, já sabe como é. *elas agora* **entendem** *que a, que a liberdade e a felicidade que se constrói assim* mas... está bem. (Portugal 95: Juventude ontem e hoje)

b **nós começámos a ver** [= compreender] *que afinal a, o, a mulher também é capaz de chegar muito longe.* (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

c depois genialmente, entre aspas esse genialmente, **descobriu** *que o trem não presta*, que o ideal é andar de ônibus. (Brasil 95: Trem de ferro)

d quem está muito satisfeito com o plano real é o diretor-presidente do Memorial da América Latina, Fábio Magalhães. *ele* **acha** *que o real é um plano que cria uma estabilidade monetária.* (Brasil 80: Plano Real)

Predicados descritivos complementados por orações subjetivas constituem predicação de um lugar e são representadas, no córpus, pelo verbo "acontecer" (cf. (19a)). As orações objetivas, por sua vez, complementam predicados descritivos que configuram predicações de dois lugares (cf. (19b)-(19e) e (20a)-(20d)).[9]

9 A propósito das diferentes classificações do verbo "achar" em (15), como avaliativo modal, e em (20d), como descritivo, cabe esclarecer que a modali-

3. **Predicados manipulativos/causativos:** indicam que o evento na oração principal causa o evento na completiva (causativos), ou denotam uma manipulação do sujeito da oração principal para que o sujeito da encaixada realize o evento expresso na completiva (manipulativos). A junção desses dois predicados em uma mesma classe justifica-se pela proximidade existente entre os significados de manipulação e de causação. Essa proximidade reflete-se nas propriedades morfossintáticas das orações completivas desses predicados, que, conforme se verá adiante, revelam-se praticamente as mesmas. As ocorrências em (21a)-(21b) são exemplificativas dos predicados manipulativos/causativos, que funcionam como oração principal apenas de completivas em função de objeto e constituem predicações de dois lugares.

(21) a e então **mandou-me** *aventar aquilo tudo para o lixo* e disse-me "não, o senhor não precisa de tomar absolutamente nada". (Portugal 97: Mal desconhecido)

b penso que o Estado devia pensar numa parte também nesse, nesse termo, na cultura e não pensar só na entrada de, pronto, mercadorias, que devia produzir e tentar criar... lugares para **fazer** *essa cultura ir mais à frente*, porque assim, oh! penso que não vamos a nenhum fit[...], sítio. Guiné nem vai para a frente, nem vai para trás, está intacto; está no sítio. (Guiné-Bissau 95: Juventude guineense)

Uma primeira observação referente à distribuição dessas classes de predicados nos dados diz respeito à existência de um alinhamento entre a semântica do predicado da oração principal e a função sintática da oração completiva. É predominante a ocorrência de

zação, isto é, a indicação de que a verdade do conteúdo expresso é sustentada na crença e no conhecimento do falante, ocorre apenas quando o verbo se encontra no presente do indicativo e na primeira pessoa do singular, fazendo referência ao falante. Fora desse contexto, considera-se que o verbo apenas descreve uma avaliação, sem que haja modalização propriamente dita. Essa mesma distinção na classificação de verbos modais, como "achar" e equivalentes, é adotada por Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2008).

predicados avaliativos, tanto modais quanto não modais, como núcleo de orações subjetivas, ao passo que predicados descritivos e manipulativos/causativos ocorrem preferencialmente como núcleo de orações objetivas. Como já apontado, esse comportamento se justifica pela função basicamente avaliativa das orações subjetivas e pela função basicamente descritiva de eventos desempenhada pelas orações objetivas. Dada a frequência com que as orações desempenham essas funções, encaixando-se em predicados avaliativos e descritivos, pode-se mesmo dizer que, em termos pragmáticos, a indicação de avaliações do falante define a realização de orações subjetivas, e a descrição de eventos, a realização de orações objetivas. Essa correlação, nos termos da GDF, pode ser entendida como um alinhamento entre os níveis representacional e morfossintático.

Além da correlação com a função sintática das completivas aqui abordadas, a classe semântica do predicado da oração principal apresenta correlação sistemática com outros aspectos semânticos e formais do complemento oracional. O primeiro deles é a unidade semântica representada na oração encaixada, que, conforme já previsto no âmbito da GDF, é altamente determinada pela semântica do predicado encaixador.

Nos dados analisados, essa correlação se verifica, ainda que de maneira diferente para completivas subjetivas e objetivas. As primeiras, quando encaixadas em predicados descritivos, representam categoricamente estados de coisas (cf. (19a)),[10] enquanto as completivas objetivas encaixadas nesses predicados representam estados de coisas apenas preferencialmente, em especial se a descrição é relativa a eventos do mundo real (cf. (19b)-(19e)). Se a descrição remete a situações de um mundo mental, entretanto, as objetivas equivalem predominantemente a conteúdos proposicionais, conforme exemplifica (22) a seguir.

---

10 Nos dados analisados, há apenas um caso de subjetiva encaixada em predicado descritivo equivalente a um episódio, o que não interfere no fato de ser categórica a seleção de estado de coisas com esse tipo de predicado, já que o episódio é uma combinação de estados de coisas tematicamente coerentes.

(22) falha qualquer, ele já nega, mas *ele também não* **esquece** *que muita das vezes ele fala as coisa errada, não é isso?* (Brasil 80: Comer e falar bem)

Como complementos de predicados avaliativos, orações subjetivas e objetivas exibem comportamentos semelhantes no sentido de que, se a avaliação descrita no predicado é de natureza modal, os dois tipos de completivas representam majoritariamente conteúdos proposicionais, conforme exemplificam as duas ocorrências no trecho em (23) a seguir, introduzidas por "é claro" (subjetiva) e "acho" (objetiva).

(23) – ó pá, sobre essa questão de dar força ou não dar força, **é claro** *que n*[...], *é, é de direito dos moçambicanos de darem força*, mas... nós temos, somos, **acho** *que somos m*[...], *exigentes demais*. recordas-te do último jogo dos Mambas no Estádio da Machava? (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

As ocorrências de predicados avaliativos com completivas que representam estado de coisas, pouco frequentes nos dados, em geral constituem casos de construções com orações subjetivas em que o predicado da oração principal descreve uma avaliação deôntica, como nos exemplos (16) e (17), retomados aqui como (24) e (25).

(24) é um ba[...], um trabalho de bastidores muito intenso. **é preciso** *uma pessoa ter uma preparação, como antiquário, bastante grande*, ler diariamente, estudar diariamente, estar a par dos valores que se praticam no estrangeiro pelas várias peças (Portugal 89: O leiloeiro)

(25) mas de qualquer forma **convém** *também recordar* que há certos cursos que nunca tivemos aqui no período colonial. (Angola 97: Ensino em Angola)

Se a avaliação é do tipo não modal, indicada apenas por predicados encaixadores de orações subjetivas, a unidade que a completiva representa é sempre um estado de coisas (cf. (18a)-(18c), retomados aqui como (26a)-(26c)).

(26) a **é difícil** *o moçambicano meter na cabeça* que ele pode ganhar ou perder. (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

b e eu fiquei assim a olhar e disse "pois é, **é** *muito* **fácil** *fugir*, por aqui, de facto, mas não adianta de nada, fugir" (Portugal 95: Sonho)

c **é uma pena** *que o dia que você mostrou o filme, "Ghost", não é, eu estava hospitalizada* mas foi uma pena porque todo mundo falava de você na classe. (Brasil 93: Festa de estudante)

Predicados manipulativos/causativos, por fim, que ocorrem exclusivamente com orações objetivas, selecionam, de forma categórica, completivas equivalentes a estados de coisas, conforme ilustram os dados em (21a)-(21b), retomados aqui como (27a)-(27b).

(27) a e então **mandou-me** *aventar aquilo tudo para o lixo* e disse-me "não, o senhor não precisa de tomar absolutamente nada". (Portugal 97: Mal desconhecido)

b penso que o Estado devia pensar numa parte também nesse, nesse termo, na cultura e não pensar só na entrada de, pronto, mercadorias, que devia produzir e tentar criar... lugares para **fazer** *essa cultura ir mais à frente*, porque assim, oh! penso que não vamos a nenhum fit[...], sítio. Guiné nem vai para a frente, nem vai para trás, está intacto; está no sítio. (Guiné-Bissau 95: Juventude guineense)

A semântica do predicado também revela, a partir dos dados analisados, estreita correlação com os seguintes aspectos da codificação morfossintática das orações completivas: caráter finito/não finito, identidade dos participantes sujeitos envolvidos, modo e tempo verbal. Também aqui, essa correlação pode ser entendida, nos termos da GDF, como um alinhamento entre os níveis representacional e morfossintático.

Com relação ao caráter finito/não finito das orações completivas, os dados mostram que, de modo geral, as orações subjetivas e objetivas apresentam complementos tanto finitos quanto não finitos. A existência desses dois tipos de estruturas está relacionada a diferenças conceituais, que refletem a natureza icônica da lingua-

gem. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.283), é possível observar uma variedade de fenômenos nas línguas que reflete certa homologia entre forma e função. Esse fenômeno de "espelhamento" forma/função contribui para maximizar o paralelismo entre as estruturas, reiterando, desse modo, a transparência e facilitando a interpretação.

Essa visão da GDF é caudatária do princípio da iconicidade (Givón, 1990), segundo o qual a estrutura da língua reflete, de alguma forma, as relações estabelecidas entre mundo e falante, havendo, portanto, em alguns casos, uma relação motivadora entre forma e função. Assim, no caso das orações subordinadas em função de objeto, os predicados avaliativos encaixam apenas complementos finitos (cf. (28)).

(28) *eu* **acho** *que continua sendo superficial o nosso relacionamento*, por ser irmã gêmea eu acredito que nosso relacionamento é superficial (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

Esse resultado está em consonância com o princípio icônico da quantidade, segundo o qual a complexidade de pensamento tende a refletir na complexidade da expressão. Os complementos dos predicados avaliativos apresentam um conteúdo que é resultado de uma avaliação do falante, isto é, um processo mental mais elaborado e complexo que reflete em uma estrutura mais complexa: a oração finita.

As orações objetivas que complementam predicados descritivos, por outro lado, podem receber tanto uma codificação morfossintática finita como uma não finita, com predomínio da primeira. Há, no entanto, diferenças no que diz respeito à conceitualização dos eventos nas orações, em razão do princípio icônico da adjacência (Givón, 1990): conceitos mais integrados em termos cognitivos manifestam-se na língua com maior integração morfossintática. Dessa forma, orações com predicados descritivos combinados com complementos não finitos, como em (29), mais integrados morfossintaticamente, denotam uma relação de maior proximidade física entre os eventos.

(29) o António já estava a vestir-se, no quarto, e eu fui tomar banho. e depois, saí enrolada na toalha, espreitei, *vi o António* **a vestir-se**, voltei para a casa de banho. (Portugal 95: Sonho)

Complementos finitos, tais como em (30), mais independentes morfossintaticamente da oração principal, exprimem, nesse sentido, maior distância conceitual com relação ao evento descrito na primeira oração.

(30) pedi ao mesmo primo para ver se me dava alguns, alguns tópicos deste ramo, mas, eh pá, não sei o que é que se passou com ele, pá, talvez por causa do tempo, *ele disse* **que não podia**. mas mesmo assim também não fiquei parado. (Moçambique 83: Cantar e pintar)

As orações objetivas com predicado manipulativo/causativo ocorrem apenas com complementos não finitos. Esse comportamento confirma a escala de integração de eventos proposta por Givón (1990), segundo a qual esse tipo de predicado é o que apresenta maior integração entre os eventos da oração principal e da completiva. Os aspectos semânticos das construções com predicados manipulativos/causativos que atestam a forte integração entre o evento da oração principal e o da completiva são, segundo Givón (1990), a integração temporal (cotemporalidade) e a integração espacial (os participantes compartilham o espaço físico em que os eventos ocorrem). Tais aspectos podem ser observados na ocorrência a seguir.

(31) eu andava a tomar três valium cincos por dia, o médico disse-me logo se eu andava a ser tratado por um veterinário cá da zona
– ah!
– e então **mandou-me** *aventar aquilo tudo para o lixo* e disse-me "não, o senhor não precisa de tomar absolutamente nada". (Portugal 97: Mal desconhecido)

Em comparação com as orações com função de objeto, aquelas que funcionam como sujeito apresentam um alinhamento mais sistemático no que diz respeito à correlação entre a codificação mor-

fossintática da oração e a semântica do predicado. Os predicados avaliativos modais encaixam predominantemente complementos finitos, como em (32), ao passo que, com os avaliativos não modais, as subjetivas ocorrem majoritariamente como complementos não finitos, como em (33). Os predicados descritivos, por sua vez, ocorrem quase exclusivamente com complementos finitos, como em (34).

(32) – e posso-lhe contar uma – esta é por graça e, e *claro* **que mete muito exageros**. mas isto era do... velhote, lá da Amareleja, que, pronto, caçava com uma daquelas espingardas muito velhas, já toda muito velha e toda muito presa com arames, e só dava um tiro. e era daquelas de atacar pela boca. (Portugal 97: Boa pontaria)

(33) – mas, já pensou que é dif[...], não acha que **é difícil**, nos dias que correm, para uma mulher, ah, **ser... profissional de uma coisa qualquer**, e a sua vida de, pessoal? combinar as duas coisas. (Portugal 96: Marido ideal)

(34) os olhos tortos, e foram ao curandeiro, um médico tradicional e este disse "olha, a criança deve usar um colar, no, no peito, no pescoço", para cada vez que olhasse para este colar, eh, ela, para [...], para cada vez que olhasse para este colar, ela... tendia a melhorar, a endireitar os olhos. então *aconteceu* **que a criança, a de, a outra família teve de recorrer ao, à mesma família que anteriormente lhes havia emprestado a pulseira**. (Angola 97: Conto tradicional)

A codificação morfossintática das orações e o tipo de predicado que elas complementam também podem ser correlacionados à identidade ou não identidade dos participantes sujeitos da oração principal e da completiva. A análise das construções, segundo esse aspecto, é possível apenas para os complexos oracionais com completiva objetiva, já que, com oração subjetiva, o sujeito da oração principal equivale sempre à própria oração completiva e esta, por sua vez, tem seu próprio sujeito.

As orações subordinadas objetivas finitas apresentam, em sua maioria, sujeitos diferentes em relação à oração principal, independentemente de qual seja o tipo de predicado encaixador, conforme ilustra (35).

(35) – o que é que você acha que é o jeitão do mineiro, Heloiza?
– eu acho, sabe, que tem aquele de[...], assim, aquela coisa assim, aquela coisa sóbria, sabe, aquela coisa
– hum.
– sóbria que o mineiro tem, que não é tão exuberante feito nós somos, mas tem aquele ar assim, assim ma[...], fechado, sabe, que não tem a água, em termos de mar, assim, a coisa da abertura, dá aquela coisa, assim, mais introspectiva...
– sei.
– é, **eu** *acho que* **ele** *tem, tem todo o astral em volta para dar aquela certa concentração.*
– ham, ham.
– sabe,
– é, é tudo entre montanhas, não é (Brasil 80: Arte urbana)

Com relação às orações subordinadas objetivas não finitas, aquelas que têm predicado descritivo ocorrem tanto em construções com sujeitos idênticos, como em (36), quanto com sujeitos diferentes, como em (37).

(36) eh, alguns têm interesse a aprender e outros não. mas, isso é, a maioria, **a maioria** *aprende a fazer um mi menor ou um ré menor no violão*, pronto, já sabe muito, e vai fazer (Cabo Verde 95: As mornas)

(37) e **eu** *a ver* **o peixe** *assim voar*, no ar, a passar assim como se estivesse num aquário e eu, e eu a olhar, para aquilo, assim. (Portugal 95: Sonho)

Por outro lado, se o predicado é manipulativo/causativo, há apenas ocorrências de sujeitos diferentes na oração principal e na completiva. Isto é previsível, tendo em vista o significado do verbo da oração principal: um sujeito impõe/causa a realização de um evento por outro sujeito. A ocorrência a seguir é exemplificativa dessas construções.

(38) **eu** *mando* **ele** *acen*[...], **ele** *acender o cigarro para mim*, ele se engasga, sai tossindo. (Brasil 80: Criar filhos)

Com relação ao modo verbal, as subjetivas com predicados avaliativos modais do tipo epistêmico indicador de certeza encaixam orações completivas com verbos no modo indicativo de maneira categórica. Esses predicados,[11] que marcam a certeza do falante em relação ao enunciado produzido, geram um conteúdo proposicional fortemente afirmado como verdadeiro, caracterizando o que Givón (1995) denomina de modalidade *realis*.

(39) os fluxos, os fluxos migratórios que sempre houve em todo o mundo provocados por desgraças, por guerras, fomes, secas, etc., por cataclismos naturais ou artificiais, dependendo da quantidade de pessoas que se mo[...], que se m[...], m[...], mobilizam de um lado para o outro, **claro** *que* **traz** *sempre grandes desvantagens*, sempre grandes desequilíbrios ambientais. (Angola 97: Guerra e ambiente)

(40) inclusive, assim, me[...], mexeu comigo, sabe, de, de ela ter ficado noiva e eu nessa ainda, não é, **lógico** *que* **mexe**, não é (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

As poucas ocorrências de subjuntivo, no caso das orações subjetivas, são marcadas por uma avaliação que se projeta para o futuro, fortemente associada à categoria *irrealis*, também proposta por Givón (1995). A codificação morfossintática de subjuntivo, nesses casos, está correlacionada aos seguintes elementos:

a) Adjetivo modal epistêmico que expressa dúvida (como "provável").

(41) sim, sim. já chegou aqui, eu já dei parecer favorável. portanto, eh, vai agora para o pessoal, é **provável** *que... amanhã ou no outro dia* **receba** *a resposta*. mas pronto, não há problema, em relação à troca. (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

11 Os predicados indicadores de certeza ficaram limitados às formas "claro", "lógico" e "evidente", com e sem o verbo cópula. Essa alternância envolvendo a cópula é frequente nos predicados que encaixam orações subjetivas, um fenômeno que, em razão dos propósitos do trabalho aqui apresentado, não foi contemplado nas análises. Para um estudo funcionalista a respeito dessa alternância entre presença e ausência da cópula em orações subjetivas, ver Fortilli (2007).

b) Adjetivo modal deôntico que expressa uma necessidade (como “preciso”).

(42) – a quem é que atribui essa responsabilidade?
– todos nós. não é uma forma falaciosa de fa[...], *é* **preciso** *que toda a gente, a todos os níveis, cada um a seu nível, efectivamente* **saiba** *aquilo que deve fazer* e de que é que dispõe para fazê-lo. (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor)

c) Adjetivo não modal que expressa desejo (como “bom”).

(43) pois. e *é* **bom** *que isto* **conste** *no processo*, não é, até para defesa das partes. (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

Assim como as completivas em função de sujeito, as objetivas com predicados avaliativos modais também recebem codificação morfossintática de modo indicativo, como em (44). A codificação de modo subjuntivo, nesses casos, é condicionada por um elemento indicador de incerteza, como o advérbio “talvez” em (45).

(44) eh, eh, durante esse período, **julgo** *que já* ***tinha*** *quatro anos*, eh, aconteceu-me algo de muito engraçado. eu gosto até agora, como sempre gostei, eh, de ver cair (Moçambique 86: Chuva)

(45) hoje, **acho** *que, muitas coisas que eu fiz*, **talvez** *não* **fizesse**, se voltasse ao ensino. (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor)

Com predicados descritivos, a codificação de indicativo é categórica para as orações subjetivas. Predicados dessa natureza relacionam-se a acontecimentos passados, também associados à indicação de *realis*, como mostra a ocorrência de “acontecer” em (46).

(46) – uma vez que tinha que, eh, largar o, esse trabalho às, sensivelmente quando fossem onze horas. então não era, não, não havia grande necessidade para levar m[...], marmitas para lá.
– hum.
– e... **acontece** *que as outras crianças* **tinham** *que levar sempre*, porque ficavam todo, todo o dia... (Moçambique 86: Meninice machamba)

Nas orações objetivas, embora seja predominante a codificação do verbo no modo indicativo, a de subjuntivo pode ocorrer quando o evento descrito pelo predicador pressupõe a ocorrência futura (*irrealis*) do evento na oração encaixada, como em (47).

(47) então, nou[...], a outra família **exigia** *que* **tivesse** *que devolver o colar*, a ferro e fogo (Angola 97: Conto tradicional)

O predomínio de codificação morfossintática de indicativo, tanto nas orações subjetivas como nas objetivas, está provavelmente condicionado ao tipo de córpus adotado, composto na sua maior parte por entrevistas, que favorecem a assunção de uma atitude assertiva – portanto, *realis* – por parte do enunciador.

Quanto à codificação de tempo do verbo da oração completiva, os resultados revelam que são poucos os casos determinados por traços semânticos do predicado da oração principal. Os predicados avaliativos modais deônticos (como "é necessário") determinam uma codificação de tempo futuro para as orações subjetivas, como em (48), e os predicados manipulativos/causativos (como "mandar") determinam uma codificação de tempo futuro para as objetivas, como em (49).

(48) a separação por mais de seis anos, separação de facto por mais de seis anos consecutivos constitui fundamento de divórcio. para isso **é necessário** *propor uma acção em que se tem que alegar e provar essa mesma separação* e alegar e provar também que existe da parte do nosso telespectador o intuito de se divorciar da sua mulher. (Portugal 89: Mundo do direito)

(49) ele man[...], *eu* **mando** *ele acen*[...], *ele acender o cigarro para mim*, ele se engasga, sai tossindo. (Brasil 80: Criar filhos)

Observa-se que, nesses casos, o evento expresso na oração encaixada é necessariamente posterior ao evento da oração principal, ainda que nela não se manifestem morfossintaticamente flexões de tempo.

Para todos os outros tipos de predicados, o tempo verbal, em princípio, é livre. Verifica-se nos dados, entretanto, o predomínio de presente nas subjetivas e objetivas com predicados avaliativos,

como em (50a)-(50b), e o predomínio de passado nas subjetivas com predicados descritivos, como em (51).

(50) a durante o ano, **claro** *que não* **há** *muito trabalho*. e aí está: é uma das desvantagens, se eu por exemplo, se estivesse em Lisboa, já tinha entrevistas todas as semanas, não é (Portugal 96: Um meio pequeno)

b quando se chega ao, a Faro, por exemplo, **eu acho** *que* **é** *muito pior do que Lisboa*. (Portugal 95: Grandes cidades)

(51) **aconteceu** *que essa família, no seio desta família, não* **havia** *ninguém que possuía a pulseira recomendada pelo... médico tradicional*. foi então que... a[...], ocorreram a outras famílias e apareceu uma que tinha essa pulseira, e emprestaram a pulseira (Angola 97: Conto tradicional)

Esse predomínio, porém, não deve ser entendido como motivado pelos traços semânticos do predicado da oração principal, uma vez que a codificação de tempo, como se sabe, é determinada sobretudo pelo tipo de sequência textual em que as orações ocorrem, se narrativa ou argumentativa/descritiva.

Em conjunto com os resultados do modo verbal, os resultados relativos ao tempo verbal revelam que, para a expressão do modo e do tempo do verbo na oração completiva, a natureza do córpus investigado, caracterizado, aqui, por atitudes assertivas do falante, tem atuação mais forte do que a semântica do predicado.

Unidade semântica da completiva

Além da semântica do predicado da oração principal, outro aspecto relevante para a caracterização funcional das construções completivas é, conforme proposto no âmbito da GDF, o tipo da unidade semântica representado pelo complemento oracional. A depender de qual seja essa unidade, verificam-se correlações sistemáticas nos dados analisados, que se manifestam de maneiras diferentes nas orações completivas subjetivas e objetivas. Desse ponto de vista, portanto, também se observa um alinhamento entre

os níveis representacional e morfossintático na estruturação das construções completivas.

De modo geral, as unidades representadas em completivas subjetivas tendem a ser mais restritas do que aquelas representadas em completivas objetivas. Os dados mostram que as orações subjetivas veiculam majoritariamente estados de coisas, como em (52), e conteúdos proposicionais, como em (53).

(52) isto, mesmo que não haja grandes quantidades de pessoas, *basta apenas* **transferir populações de um, de uma dado, de um determinada zona ecológica** (Angola 97: Guerra e ambiente)

(53) sim, sim. já chegou aqui, eu já dei parecer favorável. portanto, eh, vai agora para o pessoal, *é provável* **que... amanhã ou no outro dia receba a resposta.** (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

Nas completivas objetivas, por outro lado, veiculam-se, com frequência equilibrada, tanto estados de coisas quanto conteúdos proposicionais, conforme exemplificam, respectivamente, as ocorrências em (54) e (55).

(54) até hoje, a imagem que eles têm, embora em conversa depois com eles, eles digam que faz falta alguém assim no liceu, mas sinto que eu fui um bocado dura. podia ter sido na mesma rigorosa sem ter sido tão dura. e... *isso levou-me* **a ter algumas situações muito esquisitas**, ao ponto de uma vez um menino ter a [...], me atirado com pedra no liceu, pelo facto de eu o ter... sancionado com [...], sancionado com a pena máxima que era de... (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor)

(55) e os filhos ficaram todos ricos. mas j[...], eles julgavam que o dinheiro que nunca acabava. *eles julgavam* **que nunca mais se acabava**. abandonaram o serviço. (Portugal 97: Desporto e dinheiro)

Essa diferença, que aponta para uma maior variabilidade de funcionamento de completivas objetivas do que de subjetivas, também pode se explicar pela função essencialmente avaliativa das subjetivas e basicamente descritiva das objetivas, já indicadas.

Ainda a respeito da unidade que as orações completivas veiculam, um comportamento que aproxima subjetivas e objetivas é o fato de ambas praticamente não expressarem episódios. Encontram-se, no córpus investigado, apenas quatro ocorrências de completivas representativas dessa unidade, duas com oração subjetiva (cf. (56) e (57)) e duas com oração objetiva (cf. (58) e (59)).

(56) claro, também há os grupos, exacto. mas pareceu-me um bocado diferente daqui do Porto. *é evidente* **que as pessoas de Lisboa também chegam aqui**, **e, e também têm essa sensação,** não é, um bocado. (Portugal 95: Grandes cidades)

(57) e nunca *aconteceu* **de você estar longe dela, você se machucar e ela sentir**, ou... o contrário? (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

(58) o fundo da piscina deu defeito, tiveram que esvaziar e pi[...], e pintar, e limpar. aí perceberam que estava toda quebrada, então resolveram tirar – porque a piscina natural é toda de pedra – então *resolveram* **tirar aquelas pedras e botar um cimento**. quando começaram a, a tirar a parte, a parte externa, começaram a perceber que tinham mais pedras para dentro, todas, eh, manuseadas. (Brasil 80: Fazenda)

(59) a pintura, quer dizer, foi uma coisa que já vinha desde criança, gostei de, gostei de desenho desde talvez a infância porque lembro muito bem que quando era garoto andava a esboçar no chão, pá, com o dedo e tal. mais tarde comecei a fazer, quer dizer, desenhos assim de criancice, sabes, nos cadernos de escola primária e *lembro-me* **que em mil novecentos e oitenta tive um primo que estava a tirar o curso por correspondência de desenho e pintura, Alberto Torrão, quer dizer, ele foi a pessoa que me deu mais força e infelizmente quando estava para me inscrever o curso já estava encerrado mas nem com isso fiquei parado. pedi ao mesmo primo para ver se me dava alguns, alguns tópicos deste ramo, mas, eh pá, não sei o que é que se passou com ele, pá, talvez por causa do tempo, ele disse que não podia. mas mesmo assim também não fiquei parado. a única coisa que tinha a fazer era só investigar assim sozinho através de, eh pá, material que eu tinha, não é, lápis de carvão e tal. mais tarde dediquei-me, comecei a dedicar-me na pintura. comecei a pintar, pá,**

> **principalmente foi com aguarela, e vi que, que estava subdesen[...], não sei, quer dizer, como eu estava a treinar sozinho, para mim aquilo era um pouco difícil. comecei a pintar com guache também, também não resultou muito bem, mas afinal era, mais tarde notei que era falta de táctica, sabes, porque se, eh pá, se tivesse aqueles conhecimentos básicos, não haveria nenhuma, nenhuma dificuldade.** por isso, pá, quer dizer, agora tenho um pouco de jeito mas que não é aquele jeito que se diz... jeito. (Moçambique 83: Cantar e pintar)

Mais do que a qualquer particularidade relativa ao tipo de completiva ou ao córpus investigado, acredita-se que a baixa frequência de orações indicativas de episódio possa se dever à própria natureza dessa unidade. Dado que episódios se definem pelo encadeamento de estados de coisas, sua constituição torna-se mais complexa, mais elaborada do que a de outras unidades, o que explicaria seu emprego mais raro nas construções aqui analisadas.

É possível estabelecer ainda, segundo a GDF, um alinhamento entre a camada da oração completiva e sua codificação morfossintática finita ou não finita. Essa correlação, que segue a hierarquia das unidades semânticas, apresenta-se da seguinte forma: quanto mais baixa (menos complexa, menos abstrata, mais concreta) for a unidade na hierarquia da estrutura em camadas, maior a probabilidade de ela ser expressa em oração completiva não finita e, inversamente, quanto mais alta for a unidade na hierarquia, maior a probabilidade de ser expressa em completiva finita.

Os dados das orações completivas subjetivas confirmam esse alinhamento representacional e morfossintático, uma vez que os complementos representados por estados de coisas ocorrem majoritariamente como complementos não finitos (cf. (60)) e aqueles representados por conteúdos proposicionais são codificados exclusivamente como complementos finitos (cf. (61)). Os poucos casos de episódios refletem a posição intermediária que essa unidade ocupa em relação a estado de coisas e conteúdo proposicional, uma vez que podem ser tanto finitos (cf. (62)) quanto não finitos (cf. (63)).

(60) o ensino do português lá é muito proveitoso. toda a gente manda filhos para lá. chegamos lá, por exemplo, eh, o primeiro dia de aula é proibido falar, *os alunos, cada um, é proibido* **falar** *a su*[...], *o seu dialecto.* para quem sabe português, começa logo manejar o portug[...] (Timor Leste 99: Regras)

(61) bem, nã[...], eu, há uma, uma, uma... fórmula de avaliação final do décimo segundo ano, que neste momento não tenho presente, mas, eh, que, que realmente *me parece que os alunos, eh, do ensino público* **estão** *sempre um bocado em desvantagem em relação aos do ensino privado*. (Portugal 95: Vida de estudante)

(62) claro, também há os grupos, exacto. mas pareceu-me um bocado diferente daqui do Porto. *é evidente que as pessoas de Lisboa também* **chegam** *aqui, e, e também* **têm** *essa sensação*, não é, um bocado. (Portugal 95: Grandes cidades)

(63) e nunca *aconteceu de você* **estar** *longe dela, você* **se machucar** *e ela* **sentir**, ou... o contrário? (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

Os complementos com função de objeto também confirmam o alinhamento entre os níveis representacional e morfossintático para a gramática das orações completivas, na medida em que os estados de coisas são expressos predominantemente em orações não finitas (cf. (64)) e os conteúdos proposicionais, em orações finitas (cf. (65)). Assim como acontece com as completivas subjetivas, há poucos casos de complementos do tipo episódio, os quais apresentam codificação morfossintática tanto não finita (cf. (66)) quanto finita (cf. (67)).

(64) para ter filhos, ah, ao ficar grávida faz o aborto, com, fica com receio de estar com a gravidez perante os colegas den[...], dentro da sociedade. então, ah, é *uma das razão que leva os jovens* **a fazer** *o aborto*. (Guiné-Bissau 95: Aborto)

(65) mas é uma tristeza, as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, *eles acham que coisa antiga* **é** *coisa velha*. (Brasil 80: Arte urbana)

(66) o fundo da piscina deu defeito, tiveram que esvaziar e pi[...], e pintar, e limpar. aí perceberam que estava toda quebrada, então resolveram tirar – porque a piscina natural é toda de pedra – então *resolveram* **tirar** *aquelas pedras e botar um cimento*. quando começaram a, a tirar a parte, a parte externa, começaram a perceber que tinham mais pedras para dentro, todas, eh, manuseadas. (Brasil 80: Fazenda)

(67) a pintura, quer dizer, foi uma coisa que já vinha desde criança, gostei de, gostei de desenho desde talvez a infância porque lembro muito bem que quando era garoto andava a esboçar no chão, pá, com o dedo e tal. mais tarde comecei a fazer, quer dizer, desenhos assim de criancice, sabes, nos cadernos de escola primária e *lembro-me que em mil novecentos e oitenta* **tive** *um primo que estava a tirar o curso por correspondência de desenho e pintura, Alberto Torrão, quer dizer, ele foi a pessoa que me deu mais força e infelizmente quando estava para me inscrever o curso já* **estava** *encerrado mas nem com isso* **fiquei** *parado.* **pedi** *ao mesmo primo para ver se me dava alguns, alguns tópicos deste ramo, mas, eh pá, não sei o que é que se passou com ele, pá, talvez por causa do tempo, ele* **disse** *que não podia. mas mesmo assim também não* **fiquei** *parado. a única coisa que* **tinha** *a fazer era só investigar assim sozinho através de, eh pá, material que eu tinha, não é, lápis de carvão e tal. mais tarde* **dediquei-me**, **comecei** *a dedicar-me na pintura.* **comecei** *a pintar, pá, principalmente foi com aguarela, e vi que, que estava subdesen[...], não sei, quer dizer, como eu estava a treinar sozinho, para mim aquilo* **era** *um pouco difícil.* **comecei** *a pintar com guache também, também não* **resultou** *muito bem, mas afinal era, mais tarde* **notei** *que era falta de táctica, sabes, porque se, eh pá, se tivesse aqueles conhecimentos básicos, não haveria nenhuma, nenhuma dificuldade.* por isso, pá, quer dizer, agora tenho um pouco de jeito mas que não é aquele jeito que se diz... jeito. (Moçambique 83: Cantar e pintar)

Tendo em vista que os complementos não finitos são formalmente mais integrados à oração principal (Lehmann, 1988; Hopper, Traugott, 1993) e que há um alinhamento estreito entre codificação morfossintática e tipo de unidade semântica (Hengeveld; Mackenzie, 2008), como já foi mostrado, poder-se-ia pressupor que a integração se refletisse no compartilhamento de constituintes entre oração principal e completiva, como o sujeito das orações. Assim, a hipótese seria que orações não finitas, mais integradas e represen-

tativas de unidades mais baixas, ocorreriam em construções com sujeitos idênticos e, ao contrário, orações finitas, menos integradas e representativas de unidades mais altas, participariam de construções com sujeitos diferentes.

Os dados, no entanto, apontam para a refutação dessa hipótese, ou seja, revelam que a integração estrutural não se reflete, pelo menos no que diz respeito ao sujeito sintático, no compartilhamento de constituintes entre as orações, na medida em que predominam sujeitos diferentes nas objetivas, independentemente de a completiva representar uma unidade mais baixa (estado de coisas) ou mais alta (conteúdo proposicional). A seguir, são apresentadas ocorrências que ilustram o não compartilhamento do constituinte sujeito entre a oração principal e o complemento quando este é um estado de coisas (cf. (68)) e um conteúdo proposicional (cf. (69)).

(68) ele, a United Press estava instalada no segundo andar, "estão a arrombar as portas no rés-do-chão. [**eu**] *sinto*-**os** *subir a escada*." a electricidade estava fechada, é claro, não havia... elevadores. (Portugal 73: Jornalismo)

(69) porque se fosse, se eu vivesse com mais alguém [**eu**] *acho que* **esse dinheiro**, *di*[...], *dinheiro não chegava*. (Angola 97: Jovem Gaspar)

Na seção anterior, a ocorrência predominante de modo indicativo e tempo presente, tanto para as subjetivas quanto para as objetivas, foi considerada independente da semântica do predicado. Da mesma forma, a unidade semântica representada pela completiva também não se mostrou determinante para a indicação de modo e tempo na oração. Esse resultado reforça, portanto, o papel do tipo de sequência textual sobre a escolha de modo e tempo, mais do que qualquer outro fator de natureza semântica.

Palavras finais

Neste capítulo, buscamos descrever, a partir de uma perspectiva discursivo-funcional, as construções completivas com orações

em função de sujeito e de objeto a partir de córpus representativo de diferentes variedades do português. A análise demonstrou não haver diferenças no funcionamento dessas construções entre as variedades investigadas.

Na teoria da GDF, principal abordagem teórica adotada no trabalho aqui apresentado, a caracterização das completivas é feita a partir da unidade semântica que elas representam e que é determinada, em grande medida, pela semântica do predicado complementado. Esses dois critérios foram empregados para identificar determinações funcionais na estruturação de construções completivas do português. No Quadro 1, aparecem resumidas as correlações mais significativas que podem ser feitas entre os aspectos semânticos e morfossintáticos das completivas analisadas no estudo que originou este capítulo.

Quadro 1 – Correlações entre aspectos semânticos e morfossintáticos das orações completivas

Formulação semântica		**Codificação morfossintática**		
		Subjetivas	**Objetivas**	
Semântica do predicado da oração principal	Avaliativo modal	Finito	Finito	Sujeitos diferentes
	Avaliativo não modal	Não finito	–	–
	Descritivo	Finito	Finito/ Não finito	Sujeitos idênticos ou diferentes
	Manipulativo/ Causativo	–	Não finito	Sujeitos diferentes
Unidade semântica da oração completiva	Estado de coisas	Não finito	Não finito	Sujeitos idênticos ou diferentes
	Episódio	Finito/ Não finito	Finito/ Não finito	Sujeitos idênticos ou diferentes
	Conteúdo proposicional	Finito	Finito	Sujeitos idênticos ou diferentes

Como se pode ver no quadro, há algumas correlações claramente definidas entre a formulação semântica e a codificação morfossintática das completivas aqui analisadas. Os predicados avaliativos modais determinam a codificação morfossintática finita das orações completivas subjetivas e objetivas e a não identidade dos participantes sujeitos da oração principal e da oração completiva objetiva. Os predicados avaliativos não modais, por sua vez, só introduzem orações subjetivas e determinam sua codificação morfossintática não finita. Os predicados descritivos ocorrem com completivas subjetivas que recebem apenas codificação morfossintática finita, ao passo que, quando introduzem completivas objetivas, estas podem receber tanto codificação morfossintática finita como não finita. No caso das completivas objetivas introduzidas por predicados descritivos, pode ou não haver identidade entre os sujeitos das orações principal e completiva. Os predicados manipulativos/causativos, por outro lado, só ocorrem com completivas objetivas e determinam a codificação morfossintática não finita das orações, bem como a não identidade de seus sujeitos.

Quando se considera o tipo da unidade semântica representado pelo complemento oracional e o formato da completiva, as correlações se apresentam mais sistemáticas. Como se vê no quadro, independentemente da função sintática da completiva, complementos do tipo estado de coisas recebem codificação morfossintática não finita, e complementos do tipo conteúdo proposicional recebem codificação morfossintática finita. Os poucos casos de complementos do tipo episódio podem receber tanto codificação morfossintática finita como não finita. Com relação à identidade dos participantes sujeitos da oração principal e da oração completiva objetiva, observa-se que esse aspecto não é determinado pelo tipo de unidade semântica representado pelo complemento oracional, uma vez que pode haver identidade ou não dos participantes sujeitos das orações com complementos oracionais dos três tipos: estado de coisas, episódio e conteúdo proposicional.

A descrição das orações completivas a partir do modelo teórico da GDF permitiu evidenciar a forte atuação de aspectos semântico-

-funcionais sobre a forma que as completivas investigadas assumem. O comportamento de alguns fatores para os dois tipos de oração demonstrou também que essa determinação é sensível à função sintática da oração completiva. Tomados em conjunto, esses resultados configuram-se como evidência de correspondências sistemáticas entre aspectos semântico-discursivos, ligados à formulação linguística, e aspectos morfossintáticos, ligados à codificação. No que se refere às orações completivas subjetivas e objetivas do português, os resultados validam, assim, a proposta da GDF de descrição das unidades linguísticas em níveis distintos de representação gramatical.

3
A oração predicativa

*Cibele Naidhig de Souza**

*Lisângela Aparecida Guiraldelli**

Palavras iniciais

As construções predicativas não têm recebido muita atenção nos estudos gramaticais e linguísticos. Em geral, as gramáticas se limitam a descrevê-las com a atribuição da função sintática de predicativo do sujeito, sem fornecer maiores esclarecimentos sobre sua funcionalidade, em termos semânticos e pragmáticos, e sobre a natureza das relações morfossintáticas que se estabelecem nessas estruturas. Nos estudos linguísticos, consideram-se as orações predicativas como casos de encaixamento e/ou, o que é mais comum, cita-se a especificidade da relação de subordinação dessas orações, indicando apenas que merecem tratamento diferenciado.

A proposta deste trabalho foi estudar as construções predicativas nas variedades lusófonas (português europeu, africano e brasileiro), buscando uma caracterização funcional dessas orações em que se contemplaram fatores pragmáticos, semânticos e morfossintáticos.

---

* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (cibelenasouza@gmail.com; lisguiraldelli@uol.com.br). Agradecemos à profa. dra. Erotilde Goreti Pezatti pelas discussões, pelos comentários e pelas leituras de versões anteriores do texto, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste capítulo.

O exame está comprometido com o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008), uma visão funcionalista da língua atenta para os diversos níveis de funcionalidade das expressões linguísticas. É desse modo que, nesse modelo teórico, a subordinação é considerada um processo morfossintático determinado por fatores pragmáticos e semânticos, interessando-lhe, então, estudar de que modo fatores interpessoais, representacionais e morfossintáticos são responsáveis pela escolha de certos tipos de orações subordinadas.

Na GDF, postula-se que as orações subordinadas podem ser classificadas em termos das camadas dos níveis interpessoal e representacional. A camada mais alta contém as camadas mais baixas e, então, as construções subordinadas podem ser classificadas em termos da camada mais alta em que se enquadram. No caso das orações completivas, por exemplo, a semântica do predicado principal determina o tipo de unidade interpessoal ou representacional que pode ocorrer como dependente. Hengeveld e Mackenzie (2008) preveem que as unidades passíveis de representação nas orações completivas são de ordem superior a indivíduos (x).[1]

Outros dois postulados arrolados por esses autores em relação à subordinação são: o molde de predicação (*predication frame*), no nível representacional, se reflete na estrutura oracional, no nível morfossintático; uma oração terá preferencialmente tanto mais formas não finitas quanto mais baixa encontrar-se na hierarquia das camadas, e terá preferencialmente tanto mais formas finitas quanto mais alta encontrar-se na hierarquia das camadas.

Considere-se, ainda, que a GDF define dois tipos de dependência morfossintática, as relações dos tipos núcleo-modificador e núcleo-dependente. Exemplos típicos do primeiro tipo são as relações entre nomes e adjetivos atributivos. As orações adverbiais e as relativas representam a subordinação núcleo-modificador.[2]

1 Ver Capítulos 2 e 8 neste volume.

2 Ver Capítulos 4 a 7 (adverbiais) e 9 e 10 (relativas).

A subordinação do tipo núcleo-dependente, em que se inserem as orações completivas, definem-se pela relação entre um predicado e seus argumentos.[3]

Construções predicativas em gramáticas tradicionais e em estudos linguísticos

De acordo com as gramáticas tradicionais, as orações predicativas, descritas e analisadas como pertencentes ao subgrupo das orações subordinadas substantivas, exercem a função de predicativo de um termo que é sujeito da oração principal, ou seja, as predicativas atribuem uma propriedade, uma qualificação, uma especificação a um termo da outra oração, com a função sintática sujeito (Rocha Lima, 1976; Cunha; Cintra, 1985; Kury, 1985; Bechara, 1999).

As orações predicativas apresentam-se na forma desenvolvida, introduzidas pela conjunção integrante "que", como em (1), ou reduzidas de infinitivo, como em (2).

(1) O terrível é **que esta moléstia destrói a vontade...** (Cyro dos Anjos) (Rocha Lima, 1976, p.265)

(2) A sua intenção era **comunicar a Augusta o resultado da conversa com o pretendente.** (Machado de Assis, *Obras completas* II, 1997) (Cunha; Cintra, 1985, p.597)

Segundo Ignácio (2002), há quem postule que não existem orações predicativas e que as orações assim classificadas seriam, na verdade, subjetivas, sendo o sujeito da oração principal um termo com a função sintática de predicativo. De acordo com esse raciocínio, em um período como aquele apresentado em (1), o termo "terrível" seria um predicativo do sujeito oracional "que esta moléstia

3 Ver Capítulos 2 e 8.

destrói a vontade". O autor reconhece que o assunto é polêmico, mas não apresenta uma solução definitiva.

Reconhece-se a proximidade entre as construções predicativas e subjetivas, especialmente quando a oração principal, no caso das subjetivas, é formada por verbo "ser" e predicado nominal. Gonçalves (2001) observa que a distinção entre as orações subjetivas com predicado nominal e as predicativas ocorre pela formação da oração principal. Nas predicativas, o sintagma nominal (Np) com a oração principal aparece em P^I (posição inicial), enquanto nas subjetivas esse sintagma ocorre posposto à cópula verbal, como mostram (3a) e sua paráfrase, (3b), retirados de Gonçalves (2001, p.186).

(3) a E com as eleições para a academia, **é uma obrigação** *eu me exibir...*
b **A obrigação é** *eu me exibir.*

Deve ser observado, como demonstra Pezatti (2012; 2013; 2014b), que a ordenação de constituintes oracionais está em consonância com fatores de ordem pragmática. Esse é um aspecto relevante de uma análise funcional de orações predicativas, conforme será demonstrado na seção que se segue.

Entre os poucos trabalhos dedicados à análise das orações predicativas, destaca-se o de Rodrigues (2001), que busca definir tanto os traços mais prototípicos quanto os menos prototípicos dessas orações. A autora nota que as estruturas mais prototípicas podem ser descritas a partir de quatro atributos: 1) a oração matriz tem sujeito na forma de um sintagma nominal cujo núcleo apresenta o traço [-animado], sendo esse núcleo, na maioria dos casos, um adjetivo substantivado; 2) a oração predicativa ocorre na forma não finita; 3) o verbo da oração matriz é "ser" na terceira pessoa do singular do presente do indicativo; 4) a oração predicativa ocorre à direita do verbo da oração matriz. Uma oração predicativa prototípica nesses termos é a apresentada em (4).

(4) O essencial é **atender ao clima, às condições de trabalho, aos dispêndios de energia do adolescente** [...] (Rodrigues, 2001, p.198)

Rodrigues (2001) observa que caracterizam todas as orações examinadas (as mais e as menos prototípicas, portanto) a ocorrência do verbo "ser" na oração matriz e o atributo 4, ou seja, a oração predicativa ocupa a posição à direita do período.

Na discussão teórica sobre a (in)dependência entre orações, o grupo das completivas (substantivas), dentro do qual as orações predicativas são tradicionalmente estudadas, é tratado como casos de encaixamento, em que uma das orações funciona como um constituinte argumental de outra oração.

Um olhar mais atento revela, porém, que, nas orações predicativas, não há encaixamento, pois elas não são constituintes argumentais, como as substantivas subjetivas e objetivas. Por isso, autores como Noonan (1985), Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2008), Castilho (2010), entre outros, não incluem as predicativas entre as completivas.

Conforme Noonan (1985, p.42), a complementação é uma situação sintática em que uma sentença nominal ou predicação é um argumento de um predicado. Então, uma predicação pode ser vista como um argumento de um predicado se funciona como sujeito ou objeto daquele predicado.

Gonçalves, Casseb-Galvão e Sousa (2008) entendem a subordinação como "o ambiente sintático em que uma sentença ou uma predicação sustenta uma relação do tipo predicado-argumento" (p.1021), o que significa, em outros termos, priorizar "apenas os casos de encaixamento estrito de sentença, ou seja, apenas os casos de sentenças diretamente encaixadas em posição de argumento de predicado" (p.1026). Por isso, os autores desconsideram, em seu estudo, as orações predicativas, argumentando que é discutível o tipo de encaixamento estrutural observado nesses casos.

Castilho (2010, p.355), por seu turno, considera três tipos de subordinação entre orações: as substantivas, que são argumentais; as adjetivas e as adverbiais, que são adjuncionais. As substantivas desempenham, portanto, função de argumento interno (complemento do predicado verbal) ou argumento externo (sujeito), ficando excluídas dessa classificação as predicativas.

Na GDF, as orações predicativas também não são consideradas como pertencentes ao subgrupo das completivas. Hengeveld e Mackenzie (2008) mantêm separadas as orações-complementos e as orações-predicados: "clauses may occur as constituents of other clauses as adverbial, complement or predicate clauses" [orações podem ocorrer como constituintes de outras orações, como orações adverbial, complemento ou predicado] (p.352).

Nas construções predicativas, existe relação de dependência, de subordinação entre as orações, pois o sentido completo do que se pretende transmitir só é obtido por meio da relação estabelecida entre elas, no enunciado. Considere-se, por exemplo, a ocorrência (5), em que há relação de dependência entre as orações "o negócio é" e "você não esquentar a cabeça", podendo a segunda ser analisada como um constituinte predicacional da primeira.

(5) então você, o, *o negócio é* **você não esquentar a cabeça**, deixa para lá, sabe, deixa o barco correr. (Brasil 80: Nada ciumenta)

Embora se admita uma relação de dependência nessas construções, fica por explicar a natureza dessa subordinação. Como se pretende demonstrar, esse é um caso especial de subordinação, em que não há relação de complementação, de encaixamento. Como bem nota Neves (2000), nesses casos, há uma relação de identificação entre as orações envolvidas, e a cópula verbal não instaura aí relação de predicação, como será analisado adiante, ao serem abordadas as construções predicativas no nível representacional. Dado que a opção é seguir a direção descendente da GDF, antes de tratar de aspectos do nível representacional, serão abordados os fatores relevantes no nível interpessoal, na próxima seção.

As predicativas no nível interpessoal

Pezatti e Camacho (1997) e Pezatti (2012; 2013; 2014b) postulam que a ordenação de constituintes no português brasileiro é fortemente marcada por razões pragmáticas. O que interessa res-

saltar aqui é que a relação entre a função sintática sujeito e a função pragmática tópico é codificada morfossintaticamente na colocação desse constituinte em posição inicial (P^I), como esses autores observam ao analisar orações simples.

A GDF prevê que funções pragmáticas podem ser atribuídas a subatos de referência ou de atribuição. O subato de referência representa uma tentativa do falante de evocar uma entidade, que será de um tipo particular de categoria semântica – por exemplo, indivíduo (x), locação (l), tempo (t), razão (r), quantidade (q). O subato de atribuição representa uma tentativa do falante de evocar uma propriedade (f) que se aplica a uma entidade.

Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem três funções pragmáticas, tópico, foco e contraste, que têm como contrapartes comentário, fundo e sobreposição, respectivamente, sendo tais contrapartes raramente marcadas nas línguas.[4]

A função tópico, que interessa a este trabalho, é atribuída a um subato que tem a função de sinalizar, no ato discursivo, como o conteúdo comunicado se relaciona com o registro construído gradualmente no componente contextual, fornecendo um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada. Observa Pezatti (2014b, p.16) que a atribuição da função tópico, em português, é marcada pela colocação do subato tópico no início da oração, o que significa que, na codificação morfossintática, está sempre em posições do domínio de P^I.

O que se observa nas construções predicativas é que, no nível interpessoal, o conteúdo comunicado se compõe de dois subatos de referência,[5] em que a um deles é atribuída a função tópico, o que determina sua colocação em P^I. Tome-se como exemplo a ocorrên-

---

4 A função foco marca a seleção estratégica de informação nova pelo falante para preencher uma lacuna na informação dele. Contraste sinaliza o desejo do falante de realçar diferentes particularidades entre dois ou mais conteúdos comunicados, ou entre conteúdo comunicado e informação contextualmente disponível.

5 Explicam-se os subatos de referência na próxima seção, na qual serão discutidas questões relativas ao nível representacional.

cia (6), em que o sintagma "o problema" representa a entidade que fornece uma orientação para a informação nova a ser apresentada, exerce a função tópico e se coloca em P^I. A unidade semântica não tópica, por outro lado, assume a posição medial obrigatória (P^M) e a palavra verbal, a posição relativa P^{M-1}, já que elementos suporte são os últimos a serem ordenados, conforme representado em (6).

(6) $[(R_i)_{TOP}$ $(R_j)]$

P^I P^{M-1} P^M

O problema é que era difícil esse parto, em relação às pessoas indigentes e que tinham de se deitar na esteira.

mas essa esteira, justamente, ah, o problema é este. *o problema é* **que era difícil esse parto, em relação às pessoas indigentes e que tinham de se deitar na esteira**. (Cabo Verde 95: Colher e panela)

Pezatti e Camacho (1997) e Pezatti (2012; 2013; 2014b) comprovam que, no português brasileiro, a posição mais neutra na ordenação de constituintes oracionais é sujeito, verbo, objeto/complemento (SVO), pois, nesses casos, o sujeito, na verdade, tem a função tópico, ocupando assim a posição P^I. Como destaca Pezatti (2014b), "o candidato mais natural à função tópico é, sem dúvida, o constituinte configuracional que morfossintaticamente desempenha a função de sujeito" (p.8).

A verificação de que, em todas as ocorrências examinadas, o sintagma em P^I assume a função tópico constitui um argumento para se considerar esse constituinte como sendo também o sujeito da oração.

As predicativas no nível representacional

A natureza identificacional

Para descrever e analisar a relação de subordinação dessas construções no nível representacional, primeiramente examinaremos os tipos predicacionais, em conformidade com a proposta da GDF.

A camada da propriedade configuracional apresenta moldes de predicação que envolvem a combinação de diferentes subatos de atribuição (T) e de referência (R) do nível interpessoal. Esses moldes podem ser constituídos de propriedades de vários tipos, ou podem ser moldes identificacionais e existenciais.[6] A discussão aqui se detém no molde de predicação relevante para a análise das construções em pauta, a saber, o identificacional.

Observe-se que, na língua portuguesa, orações simples com predicativo do sujeito – as chamadas orações com predicado nominal na gramática tradicional – podem trazer diferentes moldes de predicação, todos com cópula suporte (um *dummy*), conforme será explicitado adiante:

a) propriedade de um lugar: "[...] era difícil esse parto [...]" (Cabo Verde 95: Colher e panela);
b) propriedade relacional: "[...] você ser sem dinheiro" (Brasil 80: Jogo do bicho);
c) propriedade classificacional: "[...] eu sou um mecânico" (Brasil 80: Comer e falar bem);
d) propriedade identificacional: "[...] a droga são os comprimidos" (Angola 97: Meninos de rua).

O molde de predicação identificacional, assim como o existencial,[7] representa estados de coisas sem subato de atribuição (T), ou seja, destituídos de uma propriedade. Isso quer dizer que são constituídos apenas de subatos de referência, diferentemente dos demais moldes de predicação, que envolvem sempre ao menos um subato de atribuição (T). No molde de predicação existencial, há apenas uma unidade semântica, que não é argumento de nenhum predicado. Nas construções de identificação, por outro lado, apre-

6 Para mais detalhes sobre os moldes de predicação na Gramática Discursivo-Funcional, confira Capítulo 1 neste volume.

7 Um exemplo de molde de predicação existencial é "há muitas maneiras de acção coerciva [...]" (Angola 97: Guerra e ambiente), no qual existe apenas um subato de referência (R).

sentam-se duas entidades pertencentes à mesma categoria semântica, representando dois modos alternativos de visão de uma mesma entidade.

Embora com orações simples sejam possíveis propriedades de um lugar, relacional, classificacional ou identificacional, conforme ilustram as ocorrências usadas como exemplos nas propriedades a-d, nas construções predicativas identificadas no córpus analisado ocorre apenas o molde de predicação identificação, com dois subatos de referência que veiculam a mesma categoria semântica, como representada em (7) e ilustrada em (8) e em (9).

(7) R R
$(f_1$: [(v_1) (v_1)] $(f_1))$

(8) R R
$(f_1$: [(p_1) (p_1)] $(f_1))$
$(f_1$: [$(p_{1:}$[a verdade]) $(p_1$: [eles não têm tempo absolutamente nenhum])] $(f_1))$
[...] depois têm testes, têm que estar preparados para os testes, acabam uns começam outros, e **a verdade é que eles não têm tempo absolutamente nenhum**. é uma adolescência estúpida, porque eles não vão ao, não podem ir a lado nenhum, não têm tempo para, para se dedicar a, à música – ela, por exemplo, andava em piano teve que deixar, andava em ginástica teve que deixar (Portugal 95: Vida de estudante)

(9) R R
$(f_1$: [(e_1) (e_1)] $(f_1))$
$(f_1$: [$(e_1$: [a única coisa que ele ainda gosta, até hoje]) $(e_1$:[botar cerveja para mim])] $(f_1))$
a única coisa que ele ainda gosta, até hoje, é botar cerveja para mim porque faz espuma. aí, ele bebe a espuma. também, só, só. mas ele, quando era garotinho, pegou lá, uma vez pegou um copo lá, eh, sabe, ia sempre, pegava o mesmo, botava, "hum!" gostou! a gente não via! até o dia que nós encontrámos ele atrás do carrinho de chá, se engasgando todo, porque tomou uma dose de pura. aí se desgraçou todo. (Brasil 80: Criar filhos)

Note-se que pode haver permuta entre as entidades envolvidas, o que caracteriza uma construção de identificação.

(8) a Que eles não têm tempo absolutamente nenhum **é a verdade**.

(9) a Botar cerveja para mim **é a única coisa que ele ainda gosta, até hoje**.

Nas construções identificacionais há, então, dois subatos de referência, que representam a tentativa do falante de evocar uma mesma entidade de dois modos alternativos. Nos dados analisados, observou-se que as categorias semânticas veiculadas nessas construções são conteúdo proposicional (p), como (8), ou estados de coisas (e), como (9). Um conteúdo proposicional (p) é uma entidade de terceira ordem, um construto mental, que pode ser avaliado em termos de sua verdade e não pode ser localizado no espaço nem no tempo. Estados de coisas (e) são entidades de segunda ordem, podem ser localizados no tempo e no espaço e avaliados em termos de realidade.

Como já mencionado, nas construções de identificação, as duas entidades veiculam a mesma categoria semântica. Nesse sentido, deve-se lembrar o postulado da GDF, segundo o qual a camada mais alta contém as camadas mais baixas e, então, as construções subordinadas podem ser classificadas em termos da camada mais alta que elas veiculam (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.363). Aplicando-se tal postulado à análise das predicativas, prevalece a categoria mais alta da construção de identidade para as duas orações envolvidas. Assim, por exemplo, em (8), há o conteúdo proposicional "a verdade" que leva a segunda oração a ser analisada também como um conteúdo proposicional (p).

Em estudo sobre orações predicativas, Neves (2000) destaca construções que denomina de mistas, pois considera que há uma oração completiva predicativa e, como núcleo do sintagma nominal (Np) sujeito, um nome transitivo. Por isso, a oração completiva ocorre preposicionada, assemelhando-se a uma oração completiva nominal.

(10) A sensação é ***de* que tudo se move lenta e pesadamente**.
(Neves, 2000, p.338)

Sob o arcabouço da GDF, nesses casos a predicação é do tipo relacional, pois se caracteriza por ser não dinâmica e por envolver uma expressão que é usada atributivamente e marcada com uma preposição. Assim, em (10), a expressão "de que tudo se move lenta e pesadamente" é um subato de atribuição que denota uma propriedade. A propriedade relacional pode ser representada do seguinte modo:

(11) T $\quad\quad\quad\quad$ R_1
$(f_1: (v_1)_{\phi} (f_1))$

Lê-se, em (11): uma propriedade (f_1) é usada atributivamente (T) e é realizada por meio da referência a uma categoria semântica (v_1) com uma função semântica (ϕ).

Esse tipo de molde de predicação relacional, no entanto, não foi verificado no córpus analisado.

Outras propriedades semânticas

Uma questão relevante sobre as construções predicativas é que o sintagma nominal tópico traz sempre o traço [-animado] e não tem um referente objetivo, o que também foi observado por Neves (2000), Rodrigues (2001), Vilela e Koch (2001), entre outros. Nas palavras de Neves (2000), o sujeito da oração principal "indica uma ação mental, uma atitude, ou simplesmente um conceito, cujo significado corresponde ao de uma oração" (p.337).

Isso acontece porque as unidades previstas para representação em orações subordinadas são de ordem superior a indivíduos (x) (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.363). Como já se observou, as construções de identificação veiculam um conteúdo proposicional (p) ou um estado de coisas (e), exemplificadas anteriormente em (8) e (9).

O Np pode ter como núcleo um item semanticamente vazio, preenchedor de qualquer categoria semântica, como a palavra "coisa". Nesses casos, a oração relativa[8] encaixada no Np nuclear colabora para a definição do tipo de entidade semântica. Assim, por exemplo, em (12), a oração relativa "que eles vão fazer" indica que a palavra "coisa" se refere a um estado de coisas.

(12) [...] de... rurais, portanto, de agricultores e transferi-los para uma zona ecológica que eles não estão habituados, **a primeira coisa que eles vão fazer** *é pôr em prática aquilo* que estão habituados a fazer. (Angola 97: Guerra e ambiente)

Observa-se, nos dados, que o Np tópico, em posição inicial na oração, é de natureza descritiva[9] ou avaliativa,[10] conforme proposta para a classificação de predicados principais (sejam eles verbais, nominais, adjetivais) de orações completivas em Noonan (1985) e Dik (1997) e nos trabalhos de descrição do português elaborados por Gonçalves, Casseb-Galvão e Sousa (2008), Sousa et al. (Capítulo 2, neste volume), entre outros.

1. **Avaliativos** – expressam uma avaliação do falante sobre o conteúdo da subordinada, podendo ser modais ou não.

a) **Avaliativos modais**: constituem proposições, uma vez que a avaliação é em termos da possibilidade de que um estado de coisas seja verdadeiro (modalidade epistêmica). No córpus examinado, não foram encontrados outros tipos de avaliação modal, além de "verdade", como em (13).

---

8 Para informações sobre as orações relativas, ver o Capítulo 9.

9 A classificação dos predicados das completivas em descritivos é apresentada no Capítulo 2.

10 Os constituintes avaliativos não modais, diferentemente dos modalizadores, não expressam valores de possibilidade, probabilidade, necessidade, obrigatoriedade. É a aptidão, ou a ausência de aptidão, de certos elementos na determinação de uma proposição um critério que diferencia modais e não modais (Cervoni, 1989).

(13) só sei que realmente se está a estraga[...], e[...], eu olho para eles – claro que eu não vou dizer isto assim, à minha filha posso dizer, porque ela é muito responsável, mas **a verdade** *é que não se pode dizer isto aos miúdos de quinze, dezasseis, dezassete anos* – mas a verd[...], mas sinto que eles não vivem nada que diga respeito à adolescência (Portugal 95: Vida de estudante)

b) **Avaliativos não modais**: a avaliação é em termos de como o falante considera a realização do evento. No córpus da pesquisa, foram encontrados os seguintes avaliativos não modais: "o interessante", "o engraçado", "a melhor coisa", "o problema", entre outros. A ocorrência (14) ilustra.

(14) estando de fora da casa. fiquei ali, a ver... o, **o engraçado** *para mim era ver as águas a cair daquele capim para o chão*! (Moçambique 86: Chuva)

2. **Descritivos –** expõem acontecimentos, eventos, estados, como em (15).

(15) [...] **a única coisa que ele ainda gosta**, *até hoje, é botar cerveja para mim* porque faz espuma. aí, ele bebe a espuma. também, só, só. mas ele, quando era garotinho, pegou lá, uma vez pegou um copo lá, eh, sabe, ia sempre, pegava o mesmo, botava, "hum!" gostou! a gente não via! (Brasil 80: Criar filhos)

As predicativas no nível morfossintático

Como já notado, nessas construções não há atribuição de propriedade a uma entidade semântica, já que as duas unidades, da mesma categoria semântica, representam apenas modos alternativos de visão da mesma entidade. Assim, a oração, representante no nível morfossintático de uma construção de identificação do nível representacional, requer a inserção de uma cópula, um elemento vazio (*dummy*).

Na GDF, definem-se *dummies* como elementos que ocorrem em situações em que nenhum material interpessoal ou representacional é inserido em uma posição oracional obrigatória do nível morfossintático. Esses elementos vazios substituem, assim, argumentos ou predicados, como o pronome *it*, no inglês em uma oração como: "It is raining".

Em português, a oração, de modo geral, necessita do preenchimento do espaço reservado para o verbo que não foi preenchido com material provindo dos níveis interpessoal e representacional. Dessa forma, a cópula suporte é inserida no nível morfossintático em construções com predicado não verbal (nominal, adjetival, adverbial), ou em construções classificacionais, existenciais e identificacionais, para codificação de informação de modo, tempo, número e pessoa.

Em construção de identificação, a cópula verbal não instaura relação de predicação, afinal, é um elemento expletivo, vazio (*dummy*), introduzido no nível morfossintático para explicitar os operadores de tempo, de modo, de número e de pessoa do nível representacional, como exemplifica a forma verbal "é", em (15), apresentado na seção anterior.

Não havendo predicação, um aspecto importante que distingue esse tipo de construção das demais completivas, torna-se difícil afirmar que nesse tipo de construção há duas orações, uma principal e uma subordinada. Não se pode também dizer que existe uma relação de núcleo-dependente ou de núcleo-modificador. Em outras palavras, semanticamente, uma oração não é constituinte da outra, o que compromete a definição de subordinação.

Com efeito, o fato de as duas orações estarem em relação semântica de identificação, em que se definem dois modos diferentes de referência à mesma entidade, permite distinguir uma principal de uma subordinada? E, se a resposta for positiva, qual constituinte poderá ser compreendido como principal ou subordinado?

No caso das orações finitas, o uso da conjunção gramatical "que" sinaliza morfossintaticamente uma oração subordinada, como bem observam Hengeveld e Mackenzie (2008, p.354).

Assim, em ocorrências como (16), aqui repetida por conveniência, a oração introduzida pela conjunção tem o estatuto morfossintático de subordinada, como mostra (16b). Mas não se pode dizer que "a verdade" constitui uma oração principal.

(16) a [...] depois têm testes, têm que estar preparados para os testes, acabam uns começam outros, e **a verdade é** *que eles não têm tempo absolutamente nenhum*. é uma adolescência estúpida, porque eles não vão ao, não podem ir a lado nenhum, não têm tempo para, para se dedicar a, à música – ela, por exemplo, andava em piano teve que deixar, andava em ginástica teve que deixar (Portugal 95: Vida de estudante)

b *Que eles não têm tempo absolutamente nenhum* **é a verdade**.

No córpus analisado não se registrou nenhuma ocorrência desse tipo de oração anteposta ao Np a que se relaciona. Neves (2000, p.337), no entanto, atesta essa ordenação em dados do português escrito contemporâneo, mas reconhece também ser rara essa possibilidade.

(17) **Que haja um só rebanho e um só pastor**, *sempre foi a maior preocupação da Igreja.*

Para as orações finitas é possível, com base nesse critério formal, identificar a oração subordinada. No caso das orações não finitas, a forma verbal reduzida atesta o estatuto de dependência da subordinada, como ilustra (18).

(18) a estando de fora da casa. fiquei ali, a ver... o, *o engraçado para mim era* **ver as águas a cair daquele capim para o chão**! (Moçambique 86: Chuva)

b *Ver as águas a cair daquele capim para o chão* **era o engraçado para mim.**

Portanto, se, por um lado, semanticamente, uma construção de identificação não se define como uma relação de constituência –

uma oração não é constituinte da outra, seja como argumento, seja como modificador –, por outro, morfossintaticamente, uma oração apresenta marcas de subordinação.

Outro aspecto que merece atenção em relação às construções predicativas diz respeito a uma relação de alinhamento (Hengeveld; Mackenzie, 2008) entre a unidade semântica que a oração representa e a sua codificação finita ou não finita.

Como já foi mencionado, Hengeveld e Mackenzie (2008, p.366) observam que o predicado de uma oração subordinada provavelmente terá mais codificação não finita quanto mais baixa ela estiver na hierarquia das camadas. Isso se deve ao princípio da iconicidade, caro às teorias funcionalistas em geral, postulado como um dos três princípios[11] que governam a relação de alinhamento entre o nível morfossintático e o *input* vindo do processo de formulação, nos níveis interpessoal e representacional.

O princípio da iconicidade diz respeito a uma correlação natural e motivada entre forma e função, o que significa que as estruturas linguísticas refletem, de algum modo, a estrutura da experiência. Entende-se, então, que as estruturas de caráter mais avaliativo (alocadas nas camadas mais altas) envolvem maior elaboração do que as estruturas de caráter mais descritivo (alocadas em camadas mais baixas).

A análise das ocorrências mostra que 67% dessas construções que veiculam um conteúdo proposicional têm o predicado codificado como finito, como (8), aqui repetida em (19). Nas construções que veiculam estados de coisas, por outro lado, predomina de maneira significativa (80%) a codificação não finita do predicado da subordinada, como mostra (20). Há, portanto, uma relação de alinhamento entre a unidade semântica que a oração representa e sua codificação em finita ou não finita.

11 Os outros princípios são integridade de domínio ("domain integrity") e estabilidade funcional ("functional stability").

(19) [...] depois têm testes, têm que estar preparados para os testes, acabam uns começam outros, e *a verdade é* **que eles não têm tempo absolutamente nenhum**. é uma adolescência estúpida, porque eles não vão ao, não podem ir a lado nenhum, não têm tempo para, para se dedicar a, à música – ela, por exemplo, andava em piano teve que deixar, andava em ginástica teve que deixar (Portugal 95: Vida de estudante)

(20) inspirou-me por concre[...], quer dizer, eu ia lá em casa dele, tocava aquelas músicas profundas com notas tão complicadas, eh pá, eu ficava totalmente impressionado. *a única solução era* **pedir o homem i[...], a ensinar algumas músicas.** e ele disse "olha, a única coisa que posso te dar agora [...] estudar, não sei quantos". eu fiz o mesmo. porque, quer dizer, antes disso eu andava lá a tocar [...] sem regras sem nada, sabes, hoje, com o andar dos tempos, devido à, às aulas que o meu sócio me deu felizmente já toco alguma coisa. (Moçambique 83: Cantar e pintar)

Palavras finais

Neste capítulo foi apresentada uma descrição funcional das construções tradicionalmente denominadas predicativas, com base no arcabouço teórico da GDF.

Os resultados mostram que não parece explanatoriamente adequado considerar essas orações como casos de encaixamento, já que elas não se identificam como argumentos de predicado ou modificadores. Como nessas construções não há predicado, também não há, correlativamente, atribuição de propriedade, mas apenas um expletivo (*dummy*) que se manifesta no nível morfossintático para preencher uma posição não abastecida com material provindo dos níveis interpessoal e representacional. Entende-se que, como construções de identificação que são, envolvem necessariamente dois subatos de referência, representando duas diferentes perspectivas semânticas da mesma unidade.

As orações em análise não são nem pragmática nem semanticamente dependentes, mas sim morfossintaticamente dependentes. Trata-se, portanto, de um caso especial de subordinação.

4
A oração propósito

*Michel Gustavo Fontes**

Palavras iniciais

A relação adverbial propósito, conforme Cristofaro (2003), liga dois estados de coisas, de forma que um deles (o principal) é realizado com o objetivo de obter a realização do outro (o dependente). No exemplo (1), o evento de imprimir um rascunho do capítulo é realizado por um sujeito que tem como objetivo, ou propósito, "procurar por erros de digitação". Há, portanto, dois eventos, ou dois estados de coisas, articulados por meio da função propósito.

(1) I printed out a draft of this chapter **in order to look for typos.**
Eu imprimi um rascunho deste capítulo **para procurar por erros de digitação.**
(cf. Cristofaro, 2003, p.157)

Segundo essa autora, a semântica da relação propósito é muito similar à da relação de complementação estabelecida por predicados

* Aluno de doutorado do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas (michelfontes2002@yahoo.com.br).

desiderativos, já que, em ambos os casos, há, por parte de um dos participantes, um objeto de desejo que instancia a realização de um estado de coisas. Além disso, considera que a relação propósito pode ser incluída no domínio da modalidade deôntica, uma vez que, assim como os predicados encaixadores modais, desiderativos e manipulativos, tal relação implica a existência de uma entidade que assume determinada atitude em relação à realização futura de um estado de coisas.

As orações propósito são comumente denominadas orações finais. Para Dias (2001a), as orações finais "codificam um movimento de uma origem para um objeto de finalidade, no mundo das intenções" (p.25). Já para Neves (2011a) "as *orações finais* se caracterizam semanticamente como expressões da *finalidade*, ou do *propósito* que motiva o evento expresso na *oração principal*" (p.888, grifos da autora). Seguindo as propostas de análise de Wakker (1987), Hengeveld (1998), Pérez Quintero (2002) e Cristofaro (2003), optamos pela denominação "oração propósito", uma vez que tais orações, enquanto constituintes opcionais de determinado enunciado, expressam o propósito que a entidade controladora do evento da oração principal quer atingir por meio da realização de outro evento (cf. Walker, 1987).

Levando em conta essa caracterização da relação adverbial propósito, excluímos no trabalho aqui apresentado casos como os dos exemplos (2) e (3). Neles, a oração iniciada por "para" (cf. (2)) ou por "para que" (cf. (3)), mesmo preservando a leitura de finalidade, não pode ser considerada como um exemplo de oração propósito, pois não se liga ao estado de coisas anterior como um todo, mas somente a um único constituinte desse estado de coisas (cf. Wakker, 1987).

(2) -> é uma lia[...], tratam de linhaça, que é a semente, que até é muito, diz que é muito bom ***para* deitar em vistas quando, quando está inflamado** (Portugal 96: Linho)

(3) não é, vê-se isso no mundo industrial, não é, em que se criam diferenças entre as pessoas que trabalham e... se procura que hajam interesses pessoais ***para que*, eh, cada um tenha qualquer coisa a defender e não haja espírito de que há... uma coisa colectiva a defender** (Portugal 95: Grandes cidades)

Neves (2011a) afirma que uma oração iniciada com "para que" ou com "para + infinitivo" (formas bastante produtivas na estruturação de orações propósito) pode ligar-se a um núcleo nominal e, dessa forma, comportar-se como uma completiva nominal, não como uma oração propósito. Em (2), a oração introduzida por "para" está ligada ao adjetivo "bom", e não ao estado de coisas expresso pela oração principal, assim como em (3) a oração introduzida por "para que" está ligada ao elemento nominal "interesses pessoais". Embora a leitura de finalidade ou de propósito seja possível nesses exemplos, tomamos o cuidado de excluir tais dados de nossa análise, uma vez que, de acordo com Neves (2011a), tais orações comportam-se como completivas nominais,[1] e não como orações finais ou propósito.

Nosso objetivo, aqui, é verificar as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas envolvidas na expressão da relação propósito, visando propor padrões de estruturação para tal relação. Esses padrões evidenciam como diferentes condicionamentos discursivos (pragmáticos e semânticos) estão envolvidos na estruturação de um fenômeno linguístico particular, especificamente na expressão da relação propósito.

A Gramática Discursivo-Funcional (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008), como modelo de gramática organizado hierarquicamente em níveis e camadas, oferece parâmetros adequados para a proposição desses padrões de estruturação da relação propósito, já que tais padrões demonstram o alinhamento entre a operação de formulação, nos níveis representacional e interpessoal, e a codificação, no nível morfossintático. Ou seja, os padrões aqui propostos mostram como a estrutura, no nível morfossintático, é moldada ou condicionada por fatores e determinações de ordem semântica, do nível representacional, e de ordem pragmática, do nível interpessoal.

---

1 Para maiores detalhes a respeito da oração completiva nominal, ver o Capítulo 9 desta obra.

A estrutura semântica da oração adverbial propósito no português

A subordinação, no arcabouço da GDF, é tratada no nível morfossintático, especificamente na camada da oração, e é definida por meio da operação de encaixamento: "Clauses may occur as constituents of other clauses as adverbial, complement, or predicate clauses" [Orações podem ocorrer como constituintes de outras orações, como orações adverbiais, completivas ou predicativas] (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.352). As orações adverbiais, assim como as relativas,[2] são aquelas que, em determinado enunciado, funcionam como modificador de outra oração.

Hengeveld e Mackenzie (2008), ao primarem pelo alinhamento entre os níveis da GDF, consideram que "we may classify subordinate constructions in terms of the interpersonal or representational layer that underlies them" [qualquer construção subordinada pode ser classificada levando em conta as camadas representacionais ou interpessoais que subjazem à sua estrutura] (p.362). No caso das orações completivas, por exemplo, a semântica do predicado matriz seleciona os tipos de unidades semânticas ou pragmáticas que pode tomar como dependentes (cf. Noonan, 1985; Sousa, 2011);[3] "in the case of adverbial subordination it is the semantic function or lexical conjunction that restricts the layers with which it may combine" [no caso das adverbiais, é a função semântica ou a conjunção lexical que restringe as camadas que podem ser articuladas] (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.362).

Hengeveld (1998), buscando uma correlação sistemática entre tipos semânticos de orações adverbiais e a forma como são expressas, propõe quatro parâmetros interatuantes na constituição semântica interna delas: 1) tipo de entidade designada pela oração adverbial; 2) referência temporal; 3) factualidade; 4) pressuposição. Nesta seção, utilizamos esses quatro parâmetros para caracterizar a estrutura semântica interna da oração propósito no português.

---

2 Para maiores detalhes a respeito das relativas, ver os Capítulos 10 e 11 desta obra.

3 Para maiores detalhes a respeito do tema, ver o Capítulo 2.

Em relação ao primeiro parâmetro, tipo de entidade designada pela oração adverbial, Hengeveld (1998), estendendo a classificação de Lyons (1977) e retomando a de Dik (1997a; 1997b), considera que as orações adverbiais podem designar cinco diferentes tipos de entidades, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de entidades

Tipo de entidade	Descrição	Avaliação
Ordem zero	Propriedade	Aplicabilidade
Primeira ordem	Indivíduo	Existência
Segunda ordem	Estado de coisas	Realidade
Terceira ordem	Conteúdo proposicional	Verdade
Quarta ordem	Ato de fala	Informatividade

Fonte: Hengeveld (1998).

Ao adotar a perspectiva da GDF, como já prevê Oliveira (2008), algumas alterações devem ser feitas nesse quadro. Primeiramente, o ato de fala, nessa gramática, é uma entidade pragmática e, portanto, pertence ao nível interpessoal. Como nosso foco está sobre a estrutura semântica da oração adverbial propósito, devemos nos deter nas entidades distinguidas no nível representacional. Nesse nível, Hengeveld e Mackenzie (2008) identificam outras entidades além das três restantes (propriedade, estado de coisas e conteúdo proposicional), conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias semânticas do nível representacional

Categoria semântica	Variável	Exemplo
Conteúdo proposicional	p	Ideia
Episódio	ep	Sumário
Estado de coisas	e	Encontro
Propriedade configuracional	f	Colorir
Indivíduo	i	Cadeira
Lugar	l	Jardim
Tempo	t	Semana
Modo	m	Maneira
Razão	r	Razão
Quantidade	q	Litro

Levando em conta que, na acepção da GDF, estados de coisas são entidades que podem ser localizadas no tempo e no espaço e avaliadas em termos de seu estatuto de realidade, a relação propósito articula dois estados de coisas, isto é, tanto a oração propósito como a oração principal designam um estado de coisas, como se observa em (4).

(4) mas o rapaz sai daqui para lá **para procurar emprego** (Brasil 80: Jogo do bicho)

NR: (e_i: [(o rapaz sai daqui para lá) (e_i)]: (e_i: [(procurar emprego) $(e_i)_{Purpose}$])

A oração em negrito designa o evento, o estado de coisas, de o rapaz procurar emprego. Esse evento é o objetivo ou o propósito com que se realiza outro estado de coisas, especificamente o de "o rapaz sair do lugar em que nasceu e ir para outro lugar". Dessa forma, podemos notar que a relação propósito articula dois estados de coisas: o dependente designa o propósito ou o objetivo de realização do principal.

As orações propósito, portanto, atuam como modificadores de um núcleo, no caso, a oração principal. Dessa forma, podem ser consideradas constituintes opcionais que restringem outro estado de coisas, representado na oração nuclear. Entre o estado de coisas com estatuto de modificador e aquele com estatuto de núcleo estabelece-se a função semântica (ou relação) propósito (*purpose*, no inglês), que codifica o propósito, ou a finalidade, no mundo das intenções, que um sujeito agentivo e controlador deseja atingir por meio da realização de um estado de coisas (cf. Dias, 2001b).

O segundo parâmetro semântico (referência temporal), que Pérez Quintero (2002) chama de dependência temporal, tem origem nas considerações de Noonan (2007) sobre as orações completivas: "A complement has dependent or determined time reference (DTR) if its time reference is a necessary consequence of the meaning of the CTP" [Um complemento tem referência temporal

dependente (RTD) se sua referência temporal é uma consequência necessária do significado do predicado encaixador] (p.102). Já de acordo com Hengeveld (1998), que adapta a aplicação de tal parâmetro às orações adverbiais, o parâmetro de referência temporal busca caracterizar a relação temporal instaurada entre a oração adverbial e a oração nuclear e, portanto, não considera somente o tempo da oração dependente, mas também a relação temporal existente e estabelecida entre uma oração dependente e uma oração nuclear. De acordo com esse parâmetro, as orações adverbiais podem ter referência temporal dependente (RTD) ou referência temporal independente (RTI) em relação à oração núcleo.

Com base em exemplos de orações completivas do inglês (cf. (5) e (6)), Hengeveld (1996) mostra a diferença entre RTD e RTI.

(5) a I saw him leave.
Eu o vi sair.
b *I saw him have left.
*Eu o vi ter saído.

(6) a I regret that he leaves today.
Eu lamento que ele vá hoje.
b I regret that he left yesterday.
Eu lamento que ele tenha ido ontem.

Segundo o autor, os complementos de *see* e de *regret* são ambos entidades de segunda ordem, ou seja, estados de coisas. A diferença entre eles está no fato de *see* instaurar uma relação de simultaneidade com seu complemento, de modo que a forma verbal da oração completiva é dependente (RTD) da forma verbal da oração principal, e de *regret* não instaurar tal relação de dependência, de modo que o complemento desse verbo é independente (RTI) do evento principal.

Para as orações adverbiais, a mesma distinção pode ser estabelecida, conforme demonstram Hengeveld (1993; 1996; 1998) e Pérez Quintero (2002) para dados do inglês.

(7) a He cut himself **while shaving**.
Ele se cortou ao fazer a barba.
b *He cut himself **while having shaved**.
*Ele se cortou ao ter feito a barba.

(8) a The streets are wet **because it is raining**.
As ruas estão molhadas porque está chovendo.
b The streets are wet **because it has been raining**.
As ruas estão molhadas porque tem chovido.

Em (7), a oração de tempo simultâneo não admite alteração em sua forma verbal devido à relação que estabelece com sua oração nuclear, isto é, apresenta RTD em relação à oração nuclear. Já em (8), a oração causal admite tal alteração e, portanto, apresenta RTI em relação à oração nuclear.

No que diz respeito ao modo e ao tempo verbal, as orações propósito, no português, podem construir-se com verbos conjugados no subjuntivo (cf. (9)) ou no infinitivo (cf. (10)).

(9) a então, há dois aspectos importantes que é, primeiro, fazer a ed[...], a campanha de educação ambiental, alertar as populações, ***para que*** **a maioria** ***tenha*** **consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito**. (Angola 97: Guerra e ambiente)
b então, há dois aspectos importantes que é, primeiro, fazer a ed[...], a campanha de educação ambiental, alertar as populações, para que a maioria tenha consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito. segundo, ao mesmo tempo fazer publicação de leis ***para que*** **logo a seguir** ***seja*** **possível a aplicação de acções coercivas** (Angola 97: Guerra e ambiente)

(10) a Desorientados, não é, porque nós não conseguimos ainda nos situar bem, ***para definirmos*** **como um povo democrático**. (Guiné-Bissau 95: Democracia)
b Então, você sai da fazenda ***para ficar supervisionando***, **essas coisas assim que absolutamente não te afetam muito**... (Brasil 80: Fazenda)

Nas duas ocorrências em (9), a oração propósito apresenta o verbo conjugado no presente do subjuntivo. Nota-se, além disso, que nos dois casos, a relação propósito é estabelecida por meio de "para que". Fica evidente, dessa forma, que orações propósito com verbo no subjuntivo são iniciadas pela locução conjuntiva "para que". Já em (10), as ocorrências revelam orações propósito com verbos no infinitivo, flexionado (cf. (10a)) ou não (cf. (10b)). Na forma finita, as orações propósito são encabeçadas pela preposição "para".

A fim de verificar como a relação propósito se caracteriza em relação ao parâmetro de dependência temporal, vamos nos deter em casos de orações propósito desenvolvidas, isto é, encabeçadas por "para que" e com verbo no subjuntivo. Em orações propósito com verbos no infinitivo, uma vez que se trata de uma forma nominal, não é possível verificar variação temporal ao modificar o tempo da oração principal. Além disso, o infinitivo na subordinada é, em si, uma forma de RTD.

Neves (2011a) afirma que as orações iniciadas por "para que" podem construir-se no presente ou no pretérito imperfeito do subjuntivo. Acreditamos que essa variação temporal está condicionada pelo tempo da oração principal. Vejamos como o exemplo em (11a), extraído de Neves (2011a), pode ser parafraseado mudando o tempo verbal da oração nuclear e da oração propósito (cf. (11a)-(11g)).

(11) a Dona Leonor *fez* sinal **para que me *aproximasse***. (Neves, 2011a, p.889)
b Dona Leonor *fez* sinal **para que me *aproxime***.
c Dona Leonor *faz* sinal **para que me *aproxime***.
d *Dona Leonor *faz* sinal **para que me *aproximasse***.
e Dona Leonor *fazia* sinal **para que me *aproximasse***.
f *Dona Leonor *fazia* sinal **para que me *aproxime***.
g Dona Leonor *fará* sinal **para que me *aproxime***.
h *Dona Leonor *fará* sinal **para que me *aproximasse***.

As paráfrases de (11a) revelam que o tempo verbal selecionado na oração nuclear tem suas implicações no tempo verbal da oração

propósito, isto é, determinadas combinações de tempo verbal entre a oração nuclear e a oração propósito tornam todo o enunciado agramatical (cf. (11d), (11f) e (11h)). De certa maneira, tal fato é motivado semanticamente, já que, na relação propósito, a realização do estado de coisas dependente, partindo da localização temporal do estado de coisas principal, é apresentada como possível num ponto futuro do tempo (cf. Cristofaro, 2003, p.158). Segundo Cristofaro (2003), algumas relações adverbiais determinam o tempo de referência ou o valor aspectual dos estados de coisas articulados. Na relação propósito, de acordo com ela, o estado de coisas dependente é posterior ao principal, isto é, os estados de coisas articulados são sequenciais, por isso o tempo de referência de um deles é determinado em relação ao tempo do outro.

Assim como Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (2002), e com base nos dados analisados no estudo aqui apresentado, conclui-se que as orações propósito do português apresentam referência temporal dependente, uma vez que há uma restrição, imposta pelo tempo da oração nuclear, à seleção do tempo verbal da oração propósito.

O terceiro parâmetro semântico diz respeito à factualidade, que pode ser aplicado a qualquer tipo de entidade e distingue orações factuais de não factuais. A factualidade de uma oração adverbial relaciona-se à aplicabilidade de uma propriedade, à realidade de um estado de coisas ou ao valor de verdade de um conteúdo proposicional: enquanto orações factuais descrevem uma propriedade como aplicável, um estado de coisas como real e um conteúdo proposicional como verdadeiro, orações não factuais descrevem uma propriedade como não aplicável, um estado de coisas como irreal e um conteúdo proposicional como falso.

Pérez Quintero (2002) caracteriza a oração propósito como um estado de coisas que constitui um objetivo a ser atingido em relação ao que está descrito na oração principal, ou seja, conforme se observa nas ocorrências em (12), as orações propósito designam objetivos que fazem parte do mundo das intenções.

(12) a havia ali uma fraga muito com[...], muito ao fundo e, e eu olhei para a frente, **para descer a fraga**, para chegar ao caminho largo, e olhava para trás. (Portugal 95: Bruxedos)

b quer saber que ele tem para almoçar, jantar e que ele vai lutar e vai ganhar mais **para fazer a mesma coisa**. (Brasil 80: Jogo do bicho)

Não há, dessa forma, como se fiar na realidade do evento descrito, isto é, não se pode ter certeza da realidade do estado de coisas descrito na oração propósito. Em (12a), por exemplo, o evento de "descer a fraga" faz parte das intenções do sujeito que "olha para a frente", o que não nos permite assegurar a sua realidade ou ter certeza de sua ocorrência. Já em (12b), o evento de "fazer a mesma coisa" informa a intenção ou o objetivo de um sujeito que "vai ganhar mais"; não há nada, entretanto, que garanta a realidade ou a concretização desse propósito. Seguindo Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (2002), nossa proposta é a de caracterizar as orações propósito como não factuais.

De acordo com Hengeveld (1998), as orações propósito são não factuais por descreverem um evento que, projetado para o futuro, é considerado irreal a partir da perspectiva do ponto de referência temporal da oração principal. Em (12), podemos observar que, partindo do marco temporal definido na oração principal (passado, em (12a), e futuro, em (12b)), os eventos de "descer a fraga" e de "fazer a mesma coisa" são incertos e, portanto, não factuais.

Um último parâmetro a ser considerado na caracterização semântica das orações propósito é a pressuposição. Hengeveld (1996), para caracterizar tal parâmetro, vale-se da relação de complementação instaurada por dois predicados encaixadores do inglês: *realize* (cf. (13)) e *believe* (cf. (14)).

(13) a John realizes that Sheila is ill.
João imagina que Sheila está doente.

b John doesn't realize that Sheila is ill.
João não imagina que Sheila está doente.

c *I don't realize that Sheila is ill.
*Eu não imagino que Sheila está doente.

(14) a John believes that Sheila is ill.
João acredita que Sheila está doente.
b John doesn't believe that Sheila is ill.
João não acredita que Sheila está doente.
c I don't believe that Sheila is ill.
Eu não acredito que Sheila está doente.
(Hengeveld, 1996, p.126)

Segundo o autor, os complementos de ambos os predicados encaixadores são proposições. *Realize* requer um complemento que se pressupõe verdadeiro; já *believe* não requer um complemento que se pressupõe verdadeiro, pois o falante pode ou não estar convencido da verdade do complemento proposicional. É, portanto, o parâmetro de pressuposição que determina a agramaticalidade de (13c) e a gramaticalidade de (14c), em inglês.

Hengeveld (1998), ao analisar as orações adverbiais, associa o parâmetro de pressuposição ao de factividade: se uma oração é factiva, ou seja, se é pressuposta a ser factual, então é pressuposta; por outro lado, se uma oração é contrafactiva, isto é, se é pressuposta a ser não factual, então é não pressuposta. Para Pérez Quintero (2002), variados autores defendem diferentes concepções para esse parâmetro e Hengeveld (1998) não oferece uma definição precisa de pressuposição. A autora propõe então para seu estudo uma visão mais pragmática a respeito da pressuposição, levando em conta as estratégias do falante em moldar sua mensagem de acordo com as suas expectativas sobre o conhecimento de seu interlocutor. Dessa forma, pressuposição, do domínio factual, implica factividade, isto é, a pressuposição de que um evento é real ou de que um conteúdo proposicional é verdadeiro, e, no domínio não factual, não pressuposição implica contrafactividade, isto é, a pressuposição de que um evento não é real ou de que um conteúdo proposicional não é verdadeiro.

Oliveira (2008, p.66), partindo das considerações de Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (2002), entende que uma oração é pressuposta se o falante formular seu enunciado supondo que seu ouvinte tem conhecimento da realidade/irrealidade ou da veracidade/falsidade do conteúdo veiculado na adverbial. Por outro lado, se

o falante produz seu enunciado supondo que seu ouvinte não tem conhecimento da realidade/irrealidade ou da veracidade/falsidade do conteúdo descrito pela oração adverbial, esta será classificada como não pressuposta.

Partindo dessa caracterização sobre pressuposição e observando as ocorrências em (15), podemos dizer que a oração propósito, ao veicular um conteúdo cuja irrealidade, na suposição do falante, não é conhecida pelo ouvinte, é não pressuposta.

(15) a você se sente feliz, porque você luta **para ganhar ele** (Brasil 80: Jogo do bicho)
b recorri várias vezes à urgência do Hospital da Covilhã, onde me administravam uma injecção intravenosa, **para o coração voltar ao normal** (Portugal 97: Mal desconhecido)
c eh, nós íamos as noites, íamos às noi[...], às noites ao encontro dos, dos tais meninos. levávamos às vezes comida, cobertores e isto **para fazermos a distribuição a estas tais crianças** (Angola 97: Meninos de rua)

Em (15b), por exemplo, a oração propósito designa um evento que, na verdade, caracteriza o objetivo da realização do evento principal. Como se trata de um objetivo no mundo das intenções, é impossível fiar-se em sua realidade e, para o falante, o ouvinte desconhece tal conteúdo.

Partindo dessa explanação, podemos caracterizar a oração propósito no português como designando um estado de coisas, apresentando referência temporal dependente, não factual e, por fim, não pressuposta.

Padrões de estruturação da relação propósito no português

Conforme já observamos, com base em aspectos morfossintáticos, distinguimos três padrões de estruturação da relação propósito no português. Os aspectos morfossintáticos mobilizados para tal

distinção são, basicamente, a ordem da oração propósito em relação à oração principal e a presença/ausência de conectivo a articular as duas orações.

Embora na distinção desses três padrões o foco esteja em aspectos morfossintáticos da relação propósito, cada padrão apresenta propriedades semântico-pragmáticas distintas. Nossa proposta representa o percurso de análise de qualquer estudo funcionalista: alinhar condicionamentos discursivos (semânticos e pragmáticos) à expressão morfossintática.

O primeiro padrão caracteriza-se pela articulação entre uma oração principal e uma oração propósito por meio da preposição "para" (cf. (16)) ou da locução conjuntiva "para que" (cf. (17)), sendo a oração propósito posposta à oração principal (cf. Esquema 1).

Esquema 1 – Padrão 1 da relação propósito

oração principal	para que	oração propósito
oração principal	para	oração propósito

(16) a -> exactamente. eu queria era aproveitar, ver o que dava **para poder, assim, conhecer o lugar** (Brasil 80: Surpresas da fotografia)

b -> foram ter com ele e deram-lhe cinco mil escudos **para ele se vender** (Portugal 97: Desporto e dinheiro)

c -> nós fomos para o Fogo **para fazer uma visita de estudos cujo objectivo era ver os aspectos geomorfológicos, vulcanológicos e hidrogeológicos no terreno**. (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

(17) a eu espero que no futuro as coisas tornam de uma maneira diferente **para que eles cheguem onde querem**. (Cabo Verde 95: As mornas)

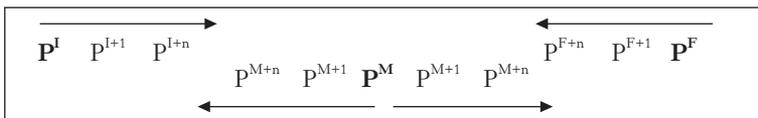
b então, há dois aspectos importantes que é, primeiro, fazer a ed[...], a campanha de educação ambiental, alertar as populações, **para que a maioria tenha consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito**. (Angola 97: Guerra e ambiente)

c segundo, ao mesmo tempo fazer publicação de leis **para que logo a seguir seja possível a aplicação de acções coercivas** (Angola 97: Guerra e ambiente)

A posposição da oração propósito condiz com o Universal 15 de Greenberg (1966, p.84, apud Wakker, 1987, p.90): "In expressions of volition and purpose, a subordinate verbal form always follows the main verb as the normal order expect in those languages in which the nominal object always precedes the verb" [Em expressões de volição e de propósito, uma forma verbal subordinada sempre segue o verbo principal como uma ordem natural, exceto nas línguas em que o objeto nominal sempre precede o verbo].

Seguindo o modelo da GDF, Pezatti (2014a) considera que o português dispõe de três posições absolutas para a ordenação de constituintes: a posição inicial (P^{I}), a posição medial (P^{M}) e a posição final (P^{F}). Segundo a autora, o português, enquanto língua de predicado medial, reserva a posição P^{M} para a alocação do predicado oracional, e as posições periféricas (P^{I} e P^{F}) abrigam constituintes psicologicamente salientes. Conforme se observa no Esquema 2 a seguir, outras posições podem ser definidas relativamente a essas três posições absolutas, isto é, pode-se fazer uso da posição inicial (P^{I}) e suas expansões para a direita (P^{I+1}, P^{I+n}), da posição final (P^{F}) e suas expansões para a esquerda (P^{F-1}, P^{F-n}) e da posição medial (P^{M}) e suas expansões para a direita (P^{M+1}, P^{M+n}), para a esquerda (P^{M-1}, P^{M-n}) ou para ambas as direções.

Vários fatores podem interferir na determinação da ordenação de constituintes: fatores relativos às funções pragmáticas e à referenciação associam-se ao nível interpessoal; aqueles relacionados às funções semânticas e à designação, ao representacional; e aqueles relacionados às funções sintáticas e à complexidade estrutural do item linguístico, ao morfossintático. Se, em uma língua, a ordenação de constituintes é direcionada por funções pragmáticas, a colocação desses constituintes deve preceder a de outros constituintes e tem preferência pelas posições marginais da oração.

Esquema 2 – Posições absolutas e relativas da oração no português (cf. Pezatti, 2014a)

Seguindo tal padrão geral de ordenação de constituintes oracionais da GDF, as orações propósito desse primeiro padrão ocupam a margem direita da oração, especificamente, a posição P^F, periférica e saliente em termos psicológicos e comunicativos. A seguir, representamos as ocorrências (16c) e (17b) segundo o padrão de ordenação dessa gramática.

		P^I	P^M	P^{F-1}	$\mathbf{P^F}$
(16)	c	nós	fomos	para o Fogo	**para fazer uma visita de estudos cujo objectivo era ver os aspectos geomorfológicos, vulcanológicos e hidrogeológicos no terreno**

		P^M	P^{M+1}	$\mathbf{P^F}$
(17)	b	alertar	a população	**para que a maioria tenha consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito**

Esse padrão de ordenação obedece ao princípio de iconicidade, conforme definido por Hengeveld e Mackenzie (2008), um dos que governam a relação entre o nível morfossintático e o duplo *input* proveniente dos níveis interpessoal e representacional. De acordo com esse princípio (ibidem, p.283-4), uma expressão linguística tende a refletir a ordem natural dos elementos no mundo extralinguístico, como se vê no exemplo (18), em que os dois atos discursivos estão ordenados de forma a refletir a sequência cronológica no mundo extralinguístico dos estados de coisas evocados por cada ato discursivo.

(18) O jogo começou às 7h30 e terminou em empate.

Segundo Wakker (1987), o princípio de iconicidade parte do fato de que, em geral, a ordenação da oração principal e da oração subordinada reflete a ordem dos estados de coisas no mundo. No caso da relação propósito, a ordem posposta da oração propósito em relação à oração nuclear é icônica, por condizer com a ordem natural dos fatos no mundo real, isto é, o objetivo ou o propósito representado

na oração propósito é realizado, no mundo real, posteriormente ao evento apresentado na oração principal.

Um segundo princípio que pode interferir nessa ordenação posposta da oração propósito é o princípio de complexidade. Segundo Wakker (1987), há uma preferência em ordenar constituintes menos complexos antes de constituintes mais complexos, sendo a oração subordinada um constituinte mais complexo (cf. Dik, 1997a; Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.331-2). Com as ocorrências (16) e (17), observamos que as orações propósito apresentam uma complexidade estrutural, isto é, um peso estrutural maior do que qualquer outro constituinte da oração, o que pode influenciar sua ordenação ao final da oração, especificamente em P^F.

Para Thompson (1984) e Dias (2001a), as orações propósito, quando pospostas, exercem apenas um papel semântico em relação à oração principal. Orações propósito em posição final não respondem a nenhuma expectativa discursiva, apenas contêm o propósito do estado de coisas representado na oração principal (cf. Thompson, 1984).

Dias (2001a), seguindo a ideia de Thompson (1984), defende que a oração propósito, quando posposta à oração nuclear, tem apenas a função de delimitar a informação nela contida, identificando a finalidade do sujeito que controla o estado de coisas principal e restringindo a ação dele, ao colocar a sua vontade no movimento da finalidade. Ainda segundo a autora, a posposição preserva a continuidade tópica do discurso, isto é, não interrompe o fluxo tópico dele.

Com base na proposta teórico-metodológica da GDF, podemos dizer que as orações propósito em posição final, no nível representacional, correspondem a modificadores do estado de coisas designado na oração principal e que, no nível interpessoal, não cumprem nenhuma função pragmática, como foco, tópico ou contraste. O posicionamento em P^F reflete a ordenação icônica e a atuação do princípio de complexidade estrutural. Entre a oração principal e a oração propósito em posição final há apenas um vínculo semântico, isto é, estabelece-se somente a função (ou relação) propósito.

Tal proposta de caracterização do primeiro padrão de estruturação da relação propósito no português segundo a GDF fica mais clara ao observarmos as representações da ocorrência (19) a seguir. No nível interpessoal (NI), tanto a oração principal como a oração propósito constituem conteúdos comunicados (C), não havendo nenhuma função pragmática atribuída ao conteúdo comunicado designado pela oração propósito. Já no nível representacional (NR), oração principal e oração propósito designam estados de coisas (e) e, entre esses dois estados de coisas, estabelece-se a função propósito (*purpose*, no inglês). No nível morfossintático, a função (ou relação) propósito é codificada por uma palavra gramatical (Gw), que pode ser ou a preposição "para" ou a conjunção gramatical "para que", e a oração subordinada (^{sub}Cl), isto é, a oração propósito, aloca-se na margem direita da oração, especificamente em P^F, já que seu vínculo com a oração principal (^{main}Cl) é estabelecido somente no nível representacional, isto é, há apenas um vínculo semântico entre as duas orações.

(19) levávamos às vezes comida, cobertores e isto **para fazermos a distribuição a estas tais crianças** (Ang97: Meninos de Rua)

NI: (A: [DECL (C_i: levávamos às vezes comida, cobertores e isto (C_i)) (C_j: fazermos a distribuição a estas tais crianças (C_j))] (A))

NR: (ep: [e_i: [(levávamos às vezes comida, cobertores e isto) (e_i)]: (e_i: [(fazermos a distribuição a estas tais crianças) (e_i)$_{\textbf{Purpose}}$])

NM: ($^{main}Cl_i$: [(Vp: levávamos (Vp)) (Advp: às_vezes (Advp)) (Np: comida, cobertores e isto (Np)) (**$^{sub}Cl_j$**: [(Gw: **para** (Gw) (Vp: fazermos (Vp)) (Np: a distribuição a estas tais crianças (Np) (Cl_j))]) (Cl_i))

P^M	P^{M+1}	P^{M+2}	**P^F**
levávamos	às vezes	comida, cobertores e isto	**para fazermos a distribuição a estas tais crianças**

O segundo padrão, por sua vez, caracteriza-se pela articulação entre uma oração principal e uma oração propósito por meio da preposição "para" (cf. (20)) ou da locução conjuntiva "para que" (cf. (21)), sendo a oração propósito anteposta à oração principal (ver Esquema 3).

Esquema 3 – Padrão 2 da relação propósito

para que	oração propósito	oração principal
para	oração propósito	oração principal

(20) a **Para que os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor**, Pantene contém Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche. (Neves, 2011a, p.892)*

b E uma rainha, **para que possa agir sensatamente**, deve ficar a par de tudo o que se passa. (Ibidem)

* Exemplos de orações propósito antepostas encabeçadas pela locução conjuntiva "para que" não foram encontrados no córpus. Para exemplificar essa possibilidade de estruturação da relação propósito, recorremos aos exemplos trazidos em Neves (2011a).

(21) a e então, de repente, e havia assim uma rede verde, a separar a areia e de um lado estavam as prisioneiras, não é, e do outro lado eu pressuponho que eram as pessoas normais, que estavam ali, no resto da praia e depois **para se sair dali** tinha que se atravessar aquele bocado da areia e depois ia-se para a prisão... (Portugal 95: Sonho)

b – porque esses selos, **para serem feitos**, eles baseiam-se em fotografias, não é, (Cabo Verde 95: Colecionismo)

c então, acho que desde o momento que ela fez isso, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo, não é, porque ela **para fazer**, tinha que falar comigo. não falou. e eu, e eu qui[...], sempre quis assumir, não é, um compromisso com ela. (Brasil 80: Gosto dela)

Com base nos princípios de ordenação da GDF, as orações propósito, nesse segundo padrão, posicionam-se na margem esquerda da oração, especificamente, em P^I, outra posição periférica da oração, psicológica e comunicativamente saliente. A representação de (20a) e (21a) mostra esse posicionamento da oração propósito em P^I.

		$\mathbf{P^I}$	P^{I+1}	P^M	P^{M+1}
(20)	a	**para que os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor**	Pantene	contém	Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche

		$\mathbf{P^I}$	P^M	P^{M+1}
(21)	a	**para se sair dali**	tinha que se atravessar	aquele bocado de areia

Essa possibilidade de ordenação da oração propósito não condiz com o Universal 15 de Greenberg (1966, apud Wakker, 1987) e rompe com os princípios de iconicidade e de complexidade estrutural, uma vez que não representa a ordem natural dos eventos no mundo real, e o constituinte mais complexo (no caso, a oração propósito) não segue os constituintes menos complexos.

Thompson (1984) afirma que as orações propósito em posição inicial apresentam uma função discursiva. Dias (2001a; 2001b) reforça tal ideia ao defender que, quando antepostas, essas orações não só projetam o valor de finalidade ou de propósito em relação a uma oração principal, mas também funcionam como orações temáticas, desempenhando o papel de tópico discursivo. A autora, com base em Haiman (1978), entende tópico como aquilo sobre o que o falante irá discorrer (em contraste com aquilo que se diz sobre o tópico – o comentário) e como informação dada (sendo o comentário informação nova). Além disso, segundo a autora, as orações propósito antepostas retomam informações já expressas. A anteposição da oração propósito, portanto, revela um condicionamento discursivo, isto é, uma determinação de ordem pragmática. Seguindo os princípios e a metodologia da GDF, podemos dizer que tais determinações estão no nível interpessoal, especificamente, na atribuição da função pragmática tópico à oração propósito.

Como demonstram as ocorrências em (20) e (21), a oração propósito assinala o domínio de referência para o qual a oração principal indicará uma solução, ou melhor, ela cria o cenário no qual a oração principal deve ser interpretada e, assim, é ela que vai fazer a relação entre o conteúdo evocado pela oração principal e o contexto criado textual ou situacionalmente. Em (21a), por exemplo, o falante está narrando um sonho, em que havia prisioneiras e uma rede verde junto a um monte de areia que separavam as prisioneiras das pessoas livres. A oração propósito "para se sair dali" retoma a porção textual anteriormente expressa ("sair do local onde as prisioneiras estavam") e estabelece um cenário a partir do qual se deve interpretar a oração principal "tinha que se atravessar aquele bocado de areia".

O tópico, para a GDF, além de assinalar como o conteúdo comunicado se relaciona com o registro gradualmente construído

no componente contextual, também pode orientar o ouvinte em relação à informação nova a ser introduzida no discurso ou indicar o cenário do estado de coisas evocado (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.94). Essas duas propriedades podem ser visualizadas nas orações propósito em (20) e (21): elas orientam o ouvinte em relação a como interpretar o estado de coisas designado na oração principal, criando um cenário que coordene tal interpretação.

Nesse segundo padrão da relação propósito, as duas orações (a principal e a propósito) mostram-se integradas, de forma que não se pode analisá-las como duas unidades linguísticas independentes ou desvinculadas. Em (21a), a oração propósito antecede a oração principal e todo o período inicia por dois marcadores discursivos: "e", cuja função é conectar as informações, e "depois", cuja função é assinalar o sequenciamento das informações textuais. Assim como ocorre no primeiro padrão, notamos que, no segundo padrão, a oração propósito está dentro do domínio oracional, ou melhor, oração principal e oração subordinada constituem um único ato discursivo.

As ocorrências em (20b), (21b) e (21c) são tradicionalmente tratados como casos de intercalação, e a oração propósito, dessa forma, ocupa uma posição medial (cf. Dias, 2001a). Tal tratamento, no âmbito de nossa abordagem, não se justifica, uma vez que, se tomamos como ponto de partida a forma verbal da oração principal, somente duas posições estão disponíveis para posicionar a oração adverbial: a posição anterior ou posterior à oração principal. Em (21b), por exemplo, o sintagma "esses selos" não pertence ao domínio da oração, compreendido pela oração propósito e pela oração principal, mas constitui outro ato discursivo. Há, assim, dois atos discursivos distintos ([esses selos]A_1 e [para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias]A_2) articulados por uma relação de dependência em que A_2 é o ato nuclear, e A_1, o ato subsidiário. A esse ato subsidiário é atribuída a função retórica de orientação, ou seja, a função de A_1 é orientar o ouvinte em relação aos referentes do conteúdo comunicado que será expresso no ato nuclear. O sintagma "esses selos" é colocado, dessa forma, em posição extraoracional, especificamente, na posição $P^{pré}$. Já A_2 ocupa posição central na expressão linguística, especificamente, em P^{centro}, e seus constituintes

são posicionados conforme o padrão de ordenação da oração, ficando a oração propósito em P^{I} (cf. representação de (21b)).

			P^{I}	P^{I+1}	P^{M}	P^{M+1}
(21)	b	**esses selos**	para serem feitos	eles	baseiam-se	em fotografias
		$P^{pré}$			P^{centro}	

A intercalação, além disso, tem sido definida como a ruptura da adjacência de constituintes oracionais, como nas ocorrências (20b) e (21c), em que as orações propósito rompem a adjacência entre sujeito e predicado. Na GDF, esses casos de ruptura também podem ser tratados como (21b), isto é, como casos de extraoracionalidade: os subatos de referência "rainha", em (20b), e "ela", em (21c), não pertencem ao domínio da oração, mas ao da expressão linguística, já que funcionam, no nível interpessoal, como atos subsidiários de orientação, e ocupam, no nível morfossintático, posição anterior à oração, a $P^{pré}$ (cf. as representações de (20b) e (21c)). Portanto, não estamos assumindo aqui que esses constituintes são o sujeito da oração principal. Tal fato fica evidente com a possibilidade de haver um pronome anafórico na oração principal que retoma o subato presente no ato orientação (cf. (20b')) ou pela ocorrência do fenômeno comumente chamado de duplicação do sujeito (cf. (21c')).

			P^{I}	P^{M}	P^{M+1}
(20)	b	**e uma rainha**	para que possa agir sensatamente	deve ficar	a par de tudo o que se passa
		$P^{pré}$		P^{centro}	

			P^{I}	P^{M}	P^{M+1}
(21)	c	**porque ela**	para fazer	tinha que falar	comigo
		$P^{pré}$		P^{centro}	

(20) b' e **uma rainha**$_i$, para que possa agir sensatamente, **ela**$_i$ deve ficar a par de tudo o que se passa.

(21) c' porque **ela**$_i$, para fazer, **ela**$_i$ tinha que falar comigo.

Para concluir, em relação ao segundo padrão de estruturação da relação propósito, devemos observar as representações da ocorrência (20a) a seguir reproduzido: no nível interpessoal, oração principal e oração propósito constituem conteúdos comunicados (C) e, diferentemente do que acontecia no primeiro padrão, a um deles, especificamente àquele que representa o propósito da ação descrita pelo outro conteúdo comunicado, é atribuída a função pragmática tópico (*topic*, em inglês); no nível representacional, assim como no primeiro padrão, a oração propósito funciona como modificador de um estado de coisas (e) principal, e, dessa forma, entre oração principal e oração propósito estabelece-se a relação (ou função) propósito (*purpose*); no nível morfossintático, a atribuição da função pragmática tópico no nível interpessoal é codificada pelo posicionamento da oração propósito ($^{sub}Cl_j$) na margem esquerda da oração, especificamente, em P^I, e a função propósito é codificada por uma palavra gramatical (Gw) que pode ser a preposição "para" ou a conjunção gramatical "para que".

(20) a **Para que os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor**, Pantene contém Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche. (NEVES, 2011, p. 892)

NI: (A: [DECL (C_i: Pantene contém Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche (C_i)) (C_j: os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor $(C_j)_{\textbf{Tópic}}$)] (A))

NR: NR: (ep: [e_i: [(Pantene contém Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche) (e_i)]: (e_i: [(os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor) $(e_i)_{\textbf{Purpose}}$])

NM: NM: ($^{main}Cl_i$: [($^{\textbf{sub}}\textbf{Cl}_j$: [(Gw: **para_que** (Gw)) (Np: os cabelos (Np)) (Vp: cresçam e se desenvolvam melhor) (Cl_j)]) (Np: Pantene (Np)) (Vp: contém (Vp)) (Np: Pantyl (Np))] (Cl_i))

$\mathbf{P^I}$	P^{I+1}	P^M	P^{M+1}
para que os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor	Pantene	contém	Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche

Por fim, o terceiro padrão flagra uma instância de gramaticalização de verbos de movimentos, como "ir" e "vir" (cf. (22a) e (22b)).

Esquema 4 – Padrão 3 da estruturação da relação propósito

oração principal	oração propósito
verbo "ir"/"vir" + advérbio de lugar	verbo no infinitivo

(22) a só, teve no dia da, da, da mulher, não é, no dia internacional da mulher, foi uma moça lá, uma advogada essa que era mocinha, que eu já citei. ela foi lá **dar uma palestra para a gente**, não é (Brasil 80: Mundo do direito)

b e a chocalhada parou de tocar e, e viemos a casa **buscar os facho-queiros**, corremos aquela mata toda – era uma mata aí adiante, basta – e não se viam os bois. (Portugal 95: Bruxedos)

Conforme assinala Dias (2001a), as orações propósito são contexto propício para a gramaticalização desses verbos de movimento, já que o propósito, ou a finalidade, pressupõe uma trajetória de uma origem para uma meta, e os verbos de movimento, como "ir", pressupõem um deslocamento no espaço. De certa forma, tal fato se relaciona com algumas considerações de Cristofaro (2003) a respeito da relação propósito. Segundo a autora, os casos típicos de relação propósito envolvem predicados de movimento (*motion predicates*, no inglês), pois, nesse tipo de construção, uma entidade vai a algum lugar com a finalidade ou o propósito de obter a realização de certo estado de coisas.

Lehmann (2011) denomina tal padrão de construção de movimento com propósito, no qual, conforme demonstra a representação em (23), há um sintagma verbal (SV) complexo que contém o verbo principal, um verbo intransitivo (V.intr) no infinitivo, um sintagma adverbial (SAdv) e um SV dependente infinitival (SV.inf).

(23) $[\,[\text{ A }]_{\text{V.intr}}\,(\,[\text{ B }]_{\text{SAdv}}\,)\,[\,[\text{ C }]_{\text{SV.inf}}\,(\text{ D })\,]_{\text{SV.inf}}\,]_{\text{SV}}$ (Lehmann, 2011)

A propriedade morfossintática marcante nesse padrão, conforme também atesta Lehmann (2011), é a ausência do conectivo para indicar a relação propósito e a presença, na oração principal, de um verbo de movimento orientado, como "ir" e "vir". Ao nosso ver, é a presença do advérbio de lugar entre o verbo de movimento e o verbo no infinitivo que faz que a leitura de propósito ainda perma-

neça. Dessa forma, podemos distinguir uma oração principal, cujo verbo é de movimento, e uma oração propósito, sem um operador para prefaciá-la e com um verbo no infinitivo.

O verbo de movimento, conforme demonstram os dados, pode ser conjugado no presente do indicativo (cf. (24a)), no pretérito perfeito (cf. (24b)) ou imperfeito (cf. (24c)) do indicativo ou em tempo composto, marcando o aspecto durativo (cf. (24d)).

(24) a -> pratica-se com o consentimento do país se essa... pessoa que vai fazer é muito nova, como uma pessoa assim de dezasseis anos, se os pais acharem que ela é muito nova para dar luz àquele bebé, então *vão a uma clínica, legalmente, ou hospital*, **fazer o aborto**. (Guiné-Bissau 95: Aborto)

b só, teve no dia da, da, da mulher, não é, no dia internacional da mulher, foi uma moça lá, uma advogada essa que era mocinha, que eu já citei. *ela foi lá* **dar uma palestra para a gente**, não é (Brasil 80: Mundo do direito)

c acabavam de ter o bebé, normal, sem problema de rasgos, sem, sem fortes contracções, e... *iam para a cozinha* **fazer o... pequeno-almoço**. (Cabo Verde 95: Colher e panela)

d -> já. ele, por acaso, ele agora até, ele já dá aulas e, portanto está a morar sozinho e as vezes que *eu tenho ido lá* **passar fim de semanas**, faz o jantar, lava a loiça, arruma a casa, por isso está a ficar bem treinado. (Portugal 96: Marido ideal)

Diversos trabalhos destacam o alto grau de vinculação das orações propósito (cf. Martelotta, 2001; Dias, 2001a). Esse terceiro padrão constata uma forte vinculação da oração propósito à oração principal, o que pode ser evidenciado com as seguintes características listadas por Martelotta (2001), com base no princípio de proximidade de Givón (1990):

a) Presença de forma nominal: orações reduzidas, ao apresentarem uma forma nominal e, dessa forma, perderem propriedades de oração, são mais vinculadas às orações principais.
b) Ausência de conectivos: podemos perceber que, em relação ao conector, as orações propósito apresentam três diferentes graus de vinculação ou integração: para que > para > Ø .

c) Sujeito idêntico: a presença de sujeitos idênticos pode oferecer evidências da vinculação ou integração das orações; em todos os exemplos desse terceiro padrão, o sujeito da oração principal é o mesmo do da oração propósito.

Esse terceiro padrão pode ser descrito, na GDF, com base nas representações da ocorrência (25) a seguir: no nível interpessoal (NI), oração principal e oração propósito constituem conteúdos comunicados (C) aos quais não há atribuição de função pragmática; no nível representacional, oração propósito e oração principal representam estados de coisas (e) articulados por meio da função propósito ("purpose"); no nível morfossintático, por fim, a oração propósito (^{sub}Cl) aloca-se em P^F, já que não há atribuição de função pragmática no nível interpessoal e a função propósito não é codificada por uma palavra gramatical, como ocorre nos padrões 1 e 2, mas se constrói por meio de outros mecanismos linguísticos, como a presença, na oração principal, de um verbo (Vp) de movimento seguido de um sintagma adverbial (Advp) locativo em P^{M+1}, o que estabelece uma descontinuidade entre o verbo da principal e o verbo da oração propósito; o verbo da oração propósito, necessariamente, deve vir na forma finita, no caso, no infinitivo. A descontinuidade entre verbo da oração principal e verbo da oração propósito, gerada pela interposição do sintagma adverbial locativo, garante a leitura de propósito entre as duas orações, já que, assim, o verbo da oração principal não pode ser (re)interpretado como auxiliar de futuro do verbo da oração propósito.

(25) ele foi para o Getúlio Vargas **me esperar** (Brasil 80: Acidente)

NI: (A: [DECL (C_i: ele foi para o Getúlio Vargas (C_i)) (C_j: me esperar (C_j))] (A));

NR: (ep: [e_i: [(ele foi para o Getúlio Vargas) (e_i)]: (e_i: [(me esperar) $(e_i)_{Purpose}$]).

P^I P^M $\mathbf{P^{M+1}}$

NM: **P^F** ($^{main}Cl_i$: [(Np: ele (Np)) (Vp: foi (Vp)) (**Advp**: para_o_Getúlio Vargas (Advp) (Cl_i)) (^{sub}**Cl**$_j$: [(**Vp**: me esperar (Vp)) (Cl_j))]) (Cl_i))

Palavras finais

Diversos estudos sobre a oração ou a relação propósito no português têm analisado a estrutura desse tipo de relação adverbial e seus diferentes usos. Alguns estudiosos se preocupam em caracterizar aspectos semântico-pragmáticos e estruturais envolvidos na expressão da relação propósito, com foco principal na ordem ou no vínculo sintático entre as orações (Dias, 2001a; Martelotta, 2001; Azevedo, 2002; Antonio, 2011; Neves, 2011a). Outros têm se debruçado sobre os diferentes usos dessas orações, procurando delimitar funções discursivas das orações propósito (cf. Dias, 2001b; 2002). O trabalho aqui apresentado se aproxima dos primeiros trabalhos citados, pois também procurou descrever as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas envolvidas na estruturação da relação adverbial propósito. O seu diferencial reside no fato de reunir as diferentes propriedades linguísticas da relação propósito no português em três padrões de estruturação.

Partindo da ideia de que as orações propósito designam um estado de coisas que representa o objetivo a ser alcançado por meio da realização de outro estado de coisas, presente na oração principal, focamos a ordem assumida por essas orações e a presença/ausência de conectivo como fatores-chave para a distinção dos três padrões de estruturação. No que tange à posição da oração propósito, podemos afirmar que, enquanto as finais exercem um papel mais semântico, ligando-se ao estado de coisas da oração principal, as iniciais cumprem um papel mais discursivo, a função pragmática de tópico, fornecendo uma moldura, um cenário para a interpretação da porção discursiva seguinte.

5
As orações causais

Carolina Cau Spósito Ribeiro de Abreu *

*Erotilde Goreti Pezatti**

*Norma Barbosa Novaes-Marques**

Palavras iniciais

A relação de causalidade tem sido objeto de estudo de vários investigadores, que propõem distinções entre subtipos de causalidade, nem sempre com consenso. Alguns distinguem, estritamente do ponto de vista sintático, a relação causal da relação explicativa, enquanto outros se detêm em aspectos semânticos e mencionam subtipos de causa, como razão, motivo, justificativa ou explicação. Todos esses subtipos serão aqui abrigados sob o rótulo genérico de "relações causais", no entanto serão identificados por meio de nomes específicos.

Autores como Kury (1985) e Cunha e Cintra (2001) consideram duas relações causais: a oração coordenada explicativa adverbial causal e a oração adverbial causal. De modo geral, a coordenada explicativa é definida como a oração que "exprime o motivo de se

* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (carolinacausposito@gmail.com; nb.novaes@uol.com.br; pezatti@ibilce.unesp.br; bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Proc. 301210/2009-8)

ter feito a declaração anterior" (Kury, 1985, p.69) e a subordinada causal, como a que exprime uma circunstância causal, equivalente a um adjunto adverbial (ibidem, p.87).

Kury (1985) propõe cinco critérios para distinguir a oração adverbial causal da coordenada explicativa: 1) a subordinada vale por um adjunto adverbial, o que não ocorre com a coordenada, que é sintaticamente independente; 2) a oração explicativa, por ser independente, admite pausa forte, que pode ser indicada, na escrita, por dois pontos ou ponto e vírgula; 3) o conectivo, nas explicativas, pode ser omitido sem qualquer prejuízo da clareza; 4) na maioria das vezes, a oração que antecede uma explicativa tem o verbo no imperativo; 5) em sua maioria, as orações causais iniciadas com "que", "pois", "porque" podem ser substituídas por equivalentes com os conectivos "como", "uma vez que" e análogos, o que não é possível com as explicativas.

Para explicar a relação causal, muitos estudiosos se apoiam basicamente no tipo de conjunção utilizada. Cunha e Cintra (2001), por exemplo, consideram que a oração é subordinada adverbial causal se apresenta conjunção ou locução conjuntiva causal que as encabece, ou que é coordenada sindética explicativa se a conjunção utilizada é explicativa, o que torna a definição, além de circular, insatisfatória, uma vez que uma mesma conjunção pode ser utilizada para expressar diferentes relações, conforme mostram os exemplos (1) e (2).

(1) Eh, camarada, espere um pouco ***que*** *isto acaba-se já*. (Cunha; Cintra, 2001, p.597)

(2) Ceamos à lareira, ***que*** *a noite estava fria*. (Ibidem, p.605)

De acordo com os autores, a oração causal em (1) é uma coordenada explicativa. Já a oração causal de (2) constitui uma oração subordinada adverbial. Como se observa, ambas as orações são introduzidas por "que", conectivo que, no primeiro caso, seria uma conjunção coordenativa explicativa e, no segundo, uma subordinativa causal.

Portanto, apoiar-se apenas na conjunção não permite distinguir esses dois tipos de causalidades. Na verdade, em (1), a oração introduzida por "que" ocorre para justificar o pedido efetuado pelo falante para seu ouvinte; em outras palavras, ocorre para justificar um ato de fala. Já em (2), a oração, também introduzida por "que", constitui o motivo da preferência para efetuar o evento "cear à lareira".

Em (3) e (4), por outro lado, as orações introduzidas por "pois", apesar de serem classificadas como explicativas, apresentam nuanças de causalidade que distinguem uma da outra. A oração introduzida por "pois" em (3) justifica a percepção do falante a respeito da causa da preocupação de Tio Couto. Já a de (4) justifica a crença do falante de que "um pouquinho" era suficiente naquele momento.

(3) Tio Couto estava sombrio ***pois*** *aparecera um investigador da polícia perguntando por Gervásio*. (Cunha; Cintra, 2001, p.586)

(4) Um pouquinho só lhe bastava no momento ***pois*** *estava com fome*. (Ibidem, p.598)

Como se vê, os exemplos de (1) a (4) mostram diferenças na relação causal que não escaparam a estudiosos como Dik (1997a; 1997b), Neves (2000), Quirk et al. (1991), Paiva (1995), Pérez Quintero (2002), Hengeveld (1998), Hengeveld e Mackenzie (2008), conforme veremos adiante.

Dik et al. (1990) e Dik (1997a) chamam a atenção para as várias relações existentes dentro do que comumente é definido como relação de causa. Para os autores, além de causa, há também razão e explicação. Causa indica que o evento expresso na oração dependente desencadeia a ocorrência do evento expresso na oração principal sem que haja qualquer envolvimento intencional por parte de um agente, como em (5). Razão, por sua vez, fornece a causa da realização do estado de coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas da oração principal, conforme (6). Já explicação especifica um fato que dá suporte a outro representado pelo conteúdo proposicional do ato de

fala, ou seja, a oração adverbial apresenta considerações que conduzem o falante a chegar à conclusão contida na oração principal, e pode ser vista, então, como um ato ilocucionário separado, como em (7). Enquanto a origem da razão está num dos participantes da oração principal, a origem da explicação é o falante. Trataremos desta distinção mais detalhadamente na seção seguinte.

(5) The car slipped *because the street was wet*.. (Dik, 1997a, p.244)
O carro derrapou *porque a rua estava molhada*.

(6) John ran to the station *because he wanted to catch the train*. (Ibidem, p.245)
João correu para a estação *porque ele queria pegar o trem*.

(7) Peter is at Joan's house *for his car is outside*. (Ibidem, p.245)
Pedro está na casa de Joana *porque o carro dele está do lado de fora*.

Tal como para Dik (1997a), para Neves (2000) "as relações causais são aquelas que apresentam entre si uma relação causal amplamente considerada" (p.805). Dessa maneira, a autora inclui na relação causal subtipos que têm como função expressar não apenas a causa real, mas também razão, motivo, justificativa ou explicação. Ela ressalta, entretanto, que é árdua a tarefa de buscar um refinamento da interpretação semântica que possa dar resposta à diferenciação entre esses dois grandes grupos que aparecem contrastados, na tradição, sob os rótulos de subordinadas causais, de modo que se consiga uma distinção entre causa, razão, motivo, explicação, justificação etc. Tentaremos mostrar, no final deste capítulo, que esse refinamento é de fato possível dentro de um arcabouço teórico em que os subtipos apareçam claramente marcados.

O conceito de causa, em Paiva (1995), é empregado de forma mais extensiva, englobando relações de explicação, justificativa, evidência. Para a autora, a relação causal pode assumir tanto a forma "X então Y", estruturando assim uma relação coordenativa, quanto a forma subordinativa "porque X, Y".

Cristofaro (2003), por seu turno, define causa como a relação que conecta dois estados de coisas, em que um deles (o dependente, que é factual) fornece a motivação para a ocorrência do outro (o principal), conforme (8).

(8) O rio inundou *porque choveu muito*. (Pezatti, 2009, p.143)

Ao considerar que na relação causal há subtipos que apresentam função semântica diferente, Pérez Quintero (2002) não diverge de Paiva (1995) nem de Neves (2000), e distingue causa eventiva, ilocucionária e epistêmica. Segundo a autora, a causa eventiva expressa a percepção de um objetivo inerentemente conectado ao mundo real; a epistêmica expressa uma inferência do falante, e a ilocucionária, por sua vez, expressa uma razão, que não faz referência à situação descrita na oração principal, mas ao ato de fala.

Como se observa, apesar das denominações distintas, esses autores admitem que dentro do rótulo de orações causais existem subtipos de relações que devem ser diferenciadas, uma vez que exercem diferentes funções. Distinguem-se, basicamente, os três tipos de relações mencionados: causa eventiva, epistêmica e ilocucionária. Com muita frequência, porém, a mesma nomenclatura é atribuída a relações com diferentes funções. Para Quirk et al. (1991), por exemplo, a oração causal "porque ele me telefonou de lá", em (9), constitui um ato de fala que faz referência à situação descrita no ato de fala principal e, portanto, é designado por uma entidade de quarta ordem.

(9) Percy is in Washington, *for he phoned me from there*.
(Quirk et al., 1991, p.1104)
Percy está em Washington, *porque ele me telefonou de lá*.

É possível, todavia, interpretar a oração causal como uma justificativa da inferência contida na oração principal (ou seja, o falante acredita que Percy está em Washington porque possui evidências de que esse fato é verdadeiro, uma vez que ele fez um telefonema

dessa cidade) e não da enunciação do ato de fala. Em (10), entretanto, a oração causal que antecede a principal é uma justificativa da enunciação do ato de fala interrogativo expresso na oração principal.

(10) *As you're in charge,* where are the files on the new project? (Quirk et al., 1991, p.1104)
Como você é o encarregado, onde estão as pastas do novo projeto?

Neves (2000), por sua vez, considera que a relação causal em (11) ocorre entre estados de coisas e trata-se, portanto, de causa efetiva. Já em (12) essa relação se estabelece entre proposições e constitui, então, causa epistêmica.

(11) A multiplicação das colônias e sua distribuição pela pastagem é necessária *porque as vespas fêmeas não têm asas,* o que limita sua dispersão. (Neves, 2000, p.804)

(12) Do leite devemos fazer uso abundante *porque além de ter efeito específico sobre o crescimento do organismo, é muito rico em cálcio.* (Ibidem, p.805)

Observando os dois exemplos, pode-se notar que, tanto em um quanto no outro, a oração causal justifica uma crença do falante, ou seja, uma proposição, marcada em (11) pelo predicado "é necessária" e em (12) pelo auxiliar modal "dever". Dessa forma, trata-se de duas ocorrências de causa epistêmica.

Além das várias classificações oferecidas pelos autores, há, no córpus analisado, ocorrências como (13), para as quais não se encontra paralelo nos exemplos já apresentados.

(13) [foi quando a gente combinou com o professor de matemática, a gente sempre brinca "ó, vamos num churrasco? vamos numa pizzaria?" e aquele dia realmente a gente combinou sério de ir. [...] ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham] e foi muito gostoso *porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor* (Brasil 93: Festa de estudante)

Nesse caso, a oração causal "porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor" apresenta um fato, o nascimento da amizade, ou seja, um estado de coisas que justifica a avaliação positiva do falante sobre ele, portanto, uma proposição, expressa na oração principal. Desse modo, a relação causal ocorre entre uma proposição dada na primeira oração e um estado de coisas expresso na causal, subtipo que não se enquadra em nenhuma das categorias mencionadas anteriormente.

Como se vê, não há um consenso quanto aos critérios que delimitam as relações causais, em meio a uma profusão de classificações, ora estritamente sintáticas, ora semânticas ou mesmo pragmáticas.

Diante da complexidade que envolve esse fenômeno e, ainda, da carência de um estudo mais abrangente sobre esse aspecto nas variedades portuguesas, o estudo aqui apresentado trata as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas que identificam os diferentes subtipos de causais, relacionando-os aos níveis e às camadas propostos pela Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Como universo de investigação, utilizou-se uma amostra de 137 ocorrências reais de uso, extraídas do córpus oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha.

Os dados analisados registram ocorrências conforme aquelas exemplificadas em (14), (15), (16) e (17), em que se observa a existência de dois eventos independentes, cuja relação causal é estabelecida pelo falante, já que não há, no mundo extralinguístico, relação entre os conteúdos expressos pelas orações envolvidas. A relação causal em cada uma delas, no entanto, distingue-se no tipo de categoria que relaciona, conforme mostraremos na seção a seguir.[1]

(14) Não repare não, *porque a jabá foi feita avexada.* (Brasil 80: Bichinho)

---

1 Confira também Sposito (2012).

(15) Morar na cidade é bom *porque temos acesso a muitas mais coisas.* (Portugal 96: Um meio pequeno)

(16) E muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam mesmo, eh, pulseiras, e *porque acreditam em qualquer coisa de mágica* (Angola 97: Conto tradicional)

(17) Escureceu muito rapidamente *porque estava ameaçando chuva* (Brasil 80: Fazenda)

Na seção que se segue, trataremos de cada subtipo, respeitando, metodologicamente, a direção descendente do modelo teórico, ou seja, apresentaremos as relações seguindo a hierarquia proposta pela teoria: iniciaremos com a relação causal que ocorre no nível e na camada mais alta e passaremos depois para o nível e as camadas mais baixas do modelo.

Subtipos pragmáticos e semânticos de relação causal

A motivação

Retomemos a ocorrência (14):

(14) Não repare não, *porque a jabá foi feita avexada.* (Brasil 80: Bichinho)

Esse tipo de relação causal, como vimos, tem sido denominado de "causa ilocucionária" por autores como Pérez Quintero (2002), Paiva (1995) e Neves (2000). Dik (1997a) prefere denominá-la de "explicação", e a tradição gramatical, de "coordenada explicativa".

Não há dúvida de que essa ocorrência é composta de dois atos discursivos: a primeira oração, "não repare não", constitui um ato discursivo com ilocução imperativa, e a segunda, "porque a jabá foi feita avexada", é outro ato, mas com ilocução declarativa, que fornece uma justificativa para a enunciação do ato imperativo, como

mostra claramente a paráfrase em (14a), em que a ilocução imperativa é representada pelo operador lexical "pedir".

(14) a **Peço** que não repare não *porque a jabá foi feita avexada.*

Há de fato dois atos discursivos distintos, cada um com sua própria força ilocucionária e com seu próprio contorno entonacional, relacionados por meio da causalidade. Existe uma relação de dependência, uma vez que a enunciação de um ato justifica a de outro. Em outras palavras, o ato nuclear "não repare não", primeiramente expresso, é justificado pelo ato que o segue, o subsidiário. Trata-se, portanto, de uma relação que ocorre no nível interpessoal, pois diz respeito a propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital. Uma dessas estratégias, conforme apresentado no Capítulo 1 desta obra, refere-se à retórica, que está fundamentalmente relacionada aos modos como os componentes de um discurso são ordenados para a realização da estratégia comunicativa do falante. O ato subsidiário representado pela oração causal "porque a jabá foi feita avexada" reflete a estruturação global do discurso e exerce, portanto, uma função retórica, denominada motivação. A função motivação, como o próprio nome indica, caracteriza-se por se aplicar a um ato discursivo que fornece a motivação do falante para enunciar a ilocução contida no ato nuclear (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Uma propriedade marcante desse subtipo é que o ato subsidiário constitui sempre uma asserção, o que não ocorre com o ato nuclear, que, no entanto, pode apresentar outros tipos de ilocução. As ocorrências (18a) e (19a) exemplificam casos em que o que está sendo justificado é a asserção contida no ato declarativo nuclear, como claramente mostram (18b) e (19b).

(18) a Alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, *porque o barulho não é normal* (Brasil 80: Fazenda)

b Alguém tem que saber o que é que está havendo, não é?, [**e eu digo isso**] *porque o barulho não é normal.*

(19) a F: E não existe essa ditadura do proletariado.
E: hum, hum.
F: *porque a coisa ao longo do tempo foi transformando*, aquele transformacionismo que a gente sabe que acontece em toda sociedade ao longo do tempo (Brasil 87: Economia e sociedade)
b F: E não existe essa ditadura do proletariado.
E: hum, hum.
F: [**eu digo isso**] *porque a coisa ao longo do tempo foi transformando.*

Considerando que toda camada dispõe de seu próprio conjunto de operadores e modificadores, no subtipo motivação de relação causal os atos discursivos envolvidos só podem ser restringidos por modificadores que atuam nessa camada, como "caramba", que restringe o ato ao expressar raiva, irritação, enfatizando-o (Hengeveld; Mackenzie, 2008). É o que se observa em (20) e (21).

(20) Não repare não, **caramba,** *que a jabá foi feita avexada.*

(21) Não repare não, *que a jabá foi feita avexada,* **caramba**.

Como fica claro, essa relação causal, conforme entendem Pérez Quintero (2002), Paiva (1995) e Neves (2000) para o que denominam causa ilocucionária, expressa uma razão que faz referência ao próprio ato de fala, e não à situação expressa na oração principal. Essa definição não é muito diferente daquela apresentada por Kury (1985), ao afirmar que a coordenada explicativa "exprime o motivo de se ter feito a declaração anterior" (p.69).

A explicação

Retomemos agora a ocorrência (15).

(15) Morar na cidade é bom *porque temos acesso a muitas mais coisas.* (Portugal 96: Um meio pequeno)

O que (15) expressa é que a avaliação contida na oração principal, "morar na cidade é bom", é justificada pela oração subordinada. Já em (22a), a avaliação do falante de que o evento relatado foi bom apoia-se no evento "nascimento da amizade com o professor", como se nota pela paráfrase em (22b).

(22) a [foi quando a gente combinou com o professor de matemática, a gente sempre brinca "ó, vamos num churrasco? vamos numa pizzaria?" e aquele dia realmente a gente combinou sério de ir. [...] ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham] e foi muito gostoso [**e eu considero assim**] *porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor* (Brasil 93: Festa de estudante).

b foi muito gostoso [e eu considero assim] *porque a partir dali nasceu, de fato, uma amizade muito gostosa com o professor.*

Na verdade, tanto (15) quanto (22a) contêm um conteúdo proposicional cuja justificativa se encontra em um estado de coisas. Conteúdos proposicionais são entidades de terceira ordem, que, como tais, podem ser qualificadas por atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou por menção de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência). Um estado de coisas, por outro lado, é uma entidade de segunda ordem, que pode ou não ocorrer em algum ponto de um intervalo de tempo e ser avaliada em termos de seu estatuto de realidade.

Essa relação ocorre, portanto, no nível representacional, em que o estado de coisas consiste em um modificador, pois qualifica o conteúdo proposicional ao apresentar o fato que o justifica. Nesse tipo de relação causal, a oração principal constitui um conteúdo proposicional, uma vez que expressa uma avaliação, crença, inferência ou julgamento motivado pelo estado de coisas que vem a seguir. Na ocorrência (23a), a restrição do conteúdo da oração principal pode ser comprovada por modificadores de conteúdo proposicional como "com certeza" em (23b). Por outro lado, o estatuto de estado de coisas da oração subordinada "nasceu uma amizade mais gostosa com o professor" é atestado pelo modificador de tempo relativo "a partir dali", próprio dessa camada, em (23c).

(23) a foi muito gostoso *porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor* (Brasil 93: Festa de estudante)

b **Com certeza** foi muito gostoso.

c Foi muito gostoso *porque* **a partir dali** *nasceu uma amizade mais gostosa com o professor.*

As ocorrências (24), (25) e (26) constituem também exemplos desse tipo de relação causal. Nesses casos, o estatuto de conteúdo proposicional da oração principal é evidenciado pelo uso do verbo "achar".

(24) A causa do aborto clandestino, eu **acho** que... é, deriva dos pais, *porque às vezes uma pessoa fica grávida dentro da casa dos pais e tem o medo de ficar com aquele gravidez...* (Guiné-Bissau 95: Aborto)

(25) Eu **acho** que o nosso problema aqui é, é financeiro, não é? *porque as pessoas só se fazem ouvir quando saem para fora* (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

(26) Eu **acho** que estamos a levantar com uma nova mentalidade, não é, *porque ... já começamos a perceber coisas, já temos mais acesso* (Guiné-Bissau 95: Democracia)

Esse tipo de relação ora é entendido pela tradição gramatical como causa efetiva, ora como causa epistêmica (cf. Pérez Quintero, 2002; Paiva, 1995; Neves, 2000), ora como coordenada explicativa. Preferimos, no entanto, denominar a relação causal desse subtipo de explicação, para distingui-la dos outros tipos aqui abordados, já que se trata de ocorrências em que um estado de coisas justifica um conteúdo proposicional expresso na oração principal.

A razão

Inversamente ao que acontece com a explicação, a ocorrência repetida aqui, em (27a), mostra que a relação causal se estabelece entre o estado de coisas expresso na oração principal, "uso de

pulseiras", e o conteúdo proposicional expresso na subordinada, "a crença na existência de mágica". Nesse caso, o participante da oração principal tem controle sobre a ocorrência do estado de coisas nela expresso, usar pulseiras, que é motivado pela crença na magia. Assim, a relação razão se identifica por uma crença (conteúdo proposicional) que justifica um fato (estado de coisas), como mostra a paráfrase em (27b). Essa relação ocorre, portanto, também no nível representacional, sendo o conteúdo proposicional um modificador, pois qualifica o estado de coisas, ao apresentar o cenário cognitivo de sua ocorrência.

(27) a E muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam mesmo, eh, pulseiras, e *porque acreditam em qualquer coisa de mágica* (Angola 97: Conto tradicional)

b E muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam mesmo, eh, pulseiras, e **fazem isso** *porque acreditam em qualquer coisa de mágica.*

Nesses casos, o estado de coisas expresso pela oração principal pode ser restringido por um modificador dessa camada, por exemplo, "de fato", que indica o seu estatuto de realidade, enquanto o conteúdo proposicional, expresso pela oração subordinada, só pode ser restringido por um modificador de conteúdo proposicional, por exemplo, "com certeza", como mostram as paráfrases de (27a) em (28a) e (28b), respectivamente. Note-se, sobretudo, que "com certeza" só se aplica à oração com função razão, e não ao conjunto todo, como se pode conferir pela agramaticalidade de (28c).

(28) a e muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam **de fato**, eh, pulseiras, e *porque realmente acreditam em qualquer coisa de mágica*

b muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam, eh, pulseiras, *e porque* **com certeza** *acreditam em qualquer coisa de mágica.*

c ***com certeza** muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam, eh, pulseiras, *e porque acreditam em qualquer coisa de mágica.*

Razão constitui, portanto, a função exercida por uma oração que apresenta um pensamento que leva um agente humano a agir de determinada forma (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Essa função não é tratada em separado nos estudos gramaticais tradicionais, mas pode ser inferida pela definição, dada à oração adverbial causal como aquela que apresenta uma causa, motivo, resultado, consequência ou razão da oração principal (Cunha, 2001; Bechara, 1999). Dik (1997a) denomina-a de razão, em virtude de fornecer o motivo, atribuído a um controlador da realização de um estado de coisas expresso na oração principal. Autores como Pérez Quintero (2002) e Paiva (1995) a denominam de causa epistêmica, enquanto Neves (2000), como vimos, dá a esse subtipo o nome de causa efetiva.

A causa

A ocorrência (17), retomada aqui em (29), constitui um exemplo típico do que se denomina de adverbial causal na tradição gramatical e de causa eventiva por autores como Pérez Quintero (2002), Paiva (1995) e Neves (2000), que a entendem como a relação que expressa a percepção de um objetivo inerentemente conectado ao mundo real. Dik (1997a), assim como Hengeveld (1998, p.346-7), prefere denominá-la simplesmente de causa, já que ela indica que o evento expresso na oração dependente desencadeia a ocorrência do evento expresso na oração principal, sem que haja qualquer envolvimento intencional de uma entidade agentiva.

(29) escureceu muito rapidamente *porque estava ameaçando chuva* (Brasil 80: Fazenda)

Na verdade, todas essas definições pressupõem dois eventos relacionados de tal modo que um desencadeia a ocorrência do outro. Em (29), a relação é estabelecida entre dois estados de coisas: o estado de coisas nuclear "escurecimento rápido" é desencadeado pela ocorrência do estado de coisas dependente "ameaça de chuva", sem que haja qualquer ação por parte de um agente, o que possibilita a paráfrase em (30).

(30) escureceu muito rapidamente **e isso aconteceu** *porque estava ameaçando chuva*

Como se trata de dois estados de coisas, tanto o nuclear quanto o dependente podem ser restringidos por modificadores que especificam o tempo relativo, o lugar e a frequência de ocorrência, assim como o estatuto de realidade, o cenário físico ou cognitivo do estado de coisas. É possível, portanto, modificar independentemente os dois estados de coisas envolvidos por, por exemplo, um modificador de realidade *de fato*, como se vê nas paráfrases de (29) em (31a) e (31b).

(31) a Escureceu **de fato** muito rapidamente *porque estava ameaçando chuva*
b Escureceu muito rapidamente *porque estava* ***de fato*** *ameaçando chuva*

Esses subtipos de relação, denominados respectivamente de adverbial causal e coordenada explicativa, são os que têm recebido maior atenção na tradição gramatical. Isso pode ser justificado pelo fato de a distinção entre elas ser bem nítida, já que pertencem às camadas mais opostas: motivação pertence à camada mais alta do nível interpessoal, enquanto causa pertence à camada mais baixa do nível representacional.

Propriedades dos diferentes subtipos de relações causais

Como demonstrado, os quatro tipos de relação causal ocorrem em níveis e camadas distintas, o que pressupõe propriedades distintas.

Um traço muito comum no subtipo motivação, por exemplo, é a existência de atos interativos, como "não é?" e "sabes?", que delimitam a fronteira entre os dois atos discursivos envolvidos na relação causal, como exemplificam (32) e (33).

(32) reconciliação eu não digo, ***não é?*** *porque até agora abandalham-me* (Angola 97: Jovem Gaspar)

(33) notei que era falta de tática, ***sabes?***, *porque se, eh pá, se tivesse aqueles conhecimentos básicos não haveria nenhuma, nenhuma dificuldade* (Moçambique 83: Cantar e pintar)

Atos interativos podem ocorrer, no entanto, em outros subtipos de relação causal, como razão, conforme mostra (34), em que o ato interativo "entendeu?" interpõe-se entre os dois atos discursivos envolvidos. Observe-se, no entanto, que a relação causal se estabelece entre o estado de coisas e o conteúdo proposicional, e não entre os atos discursivos, ou seja, a oração dependente apresenta a razão do falante de não contar segredos à irmã gêmea, e não a de ter enunciado o ato discursivo anterior.

(34) tem coisas que eu não conto para a minha irmã, que eu conto para melhores amigas minhas, entendeu?, *porque ela é diferente de mim em muitas coisas* (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

Assim, também ocorrências como (35) e (36), repetidas aqui, constituem casos de relação causa, cujas orações, no nível interpessoal, correspondem a atos discursivos separados por outro ato discursivo de natureza interativa.

(35) A gente levava altos pitos da minha mãe, **não é?** *porque a gente ficava dando risada da minha vó* (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

(36) Não foi a classe inteira, **é lógico**, *que a gente não combinou com a classe inteira* (Brasil 80: Festa de estudante)

Nesses casos, novamente, a relação causal não se estabelece no nível interpessoal, ainda que se configurem dois atos, mas sim no nível representacional, entre dois estados de coisas: em (35), a ocorrência do estado de coisas causal desencadeia a ocorrência do estado de coisas "levar altos pitos da mãe"; em (36), o estado de coisas

dependente “não ter combinado com a classe inteira” é causa de não ocorrer o estado de coisas principal “ida de toda a classe”.

Os dados mostram ainda que os atos discursivos envolvidos podem apresentar ilocução diferente, como em (37), em que o ato nuclear, com ilocução interrogativa, constitui uma pergunta retórica,[2] “por quê?”, e o ato subsidiário, com ilocução declarativa, corresponde à oração subordinada com função causa estabelecida no nível representacional.

(37) e por quê? *porque nós estamos numa fase de grande desenvolvimento* (Portugal 90: Poderes do chefe de Estado)

Isso revela a independência existente entre os níveis propostos pela GDF, ou seja, não há relação um a um entre os níveis interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico, como ressaltam Hengeveld e Mackenzie (2008).

Um traço comum aos quatro tipos de relação causal detectados no córpus refere-se à factualidade. Conforme Pérez Quintero (2002), são factuais as orações que descrevem uma propriedade ou relação aplicável, um estado de coisas real, um conteúdo proposicional verdadeiro e um ato discursivo assertivo. Os casos negativos, ou seja, uma propriedade ou relação não aplicável, um estado de coisas irreal, um conteúdo proposicional falso e um ato discursivo interrogativo, imperativo ou exclamativo, são não factuais. Vejamos.

Na relação motivação, como já observado, o ato nuclear pode apresentar várias ilocuções, conforme mostra (38), que contém uma ilocução imperativa, “não repare não”, e (39), que contém uma ilocução declarativa, “alguém tem que saber o que é que está havendo”. Já o ato subsidiário é sempre declarativo, expressando, portanto, uma asserção, o que lhe confere o estatuto factual.

(38) Não repare não, *porque a jabá foi feita avexada.* (Brasil 80: Bichinho)

---

2 Para maiores detalhes a esse respeito, ver Fontes e Pezatti (2012).

(39) Alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, *porque o barulho não é normal* (Brasil 80: Fazenda)

A relação explicação, como vimos, expressa sempre um conteúdo proposicional, cuja justificativa se encontra em um estado de coisas que é sempre apresentado como real. Assim, em (40), o nascimento da amizade é considerado pelo falante como um evento que de fato ocorreu, haja vista o uso do verbo no pretérito perfeito do indicativo (nasceu). A oração explicação é, portanto, factual.

(40) [foi quando a gente combinou com o professor de matemática, a gente sempre brinca "ó, vamos num churrasco? vamos numa pizzaria?" e aquele dia realmente a gente combinou sério de ir. [...] ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham] e foi muito gostoso *que a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor* (Brasil 93: Festa de estudante)

Um conteúdo proposicional avaliado como verdadeiro implica também factualidade positiva. É o que ocorre na relação razão de (41), em que a oração "dois basta" expressa a crença do falante na verdade do conteúdo proposicional que ele apresenta.

(41) Não! Ela, quando nasceu a garota, ligamos. man[...], mandei ligar ***porque*** *dois basta*. (Brasil 80: Criar filhos)

A oração expressa na causa, por seu turno, descreve um estado de coisas considerado real pelo falante, como se pode observar em (42) e (43), em que as orações causais representam eventos descritos como de fato ocorridos.

(42) A gente levava altos pitos da minha mãe, não é? *porque a gente* ***ficava dando*** *risada da minha vó* (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

(43) Não foi a classe inteira, é lógico, *que a gente não* ***combinou*** *com a classe inteira* (Brasil 80: Festa de estudante)

Como se vê, uma propriedade que caracteriza os quatro subtipos de relação causal é ser sempre factual, pois apresenta atos discursivos assertivos, conteúdos proposicionais verdadeiros e estados de coisas reais. Em decorrência dessa factualidade positiva, todos os subtipos apresentam outra propriedade comum: o verbo da oração subordinada encontra-se sempre no modo indicativo, conforme exemplificam as ocorrências (44), (45), (46) e (47), respectivamente, motivação, explicação, razão e causa.

(44) Vai-te embora *que a minha mãe não, não me **deixa** conversar* (Portugal 97: Namoro em outros tempos)

(45) Eu acho que o nosso problema aqui é, é financeiro, não é? *porque as pessoas só se **fazem** ouvir quando saem para fora.* (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

(46) tem coisas que eu não conto para a minha irmã, que eu conto para melhores amigas minhas, entendeu?, *porque ela **é** diferente de mim em muitas coisas.* (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

(47) Como já se trata de uma zona fértil, *lá **criaram** todo o processo de socialização.* (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

Como observa Mackenzie (2014), o modelo implica uma perspectiva interacional em que a codificação (por parte do falante) é complementada pela decodificação (por parte do ouvinte), e a formulação (do falante) é complementada pela reconstrução (do ouvinte).[3] Desse modo, as propriedades pragmáticas e semânticas devem ser morfossintaticamente codificadas, permitindo que a interação avance de modo dinâmico. No caso da relação causal, a codificação é efetuada por meio de palavras lexicais, denominadas conjunções.

---

3 Reconstrução, para o autor, é o termo usado para designar a criação do ouvinte no nível interpessoal e no representacional, com base no que ele decodifica.

Neves (2000) afirma que as orações causais podem ser introduzidas pelas conjunções "pois", "que", "pois que", "tanto mais que", "por causa que", "por isso que", "porquanto", "já que", "uma vez que", "desde que", "dado que", "visto que", "visto como", "como". Na amostra investigada, no entanto, as conjunções usadas reduzem-se a quatro simples: "porque", "que", "pois", "como", e a três complexas: "já que", "visto que", "uma vez que", das quais não trataremos neste momento, pois isso exige uma discussão que demanda maior espaço do que dispomos neste texto.

A função motivação pode ser codificada por três conjunções lexicais – "porque", "que", "pois" –, como mostram as ocorrências (48), (49) e (50).

(48) Eu falei para as minhas crianças que absolutamente não acreditassem nessas histórias ***porque***... *isso era coisa de gente ignorante e as pessoas da fazenda não, não, não vinham à cidade, não tinham meios de comunicação* etc. (Brasil 80: Fazenda)

(49) É um animal que tem o pêlo bicudo e tem, e focinho de porco e a gente apanha aquele animal e traze-o para a nossa casa, serve até para, para apanhar os ratos em casa... ***que*** *onde há um ouriço, os ratos não entram* (Portugal 70: Homens e bichos)

(50) F: de eu fazer umas entrevistas. durante o ano, claro que não há muito trabalho. e aí está: é uma das desvantagens, se eu por exemplo, se estivesse em Lisboa, já tinha entrevistas todas as semanas, não é,
E: hum, hum.
F: aí, neste campo, nesta profissão, é, é pena, de facto!
E: e nos momentos em que tu tens poucas entrevistas a fazer então r[...], fazes trabalho... de gabinete...
F: sim, sim, sim ***pois***, *eu estou no jornal a trabalhar nos computadores também*
E: hum, hum.
F: precisamente por não haver material suficiente para me manter ocupada o ano todo.
(Portugal 96: Um meio pequeno)

As funções explicação e razão são morfossintaticamente expressas por "porque" ou "que", conforme ilustram (51)-(52) e (53)-(54), respectivamente.

(51) Foi uma pena ***porque*** *todo mundo falava de você na classe.* (Brasil 93: Festa de estudante)

(52) a menina no futuro vai dar mais trabalho, não é?, ***que*** *a menina sempre é mais trabalhosa, não é?, educar uma filha, é sempre mais difícil* (Brasil 80: Filhos)

(53) Não! Ela, quando nasceu a garota, ligamos. Man[...], mandei ligar ***porque*** *dois basta.* (Brasil 80: Criar filhos)

(54) Eu também faço por ela ***que*** *eu gosto dela demais.* (Brasil 80: Gosto dela)

Causa, no entanto, além de ser indicada com "porque" e "que", conforme exemplificado em (55) e (56), pode ser indicada por "como", como mostra (57), o que não acontece com as três relações anteriores. Trata-se, portanto, de uma propriedade específica dessa relação, que ocorre na camada mais baixa do nível representacional, a do estado de coisas.

(55) Quando uma das enfermeiras me viu, ela ficou *apavorada* ***porque*** *tinha visto eu ser jogada uns dois metros de altura e cair no chão* (Brasil 80: Acidente)

(56) Não foi a classe inteira, é lógico, ***que*** *a gente não combinou com a classe inteira* (Brasil 80: Festa de estudante)

(57) ***Como*** *já se trata de uma zona fértil*, lá criaram... todo o processo de socialização (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

Um dos critérios proposto por Kury (1985) para distinguir a oração coordenada explicativa da oração adverbial causal consiste

na possibilidade de se omitir a conjunção na primeira, sem qualquer prejuízo da clareza. De fato, é perfeitamente possível a não expressão da conjunção, tal como nas paráfrases de (48) e (49) em, respectivamente, (58) e (59), exemplos de motivação. Não se pode dizer a mesma coisa da explicação, em (60), da razão, em (61), e da causa, em (62), pois não é possível estabelecer uma relação causal sem a expressão da conjunção, a menos que se construa cada uma das orações como uma frase fonológica independente, ou seja, com tom final de fronteira na última palavra, indicando fechamento, seguido de pausa longa. Nesse caso, no entanto, não fica claro o tipo de relação pretendida.

(58) Eu falei para as minhas crianças que absolutamente não acreditassem nessas histórias *isso era coisa de gente ignorante e as pessoas da fazenda não, não, não vinham à cidade, não tinham meios de comunicação* etc.

(59) É um animal que tem o pêlo bicudo e tem, e focinho de porco e a gente apanha aquele animal e traze-o para a nossa casa, serve até para, para apanhar os ratos em casa... *onde há um ouriço, os ratos não entram.*

(60) foi uma pena *todo mundo falava de você na classe.*

(61) Eu também faço por ela *eu gosto dela demais.*

(62) ela ficou apavorada *tinha visto eu ser jogada uns dois metros de altura e cair no chão.*

Como se vê, apesar de a conjunção mais frequente, "porque", ocorrer em todos os tipos de relação causal, "pois" e "como" expressam relações específicas, respectivamente, motivação e causa.

Essa distribuição de conjunção se correlaciona com outra propriedade das relações causais. Com exceção da oração introduzida por "como", todas as outras orações que expressam relação causal caracterizam-se por se posicionarem após a principal.

Paiva (1995) entende que essa ordenação reflete a função que os segmentos causais assumem na organização discursiva: 1) introduzem informação nova; 2) são inferíveis de outras partes de informação já apresentadas no discurso anterior.

Para nós, entretanto, essa ordenação núcleo-modificador[4] reflete o princípio de iconicidade, presente na ordenação de experiências cognitivas, isto é, na capacidade que as línguas humanas têm de "desenhar", "pintar", "retratar", "esculpir", nas formas linguísticas, a realidade não linguística (Bagno, 2011, p.453-4). Assim, o ato subsidiário motivação segue o ato nuclear (cf. (63)), e as orações dependentes explicação, razão e causa seguem a principal, conforme exemplificam, respectivamente, (64), (65) e (66).

(63) Alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, *porque o barulho não é normal* (Brasil 80: Fazenda)

(64) foi uma pena *porque todo mundo falava de você na classe.* (Brasil 93: Festa de estudante)

(65) Não! Ela, quando nasceu a garota, ligamos. Man[...], mandei ligar *porque dois basta.* (Brasil 80: Criar filhos)

(66) Quando uma das enfermeiras me viu, ela ficou apavorada *porque tinha visto eu ser jogada uns dois metros de altura e cair no chão* (Brasil 80: Acidente)

Esse princípio, no entanto, é violado pelas orações causais introduzidas por "como", que sempre ocorrem antepostas à principal, conforme demonstram (67) e (68).

(67) ***Como** já se trata de uma zona fértil,* lá criaram... todo o processo de socialização (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

(68) ***Como** choveu*, todas elas desapareceram! (Moçambique 86: Chuva)

---

4 A relação núcleo-modificador refere-se à expansão de um núcleo com um modificador opcional (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008).

O que acontece, nesse caso, é que a violação do princípio é resultado de determinações vindas do nível interpessoal, ou seja, a oração causa anteposta fornece um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada no conteúdo comunicado que a segue. Em outras palavras, veicula a função pragmática tópico,[5] que, como tal, assume a posição P^I, própria dessa função (cf. Pezatti, 2012). Desse modo, é a atribuição da função pragmática tópico que determina a colocação da oração dependente antes da principal no nível morfossintático.

Entende Paiva (1995) que a posição é uma propriedade relevante quando está envolvida a relação causal. Para essa autora, essa relação pode assumir a forma "X então Y", estruturando assim uma relação coordenativa, ou a forma "porque X, Y", que constitui uma estrutura subordinativa.

Para a GDF, no entanto, coordenação e subordinação são processos que acontecem no nível morfossintático, conforme apresentado no Capítulo 1. A coordenação ocorre dentro de uma expressão linguística composta por duas orações independentes, já que nenhuma é constituinte da outra. A subordinação, por outro lado, acontece dentro de uma expressão linguística que contém duas orações, sendo, no entanto, uma delas constituinte (argumento ou modificador) da outra. Isso significa que a subordinação é um processo típico das camadas mais baixas do nível morfossintático, as da oração e do sintagma.

Como já demonstrado, a função motivação constitui um ato discursivo que segue o ato discursivo nuclear. Isso se reflete, no nível morfossintático, na estruturação da expressão linguística que, neste caso, combina duas orações independentes, caracterizando assim

5 A função pragmática tópico é atribuída a um constituinte para assinalar como o conteúdo comunicado se relaciona com o registro construído gradualmente no componente contextual, fornecendo um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada (Hannay; Martínez-Caro, 2008, p.60). É, na verdade, um reflexo linguístico de uma instrução para o ouvinte resgatar uma informação já apresentada (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.92).

um processo de coordenação, como mostram todas as ocorrências de motivação até agora relacionadas, aqui exemplificadas em (69).

(69) reconciliação eu não digo, ***não é?*** *porque até agora abandalham-me* (Angola 97: Jovem Gaspar)

Explicação, razão e causa, por outro lado, constituem restritores ou de conteúdo proposicional ou de estado de coisas. No caso de explicação, a oração causal restringe o conteúdo da oração principal, ao especificar uma atitude proposicional relacionada ao grau de comprometimento de um ser racional com o conteúdo proposicional expresso na principal. Assim, em (70), o falante mostra seu compromisso com a verdade da avaliação contida na principal, ao justificá-la por meio do estado de coisas expresso na oração "temos fácil acesso a muitas outras coisas".

(70) Morar na cidade é bom *porque temos acesso a muitas mais coisas.* (Portugal 96: Um meio pequeno)

A oração razão, por sua vez, constitui um modificador de um estado de coisas, já que o qualifica ao apresentar o cenário cognitivo de sua ocorrência. Em (71), a oração que exprime crença, "acreditam em qualquer coisa de mágica", apresenta o pensamento que leva um agente humano a usar pulseiras.

(71) E muitas vezes na tradição africana, as pessoas usam mesmo, eh, pulseiras, e *porque acreditam em qualquer coisa de mágica* (Angola 97: Conto tradicional)

Também a oração causa constitui um modificador de um estado de coisas, uma vez que especifica o cenário cognitivo de sua ocorrência, sem, no entanto, apresentar nenhum envolvimento intencional por parte de um agente na ocorrência do evento, como ocorre em (72).

(72) Escureceu muito rapidamente *porque estava ameaçando chuva* (Brasil 80: Fazenda)

Essa propriedade semântica – ser modificador de um núcleo no nível representacional – traz consequências para a codificação morfossintática, uma vez que a expressão linguística, nesse caso, é composta de duas orações, sendo umas delas, no entanto, modificador da outra. Como resultado, o processo é de subordinação.

Em resumo, motivação implica coordenação, e explicação, razão e causa implicam subordinação, o que corrobora, de certo modo, a distinção estabelecida pela gramática tradicional entre coordenada explicativa e adverbial causal, sem, contudo, o refinamento conceitual aqui demonstrado.

As informações pragmáticas e semânticas não codificadas no nível morfossintático são então levadas para o nível fonológico, que se encarregará de criar o *input* para a operação de articulação no componente de saída.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), são elementos gramaticais apenas os aspectos fonológicos, como operadores de queda e subida (respectivamente, **f** e **r**), enquanto os aspectos fonéticos, como pausa (#), constituem elementos do componente de saída, o que implica, portanto, que fiquem fora da gramática.

Fonologicamente, as diferentes relações causais aqui descritas ocorrem na camada da frase entonacional (IP), que se caracteriza por um contorno entonacional único, marcado em geral por um tom de fronteira na última palavra, correspondente, no nível interpessoal, a um ato discursivo. O limite entre duas IPs apresenta um contorno entonacional com subida na fronteira e tom de continuidade (cf. Tenani, 2002), com pausa breve ou mudança na tessitura ao final do enunciado.

Na função motivação, observa-se claramente um contorno entonacional para cada ato, com uma pausa longa entre o ato nuclear e o subsidiário, na maioria dos casos, antes do relator, como ocorre em (73).

(73) d ((U_i [(fIP_i: não repare *não* (IP_i)) # (fIP_j): que a jabá foi feita *avexada* (IP_j))](U_1))

Há casos, entretanto, em que, não havendo pausa, a fronteira é marcada por clara mudança na tessitura e pelo tom de fechamento entre os dois atos discursivos, com o operador de queda na última palavra do ato nuclear. Ilustra claramente esse fenômeno a ocorrência em (74), em que o ato nuclear imperativo "bota pra ele igual" é imediatamente seguido do subsidiário declarativo "que ele mata".

(74) ((U_i [(fIP_i: O prato de arroz e feijão que bota pra mim (IP_i) (fIP_j): *bota pra ele igual* (IP_j)) (fIP_k): *que ele mata* (IP_k))](U_1)) (Brasil 80: Criar filhos)

Dessa forma, a codificação fonológica na motivação, exprimindo um reflexo da formulação no nível interpessoal, é responsável por marcar, em termos prosódicos, uma relação de fronteiras nitidamente separadas em duas frases entonacionais.

A codificação fonológica de cada subtipo de relação causal do nível representacional – explicação, razão e causa – corresponde também a uma frase entonacional, assim como na motivação. No entanto, a relação entre elas é mais integrada prosodicamente, uma vez que só ocorre uma pausa longa no final da oração causal, demarcando o término do enunciado fonológico.

O exemplo (75), caso de relação explicação, é fonologicamente constituído por duas frases entonacionais, com as fronteiras marcadas pela mudança de tessitura e pelo tom de continuidade na primeira IP, sem realização de pausa longa.

(75) ((U_i [(fIP_i: e foi muito gostoso (IP_i)) (fIP_j): porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor (IP_j))](U_1))

Isso também se verifica na relação razão, expressa em (76), aqui retomada: as duas orações constituem, fonologicamente, um único enunciado, com mudança na tessitura provocada por um operador de subida na primeira IP, "mandei ligar", tom de fronteira de continuidade e pausa breve, seguida então da IP que contém a subordinada "porque dois basta".

(76) ((U_i [(fIP_i: quando nasceu a garota (IP_i) (fIP_j): *ligamos* (IP_j)) (fIP_k): *porque dois basta* (IP_k))](U_1)) (Brasil 80: Criar filhos)

Na relação causa isso também pode ser constatado, como exemplifica prototipicamente a ocorrência (77): duas frases entonacionais compõem um único enunciado, apresentando a primeira um operador de subida no final e tom de fronteira de continuidade.

(77) ((U_i [(fIP_i: escureceu rapidamente (IP_i)) (fIP_j): porque estava ameçando chuva (IP_j))](U_1))

Em síntese, trata-se de um único enunciado que contém duas IPs. A fronteira entre elas é marcada por contorno descendente na primeira e contorno ascendente no início da segunda.

Dessa forma, as quatro relações causais ocorrem na camada da frase entonacional, apresentando, na fronteira entre as duas IPs, pausa e mudança na tessitura. Diferem, porém, no tom, de acordo com o nível interpessoal ou representacional envolvido na formulação: na relação motivação, a fronteira entre elas é fortemente marcada pelo tom de fechamento e pela pausa longa, enquanto nas relações explicação, razão e causa o tom é de continuidade e, preferencialmente, pausa breve.

Palavras finais

A descrição dos subtipos oferece suficiente evidência de que a relação causal apresenta grau ainda mais elevado de complexidade do que supõe a tríplice distinção efetuada por autores como Pérez Quintero (2002), Paiva (1995), Dik (1997a), Neves (2000) e Hengeveld (1998), com o acréscimo de um quarto subtipo, aqui denominado explicação. No Quadro 1 aparecem resumidos os quatro tipos, considerando os quatro níveis.

Quadro 1 – Propriedades das relações causais

Nível/Relação		**Causa**	**Razão**	**Explicação**	**Motivação**
Nível interpessoal	Camadas	C	C	C	A
	Ato interativo	+	+	+	+
	Função retórica	–	–	–	+
Nível representacional	Camadas	e – e	e – p	p – e	p – p
	Factualidade	+	+	+	+
	Função semântica	+	+	+	-
Nível morfossintático	Camadas	O	O	O	Le
	Relator	conj	conj	conj	conj
	Processo	sub	sub	sub	coord
Nível fonológico	Camada	IP	IP	IP	IP
	Marca prosódica	+	+	+	+

C = conteúdo comunicado; A = ato discursivo; p = conteúdo proposicional; e = estado de coisas; O = oração; Le = expressão linguística; conj = conjunção; sub = subordinação; coord = coordenação; IP = frase entonacional

O quadro revela uma clara distinção entre o subtipo motivação, por um lado, e os subtipos explicação, razão e causa, por outro. Em termos de GDF, há uma clara distinção entre a relação causal do nível interpessoal e as relações causais do nível representacional.

O subtipo motivação ocorre no nível interpessoal, entre dois atos discursivos, o primeiro nuclear e o segundo subsidiário, constituindo, portanto, uma função retórica. Já os subtipos explicação, razão e causa se definem como diferentes categorias semânticas no nível representacional, que correspondem às camadas envolvidas entre o núcleo e o dependente: na explicação, o núcleo é um conteúdo proposicional modificado por um estado de coisas; na razão, a relação se inverte, pois o núcleo é um estado de coisas e o dependente, um conteúdo proposicional; já na relação causa, tanto o núcleo quanto seu dependente constituem estados de coisas.

No nível morfossintático, essas diferenças se manifestam nas camadas e nos diferentes processos envolvidos em cada relação. A relação estabelecida entre atos discursivos ocorre na camada da expressão linguística, por meio do processo de coordenação, pois se trata de duas orações independentes. Como nenhuma é constituinte

da outra, a combinação delas constitui uma só unidade formal. As outras três relações, por seu turno, ocorrem na camada da oração, via processo de subordinação, já que a relação se estabelece entre o núcleo (oração principal) e seu modificador (oração subordinada).

É possível ainda extrair dos dados uma correlação relevante. As quatro conjunções lexicais utilizadas para marcar a relação causal se distribuem da seguinte maneira: enquanto "que" e "porque" atendem a qualquer subtipo, "pois" e "como" se restringem a um tipo específico, pois a primeira só é utilizada para expressar motivação e a segunda, para expressar causa. Essa distribuição permite afirmar que "pois" é a conjunção prototípica da função retórica motivação e "como", da função semântica causa, pertencente à camada mais baixa do nível representacional.

A distinção fonológica entre a relação causal do nível interpessoal e aquelas do nível representacional está no fato de a primeira envolver duas frases entonacionais nitidamente separadas por pausa e tom de fechamento, enquanto, nas demais relações, essa separação é prosodicamente menos marcada nas fronteiras, com tom de continuidade e sem pausa.

Em síntese, como proposto no trabalho apresentado neste capítulo, os resultados comprovam a hipótese de que os subtipos encontram plena sustentação nos níveis e nas camadas da Gramática Discursivo-Funcional. Vale a pena lembrar a incredulidade de Neves em relação à real possibilidade de subcategorizar os tipos de relação causal. Nesse caso, as evidências discutidas mostram que é perfeitamente possível atingir um grau mais elevado de refinamento na interpretação semântica, que responde pela diferenciação entre os subtipos.

Os dados do córpus, no entanto, demonstram que as relações causais do nível representacional são morfossintática e fonologicamente codificadas da mesma maneira, uma vez que não há uma especificação nem morfossintática nem fonológica para cada subtipo semântico que as diferencie. Isso significa que as diferenças semânticas existentes entre elas são neutralizadas, ou seja, não são codificadas na gramática do português. Em outros termos, não há

transparência, já que a várias funções semânticas correspondem as mesmas formas (cf. Hengeveld, 2011).

Só são distinguidos morfossintática e fonologicamente dois tipos de relação causal, a do nível interpessoal e a do nível representacional. Nesse sentido, pode-se afirmar que o português é transparente com relação a esse aspecto, o que levou a tradição gramatical a distinguir a coordenada explicativa da subordinada adverbial causal.

6
As orações concessivas

*Talita Storti Garcia**

Palavras iniciais

A oração concessiva é classificada pela tradição gramatical (cf. Cunha, 1972; Bechara, 1999; Cunha, Cintra, 2008) como subordinada adverbial vinculada a outra oração, a principal ou nuclear, por meio de uma conjunção ("embora", "ainda que", "mesmo que" etc.).

Para Cunha e Cintra (2008), a oração concessiva admite um fato contrário à ação da principal, mas incapaz de impedi-la, conforme ilustra o clássico exemplo de concessão:

(1) *Embora chova,* sairei. (Bechara, 1999, p.496)

Conforme analisa Bechara (1999), a chuva não constitui um obstáculo que impeça alguém de sair de casa. Sobre esse exemplo, já da perspectiva linguística, Neves et al. (2008) argumentam que no mundo "real", quando chove, normalmente se evita sair de casa,

* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (talita@ibilce.unesp.br).

mas o falante, por meio da concessão, nega essa ideia, algo que já está pressuposto por ele e pelo ouvinte. As autoras admitem que a relação concessão requer o compartilhamento de conhecimentos entre os participantes da interação, a possibilidade de aceitar argumentações e de admitir objeções.

Do ponto de vista lógico-semântico, para Neves (1999), o exemplo apresentado em (1) obedece ao esquema concessivo "embora P, Q", em que Q é representado pela oração principal e P, pela oração subordinada concessiva. De acordo com esse molde, portanto, P (chover) poderia constituir um obstáculo para Q (sair de casa), mas não constitui de fato.

A oração concessiva, no entanto, parece não se restringir a esse propósito. A ocorrência (2) a seguir, "embora às vezes também vá para a rua entregar carros", não representa exatamente a negação de algo pressuposto entre falante e ouvinte, mas constitui um comentário do falante a respeito da oração principal, imediatamente anteposta à concessiva "praticamente (meu trabalho) é mais serviço de escritório". Para Neves (2000), as orações concessivas que ocorrem depois da principal "representam uma porção do enunciado em que o falante volta ao que acaba de dizer, pesando *a posteriori* objeções a sua proposição" (p.879).

(2) A: [...] e qual é o seu trabalho, já agora, aqui assim? [...]
B: praticamente é mais serviço de escritório, *embora às vezes também vá para a rua entregar carros*.
A: ah, sim?
B: é verdade.
(Portugal 72: Ao volante)

Essa ocorrência não é o típico caso de oração concessiva abordado pela perspectiva normativa, assim como não é a ocorrência (3), em que a oração concessiva "apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também não tinha nada", não expressa a antecipação de um possível obstáculo com relação ao que será apresentado na oração principal.

(3) eu, eu, eu estive, eu estive na Bélgica há, em oitenta e seis, oitenta e sete, com dezoito, dez[...], dezoito, dezenove anos, quando vim para cá odiava isto. porque não tinha nada, não havia nada – *apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também não tinha nada* mas tinha tudo o resto ao pé – eh, então odiava Angra. "quero-me ir embora, não gosto", não sei quê. agora espanto-me a olhar para Angra e a gostar. (Portugal 96: Um meio pequeno)

Como se pode observar, a oração concessiva não se restringe aos casos em que ela poderia representar um possível impedimento à verdade do evento codificado pela oração principal e parece servir a outros propósitos comunicativos.

A proposta do trabalho apresentado neste capítulo é expandir o conceito de oração concessiva proposto pela gramática tradicional e fazer uma análise dos aspectos pragmáticos envolvidos na relação concessão utilizando como aparato teórico a Gramática Discursivo-Funcional. Abordam-se, portanto, as orações concessivas nas variedades do português, descrevem-se as características fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas dessas orações, com o objetivo de verificar as motivações funcionais subjacentes a cada estrutura.

O universo de investigação reúne uma mostra de 36 ocorrências obtidas do córpus oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade Provença-Aix-Marselha.

As orações concessivas na literatura

De acordo com König (1994), ao lançar mão de uma estrutura concessiva, o falante se compromete com a verdade de duas orações, P e Q, que em geral são incompatíveis, daí o esquema: "se P, então normalmente não Q", que significa que na concessão há uma oposição de ideias entre o que foi dito na oração principal e na concessiva. Para Neves et al. (2008), P não é condição suficiente para

não Q, ou seja, a autenticidade ou realização de Q (oração principal) independe do que está expresso em P (oração concessiva).

Neves et al. (2008, p.976) admitem que esquemas lógico-semânticos como esses não explicam a especificidade das construções concessivas, já que esses mecanismos atuam unicamente no domínio do conteúdo e as conjunções concessivas podem atuar em três domínios: conteúdo, epistêmico e conversacional (atos de fala).

A ocorrência das orações concessivas em diferentes estratos também é reconhecida por Crevels (1998; 2000a; 2000b), mas a autora estende seu olhar sobre a atuação dessas orações e propõe mais um tipo, a concessiva que ocorre no nível do texto, o que resulta nos seguintes tipos: concessivas de conteúdo (ou de segunda ordem), concessivas epistêmicas (ou de terceira ordem), concessivas de atos de fala (ou de quarta ordem) e concessivas textuais (ou de quinta ordem).

Nas concessivas de conteúdo, a relação ocorre entre dois estados de coisas, sendo que aquele descrito na oração concessiva constitui um obstáculo, mas não impede a realização do estado de coisas descrito na oração principal, como mostra (4a) a seguir. O estado de coisas pode ser localizado no espaço e no tempo e avaliado em termos de sua realidade, o que nos permite a paráfrase de (4b).

(4) a *Although it's raining*, we're going for a walk. (Crevels, 2000b, p.317)
Embora esteja chovendo, nós iremos caminhar.
b *Embora esteja chovendo* ***agora/hoje****,* nós iremos caminhar.

A autora defende a existência de um único contorno prosódico entre as duas orações envolvidas para que a construção concessiva seja considerada de conteúdo (cf. Crevels, 1998; 2000a; 2000b). Argumenta que a quebra entonacional entre as orações leva a uma leitura proposicional, o que não mais caracteriza uma concessiva de conteúdo, mas sim uma concessiva epistêmica.

Nas concessivas epistêmicas, a oração concessiva expressa a ideia de que o falante, apesar de estar convencido do conteúdo da

oração concessiva, chega à conclusão oposta, contida na oração principal. Nesse caso, nota-se um conflito entre a conclusão e o contra-argumento potencial expresso na oração concessiva. Em (5) a seguir, o falante interpreta como contraditório o fato de alguém não estar em casa e seu carro estar estacionado em frente à sua casa. Nota-se que a concessão se dá a partir do conhecimento do falante de que, quando o carro de alguém está estacionado em frente à sua casa, significa que se encontra em casa.

(5) He's not at home, *although his car is parked in front of the house.* (Crevels, 2000b, p.317)
Ele não está em casa, *embora seu carro esteja estacionado em frente à sua casa.*

As concessivas de atos de fala, por sua vez, oferecem um obstáculo para a realização do ato de fala expresso pelo falante na oração principal. Em (6a), a certeza do falante sobre o fato de que seu interlocutor já sabe onde encontrar a resposta é compatível com a crença dele de que ela está na página 200. Possíveis paráfrases desse exemplo em (6b) e (6c) comprovam que essa construção se configura como de quarta ordem.

(6) a The answer is on page 200, *although I'm sure you already know that*. (Crevels, 2000a, p.32)
A resposta está na página 200, *embora eu tenha certeza que você já saiba disso.*
b A resposta está na página 200, *embora você já saiba disso.*
c A resposta está na página 200, *embora eu não precise te dizer isso (porque você já sabe).*

As concessivas textuais representam uma grande contribuição dos trabalhos de Crevels (1998; 2000a; 2000b) à descrição das orações concessivas. Segundo a autora, nesse caso, as concessivas não modificam uma oração principal, mas sim uma unidade textual inteira precedente, que pode ser composta por várias sentenças, tal como em (7).

(7) a Yours is a very intense life and it is said that you are an incorrigible ladykiller.
Sua vida é muito intensa e dizem por aí que você é um conquistador imperdoável.

b I have lived life fully, that is the way I like it. And as far as my being a ladykiller, I may have been one, but well… *Even though it is a fact that men don't do the conquering*. And that is what happens to me, I'm not a conqueror, even though I let myself be conquered. (Crevels, 2000a, p.34)
Eu tenho vivido a vida intensamente, é desse jeito que eu gosto. E quanto ao fato de ser conquistador, eu posso ser um, mas... *apesar de que é fato que os homens não fazem a corte*. E o que acontece comigo, eu não sou um conquistador, ainda que eu me deixe ser conquistado.

A autora (1998, p.139) admite que esse tipo de concessão pode funcionar como um antitema (*afterthought*), ou seja, uma informação que o falante julga necessária e acrescenta na forma de um turno inesperado no contexto discursivo.

Segundo Crevels (1998; 2000a; 2000b), o grau de integração das orações concessivas pode variar de acordo com a natureza da entidade que representam. As concessivas pertencentes aos níveis mais baixos, como as de segunda ordem, são mais integradas do que aquelas pertencentes aos níveis mais altos de organização da oração, como as de quinta ordem.

Ainda de acordo com essa autora (2000a; 2000b), no nível do ato de fala podem-se distinguir dois subtipos de concessão: a concessiva retórica e a concessiva de avaliação.

Nas concessivas retóricas, a incompatibilidade não reside no conteúdo factual das duas orações que formam uma construção concessiva, mas sim nas conclusões ou nos argumentos em que são baseadas essas asserções, conforme mostra a concessiva retórica de (8).

(8) *Although it isn't very fashionable to say it nowadays*, I am indeed a fan, a very big fan of Fidel. (Crevels, 2000a, p.33)
Ainda que não se use mais dizer isso hoje em dia, eu sou um grande fã de Fidel.

De acordo com König (1994), as concessivas retóricas são usadas particularmente para conceder uma primeira asserção e para enfatizar a segunda. Em (8), por exemplo, a oração enfatizada é "eu sou um grande fã de Fidel". Isso ocorre porque, em termos argumentativos, de acordo com Mizuno (2007), nas concessivas retóricas a oração principal é mais importante do que a oração concessiva.

As concessivas de avaliação, por sua vez, na visão de Crevels (2000a; 2000b), apresentam-se como uma possível consideração do falante a respeito do conteúdo da oração principal. Ocorrem frequentemente em combinação com partículas e locuções enfáticas. Na língua inglesa, podem aparecer associadas com "actually" [realmente/de fato], "it's obvious that" [é óbvio que] ou com o verbo "do" para enfatizar; na língua espanhola, podem aparecer acompanhadas de "lo cierto es que" [é certo que], "la verdad es que" [a verdade é que], "está claro que" [está claro que], "claro" [claro], "sí" [sim] e "sobre todo" [sobretudo]. Em português, podemos parafrasear por "a verdade é que", como mostra este exemplo traduzido do original em espanhol.

(9) A: ¿Se considera la conciencia crítica de los poderes públicos y políticos?
A consciência crítica dos poderes públicos e políticos é considerada?
B: Algunas veces sí, *aunque* **la verdad es que** *no es exactamente así*.
Algumas vezes sim, *embora* **a verdade é que** *não é exatamente assim*. (Crevels, 1998, p.138)

Para Mizuno (2007), com base nas concessivas do inglês falado, construções como a de (9) são identificadas como concessivas de retificação, pois, do ponto de vista argumentativo, elas apresentam um enfraquecimento da oração principal e, correlativamente, maior relevância da oração concessiva, como se o falante tentasse corrigir ou reparar possíveis interpretações equivocadas do ouvinte. Nesse caso, segundo a autora: "Rectifying concessive clauses are only loosely linked to a main clause than standard concessive clauses" [A oração concessiva de retificação é menos integrada à oração principal do que as concessivas reconhecidas por ela como "padrão"] (p.10), ou seja, aquelas que obedecem ao esquema "embora P, Q".

Com base em um estudo sobre as concessivas da língua inglesa, König (1994) postula algumas características gerais dessas orações, das quais destacam-se duas: 1) ocorrem antepostas ou pospostas à oração principal; 2) nunca podem ser focalizadas, como mostra a agramaticalidade de: "*Somente embora chova, sairei".

Não aceitar estratégias de focalização, segundo Crevels (1998; 2000b), é um indício de que as concessivas são menos integradas do que outros tipos de adverbiais, como as condicionais, temporais e causais.

Outra importante característica das concessivas, de acordo com Hengeveld (1998), está no fator factualidade, pois, para o autor, essas orações são sempre factuais, por descreverem um evento considerado real (tomando como ponto de referência a oração principal). A factualidade das concessivas também é defendida por Pasch (1992, apud König; Siemund, 2000, p.352), ao afirmar que é por meio da factualidade que elas se aproximam semanticamente das causais, já que, para a autora, tanto concessivas quanto causais serão sempre factuais. Neves (2000, p.866), em contrapartida, aposta na existência de concessivas contrafactuais quando, "apesar da falsidade (não realização) da oração concessiva, segue-se necessariamente a falsidade (não realização) da oração principal". Como se pode notar, esse fator mostra-se importante na caracterização da oração concessiva, mas há divergência entre os estudiosos a respeito da factualidade ou não da concessão em função de diferentes definições existentes acerca desse critério. Adotou-se, no trabalho aqui apresentado, o conceito de Pérez Quintero (2002), para quem a factualidade é um parâmetro independente e aplicável a todos os tipos de entidades. Consideramos, portanto, como factuais as relações concessivas que descrevem: propriedade ou relação como aplicável; estados de coisas como reais; conteúdos proposicionais como verdadeiros; atos discursivos como assertivos.

A revisão da literatura permite observar, em resumo, que as orações concessivas podem ser classificadas em termos de diferentes entidades e, em função disso, podem apresentar-se mais ou menos integradas e servir a propósitos comunicativos diferentes. Podem funcionar como um possível obstáculo, mas não o suficiente

para impedir o que está contido na oração principal, que, do ponto de vista argumentativo, representa a informação mais relevante. Quando, por outro lado, funcionam como uma avaliação ou como uma retificação do que foi apresentado na oração principal, argumentativamente, são as concessivas que contêm a informação mais importante. Quanto à factualidade, para alguns autores (Pasch, 1992; Hengeveld, 1998), todas as orações concessivas são factuais, enquanto para outros (Neves, 2000) podem ser contrafactuais.

A concessão à luz da Gramática Discursivo-Funcional

A concessão no nível representacional

O nível representacional se relaciona aos aspectos semânticos da unidade linguística, tanto no que diz respeito ao modo como a língua se relaciona com o mundo extralinguístico quanto aos significados de unidades lexicais e unidades complexas, independentemente do modo como são usadas na comunicação. No nível representacional, as camadas são descritas em termos das categorias semânticas que designam. Essas camadas são organizadas de modo hierárquico em: conteúdo proposicional, episódio, estados de coisas e propriedade.

Para o estudo apresentado neste capítulo, interessou apenas a camada do conteúdo proposicional. Os resultados da pesquisa mostram que a relação concessão pode representar um obstáculo real ou possível para o que foi apresentado no evento principal. Nesse caso, na concessão, o falante exprime algo que acredita constituir um possível obstáculo para a (não) realização do que está sendo dito na oração principal. Vejamos a ocorrência (10a).

(10) a – ah! o resto da fazenda. no resto da fazenda você tem, perto da piscina, você tem uma outra casa bem grande, que era a fazenda antiga. seria a sede da fazenda antiga, certo, mas essa sede actualmente é tida como mal-assombrada. então, **apesar de sermos todos pessoas esclarecidas**, *nós não temos muita vontade de ficar nela*. isso é evidente. (Brasil 80: Fazenda)

Em (10a), o falante faz um julgamento prévio, ou seja, expõe sua convicção de que pessoas esclarecidas não podem ter medo de casas mal-assombradas, e é em função dessa crença que a concessiva constitui um conteúdo proposicional. Do mesmo modo, ter vontade de ficar em algum lugar, que constitui a oração principal, é um processo mental, o que também configura conteúdo proposicional.

O conteúdo proposicional, camada mais alta do nível representacional, consiste em um constructo mental, como conhecimentos, crenças e desejos. Não pode ser localizado no tempo nem no espaço, mas pode ser qualificado em termos de sua verdade, de atitudes proposicionais – certeza, dúvida, descrença – e/ou de sua origem ou fonte – conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência.

Confirma-se o estatuto de conteúdo proposicional, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), quando a oração concessiva não admite a inserção do predicado performativo "eu admita que" após a conjunção, conforme se verifica em (10b). Essa inserção não seria possível mesmo que fizéssemos readequações nas formas verbais, como exemplificadas em (10c) a seguir, em que, no lugar de "sermos", utilizamos o verbo "somos", construção que um falante de língua portuguesa não produziria em contextos reais:

(10) b * apesar de *eu admita que* sermos todos pessoas esclarecidas.
c * apesar de que *eu admita que somos* todos pessoas esclarecidas.

Como fica evidente, construções como (10b) e (10c) são agramaticais em português, e o teste proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008) indica que essa construção realmente configura um caso de conteúdo proposicional.

Nesse caso, portanto, a concessão é estabelecida entre dois conteúdos proposicionais. Tanto o evento principal, que representa a vontade de ficar em casa, quanto o próprio evento concessivo, ser pessoas esclarecidas, consistem em conteúdos proposicionais, situação que permite deduzir o caráter de função semântica que aqui exerce a relação concessão.

Os conteúdos proposicionais envolvidos são sempre factuais, pois correspondem a conhecimentos ou crenças do falante sobre o mundo real, nunca a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário. Assumimos, assim como Crevels (1998) e Hengeveld (1998), que todos os conteúdos proposicionais envolvidos na relação concessão são factuais, pois, conforme Pérez Quintero (2002), o falante sempre os considera verdadeiros.

Tomando conteúdos proposicionais como verdadeiros, uma paráfrase possível da relação de concessão apresentada em (10a) seria a que segue em (10d).

(10) d sei que somos pessoas esclarecidas e que não poderíamos ter medo de assombração, mas temos.

Em outras palavras, de acordo com o conhecimento de mundo do falante, pressupõe-se que pessoas esclarecidas não devem temer casas mal-assombradas, pois, para elas, assombração não existe.

Esse tipo de concessiva é o único considerado pela tradição gramatical. Como já observado no início deste capítulo, a perspectiva gramatical em geral define a oração concessiva como aquela que admite possíveis fatos contrários à realização da principal, mas é incapaz de invalidá-la (Cunha; Cintra, 2008). Fazendo uma análise desse conceito na GDF, percebemos que o "fato contrário" é, para o falante, algo que ele acredita ser verdadeiro (seja por meio de conhecimento partilhado, evidência sensorial ou inferência real) e que, de alguma forma, poderia impedir ou alterar a ocorrência da principal. Dito em outros termos, o que a gramática tradicional considera como orações adverbiais concessivas, para a GDF representa funções semânticas. Nesse caso, a concessão se dá no domínio semântico, entre dois conteúdos proposicionais, a camada mais alta do nível representacional.

Cabe lembrar que as definições de concessão da gramática normativa sempre fazem referência à relação de escopo da concessão, pois há sempre menção a outra oração, tradicionalmente denominada "principal". Isso é passível de explicação quando se olha

para a natureza da camada desse tipo de concessiva, a do conteúdo proposicional, uma vez que o falante concede sua crença sobre algo que é apresentado, por sua vez, na oração principal.

Segundo Barth (2000) e Neves (2000), em termos de discurso, esse tipo de concessão previne o falante de possíveis refutações, ou seja, ele apresenta, na concessiva, o que julga ou percebe como um possível contra-argumento do seu interlocutor. É o que se pode observar na ocorrência (11a) a seguir, em que o entrevistador acha chato treinar muitas horas por dia, enquanto o entrevistado afirma que, quando se faz o que se gosta, tudo está bom. Diante dessa afirmação, o entrevistador volta a argumentar usando a concessiva. Esse jogo argumentativo pode ser comprovado na paráfrase de (11a) em (11b).

(11) a – da primeira divisão treina quatro horas por dia, ou cinco mesmo. duas e meia de manhã, duas e meia à tarde.
– é duro!
– é duro.
– e chato também, com certeza, não?
– sim, não, um gajo faz o que gosta, é sempre bom.
– eu penso que, ah! **mesmo fazendo o que se gosta** *há partes que são chatas*.
– ah, claro! eu, por exemplo, gostava muito de jogar futebol, mas, se jogava ao Domingo à noite, [...] ao Domingo de manhã aliás, Sábado à noite não ia sair. prontos, é logo aquela, mas pronto, não ia sair. (Portugal 95: Futebol)

b mesmo fazendo o que se gosta, julgo que sempre haverá partes chatas

Nesse caso, a oração principal é indispensável para a completa interpretação da concessiva. Nota-se, portanto, alto grau de integração entre as duas construções envolvidas. Essa característica de forte dessentencização da relação de concessão do nível representacional foi prevista por Crevels (1998; 2000a), ao afirmar que concessivas pertencentes a entidades mais baixas, como as de conteúdo (segunda ordem) ou as epistêmicas (terceira ordem), são mais integradas do que aquelas pertencentes a entidades mais altas, como as de quarta ou de quinta ordem.

O elevado grau de integração da concessiva no nível representacional pode explicar uma importante característica dessas orações nesse domínio, que é o frequente compartilhamento de participantes pelas duas orações envolvidas. É justamente o que acontece na ocorrência dada anteriormente em (10a), em que se representa a primeira pessoa do plural, em ambos os conteúdos proposicionais envolvidos, através da forma verbal "sermos" e da forma pronominal "nós".

No nível morfossintático, o *input* enviado do nível interpessoal e do representacional contém um conjunto de informações lexicais, entre as quais a relação núcleo-modificador, que identifica, no nível morfossintático, o processo de subordinação na camada da oração (cf. Capítulo 1 desta obra).

Ainda no nível morfossintático observam-se marcas que refletem as informações contidas no *input* oriundo dos domínios semântico e pragmático. Como já mencionado, em termos de discurso, a concessão funciona como uma prevenção de possíveis objeções por parte do ouvinte (cf. Barth, 2000; Neves, 2000). Isso explica a sua anteposição com relação à oração principal. A oração concessiva anteposta, segundo Neves (2000), carrega a informação mais conhecida do interlocutor, ou seja, aquela que o falante julga ser uma possível refutação do ouvinte, ocupando uma posição mais tópica.

De acordo com Mizuno (2007, p.11), em termos de "*status* informacional", ao mesmo tempo que ocorre um enfraquecimento do conteúdo da primeira oração (representado pela concessiva), há ênfase no conteúdo da segunda oração (representada pela principal), que é, na concepção do falante, a informação mais importante no momento da interação. É em razão disso que, no nível representacional, todas as orações concessivas ocorrem antepostas às orações principais.

Esse processo *top down* implica a existência de uma clara integração entre os níveis, já que as motivações interpessoais e representacionais acabam por refletir na ordenação das orações envolvidas, um fator do nível morfossintático.

Os dados também indicam que grande parte das ocorrências que se manifestam no domínio semântico tende a ocorrer com formas verbais finitas. O subjuntivo é a mais recorrente, o que corrobora a forte integração entre as orações envolvidas e ratifica a hipótese de Crevels (1998, p.143) acerca dos tempos verbais. Para a autora, a possibilidade de ocorrência de verbos no subjuntivo aumenta quando a construção concessiva se dá nos domínios mais baixos, enquanto aumenta a possibilidade de ocorrência de verbos no indicativo entre as construções concessivas que se dão nos domínios mais altos. A ocorrência (12) a seguir exemplifica casos típicos de ocorrências que se manifestam no nível representacional, em que se nota o verbo "ser" no presente do subjuntivo.

(12) a [...] peixe nunca entra cá, claro, porque eu abomino arranjar peixe, nem sei, para minha vergonha, e... faço frango, faço alguns pratos de bacalhau, que às vezes, mesmo **embora sejam um bocadinho trabalhosos,** *ah, gosto de fazer* e... no fim de contas é mais prático. (Portugal 70: Bavaroise)

A relação semântica concessão é representada no nível morfossintático pelas conjunções concessivas. Aquelas reconhecidas nas amostras do estudo realizado são: "mesmo que", "apesar (de) que", "embora", "por mais que" e "mesmo" + verbo no gerúndio. Dentre elas, "embora" é reconhecida como prototípica dessa relação por vários estudiosos (cf. Cunha; Cintra, 1985, 2008; Castilho, 2010). À luz da Gramática Discursivo-Funcional, admite-se que quase todas essas conjunções são lexicais[1] (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008), pois representam a função concessão no domínio morfossintático, sendo introduzidas no nível representacional.

1 Não se abordará, neste trabalho, a profunda discussão teórica existente (cf. Hengeveld, Wanders, 2007; Pérez Quintero, 2006) sobre a diferenciação entre conjunções lexicais e conjunções gramaticais. É pertinente, nesta pesquisa, considerar apenas que grande parte das conjunções concessivas são, no arcabouço da GDF, conjunções lexicais por garantirem a representação da função concessão no nível morfossintático.

Já no nível fonológico, as informações advindas do nível interpessoal, representacional e morfossintático são codificadas e transformadas em representações fonológicas. O que Crevels (1998; 2000a) identifica como um único contorno prosódico entre as duas orações envolvidas quando ocupam as entidades mais baixas, no nível fonológico, constitui um único enunciado, a camada mais alta desse nível, que é formada, portanto, por duas frases entonacionais.

Uma frase entonacional é caracterizada por apresentar propriedades internas e externas. Internamente, contém um núcleo, um movimento pontual localizado em uma ou mais sílabas, o que é essencial para a caracterização da frase como um todo. Externamente, as frases se separam por meio de pausas breves (mais breves do que aquelas usadas para separar enunciados). A audição de oitiva de todas as ocorrências permite constatar essas características, que aparecem ilustradas com base em (12b).

(12) b embora sejam um bocadinho traba**lho**sos, ah, **gos**to de fazer

Podemos observar que há proeminência de uma sílaba em cada construção. Na primeira oração, a sílaba proeminente é **lho**, da palavra "trabalhosos", e, na segunda oração, é a sílaba **gos** de "gosto". Essas frases entonacionais são delimitadas por uma pausa curta, que é representada pela vírgula na transcrição e é rapidamente preenchida pelo falante com a hesitação, representada por "ah". Duas frases entonacionais formam um único enunciado fonológico, que corresponderia ao único contorno prosódico postulado por Crevels (1998; 2000a) entre oração principal e concessiva quando esta atua na camada da predicação, representando uma entidade de segunda ordem.

A concessão no nível interpessoal

O nível interpessoal está intimamente relacionado aos aspectos pragmáticos, pois contém todas as distinções de formulação que dizem respeito à interação entre falante e ouvinte, abrangendo, nas

camadas mais altas desse nível, noções retóricas de toda a estruturação do discurso que refletem na forma linguística (Hengeveld; Mackenzie, 2012).

Como já abordado no Capítulo 1 deste volume, a unidade de análise mais alta desse nível é o movimento, que pode ser definido como "uma contribuição autônoma para a interação contínua" (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.50). Os movimentos podem conter um ou mais atos discursivos combinados entre si. Na verdade, um único ato pode, por si só, constituir um movimento. Por essa razão, Keizer e Van Staden (2009) consideram que essa camada pode ser formada por um ou mais atos temporalmente ordenados. Ao contrário dos movimentos, o ato não impulsiona necessariamente a comunicação em termos de objetivos conversacionais.

A relação entre os atos pode ser de dependência ou de equipolência. Quando de dependência, haverá um ato nuclear e um subsidiário. As relações proeminentes são definidas em termos de funções retóricas, que incluem justamente a concessão.

A concessão como função retórica

As funções retóricas se relacionam aos modos como os componentes do discurso são ordenados pelo falante a fim de atingir seu propósito na interação. Também dizem respeito às propriedades formais de um enunciado que influenciam o ouvinte a aceitar o que foi proposto pelo falante. A concessão, ilustrada em (13a), identifica exatamente uma estratégia dessa natureza.

(13) a e é, é sobretudo uma clientela feminina, isso nem é preciso perguntar?!
-> sim. não, sim, nós temos uma gama também para, para homem. eh, e já tivemos essa gama, portanto muito mais completa. mas, de qualquer das maneiras, *temos uma gama, pronto, de creme hidratante para a pele, uma opção after-shave, eh, águas-de-colónia, after-shaves, mousses de barbear também temos,* **embora, claro, que os produtos abundem, mais, em quantidade para, para a mulher, não é?** (Portugal 96: Bom senso e bom rosto)

O enunciado contido em (13a) permite observar que o falante elabora uma primeira asserção, que pode ser resumida na oração principal "temos uma gama de produtos para homens", e, logo na asserção seguinte, faz uma (re)consideração a respeito da primeira, em que menciona a maior oferta desse tipo de produto para as mulheres. Essas orações concessivas, segundo Neves (2000), apresentam algum tipo de objeção que o falante julga necessário acrescentar com relação ao que ele próprio acaba de dizer, isto é, com relação à oração principal.

É interessante observar, na ocorrência (13a), que a segunda asserção, a concessiva, atua como uma espécie de atenuação para a pergunta inicial do documentador sobre a natureza feminina da clientela do falante. Inicialmente, o informante hesita ao formular sua resposta ("sim. não, sim"), porque acredita que está em jogo a necessária consideração da existência de produtos masculinos em sua loja, para somente depois dar uma resposta efetiva ao seu interlocutor. A análise dessa ocorrência deixa claro, portanto, o propósito comunicativo da relação concessão e sua pertinência legítima ao domínio pragmático, definido como nível interpessoal na GDF. O modo como a função concessão se configura nesse nível é na condição de um ato subsidiário dependente de um ato nuclear, identificado pela oração principal.

No nível interpessoal, portanto, a concessão se dá entre dois atos discursivos, um nuclear e outro subsidiário, que contém a função retórica concessão.

Se retomarmos a ocorrência (13a), por exemplo, o primeiro ato discursivo é o nuclear ("temos uma gama de creme hidratante [...] para homens") e o segundo, o subsidiário ("embora os produtos abundem mais para a mulher"), havendo entre esses dois atos discursivos uma relação de dependência que é expressa pela função retórica concessão.

A concessão, enquanto função retórica, portanto, indica uma relação entre dois atos discursivos, em que o ato subsidiário representa uma estratégia que leva o ouvinte a aceitar o que está sendo apresentado no ato discursivo nuclear.

Um teste proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008, p.55) para identificar a ocorrência da concessão entre dois atos discursivos, no nível interpessoal, é a possibilidade de inserção de um predicado performativo como "eu admita que" após a conjunção concessiva, o que se pode comprovar na paráfrase (13b) de (13a), um enunciado perfeitamente aceitável em português.

(13) b temos uma gama, pronto, de creme hidratante para a pele, uma opção *after-shave*, eh, águas-de-colónia, *after-shaves*, mousses de barbear também temos, embora, **eu admita que**, claro, os produtos abundem, mais, em quantidade para, para a mulher, não é?

Outra marca de identificação de atos discursivos é a presença de atos interativos ("bem", "sabe?", "não é?", "(en)tendeu?" etc.), que consistem em material lexical invariável e em geral são inseridos no final de atos discursivos (Hengeveld; Mackenzie, 2012). Retomando (13b), verifica-se a presença de um ato interativo típico, "não é?", no final do ato discursivo subsidiário, com a função de checar o processo de interação. Como são codificados por formas invariáveis, os atos interativos são enviados diretamente do nível interpessoal para o fonológico (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Os resultados da pesquisa que realizamos mostram que os atos interativos mais utilizados nas variedades do português são "não é?" e sua forma reduzida "né?" com predomínio da primeira. Os dados comprovam também que eles tendem a ocorrer no final do ato discursivo subsidiário que exerce a função retórica concessão, o que pode ser atribuído a uma estratégia criada pelo falante para persuadir/convencer o ouvinte de seus propósitos discursivos.

As construções concessivas pertencentes aos domínios mais altos de organização linguística, segundo Barth (2000), podem apresentar funções discursivas específicas, resumidas a seguir.

- acréscimo de informação;
- avaliação sobre o que está sendo dito na oração principal;
- correção parcial ou total do que está sendo dito na oração principal;

- preservação da própria face ou da face sobre quem se fala quando o falante julga que a sua imagem ou a imagem do outro foi prejudicada de alguma forma.

Os dados apontam que, como atos discursivos subsidiários, as concessivas podem funcionar discursivamente como correção total ou parcial do que foi apresentado no ato nuclear, ou ainda como preservação da face (própria ou de outrem), porque o falante julga que sua imagem ou a imagem de outrem foi afetada por alguma informação contida no ato principal.

A análise da função discursiva apresentada pela ocorrência dada em (13a), aqui repetida, permite afirmar que o ato subsidiário de concessão corrige parcialmente o que foi dito antes no ato nuclear ("temos uma gama de creme hidratante"). Essa "correção" deve ser entendida no sentido de que o falante faz uma reconsideração parcial do que foi mencionado no conteúdo comunicado do ato anterior. Assim, uma possível paráfrase de (13a) seria a que apresentamos em (13c). A construção concessiva que constitui um ato discursivo subsidiário pode ser facilmente relacionada às concessivas de avaliação propostas por Crevels (1998), pois funciona sempre como um comentário, uma consideração do falante a respeito do que colocou no ato nuclear. De acordo com a autora, essas concessivas podem combinar-se com partículas e locuções enfáticas, como "é claro", introduzida na paráfrase em (13d).

(13) c temos muitos cosméticos masculinos, *embora saibamos que o alvo do mercado ainda é/seja cosméticos femininos.*

d embora, *é evidente que/a verdade é que/está claro que* os produtos abundem, mais, em quantidade para, para a mulher [...]

Partindo do pressuposto de que, em todas as concessivas desse tipo, o falante descreve atos discursivos assertivos (cf. Pérez Quintero, 2002), todas são factuais, uma vez que o interlocutor faz uma declaração, positiva ou negativa, cuja validade ele assume inteiramente, como mostra (14).

(14) bem, a minha aspiração nesse momento seria mesmo trabalhar na informação, porque *eu... tenho o, o segundo ano de jornalismo, não é,* **apesar de não ter terminado**, faltavam dois, e portanto, eu me esforço um bocadinho que é para ver se entro, portanto, na Rádio Luanda (Angola 97: Jovem Gaspar)

Nessa construção concessiva, o falante declara algo negativo a respeito da construção nuclear, não ter terminado o curso de jornalismo, mas assume essa condição completamente, o que atesta a factualidade dessa estrutura.

Nota-se ainda, na ocorrência (14), que há compartilhamento de participantes (eu) em ambos os atos envolvidos, expresso em forma pronominal no primeiro ato e na desinência do verbo no segundo ato. A identidade de participantes nas concessivas que atuam no domínio interpessoal, no entanto, não é recorrente, como mostra a ocorrência (15), que é prototípica no que diz respeito a esse fator.

(15) bem, nesse momento eu não ligo à minha família. **eu** *não estou, não, não, não, não, não dou assim mui*[...], *muito, muito bem com a minha família, não é, embora, embora* **eles** *me tirarem do sítio onde estava,* porque eu estava mesmo muito doente. mesmo já em minha casa estava muito doente. (Angola 97: Jovem Gaspar)

Observamos que o participante do ato nuclear é expresso pelo pronome de primeira pessoa "eu" e o do ato subsidiário concessivo, pelo pronome de terceira pessoa "eles". Essa não identidade entre os participantes sinaliza o baixo grau de integração entre oração concessiva e principal no domínio pragmático. Essa situação remete ao postulado de Crevels (1998; 2000a; 2000b) de que as concessivas pertencentes às entidades mais altas são menos integradas do que aquelas pertencentes às entidades mais baixas. Quando pertence a entidades mais altas, isso significa, na GDF, que a relação concessão se dá no domínio discursivo. Sobre esse assunto, são vários os autores (Mizuno, 2007; Neves, 2000) que abordam a atuação da concessão no que diz respeito à argumentação do falante.

Mizuno (2007) observa que, quando as concessivas do inglês introduzidas por *although* atuam no domínio textual, há enfraquecimento da oração principal, o que corresponde à concentração da

informação mais importante na oração concessiva. Esse estatuto configura uma importante estratégia argumentativa do falante para atingir os seus objetivos conversacionais, na maioria das vezes, de convencimento e de persuasão do ouvinte.

Como um reflexo dessa estratégia no nível morfossintático, cada ato discursivo envolvido na relação concessão corresponde a uma oração, camada mais alta do nível morfossintático. Os dados revelam que, quando a concessão se estabelece no domínio pragmático, a oração concessão ocorre sempre posposta à oração principal, constatação que pode ser exemplarmente ilustrada por (15).

A posposição se justifica exatamente pelo caráter discursivo e argumentativo que a concessão apresenta nos domínios mais altos, como uma projeção clara das motivações interpessoais sobre a codificação morfossintática. Nesse domínio, as duas orações constituem uma expressão linguística, composta por uma oração independente e uma dependente, o que identifica um caso de cossubordinação (ver Capítulo 1).

Quanto ao nível fonológico, definem-se dois enunciados, um deles representando a oração principal e o outro, a concessiva. Uma consequência do menor grau de integração entre as construções é a existência de pausas substanciais entre os enunciados, além de um contorno entonacional próprio para cada um. Hengeveld e Mackenzie (2008, p.430) consideram que as fronteiras de pausa de enunciados são aquelas que não são interpretadas como hesitação, o que pode ser facilmente reconhecido na ocorrência (16).

(16) [...] pelo que eu tenho visto é assim. através de rádios e gravações que eu tenho, que eu tenho acompanhado, estou a ver que quase todas as nações do mundo estão a regressar às raízes. e *Cabo Verde também está a regressar, muito embora que há uma certa margem de juventude que acho, eh, querem estar ligados a, a coisas modernas*, que não nos pertence. (Cabo Verde 95: As mornas)

Nota-se a existência de uma pausa longa, identificada pela vírgula na transcrição, entre os dois enunciados, que representam a oração principal e a concessiva. É preciso ressaltar que não recebe

nenhum tratamento na tradição gramatical esse tipo de concessão, um caso típico de função retórica entre atos discursivos, nuclear e subsidiário, que é, curiosamente, o mais recorrente nas variedades do português.

Os dados revelam, no entanto, outro tipo de concessão não previsto pela GDF, mas perfeitamente explicável por esse arcabouço teórico. Trata-se das concessivas independentes, terminologia aqui atribuída a casos claros de independência morfossintática entre orações. Esse tipo de concessão encontra sua mais perfeita definição com base apenas no nível interpessoal, em razão da função interacional que exerce (cf. Capítulo 7 neste volume).

A concessão como função interacional

Entre os dados aqui investigados, revelam-se ocorrências de concessão como as de (17a) a seguir, próprias do domínio interpessoal, sem relação de dependência com outro ato discursivo, mas com o contexto como um todo.

(17) a [...] então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos *para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles,* **embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é,** *você vê como eles valorizam,* como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil 80: Surpresas da fotografia)

A construção concessiva destacada em negrito não toma outra construção como escopo, o que torna impossível identificar um ato nuclear da mesma natureza da concessão enquanto função retórica. A concessiva, por si só, mantém-se, textual e discursivamente, com base numa dependência de natureza unicamente pragmática, discursiva, e não semântica, nem morfossintática. Em função dessa

característica, Garcia (2010) e Garcia e Pezatti (2013) denominam essas construções de "concessivas independentes".

As concessivas independentes constituem, no mínimo, um ato discursivo. Observamos que a ocorrência em (17a) permite a inserção do predicado performativo "eu admita que" logo após a conjunção concessiva, o que corrobora o estatuto interpessoal dessa ocorrência, conforme teste postulado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p.55). É o que mostra a paráfrase (17b).

(17) b embora **eu admita que** Porto Alegre seja uma cidade bem grande

A inserção de "eu admita que" comprova que essas construções constituem, a princípio, um ato discursivo, ou seja, apresentam uma ilocução (F), um falante (S), um ouvinte (A) e também um conteúdo comunicado (C). Além dessa possibilidade, os dados mostram que esse estatuto é corroborado pela recorrência de atos interativos no final do ato discursivo, em que o falante checa a concordância e a atenção do ouvinte. É o que se verifica na ocorrência (18).

(18) [...] então eu acho que numa terapia que, o que... segue Freud, não é, a linha psicanalítica, talvez eu pudesse até descobrir, não é, algum problema [...], alguma coisa, entendeu, mas é legal ser gêmea, assim você ter, **mas**, *apesar de que com a minha irmã, tem coisas que eu não conto para a minha irmã, que eu conto para melhores amigas minhas,* **entendeu?**, porque ela é diferente de mim em muitas coisas, ela pe[...], eu acho que ela é uma pessoa muito mais preconceituosa (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

O ato interativo "entendeu?", utilizado pelo falante no final da sentença concessiva, checa a atenção de seu interlocutor e marca o final de sua consideração sobre contar ou não as coisas para a irmã, estratégia alcançada por meio da introdução da oração concessiva no contexto discursivo.

É importante ressaltar que a presença da conjunção "mas" nessa ocorrência poderia sinalizar o valor de contraste, o que, no entanto, não se concretizou, uma vez que a elocução foi interrompida pela construção concessiva. Como consequência disso, "mas" tem a

função interacional de marcar as fronteiras da concessão. A construção concessiva, nesse caso, dispõe de um início e de um fim claramente delimitados pela partícula "mas" e pelo ato interativo "entendeu?", marcando, respectivamente, o início e o final da oração concessiva.

Os resultados do estudo aqui apresentado, portanto, revelam que a concessão, como construção independente, com frequência é delimitada por partículas e atos interativos que assinalam seu início e seu término. Essa caracterização se justifica na interrupção do fio discursivo que vinha sendo desenvolvido pelo falante para a inserção da concessão, o que configura, na perspectiva da Gramática Textual Interativa (cf. Jubran, 2006), um parêntese. Na verdade, o falante julga pertinente acrescentar uma informação no tópico discursivo (ibidem) que vinha sendo construído por meio de uma inserção parentética.

Essa característica de estrutura parentética também pode ser observada com clareza na ocorrência apresentada em (17a), que mostra uma nítida interrupção do fio discursivo mediante o truncamento em "como eles", para inserir a concessão. Além do truncamento, o trecho que segue o parêntese ("você vê como eles valorizam") é uma repetição do trecho imediatamente anterior a ele ("foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade"), que funciona como uma estratégia de retomada do fio discursivo interrompido pelo parêntese.

Em várias ocorrências, é possível observar a possibilidade de recuperação também do tópico discursivo, mediante o uso de partículas que encabeçam as estruturas que seguem a concessão, tais como "mas", "então", "porque". Dentre estas, a mais comum é "mas", conforme representa (19).

(19) a Sida é uma doença *ainda que não tem cura*.
– hum.
-> *embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue*, **mas** ainda não tem cura, sabemos qual é o perigo. (Guiné-Bissau 95: Sida)

Nota-se que a estrutura "**mas** ainda não tem cura", localizada logo após a concessiva, não constitui uma oração adversativa, pois serve apenas para retomar o tópico que havia sido interrompido pela oração concessiva, que discutia a cura da Aids (Sida em outras variedades do português que não a brasileira). Nessa ocorrência, portanto, "mas" perde a função de conjunção adversativa e funciona como uma partícula indicadora de retomada de tópico discursivo.

É importante observar também, em (19), que se reitera a retomada do fio discursivo pela construção seguinte ao parêntese, ou seja, o trecho que segue a inserção parentética repete literalmente o que foi dito antes dela ("A Sida ainda não tem cura"). Nessa ocorrência, portanto, o falante, na tentativa de dar prosseguimento ao tópico discursivo que estava em construção antes da inserção do parêntese, lança mão de dois recursos interacionais: a repetição do que foi dito antes da inserção e a utilização da partícula "mas" para retomar o tópico interrompido.

O parêntese funciona como um lance na interação, impulsionando-a, o que caracteriza um movimento (cf. Garcia, 2010), a camada mais alta do nível interpessoal. Para Kroon (1997): "Move is defined as minimal free unit of discourse that is able to enter into an exchange structure" [Movimentos são definidos como a unidade mínima livre do discurso, capaz de participar de uma estrutura de interação] (p.20). O movimento pode conter um ou mais atos discursivos. Em (18), nota-se um movimento constituído por três atos discursivos: "apesar de que com a minha irmã", "tem coisas que eu não conto para a minha irmã", "que eu conto para melhores amigas minhas", o que já não ocorre em (17) e em (19), em que se nota um movimento constituído por um único ato discursivo.

Detendo-se um pouco mais em (19), é possível verificar que a construção "embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue" ocorre em um turno inesperado na interação, após a concordância do ouvinte ("hum"). Nessa construção, o falante sente a necessidade de fazer um esclarecimento, uma ressalva com relação à cura da Aids, do que resulta, na verdade, uma relação entre movimentos. O primeiro é constituído por: "A Sida é uma doença ainda

que não tem cura" e o segundo por: "embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue". Entre esses dois movimentos, observa-se uma função interacional, a de adendo, segundo Stassi-Sé (2012) e, conforme discutido no Capítulo 7 deste volume, já que, nesse caso, a concessão ocorre como um acréscimo de informação que o falante julga necessário no momento da interação.

Os dados mostram que esses movimentos são compostos sempre por atos discursivos assertivos, isto é, verdadeiros, sejam eles afirmativos ou negativos, o que caracteriza essas concessivas, no nível representacional, como sempre factuais, nos termos de Pérez Quintero (2002). Na ocorrência (19), por exemplo, o movimento representado pela oração concessiva é asseverativo.

Nossos dados apontam que é muito recorrente a não identidade entre os participantes dos movimentos envolvidos, um fator do nível representacional, conforme ilustra (19), em que o participante do movimento que antecede a construção concessiva é "a Sida" e o do movimento de concessão é a forma pronominal "nós". O não compartilhamento de participantes indica baixo grau de integração gramatical entre as construções envolvidas.

O movimento corresponde a uma expressão linguística no nível morfossintático, uma vez que se apresenta na forma de uma unidade usada de modo independente.

Nesse nível, os dados mostram que as estruturas concessivas tendem a apresentar verbos na forma finita, que podem estar no indicativo ou no subjuntivo, com predominância do indicativo, conforme exemplificado por (20).

(20) a e esses alemães que estavam cá, eles misturavam-se com a população local?

b sim. *embora, prontos, não* **eram** *assim muito, mas sim*. eh, eh, portanto, frequentavam bares, as discotecas, eh, a piscina, e assim. Sim (Portugal 97: Base militar)

É interessante observar que, nos compêndios normativos, é o subjuntivo, e não o indicativo, o modo verbal das orações concessivas por excelência. Entretanto, não é o que se verifica nas concessi-

vas independentes, o que indica maior autonomia morfossintática dessas estruturas com relação aos outros tipos de orações concessivas, os quais apresentam obrigatoriamente uma oração principal.

Podemos relacionar esse tipo de concessiva às concessivas textuais encontradas por Crevels (1998; 2000a; 2000b), que não modificam a oração principal, mas sim uma unidade textual inteira precedente, que pode ser composta por várias sentenças.

Esse fenômeno é encontrado também em outras línguas. Em um estudo das orações concessivas do alemão coloquial introduzidas por *obwohl*, Günthner (2000) afirma que há concessivas destituídas de integração sintática, as quais apresentam contorno entonacional próprio e são separadas por pausas de aproximadamente 0,5 segundo.

Detectam-se essas características também nas variedades do português. A audição dos inquéritos permite perceber que as fronteiras das concessivas independentes são claramente delimitadas por pausas substanciais e por outras marcas fonológicas, como contorno entonacional próprio ou mudança de tessitura, o que, segundo Tenani (1997), é uma característica atribuída aos parênteses, além da possibilidade de haver aumento na velocidade da fala. Todas essas marcas prosódicas configuram, no nível fonológico, um único enunciado fonológico, a camada mais alta desse nível.

Apesar da independência morfossintática e fonológica, essas orações são extremamente importantes do ponto de vista da interação, pois possibilitam ao falante acrescentar ou explicitar informações contrastivas em relação ao conteúdo do tópico discursivo (cf. Jubran, 2006) que vinha sendo construído.

Palavras finais

As orações concessivas são tradicionalmente definidas, em termos sintáticos, como subordinadas adverbiais que exprimem um obstáculo, real ou imaginário, que poderia interferir de alguma forma no que está sendo expresso na oração principal. Na perspecti-

va da Gramática Discursivo-Funcional, tais construções correspondem a estruturas que ocorrem no nível representacional, quando constituem funções semânticas. Nesse caso, essa relação se dá entre dois conteúdos proposicionais, a camada mais alta desse nível. A construção concessiva, representada por um conteúdo proposicional, funciona como a antecipação de um possível impedimento para o que será dito na oração principal, que configura, por sua vez, outro conteúdo proposicional. Como consequência da integração entre os níveis, isso se reflete diretamente no nível morfossintático, pois a concessiva, neste caso, ocorre sempre anteposta à principal. Nesse domínio, a concessão representa um modificador do evento principal, o que resulta no processo de subordinação. Além da posição, os resultados da pesquisa que realizamos apontam outra importante marca morfossintática desse caso de concessão: o predomínio de verbos no subjuntivo, modo verbal que assinala o elevado grau de integração entre as orações envolvidas. No nível fonológico, por sua vez, a construção concessiva é formada por duas frases fonológicas, uma representada pela oração concessiva e outra pela oração principal, as quais compõem um único enunciado fonológico.

Os resultados mostram, no entanto, que a relação concessão não se restringe ao domínio semântico. Ela também representa uma estratégia usada pelo falante para reconsiderar o que foi dito na oração principal. Nesse caso tipicamente pragmático, que se identifica com o nível interpessoal da GDF, a concessão configura uma função retórica que ocorre entre dois atos discursivos, assinalando o modo como os componentes do discurso são organizados pelo falante para atingir suas intenções comunicativas. Os dados revelam que, como função retórica, a concessão indica uma correção (parcial ou total) do falante com relação ao conteúdo da oração principal, ou ainda uma estratégia de preservação da face, que pode ser a do próprio falante ou de outrem. Essa característica discursiva reflete na ordenação entre as orações no nível morfossintático, situação em que a oração concessiva ocorre posposta à principal. Nesse nível, as construções envolvidas configuram uma expressão linguística formada por uma oração dependente e uma oração independente,

identificada como um caso de cossubordinação, já que não há relação de constituência entre os termos dependente e independente.

O terceiro e último caso de concessão se identifica pelas orações sem dependência morfossintática e semântica, que podem ser equiparadas às concessivas textuais postuladas por Crevels (1998; 2000a; 2000b), pois a relação se dá entre porções textuais inteiras precedentes. Apenas por uma relação discursiva, são capazes de se estabelecer no discurso e constituem um parêntese (Jubran, 2006), uma contribuição autônoma à fala ao discurso. Em termos de GDF, esses parênteses configuram movimentos, no nível interpessoal. Nesse caso, os movimentos são informacionalmente interpretados como uma informação adicional que o falante julga necessário acrescentar durante a interação. A concessão, na realidade, ocorre entre movimentos e configura uma função interacional, a de adendo (cf. Stassi-Sé, 2012). Essas concessivas apresentam algumas marcas que sinalizam sua independência morfossintática e semântica, tais como partículas que delimitam as fronteiras da construção concessiva ("não é", "né", "mas", "então" etc.), ausência de identidade entre os participantes dos movimentos envolvidos e formas verbais predominantemente no indicativo.

Com base nos resultados obtidos no nosso trabalho, é possível dizer que os três tipos de concessivas apresentados – as que constituem função semântica, função retórica e função interacional – apresentam, em termos morfossintáticos, diferentes níveis de integração, indo do maior ao menor grau de integração, respectivamente.

É importante enfatizar ainda que, com base no conceito de factualidade proposto por Pérez Quintero (2002), todas as relações concessivas encontradas no córpus definem-se como factuais, por representarem conteúdos proposicionais verdadeiros e atos discursivos assertivos. Entendemos que a factualidade é uma marca de construções com alto grau de sentencialidade, ou seja, aquelas em que se nota menor grau de integração, e essa característica da concessão no português corrobora a afirmação de Crevels (1998; 2000a; 2000b) de que as concessivas são menos integradas do que alguns tipos de adverbiais, como as causais, temporais e condicionais.

Em resumo, as orações concessivas constituem um tipo adverbial comum a muitas línguas, são recorrentes em todas as variedades do português lusófono e constituem uma importante estratégia argumentativa do falante na interação. O estudo aqui apresentado revela que a relação concessão ocorre nas camadas mais altas do modelo da GDF com predomínio no domínio pragmático, ou seja, no nível interpessoal, quando constituem ora funções retóricas, ora funções interacionais.

7
As orações adverbiais interacionais

*Joceli Catarina Stassi-Sé**

Palavras iniciais

No estudo apresentado neste capítulo, norteado pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), procurou-se aprofundar a discussão acerca da adverbialidade e da (in)dependência entre orações, utilizando, para isso, as variedades da língua portuguesa.

Com o objetivo de contribuir para a sistematização dos estudos sobre a subordinação, a pesquisa realizada investigou construções que, embora apresentem a forma de uma subordinada adverbial, não se subordinam formalmente a uma oração principal. Buscou-se, assim, determinar as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas dessas construções, perspectiva de trabalho que difere drasticamente daquelas que investigam o fenômeno sem considerar seu domínio mais amplo de articulação entre orações.

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (jocelistassise@hotmail.com).

Dos domínios das construções (in)dependentes

A análise do tipo de construção a que o trabalho apresentado neste capítulo se dedicou levanta uma série de discussões teóricas que envolvem a (in)dependência entre orações nos domínios da subordinação e da coordenação.

Ao caracterizar esses domínios, no intuito de esclarecer em que âmbito se situa o fenômeno estudado, faz-se imperativo verificar, primeiramente, sobre qual nível de dependência se está falando: formal, semântico ou pragmático.

Decat (1999) reflete sobre a dificuldade de explicar casos como o das chamadas "falsas coordenações", ou das orações subordinadas sem a matriz, e aponta quão complicado é identificar o estatuto das orações em relação à noção de dependência. Nesse prisma, considera necessária a distinção entre: 1) orações dependentes que se relacionam com os fatos da gramática da língua, ou seja, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical, que desempenham um papel gramatical em constituência com um item lexical; 2) orações dependentes que representam opções organizacionais para o falante. Segundo a autora, no primeiro tipo, encontram-se as completivas e as adjetivas restritivas e, no segundo, as adverbiais, desde que não sejam argumento do verbo, e as apositivas. É justamente nesse segundo tipo que se identificam as orações adverbiais independentes, designadas pela autora como desgarradas.

Gramáticos como Góis (1955) e Garcia (1982) detectaram esse tipo de fenômeno. Góis registra esse tipo de ocorrência como uma "anomalia gramatical", admitida por estabelecer relação com o período antecedente, considerando-a como mera continuação. Já Garcia reconhece esse tipo de estrutura como "caso de conflito entre a rigidez gramatical e a excelência estilística", denominando-a "frase fragmentária". O autor afirma que a gramática "mandaria procurar" a oração principal dessa construção e argumenta: "Mas o trecho é, quanto a esse aspecto, inanalisável segundo os cânones gramaticais; não obstante, constitui forma de expressão legítima no português moderno" (p.118).

Garcia (2010) também faz apontamentos sobre as propriedades das orações independentes, todavia, utilizando-se do aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional, o que agrega importantes contribuições para a descrição desse tipo oracional.

A autora defende[1] a existência de um tipo de concessiva "independente" que constitui um movimento que serve à estratégia de preservação de face ou de introdução de novas informações, contrárias ao que estava sendo dito. Essas concessivas independentes, ao interromperem o fio discursivo em dado contexto, promovem a inserção de enunciados que acrescentam informações adicionais ao que estava sendo dito, em vez de restringir seu conteúdo (Barth, 2000), o que implica que não sejam consideradas casos de subordinação morfossintática e, com isso, que estejam no rol de construções que representam movimentos.

Com base no trabalho da autora, é possível afirmar que o tipo oracional enfocado neste capítulo se diferencia tanto das orações subordinadas adverbiais quanto das orações coordenadas, já que, segundo o modelo teórico da GDF, as subordinadas adverbiais, assim como as completivas e as predicativas, ocorrem como constituintes de outras orações, na camada da oração – o que não é o caso das orações investigadas pela autora, que nem mesmo apresentam uma oração principal à qual se subordinem – e as coordenadas, como unidades linguísticas com sentido autônomo, mas que formam uma única unidade de sentido juntas, na camada da expressão linguística – o que também não parece ser o caso das concessivas que representam movimentos.

Essas construções, enquanto apresentam autonomia sintática em relação ao que se estabelece em suas fronteiras, apresentam dependência pragmática com segmentos adjacentes, e é a partir dessa perspectiva que no estudo aqui apresentado defende-se a abordagem desse tipo de fenômeno como caso de subordinação, mas com orientação discursiva, conceito que será definido nas próximas seções.

---

1 Confira Capítulo 6 neste volume.

Uma análise para as construções adverbiais sem oração principal

No córpus lusófono, as construções introduzidas por "porque", "embora", "como" e "se", sem a presença de oração principal, são analisadas qualitativamente segundo suas propriedades pragmáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas, conforme sua função no discurso.

A essa ferramenta principal é também associado um critério funcional-cognitivo, desenvolvido por Cristofaro (2003) a partir de Langacker (1991), que trata a subordinação como uma maneira de construir uma relação cognitiva entre dois estados de coisas, de um modo tal que a um deles, o dependente, falta um perfil autônomo, sendo, por isso, construído a partir da perspectiva do outro, chamado de principal.

Partindo dessa constatação, a não subordinação morfossintática, em consequência, apresenta-se na medida em que ocorre justamente o oposto, ou seja, o estado de coisas dependente não se constitui a partir da perspectiva de outro estado de coisas. Logo, ele tem estatuto autônomo, mesmo porque não representa mais um estado de coisas, e sim camadas mais altas, o que o mune de propriedades como ter ilocução e contorno entonacional próprios, além de um conteúdo comunicado. Essa constatação, somada ao que postula a GDF, funciona como um argumento a mais na identificação dessas construções formalmente autônomas, já que representam camadas mais altas do nível interpessoal, não constituindo estados de coisas.

Propriedades interpessoais

A análise das ocorrências do córpus, com base nos parâmetros selecionados para sua descrição, permite observar que o papel que as construções aqui descritas assumem no discurso depende das intenções do falante ao marcar algum tipo de informação específica, função essa atribuída a movimentos determinados por definição, no nível interpessoal da teoria.

Considerando esse tipo de uso, as conjunções representam uma função específica em relação ao segmento que iniciam. Desse modo, devem ser tratadas pragmaticamente, como funções atribuídas a movimentos, semelhantes às funções retóricas atribuídas a atos discursivos. Cada conjunção enfocada representa, então, uma função que se estabelece quando movimentos estão sendo relacionados uns aos outros.

Consideremos a análise da ocorrência com "porque" em (1).

(1) L1 quanto é que calcula que vale a sua colecção?
L2 bem, não sei dizer, é muito difícil. eh, nã[...], não há, neste momento não há em jo[...], não está em jogo o aspecto... monetário
L1 sim.
L2 mas sim o da cultura. ***porque* agora já sei... muitas coisas sobre borboletas, que fui obrigado a col[...], comprar livros**
L1 ham, ham.
L2 sobre o animal e... estudar algumas, eh, espécies, eh, os que havia aqui em Cabo Verde, etc. por isso que... é mais é, neste momento é com[...], mais como um passatempo. (Cabo Verde 95: Colecionismo)

Durante o início da interação, L1 e L2 tratam do tema "aspecto monetário de uma coleção", para depois instaurarem outro tema, "o conhecimento que se adquire ao colecionar", iniciado justamente pela construção encabeçada por "porque". Observam-se, nessa ocorrência, movimentos que se relacionam por meio de uma função que ressalta a introdução de um novo assunto no discurso, estabelecida por essa conjunção.

É possível associar essa instauração de uma nova cadeia temática a partir do uso de "porque" à segmentação tópica proposta por Jubran (2006), que identifica, para esse tipo de contexto, a presença de marcadores discursivos que têm função de prefaciadores, ou seja, funcionam como pistas, indicando que um novo assunto está sendo instaurado no discurso.

A autora identifica essas mudanças temáticas durante o percurso discursivo, no plano linear, demonstrando a segmentação

tópica do texto em diferentes assuntos que se organizam em uma sequência de articulações intertópicas, isto é, relações de continuidade e descontinuidade entre tópicos que abrangem: organização sequencial, mudança de tópico, adjacência e descontinuidade. Por sua vez, a descontinuidade pode ser representada por perturbação da sequencialidade linear, suspensão definitiva do tópico, cisão de um tópico em partes, inserção de tópico paralelo, interpolação entre dois tópicos, descontinuidade de ambos, ou, ainda, expansão posterior de um tópico, dado que passa ao primeiro plano com o desenrolar da conversação.

Em casos como o de (1), o emprego de "porque" se deve exatamente ao fato de o falante estar contribuindo para o desenvolvimento do discurso, instaurando uma nova informação que propõe mais um lance para colocar em pauta na interação, o que identifica a construção encabeçada por essa conjunção como um movimento, a camada mais alta do nível interpessoal na GDF.

A ocorrência (2) reforça essa tese, já que movimentos se constituem de um ou mais atos discursivos e representam uma reação a outro movimento instaurado no discurso, o que pode ser verificado no uso da construção em negrito.

(2) L1 -> sim, por exemplo, há até, há alguns, por exemplo, há algumas espécies raras, dizem que, que, que s[...], que devem ser apanhadas logo ao, ao sair do casulo. porque senão perdem, eh, quebram as asas e então, eh, perdem qualidade. então, como no caso, por exemplo, dos que... coleccionam o animal vivo, então esse animal tem que ser apanhado logo... ao sair da, do casulo

L2 sim.

L1 -> para ficar completo.

L2 - ***porque* esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias**, não é,

L1 -> exactamente, sim. mas é, hoje, por exemplo, eh, com a ciência avançada, como o senhor sabe, e, o animal pode ser filmado. e então é, é t[...], é toda essa maneira depois de reprodu[...], tentar reproduzir o animal.

(Cabo Verde 95: Colecionismo)

Essa ocorrência mostra que o uso da construção "porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias" representa uma reação de L2 ao que foi dito por L1. Por conseguinte, o ato interativo "não é" marca o final desse movimento, instigando, inclusive, a reação do interlocutor, o que comprova seu estatuto de movimento.

Além disso, o exemplo mostra dois atos discursivos compondo a construção iniciada por "porque", um subsidiário, com função retórica orientação, representado por "esses selos", outro nuclear, "eles baseiam-se em fotografias", além de uma construção com função pragmática tópico, "para serem feitos", argumento claríssimo para afirmar que a estrutura em negrito se trata, de fato, de um movimento.

Nesse exemplo, antes da introdução do movimento iniciado por "porque", falava-se sobre "coleção de animais vivos" e, a partir de "porque", introduz-se um novo assunto, "coleção de selos". Esse tipo de mudança de assunto não se observa nos casos em que a estrutura iniciada por essa conjunção representa um ato discursivo. A ocorrência (3) reforça esse argumento, mostrando que, quando não há introdução de um novo assunto por segmentos iniciados por "porque", identifica-se a função retórica motivação entre atos discursivos.

(3) [...] o vento batendo, as janelas batendo, aquela coisa toda. aí nós ficamos meio assim, "vamos esperar passar a chuva, não sei mais o quê". "está bom." aí sentamos no chão, ficamos contando história para as crianças, brincando. de repente, nós escutamos um barulho, mas uma coisa assim, nós nos olhamos, nos entreolhamos e fo[...], **"alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, porque o barulho não é normal"**. aí fomos ver, as três juntas de mão dadas, pálidas, brancas, [...] (Brasil 80: Fazenda)

Essa ocorrência demonstra que o ato discursivo em negrito, com a função retórica motivação, continua a lidar com o assunto introduzido previamente no discurso, que é o "barulho". Em

outras palavras, atos discursivos não introduzem novos temas ao discurso, como o fazem os movimentos. Esse é um importante argumento para contrastar ambos os usos pragmáticos de "porque": como função retórica motivação, entre dois atos discursivos, e como função interacional de assinalar mudança de assunto, entre dois movimentos.

Desse modo, o que se identifica, nesses casos, é uma relação entre movimentos, que pode ser chamada de relação de subordinação, por conta da dependência pragmática entre os assuntos instaurados durante a interação, e de discursiva, por se estabelecer no nível interpessoal, com o papel de organizar o discurso, anunciando a apresentação de um novo assunto a ser introduzido pelo falante.

Comportamento semelhante, no que tange à dependência pragmática entre movimentos, pode ser observado em (4), com função estabelecida por "embora".

(4) [...] o efectivo da banda quando aumentar nós temos muitos programas que queremos levar a cabo, mas tudo isso temos que fazer também proposta para o segundo comandante, ah, os chefes do governo, tudo isso, depois para nós entrarmos em acção porque a banda é uma banda militar.
- exacto.
-> ***embora que* é de carácter nacional**, porque ela é só uma, tem acompanhado trabalhos civis, e também militares, mas, ah, nós não podemos pensar só fazer, temos que, de estar autorizados para fazer isso mas, temos tudo isso.
(São Tomé e Príncipe 96: Banda)

Nesse caso, o falante, por meio do movimento que aparece em negrito, traz uma informação nova para agregar detalhes ao tema desenvolvido, proporcionando a inserção de informação relevante para que o ouvinte compreenda bem o desenvolvimento da cadeia temática. Essa relação que o movimento estabelece com o tema anteriormente desenvolvido, representado pelo movimento anterior, pode ser ilustrada como segue: 1) "[...] o efectivo da banda quando aumentar nós temos muitos programas que queremos levar a cabo, mas tudo isso temos que fazer também proposta para o

segundo comandante, ah, os chefes do governo, tudo isso, depois para nós entrarmos em acção porque a banda é uma banda militar"; 2) "exato"; 3) "embora que é de carácter nacional". Identificam--se, assim, movimentos relacionados entre si por uma função que acrescenta informação contrastiva em relação ao conteúdo temático desenvolvido na interação.

Observe-se que, prosodicamente, há uma pausa longa e troca de turno antes da instauração da informação apresentada pelo trecho em itálico. Da mesma forma, depois da construção iniciada com "embora" ocorre, além de pausa, repetição da porção textual que antecede "embora", como se a construção em si representasse uma ruptura entre o que a antecede e o que a segue. Isso indica que não há integração ou dependência com uma suposta oração principal, e sim outro tipo de dependência, a discursiva, em que a informação oferecida acrescenta uma nova contribuição ao discurso acerca do tema instaurado, dessa vez com o formato de uma inserção. Nas ocorrências em que há presença de movimento iniciado por "embora", observa-se a inserção de uma informação de valor contrastivo acerca do tema que já está sendo desenvolvido no discurso, contribuindo para a evolução da interação.

Garcia (2010) relaciona esses casos ao que Crevels (2000a) denomina de concessivas textuais, uma vez que não modificam a oração principal, mas sim uma unidade textual inteira precedente. Isso atesta a afirmação aqui apontada de que a relação existente nesses casos é de dependência pragmática, ou melhor, interpessoal, pois, como também identificado por Garcia (2010), o falante, nessas circunstâncias, "considera pertinente informar ao ouvinte o conteúdo comunicado na oração concessiva" (p.151).

A autora mostra ainda que, na análise de seus dados, as orações que se pospõem a estruturas iniciadas por "embora" são em geral introduzidas por "mas", que tem a função de indicar a retomada do fio discursivo, interrompido em função da inserção da oração concessiva, papel também exercido por "então". O exemplo (5) do córpus lusófono traz ocorrência com a presença de "mas".

(5) -> o que é que a Sida pode fazer, como é que se pode prevenir a Sida.
- hum.
-> a Sida é uma doença ainda que não tem cura.
- hum.
-> **embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue**, *mas* ainda não tem cura, sabemos qual é o perigo. a principal causa da Sida é a morte, infelizmente. (Guiné-Bissau 95: Sida)

Como apontado por Garcia[2] a propriedade de oração inserida dessas construções, na língua falada, permite compará-las às inserções parentéticas, uma modalidade de inserção definida como "breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem", de acordo com Jubran (2006, p.303).

Para essa autora, os parênteses introduzem informações relacionadas à dimensão pragmática, materializando a atividade interacional no texto falado, função aqui reconhecida e definida como uma inserção que acrescenta alguma informação de contraste ao tema que já está sendo desenvolvido no discurso.

As orações que surgem depois dos parênteses, por sua vez, podem apresentar várias marcas de reintrodução do tópico discursivo, como as que foram constatadas nos dados do córpus lusófono, quais sejam: 1) uso de conectivos que atam a oração posterior à anterior ao parêntese, em geral representados por "mas" ou, às vezes, por "porque"; 2) uso de atos interativos, como "não é?", "eh"; 3) repetição de itens lexicais ou de sintagmas do segmento-contexto que antecede o parêntese; 4) parafraseamento de trechos precedentes ao parêntese.

Garcia (2010) sustenta ainda que a inserção da construção se deve ao julgamento feito pelo falante de que a "concessão" é relevante do ponto de vista informacional, já que ele não expressa mais do que a sua intenção comunicativa para ser compreendido (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.60).

2 Confira Capítulo 6.

Defende-se que essa relevância do ponto de vista informacional, levada em conta pelo falante, emerge da função que essa construção desempenha no discurso, reconhecida aqui como orientação de organização discursiva, semelhante à assinalada por Jubran (2006) quando da identificação das classes parentéticas.

Essa autora identifica quatro classes de parênteses: 1) com foco na elaboração tópica do texto; 2) com foco no locutor; 3) com foco no interlocutor; 4) com foco no ato comunicativo. Nessa ordem, as quatro classes refletem graus sucessivos, em um *continuum* de menor explicitação verbal do ato interacional no texto e maior aproximação do tópico, passando por duas classes intermediárias em que é acrescida a presentificação do locutor e do interlocutor na materialidade textual, até chegar ao afastamento máximo do tópico e consequente aproximação maior do ato interacional.

Identifica-se, nos dados, grande semelhança entre o papel desempenhado pelas construções iniciadas com "embora" que organizam o discurso e a classe parentética com foco na elaboração tópica do texto, já que não rompem por completo com o tema proposto na interação antes de sua inserção, acrescentando informação contrastiva justamente em relação a esse tema.

Em contrapartida, com respeito à função estabelecida por "como", o movimento instaurado tem o objetivo de situar o interlocutor em relação a algo que já foi estabelecido no discurso, como se observa em (6).

(6) L1 você incentivou para caramba, que além de você mostrar o filme, não foi assim só para a gente ver o filme. teve um fundamento, você fez aprender, ensinar para a gente também, vendo o filme... e a letra da música. pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela, ***como* eu estava dizendo**

L2 é.

L1 me chamou a atenção. e eu por ser uma aluna quieta, não sou de mexer com ninguém, fiquei chocada com a atitude dela falei "poxa, tan[...], gosto tanto de inglês"
(Brasil 93: Festa de estudante)

Nessa ocorrência, o conteúdo que se tenta recuperar está distante no discurso, e a função que a construção desempenha é a de chamar a atenção do ouvinte para isso. Essa função se estabelece entre movimentos distantes entre si textualmente, ou seja, engloba porções do discurso que pertencem a camadas mais altas que a do movimento. Para ilustrar como se estabelece essa relação, observemos localmente suas fronteiras com outros movimentos: 1) "pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela"; 2) "como eu estava dizendo [...]". Na relação entre esses segmentos, identifica-se uma função que se relaciona à preocupação do falante de resgatar na memória do ouvinte informações dadas no discurso.

O exemplo (7) também ilustra essa propriedade.

(7) L1 e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu até hoje manter-se?

L2 -> bem, eh, naquel[...], na[...], naquele tempo, portanto, ***como* eu já antes tivera dito**, não é, eu dormia hoje aqui, amanhã ali, às vezes, eh, portanto, dormia mesmo na rua assim ao ar livre. e mais tarde eu verifiquei que estava, estava, estava mesmo a caminhar muito mal, não é, estava que nem um menino de rua e no entanto eu tive de fazer o esforço, poder trabalhar um bocadinho para ver se conseguisse um tecto para mim
(Angola 97: Jovem Gaspar)

O trecho "**como** eu já antes tivera dito" não se refere a uma oração principal anterior, mas sim a algo que foi dito muito antes da oração que antecede o trecho, a ponto de o falante enfatizar mais uma vez o conteúdo que dissera anteriormente. Nesse caso, "como" também protagoniza o papel de prefaciar uma inserção, assim como "embora", todavia, de maneira a oferecer uma contribuição ao discurso, no sentido de monitorar a atenção do ouvinte para algo em específico que precisa ser novamente ativado em sua memória. Há nesse uso, inclusive, um apelo para evocar o conhecimento compar-

tilhado entre os dois interlocutores, instaurado durante a interação, daí a atitude do falante de remeter a esse conhecimento por meio da inserção de um movimento com essa função.

Nesses casos, há intenção por parte do falante de orientar o ouvinte a ativar em sua memória informações que já foram dadas no discurso ou que sejam de conhecimento de mundo e que o falante imagina que o ouvinte compartilhe com ele (Stassi-Sé, 2011). Trata-se, portanto, de monitoramento da interação, que ocorre por meio de uma inserção parentética, nos moldes explicitados por Jubran (2006).

Entretanto, nesse caso, verifica-se que os segmentos iniciados por "como" identificam-se com a classe parentética com foco no interlocutor, já que o falante preocupa-se em fazer o ouvinte acessar conhecimentos do discurso e do componente contextual para que seja dada sequência na cadeia temática.

Esse uso faz referência ao que defende Kortmann (1997), na especificação de categorias semânticas, em seu estudo sobre a subordinação adverbial nas línguas da Europa. O autor apresenta, dentro do âmbito modo, a relação de comentário/acordo, em que a construção adverbial expressa o comentário do falante em relação ao conteúdo da oração principal. Essa relação se estabelece, tipicamente, com o objetivo de afirmar a verdade e a plausibilidade do conteúdo veiculado pela oração principal, em que a oração adverbial identifica a fonte da informação do falante ou expressa acordo com a opinião de alguém, como mostra o exemplo (8).

(8) As you said, George has no children. (Kortmann, 1997, p.88)
Como você disse, o Jorge não tem filhos.

Entretanto, no estudo aqui apresentado, reconhece-se que essa função pode ser desempenhada por uma construção que não esteja necessariamente vinculada a uma oração principal, isto é, pode ocorrer com orientação discursiva, em um domínio transfrástico, desempenhando uma função interacional, como mostrado em (9).

(9) – *então*, **como eu estava falando**, *então*, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa. agora, depois tem os direitos, por exemplo, direito de montar uma fábrica, direito de, ah, é, assim, sabe, direito que envolve mais responsabilidade, mais coisa. então, a mulher não tinha, ah, os loucos e... dependia da idade, não é, no direito romano. que mais? ah! e tem muita coisa assim curiosa, sabe, que você fala "puxa, mas isso não está certo". então, tanto é que eles adoptam muito, tem leis que eles, tem caso de lei que a gente teve que estudar a lei mas que não vale mais porque o costume não aceitava a lei, sabe [...] (Brasil 80: Mundo do direito)

Além da presença da pausa e da mudança na tessitura, verifica-se a presença de atos interativos nas adjacências da construção "então", o que comprova seu uso no domínio discursivo, servindo para relacionar porções textuais maiores do que orações.

Resta ainda esclarecer como se instaura a função estabelecida por "se" em contextos como (10).

(10) porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, promover a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada, ***se* eu posso dizer**, nós vimos que, não é, eh, achamos conveniente reinseri-los para a família de, para as suas famílias. não é isso. (Angola 97: Meninos de rua)

Levando em conta o contexto anterior à construção iniciada com "se", o que se observa é que o falante busca atenuar o valor do que foi dito sobre as crianças, pois ele não avalia o resultado da volta da criança ao convívio social como uma reintegração ideal. A relação entre os movimentos se dá como segue: 1) "porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, promover a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente

assim bem, eh, reintegrada"; 2) "**se** eu posso dizer". Nessa relação, considera-se que o falante, por não estar certo da informação que introduziu no discurso, utiliza-se da estrutura iniciada por "se" para atenuar essa informação.

O uso de "se" para inserir uma espécie de atenuação em relação ao que foi dito antes não se refere a uma sentença anterior específica, mas a um movimento anterior inteiro, o que comprova também seu caráter de dependência pragmática. O falante, por meio da inserção da construção iniciada com "se", avalia seu comentário como algo que pode causar algum tipo de estranhamento ao interlocutor, por isso introduz um segmento para atenuar o que foi dito, instaurando outro movimento.

Mais uma vez, existe uma tendência em monitorar a interação, assim como no uso das construções iniciadas com "como".

Em (10), quando o falante utiliza "se" para iniciar o movimento, sua intenção é atenuar um conteúdo que, de seu ponto de vista, pode gerar discordância por parte do interlocutor. Nesse caso, é identificada uma função metadiscursiva em que o falante revela preocupação com relação ao uso do termo "reintegrada", introduzido no movimento anterior àquele iniciado por "se", com o qual se relaciona discursivamente. O falante faz uso dessa construção com o objetivo de preservar sua face. O movimento oferece a oportunidade de ele próprio corrigir o conteúdo que está trazendo no discurso.

Nesse uso, observa-se o estatuto de autonomia da construção "se eu posso dizer", que, tanto quanto as construções iniciadas com "como", também apresenta valor parentético, funcionando como um movimento que gera uma reação por parte do interlocutor. Entretanto, nesse caso, a função desses segmentos relaciona-se a uma estratégia de polidez (Brown; Levinson, 1987).

Oliveira (2004), ao analisar a estrutura "se eu não me engano", defende que esse tipo de condicional licencia uma estratégia de descomprometimento, ao permitir que o falante demonstre sua incerteza em relação ao conteúdo proposicional veiculado pelo que a autora considera "oração núcleo". Para a autora, o falante coloca seu enunciado sob o domínio do valor de incerteza, descomprometendo-se com a verdade dessa proposição, e utiliza esse tipo de con-

dicional para preservar sua face. Caso seja constatada a não verdade de seu enunciado, o falante constrói o efeito de sentido de polidez. Ela também considera que as condicionais "se não me engano" podem estar experimentando um processo de gramaticalização, já que, ao analisar os aspectos formais desse tipo de construção, verifica que se realizam como uma espécie de expressão cristalizada, sendo possível, inclusive, observar algumas diferenças entre essas condicionais e o que ela denomina de "condicionais comuns".

A ocorrência "se eu não me engano", encontrada no córpus lusófono, confirma a preocupação do falante de não se comprometer com o que enuncia, remetendo cataforicamente a um termo que a segue, como visto em (11).

(11) – para qual cidade você foi?
-> eu fui para Porto Alegre mas, ah, eu fiquei em cida[...], hospedada numa outra cidade vizinha, ***se* não me engano** é Esteio, é perto de Canoas, é uma coisa assim, e, mas depois eu peguei, junto com o pessoal da, da Federal de São Carlos, nós fomos fazer os circuitos das, ah, das vinícolas, não é, então, Bento Gonçalves, toda aquela região de, ah, de vinícolas e tal, ah, a go[...]

Diferentemente das construções iniciadas por "como", que assumem formatos diferentes em cada uma das ocorrências levantadas, sempre se referindo ao que já foi dado no discurso, o formato das estruturas iniciadas por "se" é sempre "se eu posso dizer" ou "se não me engano", o que, de certa maneira, serve como indicativo de uma tendência à gramaticalização desses segmentos.

Contudo, no trabalho apresentado neste capítulo, considera-se que essas construções não se referem a uma oração principal em particular, como apontado por Oliveira (2004), mas sim a porções textuais maiores. Estas porções representam proposições presentes nos segmentos anteriores ou posteriores à construção iniciada por "se" e não se referem a uma oração específica, o que comprova que essa estratégia de polidez, aqui representada pela função de monitoramento da interação, não se restringe à relação entre sentenças.

Brown e Levinson (1987) entendem a polidez como uma atividade de preservação da face, pela qual é permitido ao falante

atenuar os efeitos indesejados que um enunciado pode produzir durante uma situação comunicativa. Nesse sentido, o movimento inserido parece atender às suas necessidades em relação ao que ele mesmo projeta na interação, com base nas informações pragmáticas que acredita que o ouvinte possui, remetendo-nos, desta vez, ao papel expresso pelo parêntese com foco no locutor (Jubran, 2006), diferentemente das inserções iniciadas por "embora" e por "como".

Como se observa, para compreender o funcionamento dessas construções, é necessário um olhar mais ampliado para o contexto em que as ocorrências emergem, ou seja, é preciso expandir a análise do plano da relação entre orações para o plano da relação entre movimentos. A partir do que se constatou até agora, não há como pensar que a relação que essas construções estabelecem com o contexto resume-se à subordinação a uma oração principal.

Além disso, como atestado nos exemplos discutidos, essas estruturas propiciam a ocorrência de atos interativos antes e depois da construção independente, assinalando não só o início e o término de um ato discursivo, mas também o início e o término de um movimento.

Os dados revelam que na maioria das construções há a presença de atos interativos definindo fronteira. Entretanto, é maior a concentração deles em construções que expressam transição entre assuntos e acréscimo de informação contrastiva. Os exemplos em (12) reforçam como acontece o uso de atos interativos nas diferentes funções.

(12) a então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, **embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, *não é?***, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil: Surpresas da fotografia)

b L1 e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu até hoje manter-se?

L2 -> bem, eh, naquel[...], na[...], naquele tempo, portanto, **como eu já antes tivera dito**, ***não é?***, eu dormia hoje aqui, amanhã ali, às vezes, eh, portanto, dormia mesmo na rua assim ao ar livre. e mais tarde eu verifiquei que estava, estava, estava mesmo a caminhar muito mal, não é, estava que nem um menino de rua e no entanto eu tive de fazer o esforço, poder trabalhar um bocadinho para ver se conseguisse um tecto para mim
(Angola 97: Jovem Gaspar)

c L1 -> e a ligação das duas coisas, sei lá, é uma coisa que vem depois. primeiro vem a profissão, o emprego, o futuro. depois tem que vir o resto.

L2 - hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, ***não é?***, ***porque*** **em casa normalmente é a mulher que trabalha...**

L1 ->ah, mas isso não pode continuar assim, pelo menos no mes[...], no meu ponto de vista. porque, se ambos trabalham fora de casa também têm que trabalhar os dois dentro de casa.
(Portugal 96: Marido ideal)

A presença desses atos interativos, representados nas ocorrências por "não é?", delimita os movimentos e mostra que essas estruturas são unidades de informação à parte, constituindo relações que ocorrem no nível pragmático.

Os atos interativos encontrados nas ocorrências do córpus são "então" e "não é?", o mais frequente, que serve de estímulo para o interlocutor, se quiser, reagir à informação apresentada ou mesmo tomar o turno. Também foram encontrados operadores de movimento, como "mas" e "pois".

A presença desses atos interativos e operadores reforça a natureza de movimento desse tipo de construção, que age no discurso de forma a oferecer novas contribuições para a continuidade da interação comunicativa, orientando as relações entre falante e ouvinte.

Propriedades representacionais

Observa-se, pela análise das ocorrências, que todas as construções constituem conteúdos proposicionais verdadeiros e são, portanto, semanticamente, factuais. As ocorrências em (13a) e (13b) mostram exemplos de construções factuais iniciadas com "como" e com "se".

(13) a a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, ***se* eu posso dizer**, porque, eh, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome (Angola 97: Meninos de rua)

b -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, ***como* sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (Guiné-Bissau 95: Mulher africana)

Nesses dois exemplos, reconhece-se a propriedade de factualidade, pelo fato de ambos constituírem construções com maior grau de sentencialidade e, por isso, com maior autonomia semântica e sintática, características formais atribuídas à camada mais alta do nível representacional, ou seja, o conteúdo proposicional.

Como as construções aqui descritas constituem movimentos no nível interpessoal, semanticamente, o não compartilhamento de participantes é frequente, o que indica maior autonomia e menor grau de integração entre as construções adjacentes, como demonstrado em (14).

(14) -> não vamos dizer que é o pensamento moçambicano. É um sentimento de desportista. ***porque* toda a pessoa que vai para o campo espera ganhar.**

No exemplo, antes da construção encabeçada por "porque", é possível reconhecer que há referência a "um sentimento desportis-

ta" e, logo em seguida, o falante se refere ao termo "toda pessoa", o que comprova maior autonomia da construção que comporta a conjunção.

Entretanto, nas situações em que há correspondência entre participantes, mesmo assim sobressai o valor da informação que está sendo reintroduzida, como em (15).

(15) [...] portanto, eles que não venham com essas desculpas. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. *porque* m[...], há, há atletas que estão muito bem na vida, e mesmo aqui em Famalicão, aqui não conheço nenhum que esteja mal, que aqui as pessoas conseguiam sempre dar-lhes emprego, tinha, todos bem. não conheço nenhum que acabasse aqui na miséria. também as pessoas não deixavam. (Portugal 97: Desporto e dinheiro)

Nesse exemplo, da variedade portuguesa, o falante faz referência a "eles" e depois retoma "atletas" na construção encabeçada por "porque", e mesmo assim observa-se o valor de autonomia semântica da construção em relação ao que a antecede, o que mostra que o domínio pragmático prevalece sobre o domínio semântico para esse tipo de fenômeno.

Essas construções, embora possam ser identificadas, semanticamente, como conteúdos proposicionais, não se determinam nesse nível. A propósito, cabe ressaltar que a análise semântica das ocorrências não revela descobertas tão produtivas como aquelas encontradas no nível pragmático, o que reafirma o valor discursivo desse tipo de construção. A descrição das propriedades semânticas concernentes a esse tipo de estrutura apenas se presta para a constatação da autonomia semântica dessas construções em relação ao que as circunda.

Propriedades morfossintáticas

Morfossintaticamente, esses tipos de construção representam uma expressão linguística, mas sem elo de dependência morfossin-

tática com outras construções anteriores ou posteriores. Podem funcionar inclusive como inserções, ou seja, como cortes sintáticos entre as porções textuais que as antecedem e as seguem, não representando casos de coordenação, tampouco de subordinação adverbial. Constituem, assim, unidades de sentido que não exibem dependência morfossintática, mas pragmática, no nível interpessoal.

A ocorrência (16) demonstra esse funcionamento.

(16) L1 claro, também há os grupos, exacto. mas pareceu-me um bocado diferente daqui do Porto. é evidente que as pessoas de Lisboa também chegam aqui, e, e também têm essa sensação, não é, um bocado.
L2 não, mas eu noto
L1 ***embora* reconheçam mais que há mais**
L2 hum, hum.
L1 eh, que há o, um, digamos, há outro calor humano.
(Portugal 95: Grandes cidades)

Como se observa, a construção é determinada pragmaticamente e acontece como um movimento de reação ao que foi dito antes. No nível morfossintático, constitui uma expressão linguística que tem unidade de sentido, sem depender, em termos morfossintáticos, de nenhuma porção textual anterior ou posterior. Observa-se, portanto, que as outras relações podem ser explicadas da mesma forma, pois todas constituem movimentos.

A análise mostra ainda a tendência de as formas verbais aparecerem finitas, no modo indicativo, o que reforça a autonomia morfossintática dessas estruturas. Os exemplos (17), (18) e (19) atestam o que a análise dos dados revela.

(17) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, ***como* sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher.
(Guiné-Bissau 95: Mulher africana)

(18) -> o que é que a Sida pode fazer, como é que se pode prevenir a Sida.
- hum.
-> a Sida é uma doença ainda que não tem cura.
- hum.
-> ***embora* estamos a fazer largos estudos para ver se consegue**, mas ainda não tem cura, sabemos qual é o perigo. a principal causa da Sida é a morte, infelizmente.
(Guiné-Bissau 95: Sida)

(19) -> e, e uma pessoa conhece e assim
- claro.
-> pois. mas eu até penso que sim, que eles eram pessoas para, para irem assim também à missa, não sei, mas isso...
- ***porque*, normalmente eles são, têm, são c[...], são cristãos, mas não são católicos.**
-> pois. é isso. pois
- pois.
-> que eu tenho também ouvido... falar, sim.
(Portugal 97: Base militar)

Além dessa tendência de funcionamento morfossintático, os participantes das construções analisadas, quando expressos, podem se apresentar de forma lexical, como pronome reto e até mesmo oblíquo. Como se vê, a codificação dos participantes não é definidora das propriedades desse tipo de construção, já que elas podem apresentar os participantes de diversas formas e, ainda assim, manter seu estatuto morfossintático autônomo. Isso sinaliza que essas questões estão mais ligadas ao domínio textual e estão relacionadas com a coesão e a coerência do discurso, mais uma vez determinadas discursivamente.

Observa-se que as funções identificadas nesse tipo de construção são codificadas, em termos morfossintáticos, pelas mesmas conjunções da subordinação adverbial: ("porque", "embora", "se", "como"), analisadas na segunda seção deste capítulo. Entretanto, quando utilizadas com a intenção de expressar funções interacionais, essas conjunções não indicam elo morfossintático com orações imediatamente anteriores ou posteriores, como ocorre na subordinação adverbial, conforme apontado pelas gramáticas e estudos de orientação funcional apresentados, mas sinalizam introdução de uma expressão linguística.

Aqui, essas conjunções são reconhecidas como conjunções lexicais, ou seja, conjunções que participam na expressão do significado. Entretanto, quando introduzem movimentos, no nível interpessoal e, em consequência, expressões linguísticas, no nível morfossintático, apresentam uma função interacional que se distancia de outros usos em que expressam funções retóricas entre dois atos discursivos, ou funções semânticas entre uma oração subordinada e uma oração principal. Representam funções interacionais estabelecidas por meio de relação de dependência pragmática entre movimentos, ocorrendo, em termos morfossintáticos, como prefaciadores de uma unidade linguística com sentido completo.

Propriedades fonológicas

Outra característica importante observada nesses tipos de estrutura é a independência fonológica entre os segmentos envolvidos, que revela seu estatuto de autonomia prosódica.

Os segmentos analisados relacionam-se a um enunciado, maior unidade de análise no nível fonológico, ao passo que os atos discursivos relacionam-se ao sintagma entonacional, que constitui uma unidade menor do que o enunciado e que pode ser equiparada ao ato discursivo, no nível interpessoal do modelo da GDF.

O enunciado é relacionado topicalmente e caracterizado fonologicamente por apresentar tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo na sílaba tônica final, que costuma ser seguido por uma pausa significativa.

Observa-se, assim, que as construções apresentam quebra entonacional, com pausa longa em todas as ocorrências, identificadora de enunciados, o que pode ser verificado tanto pela transcrição dos inquéritos quanto pela audição das ocorrências analisadas.

Além de pausa, tanto a tessitura quanto a velocidade das construções envolvidas apresentam alteração, sobretudo nos casos com "embora", "como", "se".

Tenani (1997) revela a tendência de essas construções parentéticas coocorrerem com aumento da velocidade da fala e mudança de tessitura (normalmente mais baixa ou mais alta do que as porções

textuais anteriores e posteriores). A autora sustenta ainda que ocorre mudança na direção da altura da sílaba final acentuada (curva descendente, em geral) e pausa, o que assinala a formação de um grupo entonacional (ibidem, p.792).

Essa constatação traz fortes evidências da autonomia prosódica dessas construções, o que pode ser observado na ocorrência (20), tomada como exemplo, em que se destacam na transcrição os sinais indicadores de pausa.

(20) - acha que o homem facilmente pode entrar nas tarefas que eram, normalmente, d[...], especialidade da mulher?
-> tem que se ir habituando aos poucos. ***porque* há homens que quando querem fazem as mesmas coisas que uma mulher, em casa**. quando eles não querem é que já é pior. mas acho que sim. acho que aos poucos conseguem. e mesmo, não digo, por exemplo, uma mulher pode cozinhar, não é, mas há outras coisas para além de cozinhar que se podem fazer em casa. e acho que é principalmente isso. (Portugal 96: Marido ideal)

No exemplo, a evidência de pausa aparece na transcrição, pela utilização do ponto final, que identifica a autonomia prosódica desse trecho, comprovando seu estatuto de movimento. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o caráter de completude de um movimento na língua falada pode ser indicado entonacionalmente e, neste caso, o nível fonológico é sensível à extensão de cada movimento indicado no nível interpessoal (p.50).

Dessa forma, é possível relacionar os movimentos, pragmaticamente identificados, a enunciados, fonologicamente identificados, em que as pausas são ainda mais longas do que aquelas que marcam o início e o fim de sintagmas entonacionais e não podem ser confundidas com pausas hesitativas.

A atribuição de função interacional: subordinação discursiva

A partir da análise e da interpretação dos dados, é possível sistematizar o funcionamento das construções iniciadas por "porque", "embora", "como", "se".

Os movimentos iniciados por "porque" marcam a transição entre estruturas temáticas diferentes, reforçando o argumento que reconhece sua natureza discursiva de enfocar o conteúdo tratado no discurso, enquanto os movimentos iniciados por "embora" se desviam do tema para acrescentar informação contrastiva em relação ao conteúdo, mostrando menor enfoque em relação à estruturação do tema, se comparado com a relação estabelecida por "porque".

Diferentemente, os movimentos iniciados por "como" se desviam do tema para chamar a atenção do ouvinte para algo que já foi falado, reativando, na memória do interlocutor, informações dadas no discurso, assinalando maior enfoque no ouvinte, enquanto movimentos iniciados por "se" desviam-se do tema para inserir um comentário atenuante do locutor, que está preocupado em preservar sua face frente ao que foi introduzido no discurso e, em consequência, enfocando o papel do falante.

Desse modo, cada uma das funções interacionais identificadas apresenta propriedades específicas que podem ser tratadas segundo duas perspectivas: da organização discursiva, servindo para estabelecer a organização e a apresentação do conteúdo discursivo, e do monitoramento da interação, servindo para criar condições de interação aos participantes, as quais precisam ser preenchidas para o discurso ser implementado.

Com isso, assume-se que as funções interacionais podem ser, *a priori*, de dois tipos: 1) aquelas que estão mais voltadas para o plano do conteúdo, materializando, na interação, marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que o compõem; 2) aquelas que estão mais voltadas para o plano da interação, ou seja, ao entrosamento entre os participantes da situação comunicativa, que atuam no monitoramento que o falante faz do discurso, levando em conta as informações pragmáticas do ouvinte.

Os diferentes movimentos representados por diferentes funções se distribuem de variados modos em relação ao enfoque que privilegiam: ora voltam-se para o conteúdo da mensagem, ora para o falante, ora para o ouvinte. Isso só pode ser determinado ao se levar

em conta a estrutura temática dos movimentos envolvidos, já que é a partir dela que se verifica se houve maior ou menor desvio em relação às intenções pragmáticas de organizar o discurso no que diz respeito ao fio temático que o conduz, ou em direção ao monitoramento dos participantes da situação comunicativa.

Essa proposta se identifica com um dos princípios da perspectiva textual interativa (Jubran; Koch, 2006), que trata dos fenômenos linguísticos que se distribuem entre funções mais ou menos textuais e mais ou menos interativas. Observa-se uma visão integrativa entre estruturas e seu processamento textual, o que significa reconhecer a existência de regras que caracterizam a organização do texto e a sistematicidade da atividade discursiva.

Assim, propõe-se um espaço no nível interpessoal para discutir a orientação da função interacional que movimentos podem desempenhar nas situações de comunicação, de acordo com a especificidade de seu funcionamento: as construções iniciadas por "porque" e "embora" apresentam, respectivamente, as funções transição (introduzem um novo tema) e adendo (inserem informação contrastiva relativa ao tema tratado no discurso), e constituem funções interacionais de organização discursiva, enquanto as construções iniciadas por "como" e "se" apresentam, respectivamente, as funções resgate (reativam na memória do ouvinte informações dadas) e salvaguarda (atenuam informações dadas pelo falante), e constituem funções interacionais de monitoramento discursivo.

Lembre-se que a função interacional se diferencia tanto da função retórica como da função pragmática, determinadas igualmente no nível interpessoal do modelo. A primeira representa aspectos formais das unidades linguísticas que refletem a estrutura global do discurso (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.46), ocorre entre atos discursivos (nuclear e subsidiário) e relaciona-se fundamentalmente: 1) à maneira como os atos discursivos são ordenados para expressar a estratégia comunicativa do falante; 2) às propriedades formais dos enunciados que influenciam o interlocutor a aceitar os propósitos do falante. Já a segunda ocorre dentro de um ato discursivo individualmente e é atribuída a subatos (de atribuição e

de referência), ou ao conteúdo comunicado como um todo. São as funções pragmáticas de tópico, de foco e de contraste.

O fato de que essas estruturas investigadas consistem em movimentos, direcionados por funções interacionais, e não atos discursivos, dirigidos por funções retóricas, pode ser comprovado pelo que segue em (21), (22), (23), (24) e (25).

1. A abertura de espaço para reação do interlocutor, evidenciada em (21) por meio do ato interativo "sabe?" e pela abertura de novo turno com o segmento "sei".

(21) - o ano passado, quando t[...], aproveitou-se um congresso de médico que não se foi, aí, em vez de nós irmos ao congresso, no meio do caminho eu disse "vamos a Minas". aí, lá fomos nós para Ouro Preto, Mariana e aquilo tudo. depois fomos a São João del Rei e Tiradentes. é o que eu te disse que adorei, mas adorei! **porque eu gosto muito de coisa antiga, sabe?**
-> sei.
- a minha família, como toda família de Pernambuco, tem uma mania de coisas antigas, de casa, de móvel, meu pai foi fazendeiro, então, tem essa história toda aí, eu gosto muito, sabe, e eu achei, mas eu achei uma be[...], adorei!
(Brasil 80: Arte urbana)

2. Retomada do fio discursivo interrompido pela inserção do movimento, como se observa em (22), com a repetição do segmento "como eles valorizam".

(22) então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, **embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande,** *não é?*, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil: Surpresas da fotografia)

3. Presença de atos interativos, operadores e modificadores de movimento no início ou no final do movimento, como demonstram "não é?" em (22) e "então" em (23).

(23) -> *então*, **como eu estava falando**, *então*, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa. agora, depois tem os direitos, por exemplo, direito de montar uma fábrica, direito de, ah, é, assim, sabe, direito que envolve mais responsabilidade, mais coisa. então, a mulher não tinha, ah, os loucos e... dependia da idade, não é, no direito romano. que mais? (Brasil 80: Mundo do direito)

4. Referenciação às pessoas do discurso, como no segmento "como (você) afirmou" em (24), que indica preocupação com a interação.

(24) de facto, **como afirmou**, *eh*, a situação política, eh, condicionou a situação linguística. antes o ensino do português era oficial, apoiado pela, governo e igreja, hoje está completamente banido. a situação actual, o aprendizagem do português foi ainda feito pela igreja, até mil novecentos noventa e dois, no Externato São José, que foi encerrado depois de doze de Novembro (Timor Leste 99: Regras)

5. Presença de pausa e de distinções de tessitura nas fronteiras do movimento, que ajudam a marcar o fim de um enunciado e o começo do subsequente, representadas na transcrição do exemplo (25) pela vírgula.

(25) a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer**, *porque*, *eh*, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome [...] (Angola 97: Meninos de rua)

Esses aspectos podem ocorrer todos simultaneamente ou combinados. Contudo, a pausa, a mudança de tessitura e de velocidade de fala e a abertura para reação por parte do interlocutor acontecem sempre de maneira simultânea.

Comprova-se, assim, que esses movimentos, conectados por funções interacionais, são discursivamente dependentes uns dos outros. Essa descoberta faz surgir uma importante discussão sobre as relações de dependência entre unidades linguísticas, levando a concluir que a melhor sugestão para o tratamento desse tipo de construção é sua abordagem no domínio da subordinação, mas entre porções textuais de camadas mais altas do que a da oração.

Em função dessa constatação, propõe-se, para esse tipo de subordinação, que se dá no plano do discurso, a categoria de subordinação discursiva, que parece bastante apropriada não apenas para os casos aqui investigados, mas para quaisquer outras conjunções, em quaisquer outras línguas, que possam ter propriedades semelhantes de conectar movimentos com diferentes funções interacionais.

Palavras finais

A análise das ocorrências do córpus lusófono leva à constatação de que as construções aqui investigadas assumem, discursivamente, um uso diverso, que não pode ser explicado apenas morfossintática ou semanticamente, como fazem, em geral, as gramáticas normativas e alguns estudos que se restringem a análises no nível da relação entre orações.

Para explicar essas construções, é necessário considerar a relação entre porções maiores do discurso, que dependem pragmaticamente umas das outras, além de levar em conta seus traços de autonomia semântica, morfossintática e fonológica.

No que tange à categorização, sustenta-se que, no nível interpessoal, assumem propriedades de movimentos; no nível representacional, são conteúdos proposicionais; no nível fonológico, enunciados; e no nível morfossintático, atingem o estatuto formal

de expressões linguísticas, ou seja, estruturas que se configuram como qualquer conjunto de pelo menos uma unidade que pode ser utilizado de modo independente (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Essas propriedades morfossintáticas fornecem a esse tipo de construção, denominada pela literatura corrente como "não subordinada", "desgarrada" ou "independente", uma categoria formal em que se inserir.

Em virtude das informações levantadas, é possível concluir que essas construções são determinadas pragmaticamente e destacadas prosodicamente, com funções interacionais no nível interpessoal, para agilizar a organização do discurso ou o monitoramento da interação, sendo então codificadas, no nível morfossintático, pelas mesmas conjunções que operam na subordinação adverbial, mas são utilizadas pelos falantes, nesses casos, com finalidade interacional de:

- transição, no caso do uso de "porque", concentrando-se no tratamento do conteúdo temático, indicando a entrada de informações novas que impulsionam o discurso;
- adendo, no caso do uso de "embora", também enfocando a organização do conteúdo discursivo, na medida em que acrescenta informação contrastiva em relação ao conteúdo temático;
- resgate, no caso do uso de "como", com enfoque no ouvinte, priorizando o monitoramento interacional, reativando na memória do interlocutor informações dadas no discurso;
- salvaguarda, no caso do uso de "se", com enfoque no falante, que monitora a interação para preservar a face.

Considera-se que o domínio discursivo, determinante para esse tipo de construção, é hierarquicamente superior, em termos funcionais, aos domínios representacionais, morfossintáticos e fonológicos, o que, por conseguinte, nos direciona para a proposição de uma escala de dependência discursiva em que importa evidenciar as propriedades interacionais dessas construções, e não seu grau de subordinação discursiva, como mostrado na Figura 1.

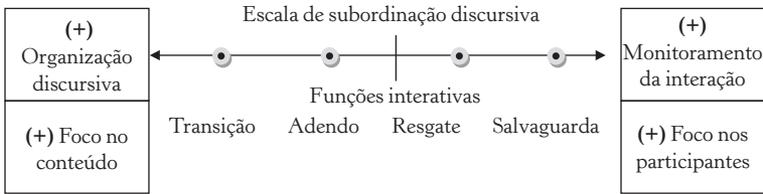



Figura 1 – Escala de subordinação discursiva

Sabendo que essas construções se referem a um mesmo tipo de fenômeno que emerge no nível da organização do discurso, entre porções textuais maiores, mais do que na relação de (in)dependência entre orações, propôs-se aqui sua abordagem em um domínio diferente de subordinação, orientada discursivamente, o que representa um grande ganho para o tratamento da adverbialidade, propiciado pela análise do fenômeno à luz da teoria da GDF, que possibilitou sistematizar, em diferentes níveis e camadas, o funcionamento desse tipo de construção.

Parte II

Subordinação no sintagma

8
A ORAÇÃO COMPLETIVA NOMINAL

*Edson Rosa Francisco de Souza**

Palavras iniciais

Neste capítulo serão analisadas, com base na perspectiva teórica da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), que faz distinção entre níveis e camadas de complexidade linguística, as orações subordinadas substantivas completivas nominais, que atuam como complementos de um nome. Trata-se, segundo essa gramática, de um tipo de subordinação em que um sintagma da oração principal toma uma oração como argumento. Para essa análise, investigaremos as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas dos predicados nominais[1] e de seus complementos oracionais na lusofonia, no que diz respeito aos tipos de estruturas oracionais que podem figurar como complementos de

---

* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (edson@ibilce.unesp.br)

1 O predicado nominal é aqui entendido como aquele constituído por um lexema da classe de nome ou adjetivo. No nível morfossintático, requer a inserção de uma cópula. Trata-se, portanto, de um conceito diferente do conceito dado pela tradição gramatical, que inclui a cópula e o núcleo nominal, denominado predicativo do sujeito, como "está triste" na oração: "Maria está triste".

nomes, à expressão da preposição no processo de complementação, à presença de pronomes relativos sem antecedentes como parte do complemento de nomes.

As orações em itálico, em (1) e (2), constituem argumentos de um sintagma.

(1) -> [...] nós podemos aceitar mais tarde, mas naquela altura é difícil as pessoas aceitarem. quer dizer, toda a gente saiu de casa para o estádio, tinha na cabeça que Moçambique ia ganhar.
- então dá a **impressão** *de que esse é o pensamento moçambicano.* (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

(2) ela tinha aquela **impressão** *de ganhar*, hum, impressão não! ela fez todo o esforço para ganhar, eu acho que ela até teria conseguido a medalha de prata! (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

Nesses excertos, há duas estruturas oracionais que completam o sentido do nome "impressão" da oração principal, razão pela qual as orações dependentes "de que esse é o pensamento moçambicano" e "de ganhar" são tradicionalmente chamadas de orações completivas nominais. As sentenças (1) e (2) apresentam, respectivamente, as correlações modo-temporais presente do indicativo/ presente do indicativo e presente do indicativo/infinitivo na oração principal e na oração subordinada. A diferença é que, no exemplo (1), o complemento oracional ocorre na forma finita e, em (2), na forma não finita. Entretanto, em ambos os casos, o predicado nominal "impressão" é de natureza epistêmica, uma vez que indica graus de certeza do falante com relação ao conteúdo da proposição.

Em linhas gerais, as orações completivas nominais são conhecidas por não apresentarem nenhum tipo de acidente prosódico entre o predicado nominal e seu argumento, tais como hesitação, pausa, mudança de tessitura, pelo fato de que isso acarretaria um afrouxamento do grau de dependência semântica e morfossintática entre a oração principal e a subordinada, característica que as diferencia das orações adverbiais e relativas, em que, geralmente, esses aspectos fonológicos são mais comuns.

A primeira hipótese defendida aqui é a de que a natureza semântica do predicado nominal determina o tipo de unidade interpessoal ou representacional que será tomado como complemento (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.362), tendo em vista que, diferentemente dos predicados verbais e outros tipos de predicados básicos, que expressam uma propriedade (por exercerem uma função relacional), os predicados nominais podem designar diferentes tipos de categorias pragmáticas e semânticas, como: conclusão (movimento), informado (conteúdo comunicado), ideia (conteúdo proposicional), história (episódio), vontade (estado de coisas), maneira (propriedade).

Considerando o fato de que os predicados nominais comportam-se de forma distinta dos predicados verbais, conforme já ressaltado, a nossa segunda hipótese é a de que existe uma relação de hierarquia no que se refere ao processo de complementação, no sentido de que um predicado nominal que expressa determinada categoria (interpessoal ou representacional) tomará como seu complemento uma estrutura representada por uma camada mais baixa ou de igual valor.

Com base ainda na primeira hipótese, argumentamos também que são as propriedades semânticas do predicado nominal que determinam a forma das estruturas de seus complementos, de maneira que a opção por uma construção finita ou não finita está diretamente relacionada à configuração semântica do predicado nominal, determinação que também é observada em outros tipos de orações completivas, como bem apontam Noonan (1985) e Hengeveld e Mackenzie (2008).

A noção de subordinação na tradição gramatical e na Gramática Discursivo-Funcional

A partir das noções de parataxe e hipotaxe da gramática greco-latina, a tradição gramatical distingue, segundo Neves (2000), dois tipos de organização de períodos compostos: a coordenação

e a subordinação. Com base em critérios sintáticos ou formais, os gramáticos destacam que a coordenação envolve uma relação de independência, em que as orações constituintes têm um mesmo estatuto linguístico, sendo, portanto, autônomas, ao passo que a subordinação envolve uma relação de dependência, em que as orações são de estatuto diferente: uma delas se insere na outra e funciona como parte dela.

Em outras palavras, na tradição gramatical, as orações subordinadas são classificadas como unidades ou orações dependentes (Bechara, 2009; Rocha Lima, 1985; Cunha, Cintra, 2000) em relação à oração principal. No entanto, a noção de dependência é quase sempre divergente entre os autores, uma vez que ora é tratada como dependência sintática (formal), ora como dependência semântica (de incompletude significativa).

A esse respeito, Bechara (2009), assim como a maioria dos gramáticos tradicionais, classifica a oração subordinada como aquela que exerce uma função sintática no interior da oração principal. Entretanto, o autor afirma que as conjunções do tipo "quer...quer" e "ou...ou" são mais bem classificadas como orações alternativas ou concessivas (p.496), o que já aponta para uma classificação baseada também na semântica das construções coordenadas/subordinadas. De acordo com o autor, o estudo dos processos de subordinação ainda apresenta muitas lacunas e, por isso, não deve se restringir à investigação puramente sintática.

No âmbito da perspectiva funcionalista, em especial no modelo da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008), a subordinação constitui um processo em que "orações podem ocorrer como constituintes de outras orações, como orações advérbio, complemento ou predicado" (p.352).

De acordo com essa definição, a complementação constitui um caso típico de subordinação que é, em geral, definida na abordagem funcionalista como um processo sintático em que uma oração é tomada como argumento de um predicado (Givón, 1980; Noonan, 1985; Dik, 1997; Hengeveld, Mackenzie, 2008, entre outros autores). Diferentemente dos demais tipos de orações completivas, que

atuam como argumento de um predicado verbal da oração principal, as orações completivas nominais atuam como argumento de um predicado nominal da oração principal. Assim, com relação às completivas nominais, a relação de complementação não é estabelecida entre duas orações, mas sim entre uma oração complemento e um sintagma da oração principal.

Apesar das diferenças, tanto a tradição gramatical quanto a tradição linguística, aqui representada pela abordagem funcionalista, consideram a influência de aspectos morfossintáticos no processo de complementação verbal/nominal. O que muda entre as duas abordagens é que muitos dos estudos de orientação funcionalista também são unânimes no reconhecimento da atuação de aspectos semânticos e pragmáticos na determinação dos tipos de predicados e das formas que seus complementos podem tomar, em especial os que tratam da influência da natureza semântica do predicado na indicação do grau de integração entre as orações principal e subordinada (Givón, 1980) e na seleção dos complementos (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Hengeveld e Mackenzie (2008) e Gasparini-Bastos et al. (2007) assinalam que os predicados verbais,[2] que designam sempre uma propriedade, podem tomar como complemento unidades interpessoais e representacionais que pertencem a uma camada mais alta ou de igual valor (quando se trata de construções identificacionais). É o que se observa no esquema a seguir, adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p.363).

Camadas interpessoais nas orações subordinadas

(Movimento: (Ato discursivo: [(Conteúdo comunicado: [(Subato de referência) (Subato de descrição)])))

(Ato discursivo: [(Conteúdo comunicado: [(Subato de referência) (Subato de descrição)]))

(Conteúdo comunicado: [(Subato de referência) (Subato de descrição)])

2 Sobre os tipos de predicados verbais, ver o Capítulo 2.

Camadas representacionais nas orações subordinadas

(Conteúdo proposicional: (Episódio: (Estado de coisas: (Propriedade: [(Propriedade) (Indivíduo)]))))
(Episódio: (Estado de coisas: (Propriedade: [(Propriedade) (Indivíduo)])))
(Estado de coisas: (Propriedade: [(Propriedade) (Indivíduo)]))
(Propriedade: [(Propriedade) (Indivíduo)])

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.363), a camada mais alta contém todas as camadas mais baixas. Isso significa, segundo os autores, que as orações subordinadas podem ser classificadas em termos da camada mais alta que essas construções designam, seja do nível interpessoal, seja do nível representacional, estabelecendo uma relação hierárquica quanto ao modo de estruturação dessas orações. Além disso, considerando o fato de que cada camada traz consigo o seu próprio conjunto de operadores e modificadores, pode-se prever, conforme os autores, que os operadores e modificadores pertencentes à camada mais alta (expressa em uma oração subordinada) tendem a escopar aqueles operadores e modificadores que ocorrem em uma oração subordinada que designa uma camada interpessoal ou representacional mais baixa, sendo o percurso inverso não permitido. Em outros termos, um modificador de movimento expresso na oração subordinada, como "em resumo", pode escopar um modificador de ato discursivo, como "primeiramente", porém este modificador não pode escopar o modificador de movimento "em resumo", pelo fato de violar a estrutura hierárquica que se observa no processo de articulação das orações, isto é, o modo como a oração subordinada se relaciona com o predicado matriz.

Como nosso objetivo principal é analisar os tipos de predicados nominais e os seus complementos, em termos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, não examinaremos aqui a atuação desses operadores e modificadores na estruturação das completivas nominais, por entendermos que isso fugiria aos nossos propósitos.

Os exemplos[3] a seguir mostram como se dá o processo de complementação de alguns nomes no português e como a caracterização semântica do predicado nominal determina a escolha do tipo de complemento, de acordo com a GDF.

Movimento como complemento

(3) Tampouco seria inteligente identificar a ação da mão alheia a meros atos reflexos, porque era coisa de uma vontade alheia, mas ainda de alguma vontade, contrária à consciência. O problema é que sempre era decorrente de uma vontade elaborada em níveis de elaboração infra-liguagem. Isso pode conduzir à **conclusão** *de que consciência é, em resumo, linguagem, e que vontade e consciência não são planos superpostos idênticos*. (www.apocaodepanoramix.com)

Ato discursivo como complemento

(4) Opomo-nos à distinção de drogas leves e duras, bem como à **asserção** *de que as chamadas drogas leves não geram dependência*. (www.linguee.com/portuguese)

Conteúdo comunicado como complemento

(5) No capítulo que irá ao ar no dia 21 de novembro, por exemplo, o antagonista vai brigar com o gerente de um flat onde tentará se hospedar. Ao ser **comunicado** *de que seus cartões estão bloqueados,* Félix vai arrancar a peruca do homem e dançará funk em cima dela. (http://br.tv.yahoo.com/blogs/folhetim)

Conteúdo proposicional como complemento

(6) Não é novidade alguma a importância de ouvir mais do que falar. Uma pena que muitos não aprenderam isso ainda. Tenho a **impressão** *de que aquele que fala alto não lê,* porque não sabe ouvir o que um autor está dizendo na sua escrita – sim, ler é uma atividade na qual você tem de prestar atenção no que o outro está dizendo. E muitos outros não conseguem prestar atenção em um filme, em uma peça de teatro. Esse fato é bastante visível nos concertos, por exemplo. (http://www.revistadacultura.com.br/)

---

3 Os exemplos foram extraídos da internet, porque não há no córpus ocorrências que ilustrem todos os tipos de predicados nominais e complementos (em termos de unidades pragmáticas e semânticas).

Episódio como complemento

(7) Não se pode afirmar com certeza que a **história** *de que Newton estava sentado embaixo de uma macieira e uma maçã caiu em sua cabeça seja verdadeira*, mas o suposto ocorrido hipoteticamente fez com que o cientista ficasse ciente da existência da força da gravidade. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Ma%C3%A7%C3%A3)

Estado de coisas como complemento

(8) Não tenho **vontade** *de comer chocolate e doces*. A não ser que seja uma sobremesa com morangos, aí não recuso. (vidamaterna.com)

Propriedade como complemento

(9) Obrigado por me fazer abrir os olhos e ter **ânsia** *por vencer na vida*!!! (https://pt-br.facebook.com/permalink)

Nesses exemplos, os nomes em negrito introduzem, segundo a GDF, diferentes tipos de complementos no português, que, por sua vez, designam diferentes categorias pragmáticas e semânticas propostas pelo modelo teórico. Semelhantemente ao que propõem Gasparini-Bastos et al. (2007) em um estudo sobre os predicados verbais, e também Hengeveld e Mackenzie (2008) e Souza (2014), os exemplos de (3) a (9) apresentam dois extremos: de um lado, nomes como "conclusão" que tomam movimentos como argumento, e, por outro, nomes como "ânsia" que tomam propriedades como argumento, como se vê em (9). Em termos de complementação, em (3) tem-se um predicado nominal ("conclusão") que expressa um movimento e toma como complemento uma estrutura que expressa outro movimento. Já em (9), o predicado nominal ("ânsia") constitui uma propriedade e toma como complemento uma estrutura que designa outra propriedade. Nesses dois casos, os predicados nominais só tomam como complemento estruturas que expressam categorias pertencentes à mesma camada.

Em suma, apesar de a GDF também definir a subordinação em termos morfossintáticos, Hengeveld e Mackenzie consideram também a influência de aspectos pragmáticos e semânticos na caracterização dos seus padrões de expressão.

O tratamento das orações completivas nominais

Nos compêndios gramaticais (Cunha, Cintra, 2000; Bechara, 2009; Rocha Lima, 1985; Azeredo, 2012), a oração completiva nominal em geral é definida pelos gramáticos como a oração que exerce a função sintática de complemento nominal de nome, adjetivo e, eventualmente, de advérbio da oração principal (Souza, 2014), conforme ilustram os exemplos (10), (11) e (12), respectivamente.

(10) Temos **certeza**$_{\text{nome}}$ [*de que eles voltarão logo*]$_{\text{oração completiva nominal}}$ (Azeredo, 2012, p.314)

(11) Estou **desconfiado**$_{\text{adjetivo}}$ [*de que os ingressos terminaram*]$_{\text{oração completiva nominal}}$

(Ibidem)

(12) FHC manifestou-se **favoravelmente**$_{\text{advérbio}}$ [*a que o poder de fiscalização do Congresso fosse exercido "em toda a sua plenitude"*]$_{\text{oração completiva nominal}}$

(http://www.cartamaior.com.br)*

* Extraímos a ocorrência da internet porque não encontramos nenhum exemplo nas gramáticas tradicionais consultadas (Cunha, Cintra, 2000; Bechara, 2009; Rocha Lima, 1985; Azeredo, 2012). Os autores fazem menção apenas a alguns advérbios (favoravelmente, relativamente, referentemente etc.) que requerem complemento oracional, porém, não citam nenhum exemplo.

Diferentemente desses autores, que consideram o advérbio como um predicado, Luft (2001, p.82), por exemplo, considera que as completivas nominais funcionam como complementos apenas de substantivo ou de adjetivo transitivo, como orações desenvolvidas e reduzidas de infinitivo, pelo fato de que apenas os advérbios terminados em "-mente", derivados de adjetivos transitivos, como "(des)favoravelmente" (> favorável), podem tomar orações como complemento, tal como se observa em (12).

As construções em itálico, em (13a)-(13c), representam casos de completivas nominais encaixadas em diferentes tipos de predicados nominais por meio do relator "que" e das preposições "de" e "a" e,

em (13d), representam completivas com a preposição não expressa. Os exemplos (14a)-(14d), por sua vez, constituem casos de completivas nominais expressas morfossintaticamente na forma reduzida de infinitivo. Já os exemplos (15a)-(15b) ilustram casos de completivas nominais que ocorrem com pronomes relativos sem antecedentes.

(13) a Tenho **esperança** *de que nosso time vença.*
b Sou **favorável** *a que o despachem.*
c Maria não tinha **dúvida** *de que João se casaria com ela.*
d Tenho **esperança** *que meus colegas concordem.*

(14) a Tinha **certeza** *de ser aprovado.*
b Estava **ansioso** *de (por) voltar.*
c Pediu **informações** *sobre como fazer.*
d Na **dúvida** *de como responder*, ficou calado.

(15) a Tinha **remorso** *de quanto fizera.*
b Sê **agradecido** *a quem te acolhe.*

Pode-se notar, nos exemplos, que as construções que operam como complementos de um nome da oração principal ora aparecem na forma finita, ora na forma não finita (com o verbo no infinitivo), inseridas ou não por meio de preposição. A esse respeito, Bechara (1985) e Mesquita (1996) assinalam que o emprego da preposição no processo de complementação nominal nem sempre é obrigatório. Segundo Bechara, há casos em que a preposição não é expressa, como em (16), e outros em que é essencial, como em (17).

(16) Maria está **certa** *que vai passar no concurso.*

(17) Mas nem um momento duvidamos de que a sua convicção íntima seja a **necessidade** *de restituir o antigo lustre e preço à filosofia do Evangelho.* (Bechara, 1985, p.192)

O uso da preposição "de", em (16), para encaixar o argumento ao predicado adjetival "certa" não é obrigatório, e sim facultativo. A não expressão da preposição em casos de complementos expres-

sos na forma finita está, a nosso ver, relacionada à função argumental da preposição, que parece se sobrepor à função também argumental desempenhada pela conjunção "que". É por esse motivo que o emprego da preposição se torna facultativo na operação de inserção de complementos finitos. É diferente do que ocorre em (17), em que a preposição "de" é o único dispositivo linguístico que estabelece a relação argumental entre o predicado "necessidade" e o seu complemento oracional (Souza, 2014).

Para Mesquita (1996, p.441), o mesmo fenômeno de omissão da preposição se observa nas orações completivas objetivas indiretas, como se verifica no exemplo (18).

(18) Desconfio *(de) que ele não virá.*

Mesmo constituindo um aspecto importante para a análise do comportamento funcional das completivas nominais, o fenômeno da (não) expressão da preposição em orações completivas nominais finitas é tratado apenas como uma exceção nas gramáticas tradicionais. No entanto, tal variação parece motivada funcionalmente.

Ao tratar das formas de orações completivas no português, Neves (2000, p.336) observa que há dois tipos de completivas nominais: aquelas que completam o sentido de um substantivo, como em (19a)-(19b), e aquelas que completam o sentido de um adjetivo, em (20a)-(20b).

(19) a Eu tenho a **impressão** *de que o que está desagradando você é a ideia de integrar o índio nas populações do interior*, não é?
b O capitão Custódio lhe tinha entregue a engenhoca na **certeza** *de confiar em homem de muita cabeça.*

(20) a Todo mundo neste país está **interessado** *em que se melhorem as condições de existência, que se aumentem os salários, que se assegure a cada um maior participação no produto nacional bruto.*
b Julgo que não sou **capaz** *de repetir, palavra por palavra, o diálogo que mantivemos.*

A autora não faz nenhuma avaliação detalhada sobre o estatuto semântico dos predicados nominais e adjetivais no português e de sua influência na escolha dos tipos de complementos oracionais, tampouco analisa o papel da preposição no processo de complementação. Neves (2000, p.885), porém, faz uma observação importante sobre as completivas nominais, em especial aquelas que se confundem com as orações adverbiais de finalidade ou propósito.[4] Para a autora, assim como as orações adverbiais de propósito, as completivas nominais também podem se ligar a um predicado nominal da oração principal por meio da preposição "para" ou da locução conjuncional "para que" (mais infinitivo), como em (21a)-(21b).

(21) a É uma **oportunidade** *para que ela possa libertar-se dos seus problemas e sentimentos negativos.*
b Terra em que o gênio de Assis Chateaubriand requintado no seu dom encontra **clima** *para criar o Museu de Arte Moderna.*

A diferença entre essas construções é que as orações de propósito inseridas pela preposição "para" e pela locução conjuncional "para que" constituem um modificador circunstancial da oração principal, enquanto as completivas nominais são argumentos.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p.383) tecem apenas alguns comentários sobre as orações completivas nominais. Os exemplos e as discussões são, em geral, sobre as completivas verbais, no entanto, os autores analisam alguns casos de complemento nominal cuja interpretação se aplica de forma equivalente às completivas nominais.

(22) the **brother** *of the king*
o irmão do rei
$(xi: [(f_i: [(f_j: \text{brother } (f_j)) (x_j: [(f_k: \text{king } (f_k)) (x_j)_U])_{Ref}] (f_i)) (x_i)_U])$

(23) **before** *the meeting*
depois da reunião
$(t_i: [(f_i: [(f_j: \text{before } (f_j)) (e_i: [(f_k: \text{meeting } (f_k)) (e_i)_{Ref}]) (f_i)_U]) (t_i)_U])$

4 Ver o Capítulo 4.

(24) the **idea** *that the world is round*
a ideia de que o mundo é redondo
$(p_i: [(f_i: [(f_j: \text{idea } (f_j)) (p_j: [\text{–the world is round–}] (p_j))_U] (f_i)) (p_i)_U])$

Como se pode observar, em (24), o predicado nominal *idea* constitui, em termos semânticos, um conteúdo proposicional (p), que toma como complemento a oração "that the world is round", que designa outro conteúdo proposicional. Nesse caso, diferentemente de (25), em que a oração relativa "which he made yesterday" atua como modificador de um termo da oração principal, em (24), a relação entre o predicado *idea* e a oração em itálico é de núcleo-dependente, pois a oração é argumento desse predicado.

(25) the **assertion**, which he made yesterday.
a afirmação que ele fez ontem.

Há casos em que a relação de modificação, em (25), é mais bem entendida como uma relação de dependência de um predicado da oração principal, como nos exemplos (26a)-(26b).

(26) a então, acho que desde o **momento que** *ela fez isso*, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo (Brasil 80: Gosto dela)
b de repente **a hora que** *a gente estava na pizzaria*, eu não me, eu não me lembro (Brasil 93: Festa de estudante)

Nesses exemplos, as orações em itálico constituem complementos dos predicados nominais "momento" e "hora", distanciando-se, dessa forma, do seu estatuto como orações relativas com função modificadora. Isso se deve, segundo Camacho (Capítulo 9, neste volume), a um processo de gramaticalização que leva à interpretação dos nomes "momento" e "hora" como propriedades lexicais (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Souza, 2014) e da oração subordinada que os segue em (26a) e (26b), respectivamente, como um argumento desses nomes, tanto que é possível atribuir um argumento,

conforme Camacho, a "momento" e a "hora", como: "momento de calma", "hora de brincar", o que as identifica como propriedades configuracionais. Nesse caso, devido à gramaticalização, o pronome relativo "que" passa a funcionar como complementizador, diferenciando-se de estruturas como (27a)-(27b), em que esse tipo de nome é modificado por uma oração relativa, que estabelece uma relação anafórica entre o predicado e o pronome relativo "que". Essa leitura é propiciada pela preposição "em", que expressa a função locativa.

(27) a então, acho que desde o **momento** em que *ela fez isso*, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo. (Brasil 80: Gosto dela)
b de repente a **hora** em que *a gente estava na pizzaria*, eu não me, eu não me lembro (Brasil 93: Festa de estudante)

As estruturas em itálico em (27a)-(27b) são orações relativas que modificam o núcleo nominal da oração principal, nas quais se observam um pronome com antecedente. Essa e outras questões semânticas e morfossintáticas serão tratadas na próxima seção.

A caracterização das orações completivas nominais na lusofonia

Apresentamos, nesta seção, a análise das orações completivas nominais nas variedades lusófonas, com vistas à sua caracterização funcional. Na análise dos 78 inquéritos que compõem o córpus do estudo exposto neste capítulo, conforme explicitado na apresentação deste livro, foram encontradas 129 ocorrências de orações completivas nominais.

Em termos gerais, a análise dos dados mostra que, nas variedades lusófonas, as orações completivas nominais não permitem a inserção de nenhum material interveniente (como marcador discursivo, pausa, hesitação etc.) entre seu predicado e a oração dependente.

Isso revela o alto grau de dependência e rigidez sintática que se estabelece entre o predicado nominal e o seu complemento oracional. Verifica-se, ainda, que não há atribuição de funções retóricas (como orientação, concessão, esclarecimento etc.), pertencentes ao nível interpessoal, às orações completivas nominais, no entanto, há casos em que essas completivas designam um conteúdo comunicado, que constitui uma categoria pragmática.

Aspectos semânticos das orações completivas nominais

Um aspecto semântico que parece ser revelador da relação de dependência entre a completiva nominal e a oração principal é a natureza dos participantes, que podem ser idênticos ou diferentes. No geral, as completivas nominais apresentam uma distribuição desigual no que se refere à correferência dos participantes das orações envolvidas, que, na maior parte dos casos, são expressos lexicalmente (Souza, 2014). Verificamos que, na maioria dos dados, não existe identidade entre o sujeito da oração principal e o da encaixada, não havendo, portanto, correferencialidade entre os participantes, como em (28).

(28) -> eh, não sei. isso há muitos factores. olhe, o, tenho a **impressão** *que o primeiro é o factor económico*, também (Portugal 96: Bruxedos)

Nessa ocorrência, o participante da oração principal é diferente do participante da oração complemento ("eu" e "o primeiro", respectivamente), o que aponta para uma não relação de identidade de sujeitos, ao passo que, em (29), a correferencialidade se dá pela não expressão dos sujeitos.

(29) a causa dos aborto clandestino, eu acho que... é, deriva dos pais, porque às vezes uma pessoa fica grávida dentro a casa dos pais e Ø tem o **medo** *de Ø ficar com aquela gravidez*... (Brasil 87: Economia e sociedade)

A oração principal e a oração dependente, em (29), apresentam o mesmo sujeito participante, que não é expresso morfossintaticamente. A identidade dos participantes das orações principal e dependente foi verificada em 68% das ocorrências. Esses dados parecem indicar a existência de uma correlação relevante entre a relação de identidade dos participantes das orações e o tipo morfossintático dos complementos, de forma que os casos de identidade entre os sujeitos das orações sugerem uma preferência por verbo não finito na oração subordinada, ao passo que os casos de não identidade tendem para a escolha da forma finita.

A análise dos casos de orações completivas nominais também mostra que há uma estrita correlação entre a natureza semântica do predicado da oração principal e a factualidade da oração dependente. Verificamos que as completivas nominais comportam-se como factuais em 65% (85/129) dos dados analisados, ficando os casos de completivas nominais não factuais com 35% (44/129). Em predicados proposicionais, por exemplo, as completivas nominais comportam-se como factuais em 100% (35/35) dos dados, como em (30a)-(30b)-(30c).

(30) a ir ao Hospital de Santa Maria, fizeram-me uma carrada de exames, viram realmente que era o sistema nervoso, disseram-me logo "o senhor é um indivíduo nervoso, eh, não lhe acha[...], não lhe encontramos absolutamente mais nada" – fiz desde o coração à cabeça, até ressonância magnética fiz. e então chegaram **à conclusão** *que [o problema] era do sistema nervoso*. eu andava a tomar três valium cincos por dia, o médico disse-me logo se eu andava a ser tratado por um veterinário cá da zona. (Portugal 97: Mal desconhecido)

b eu... sou da **opinião** *de que devemos reflectir* e é o momento para se reflectir de facto um pouco sobre a situação da mulher (São Tomé e Príncipe 96: Costureira)

c agora, acho que hão-de surgir mais. só que, por exemplo, no atletismo, parece que é a única, a, a, a [...], como? a Argentina já não se faz falar muito, não se fala tanto dela. então até dá a **impressão** *de que basta a Lurdes envelhecer*, já o, o atletismo, eh, vai a, é, atletas n[...], não há, não, não vai-se falar mais de atletas moçambicanos. (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

(31) - e tudo isso em nome de, de se prepararem para vencer na vida, não é
-> é verdade. vencer na vida, ao fim e ao cabo é para, só para, para ter **possibilidades** *de um dia vir a ganhar dinheiro*, empata-se toda uma adolescência, toda uma ju[...], uma juventude, para se começar a trabalhar já tarde, não é, porque é (Portugal 95: Vida de estudante)

Em (30a), a oração completiva "[o problema] era do sistema nervoso" é definida aqui como factual, porque o conteúdo proposicional por ela expresso é considerado verdadeiro, isto é, pelo fato de implicar a pressuposição, por parte do falante, de que a proposição expressa por essa oração é verdadeira (Pérez Quinteiro, 2002).[5] Isso também é observado em (30b), em que a oração "de que devemos reflectir", argumento do predicado nominal "opinião", representa um conteúdo proposicional verdadeiro, e em (30c), em que o predicado "impressão" encaixa uma oração completiva factual que representa um conteúdo proposicional verdadeiro, haja vista que o falante pressupõe que a proposição expressa na oração completiva nominal é verdadeira. Isso acontece porque o uso do modo indicativo evidencia que o falante acredita que o que diz é verdadeiro, isto é, ele crê na verdade da proposição.

Quando se trata do tipo de categoria pragmática e semântica expresso pelo predicado nominal, observamos a seguinte distribuição: 54% (69/129) dos dados constituem estado de coisas; segue-se a categoria conteúdo proposicional, com 26% (35/129) das ocorrências, e propriedade, com 15% (20/129). Os demais tipos de predicado nominal são representados por episódio, com 3% (3/129) dos dados, e conteúdo comunicado, com 2% (2/129). Os casos de predicado nominal que representam movimento ou ato discursivo não foram encontrados no córpus.

---

5 Para Pérez Quintero (2002), uma oração é considerada factual quando implica factividade, ou seja, quando há, por parte do falante, a pressuposição de que um evento é real ou de que um conteúdo proposicional é verdadeiro. Já a oração definida como não factual implica contrafactividade, isto é, a pressuposição de que um evento não é real ou de que um conteúdo proposicional não é verdadeiro.

Os exemplos a seguir ilustram os diferentes tipos de predicados nominais.

(32) Conteúdo comunicado (C):

a pessoa cá do centro da Guiné-Bissau estão mais **informado** *sobre o que é que quer dizer a Sida*. (Guiné-Bissau 95: Sida)

(33) Conteúdo proposicional (p):

-> nesse novo, ou nessa nova lei que está-se aí em, em estudo. é o seguinte: claro, neste momento vamos por partes, porque tenho na mente que não estará aí nenhum médico, ou nenhuma médica aqui da ginecologia. porque, tenho a máxima **certeza** *de que ao conceder licença do parto, não concedem licença de parto* porque... nós temos o bebé. (Moçambique 97: Maternidade)

(34) Episódio (ep):

-> dizem que foi um, um lugar, uma sen[...], tinha uma senzala, tem realmente uma, uma parte subterrânea em que poderia ser uma senzala de escravos, entende, então parece que houve **histórias** *de que houve fugas de escravos* etc., etc., durante o período da, do século passado. então que os escravos ali se refugiaram, mas que descobriram e fizeram morticínio. (Brasil 80: Fazenda)

(35) Estado de coisas (e):

-> sim. muitas vezes é, mas, é o que eu digo, eu acho que isso se parte de um princípio, quando se, quando se toma a **decisão** *de viver em, em conjunto*, as coisas têm que tomar um rumo desde o primeiro dia, porque, se a mulher começa a tomar o rumo da casa e depois passado cinco ou, só, ou dez anos é que decide que o homem tem que trabalhar, aí... as coisas já vão um bocado mal. acho que é uma coisa que tem de partir do princípio. se não partir desde o princípio, não sei se dá muito resultado. (Portugal 96: Marido ideal)

(36) Propriedade (f):

mas eu penso que consigo ultrapassar esta situação porque, eh, como professor, muitas vezes nós, eh, somos **obrigado** *a falar*, falar, e... falamos muito. (Moçambique 86: Chuva)

O predicado nominal informado, em (32), representa um conteúdo comunicado, isto é, indica o que o falante informa (ou deseja informar) ao ouvinte. Na ocorrência (33), o predicado "certeza" constitui um conteúdo proposicional, uma vez que indica a crença do falante com relação ao conteúdo expresso na oração dependente. Em (34), o predicado nominal "histórias" é definido como episódio, pelo fato de implicar uma sucessão de estados de coisas dispostos numa sequência tematicamente coerente, apresentando sempre uma unidade temporal, locativa, e a consequente manutenção dos indivíduos envolvidos. De maneira diferente dos exemplos anteriores, em (35) o predicado nominal "decisão" representa um evento que pode ser localizado no tempo e no espaço. Já o predicado "obrigado", em (36), constitui uma propriedade, pois não tem existência independente e só pode ser avaliado em termos de sua aplicabilidade a outra entidade, que pode ser um estado de coisas, um indivíduo etc.

Os predicados nominais podem tomar diferentes tipos de categorias pragmáticas e semânticas como complemento, com destaque para as estruturas oracionais que codificam as categorias semânticas conteúdo proposicional, estado de coisas e propriedade. As ocorrências a seguir ilustram as diferentes possibilidades de complemento de nomes.

(37) Conteúdo comunicado (C):
a pessoa cá do centro da Guiné-Bissau estão mais **informado** *sobre o que é que quer dizer a Sida*. (Guiné-Bissau 95: Sida)

(38) Conteúdo proposicional (p):
mas isso é a m[...], a curto ou médio prazo. a longo prazo, o que eu gostaria de saber é, é se tem **ideia** *de que vai ser o seu futuro*. se vai continuar como costureira, se vai abrir outras filiais, que, que ideias é que tem de, que perspectivas de futuro é que tem? (São Tomé e Príncipe 96: Costureira)

(39) Episódio (ep):

– não, que conhecimento? por falta de, de, de, de condições materiais. você acha que uma pessoa pobre tem **condições** *de invocar o órgão jurisdicional, por exemplo? pagar custas de processo?* tem **condições** *para conversar com advogado e falar "olhe isso aqui é assim, assim, assim, e eu vou te pagar tanto"*. não se tem, pô. o cara não tem condições. (Brasil 87: Economia e sociedade)

(40) Estado de coisas (e):

mesmo que não haja grandes quantidades de pessoas, basta apenas transferir populações de um, de uma dado, de um determinada zona ecológica, **habituados** *a fazer uma agricultura que aprenderam ao longo de milhares de anos com a experiência do erro...* cometido (Angola 97: Guerra e ambiente)

(41) Propriedade (f):

-> ah! dizia eu que, que as pessoas aqui, principalmente as pessoas ligadas ao campo, têm uma mais-valia enorme, pelo menos naquilo que eu conheço e... tenho tido a **oportunidade** *de viver*, são pessoas que têm uma grande dimensão humana (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

As orações em itálico, nos exemplos (37)-(41), funcionam como argumento de predicados nominais e designam diferentes categorias pragmáticas (conteúdo comunicado) e semânticas (conteúdo proposicional, episódio, estado de coisas e propriedade). Os dados mostram, conforme preveem Hengeveld e Mackenzie (2008), que existe uma relação de hierarquia entre o predicado da oração principal e a oração subordinada, uma vez que um predicado nominal que codifica um conteúdo proposicional, por exemplo, pode tomar outro conteúdo proposicional como complemento, ou orações que designam categorias semânticas de camadas mais baixas, como um estado de coisas ou uma propriedade, mas não estruturas oracionais que representam categorias pragmáticas ou semânticas de camadas mais altas. Em (37), o predicado nominal "informado", que representa um conteúdo comunicado, encaixa uma oração que também expressa um conteúdo comunicado (o que é falado por alguém), mantendo, assim, uma hierarquia em relação ao processo de complementação.

Os exemplos a seguir mostram que os predicados nominais que designam conteúdos proposicionais, como em (42) e (43), episódio, em (44), e estado de coisas, em (45) e (46), podem tomar como complemento orações que designam categorias semânticas que pertencem a uma camada mais baixa ou de igual valor, comprovando, assim, a existência de uma relação hierárquica na complementação.

Predicados nominais que designam um conteúdo proposicional

(42) Impressão

eu acho que o nosso problema aqui é, é financeiro, não é, porque as pessoas só se fazem ouvir quando saem para fora. aqui em Moçambique nós ficamos, é muito [...], pouca gente conhece, por exemplo, eh, eh, a Marta, de, de Maxaquene, pouca gente conhece, mas a Lurdes, como está fora, todos nós passamos a conhecer a, a, a outra, a, a, a Clarisse, também como está fora, nós passamos a conhecer. eh, mudando de assunto, falando da, da derrota da Lurdes Mutola nos oitocentos metros, deu **impressão** *de que ela desleixou-se no fim*, não é (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

(43) Certeza

-> nesse novo, ou nessa nova lei que está-se aí em, em estudo. é o seguinte: claro, neste momento vamos por partes, porque tenho na mente que não estará aí nenhum médico, ou nenhuma médica aqui da ginecologia. porque, tenho a máxima **certeza** *de que ao conceder licença do parto, não concedem licença de parto porque... nós temos o bebé*. (Moçambique 97: Maternidade)

Predicados nominais que designam um episódio

(44) Histórias

-> dizem que foi um, um lugar, uma sen[...], tinha uma senzala, tem realmente uma, uma parte subterrânea em que poderia ser uma senzala de escravos, entende, então parece que houve **histórias** *de que houve fugas de escravos* etc., etc., durante o período da, do século passado. então que os escravos ali se refugiaram, mas que descobriram e fizeram morticínio. então que os escravos, as almas dos escravos clamam por vingança etc., etc. (Brasil 80: Fazenda)

Predicados nominais que designam um estado de coisas

(45) Condição

isso passa por, pelas pessoas quererem ver os seus filhos passarem de classe, isso passa pelas pessoas quererem que, dar aulas sem ter o mínimo... para que possam dar, isso passa pelos professores que querem deixar de dar aulas numa, numa escola longínqua para virem para escolas mais próxima e... professores que... não têm **condições** *para poder garantir o seu sustento* e que transportam esses problemas para o sistema, e... uma série de outros de ordem estrutural, como falta de, de, de meios (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor)

(46) Vontade

– e eu nunca fui. mas eu tenho uma **vontade** *muito grande de conhecer Olinda*! ir a Maranhão, a São Luís, isso tudo. mas eu não sei, eu achei Minas uma maravilha. (Brasil 80: Arte urbana)

Em (42) e (43), os predicados nominais "impressão" e "certeza", que representam conteúdos proposicionais, tomam como complemento as orações em itálico, que designam uma categoria de escala mais baixa, isto é, um estado de coisas. No exemplo (44), a oração em itálico, que designa um estado de coisas, constitui o complemento do predicado nominal "histórias", um episódio. Já em (45) e (46), os predicados nominais "condições" e "vontade", que representam estados de coisas, tomam como complemento orações que representam uma categoria de mesmo valor, ou seja, um estado de coisas.

Os resultados demonstram, conforme propõem Hengeveld e Mackenzie (2008), que as propriedades semânticas do predicado nominal influenciam o processo de seleção das formas oracionais que atuam como complemento desses predicados, uma vez que os predicados nominais que expressam categorias semânticas relativas às camadas mais baixas, tais como estado de coisas e propriedade, tendem a selecionar estruturas oracionais na forma não finita, ao passo que aqueles que expressam categorias semânticas ou pragmáticas pertencentes às camadas mais altas tendem a selecionar como complemento estruturas oracionais na forma finita (Souza, 2014).

Aspectos morfossintáticos das orações completivas nominais

Os aspectos morfossintáticos que estão mais diretamente relacionados à composição das orações completivas nominais são: a (não) expressão da preposição, a forma do complemento oracional, a categoria morfossintática do predicado nominal e a posição da oração completiva nominal. A nossa discussão começa com a análise do papel da preposição.

Em argumentos de predicado nominal expressos na forma não finita, o uso da preposição é obrigatório, já que é a única estratégia morfossintática disponível na língua para estabelecer a relação núcleo-dependente entre o predicado nominal e o complemento (Souza, 2014), já que expressa, no nível morfossintático, a função semântica referência.[6] Apesar de as preposições "em", "a", "para" e "sobre" servirem ao processo de subordinação, as variedades lusófonas empregam, com maior frequência, a preposição "de".

(47) há alturas em que é preciso esperar, esperar, esperar. mas, eh, é uma *questão* ***de*** *gostar*. (Portugal 97: Boa pontaria)

(48) o regime de Salazar, é um regime bastante retrógrado no domínio científico e é um regime pouco *interessado* ***em*** *alargar muito os horizontes e o conhecimento das populações*, a não ser na medida em que precisava de formar as pessoas para o trabalho (Angola 97: Ensino em Angola)

(49) -> mas eu penso que consigo ultrapassar esta situação porque, eh, como professor, muitas vezes nós, eh, somos *obrigado* ***a*** *falar, falar*, e... falamos muito. mas, em certos casos tem-se verificado, muito, essa situação, portanto, timidez. eu sou tímido por natureza (Moçambique 86: Chuva)

(50) a. é uma lia[...], tratam de linhaça, que é a semente, que até é muito, diz que é muito *bom* ***para*** *deitar em vistas quando, quando está inflamado* (Portugal 96: Linho)

---

6 Confira o Capítulo 1.

b isso passa pelos professores que querem deixar de dar aulas numa, numa escola longínqua para virem para escolas mais próxima e... professores que... *não têm condições* ***para*** *poder garantir o seu sustento e que transportam esses problemas para o sistema*, e... uma série de outros de ordem estrutural, como falta de, de, de meios (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor)

(51) a pessoa cá do centro da Guiné-Bissau estão mais *informado* ***sobre*** *o que é que quer dizer a Sida*. (Guiné-Bissau 95: Sida)

Como se pode verificar, nos exemplos (47)-(51), todos os complementos de predicados nominais aparecem na forma não finita e a relação de dependência é exclusivamente marcada pela preposição em negrito.

Quando a preposição não é expressa, o que se tem são construções agramaticais, como se vê nos exemplos (52)-(56), em que a relação de subordinação é afetada gramaticalmente.

(52) * há alturas em que é preciso esperar, esperar, esperar. mas, eh, é uma ***questão*** Ø *gostar*. (Portugal 97: Boa pontaria)

(53) * eh, por outro lado, o regime que se instala em Portugal a partir do anos trinta, o regime fascista, o regime de Salazar, é um regime bastante retrógrado no domínio científico e é um regime pouco ***interessado*** Ø *alargar muito os horizontes e o conhecimento das populações*, a não ser na medida em que precisava de formar as pessoas para o trabalho (Angola 97: Ensino em Angola)

(54) * -> mas eu penso que consigo ultrapassar esta situação porque, eh, como professor, muitas vezes nós, eh, somos ***obrigado*** Ø *falar, falar*, e... falamos muito. mas, em certos casos tem-se verificado, muito, essa situação, portanto, timidez. eu sou tímido por natureza (Moçambique 86: Chuva)

(55) * a é uma lia[...], tratam de linhaça, que é a semente, que até é muito, diz que é muito ***bom*** Ø *deitar em vistas quando, quando está inflamado* (Portugal 96: Linho)

* b isso passa pelos professores que querem deixar de dar aulas numa, numa escola longínqua para virem para escolas mais próxima e... professores que... *não* têm ***condições*** *poder garantir o seu sustento e que transportam esses problemas para o sistema*, e... uma série de outros de ordem estrutural, como falta de, de, de meios (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor)

(56) * a pessoa cá do centro da Guiné-Bissau estão mais ***informado*** Ø *o que é que quer dizer a Sida*. (Guiné-Bissau 95: Sida)

Vale ressaltar que, conforme observa Neves (2000), a preposição "para" pode também ocorrer em orações propósito, expressando a finalidade ou o propósito que motiva o evento expresso na oração principal.[7] No entanto, quando o complemento se liga a um predicado nominal expresso na oração principal, a oração subordinada funciona como completiva nominal, como se observa em (50a)-(50b).

Em casos de construções com pronomes relativos sem antecedentes, como se observa em (56) e (57a)-(57b), o emprego da preposição é obrigatório.

(57) a O chefe está **satisfeito** *com quem trabalhou hoje.*
*b O chefe está **satisfeito** Ø *quem trabalhou hoje.*

O uso da preposição também é necessário nas construções em que os complementos oracionais são encabeçados por pronomes relativos com antecedentes, como em (58).

(58) a quer dizer que realmente se pode [...] falar numa explosão escolar no pós-independência, o que representou, é evidente, uma sobrecarga em termos organizativos, em termos de professores, em termos de, de edifícios, tudo isso. também, não estamos agora a falar de, do momento actual, poderia começar a fazer **crítica** *do que não fizemos no pós-independência*, não é, mas isto era para fazer um balanço do período colonial e eu acho que não é brilhante, não. (Angola 97: Ensino em Angola)

7 Confira Capítulo 4 para mais informações sobre essa questão.

*b quer dizer que realmente se pode [...] falar numa explosão escolar no pós-independência, o que representou, é evidente, uma sobrecarga em termos organizativos, em termos de professores, em termos de, de edifícios, tudo isso. também, não estamos agora a falar de, do momento actual, poderia começar a fazer **crítica** Ø *que não fizemos no pós-independência*, não é, mas isto era para fazer um balanço do período colonial e eu acho que não é brilhante, não. (Angola 97: Ensino em Angola)

A diferença entre os exemplos (56), (57) e (58) é que, nos casos de construções com pronomes relativos sem antecedentes, conforme se observa nos exemplos (56) e (57), as estruturas oracionais em itálico constituem um argumento dos adjetivos "informado" e "satisfeito" , respectivamente, ao passo que, em (58), constituem um modificador do predicado nominal "crítica", conforme ilustra a paráfrase a seguir.

(58') também, não estamos agora a falar de, do momento actual, poderia começar a fazer **crítica** *[daquilo/de algo/de alguma coisa]* ***que não fizemos no pós-independência***, não é, mas isto era para fazer um balanço do período colonial e eu acho que não é brilhante, não.

A construção "que não fizemos no pós-independência" constitui uma oração relativa que modifica o núcleo "crítica". Nesse caso, o argumento do predicado nominal "crítica" não é expresso, e sim apenas o modificador, razão pela qual tais construções funcionam como orações relativas.[8]

No caso de orações finitas, a relação de dependência é expressa pela conjunção "que", possibilitando, dessa forma, a não expressão da preposição "de", que marca a função semântica de referência, como se pode verificar nos exemplos (59) e (60).

(59) -> vamos cada vez para pior. infelizmente, mas, mas vamos, vamos. mas eu estou **convencido** Ø *que... nem sequer no Brasil a vida é como as telenovelas mostram*. (Portugal 95: Juventude ontem e hoje)

8 Ver os Capítulos 9 e 10 para mais informações acerca dessa distinção.

(60) [...] a ver o homem a dizer "estão a arrombar a porta do meu escritório. rezem pela minha alma!" e parar repentinamente a, a transmissão? deu-nos nitidamente a **impressão** Ø *que tínhamos ouvido o tiro!* nunca mais se soube desse homem. (Portugal 73: Jornalismo)

Nesses exemplos, os complementos oracionais do predicado adjetival "convencido" e do predicado nominal "impressão" são introduzidos por meio da conjunção "que". Em situações como essas, o falante parece entender que o uso da preposição ao lado da conjunção "que" é redundante, fato que explicaria, portanto, a variação existente na expressão da preposição na configuração morfossintática das orações completivas nominais na lusofonia.

Os complementos oracionais inseridos pela conjunção "se", como visto em (61a)-(61b) a seguir, comportam-se de forma distinta dos complementos inseridos pela conjunção "que", a qual pode ou não ser precedida de preposição, visto que a conjunção "se" é a única responsável pela relação de subordinação entre o nome e o seu argumento.

(61) a e, por outro lado, é que as pessoas vêm para a cidade um bocado para procurar isso, e uma melhor qualidade de vida, porque de facto está na cidade, não é, qualidade, se calhar no sentido errado, não é, porque, eh, tenho certas **dúvidas** *se de facto se vive melhor na cidade do que no campo* (Portugal 95: Grandes cidades)

*b e, por outro lado, é que as pessoas vêm para a cidade um bocado para procurar isso, e uma melhor qualidade de vida, porque de facto está na cidade, não é, qualidade, se calhar no sentido errado, não é, porque, eh, tenho certas **dúvidas** Ø *de facto se vive melhor na cidade do que no campo* (Portugal 95: Grandes cidades)

No exemplo (61), a conjunção "se" é usada para indicar modalidade dubitativa (de dúvida/incerteza). Ocorre, portanto, em predicados que indicam dúvida (tais como "dúvida", "certeza" etc.), não admitindo substituição pela conjunção "que".

O infinitivo, em (62), obviamente é a única forma verbal empregada nas orações completivas nominais não finitas. Nos casos de

orações completivas nominais finitas, como em (63), o uso do modo indicativo é o que mais ocorre.

(62) para mim foi uma coisa que na época, principalmente porque eu estava estudando linguística, eu fiquei abismada, porque... eu entendia as coisas teoricamente e lá eu tive a **oportunidade** *de ver isso na prática*. então, por exemplo, lá a diferença de falares, lá eles falam tu, tu, tu, o tempo inteiro, não é, e para a gente é superesquisito, embora a gente saiba que o português, que o correcto seria falar tu (Brasil 80: Surpresas da fotografia)

(63) – e você acha que você cresceu muito mais que ela por ter ido estudar fora, ter ficado mais responsável, talvez alguma coisa assim?

– eu tenho **certeza** *que eu, que eu sou, sou muito diferente dela*, eu não, eu seria pretensiosa se eu estivesse falando que eu sou melhor do que ela

(Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

Os complementos que representam estado de coisas, como em (62), e propriedade, como em (54), tendem a ocorrer na forma não finita, enquanto os complementos oracionais que representam conteúdo proposicional, em (60) e (63), tendem a ocorrer na forma finita. Em (63), o predicado "certeza" é complementado por uma oração na forma finita que expressa um conteúdo proposicional. O que comprova essa interpretação é o fato de o complemento poder ser negado, independentemente da oração principal. Esses dados revelam que existe uma correlação entre o tipo de categoria pragmática e semântica expresso na completiva nominal e a sua forma de codificação morfossintática, como já foi observado.

Os dados revelam que as orações não finitas, definidas como mais integradas e pertencentes a camadas mais baixas do nível representacional, ocorrem, com grande frequência, em construções com sujeitos idênticos. As orações finitas, por sua vez, menos integradas e pertencentes a camadas mais altas dos níveis representacional e interpessoal, costumam ocorrer em construções com sujeitos diferentes.

Como era de esperar, a oração completiva nominal ocorre em posição final da oração principal, já que é complemento nominal

de um termo/sintagma dela. Essa configuração se deve ao fato de que a oração completiva nominal obedece à ordem canônica [oração principal + oração subordinada], que reflete o princípio de complexidade linguística,[9] ou seja, elementos mais pesados ocorrem em posição final.

Segundo o padrão de ordenação de constituintes oracionais da GDF, as orações completivas nominais ocupam, em 100% das ocorrências, a margem esquerda da oração, a posição P^F, que é destinada a elementos que apresentam relevância comunicativa, como em (64).

	P^M	P^{M+1}	P^F
(64)	deu	**impressão**	*de que ela desleixou-se no fim* (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

A codificação morfossintática do participante da oração subordinada ocorre, na maioria das vezes, lexicalmente, como em (65). No entanto, algumas vezes, ele pode não ser expresso, como visto em (66), quando há identidade de sujeitos.

As ocorrências a seguir ilustram esses dois tipos de [sistemas] de codificação.

(65) não é só isso, em primeiro lugar, temos que ter em conta que uma mãe, desde o primeiro dia da sua gravidez, até o último mês que é o nono mês em que a senhora tem lá o seu bebé, terá sofrido tantos, tantos gastos a nível... físico, a nível... de saúde e não sei quê, eu tenho a máxima **certeza** *de que também* ***os médicos*** *de facto, se dão*, claro, estão aí de acordo com o próprio governo que concede essa licença, não sei quantos. (Moçambique 97: Maternidade)

(66) a causa dos aborto clandestino, eu acho que... é, deriva dos pais, porque às vezes uma pessoa fica grávida dentro a casa dos pais e tem o **medo** *de ficar com aquela gravidez...* (Brasil 87: Economia e sociedade)

9 Segundo Dik (1981; 1989), o princípio de complexidade crescente prevê uma preferência pela colocação de constituintes de acordo com a ordem de complexidade crescente, como segue: clítico < pronome < sintagma nominal < sintagma aposicional < oração subordinada.

Em (65), o participante da oração completiva nominal é expresso lexicalmente por meio do sintagma nominal "os médicos", ao passo que em (66) ele não é expresso morfossintaticamente, o que costuma ocorrer nos casos em que os sujeitos são correferentes.

Quanto à categoria morfológica do predicado nominal das completivas nominais, os dados da lusofonia demonstram que as formas mais produtivas são, primeiramente, os substantivos, seguidos pelas formas adjetivas, que respondem pelo restante dos dados. O predicado na forma adverbial não foi encontrado no córpus investigado.

Um aspecto que merece ser destacado é que parece haver uma correlação entre a natureza morfológica do predicado e a expressão da preposição, no sentido de que a preposição "de", por exemplo, se relaciona mais com nomes, enquanto as demais preposições, apesar de também poderem ocorrer com nomes, se relacionam mais com as formas adjetivais.

Quanto ao tempo da oração dependente, observamos que, em complementos oracionais, representados por conteúdo comunicado e conteúdo proposicional, predomina o presente do indicativo. Em geral, essas completivas nominais são expressas na forma finita e encaixadas em predicados de conteúdo comunicado e proposicional. Já em completivas nominais não finitas, que designam estado de coisas e propriedade, a forma recorrente é o infinitivo.

Os dados anteriores mostram que há uma estreita relação entre o tipo de categoria pragmática ou semântica designado pela oração completiva nominal e sua composição morfossintática, de modo que, quanto mais baixa a categoria pragmática/semântica que codifica a oração completiva, maior a probabilidade de que ela seja expressa na forma de uma oração não finita (Souza, 2014), tal como se vê em (62) e (66). Ao contrário, quanto mais alta a categoria pragmática/semântica que codifica a oração completiva, maior a probabilidade de ela ser expressa na forma finita, como em (60) e (63).[10]

10 Confira também o Capítulo 2 para outras informações.

Palavras finais

Neste capítulo, analisamos, com base no modelo teórico da GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008), o comportamento funcional das orações tradicionalmente chamadas de completivas nominais (Bechara, 2009; Rocha Lima, 1985) nas variedades lusófonas, a partir da análise dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos. Trata-se de um tipo de subordinação no qual um predicado nominal (substantivo e adjetivo) toma como argumento uma oração.

Verificamos que a relação de complementação entre o predicado nominal e o seu argumento tende a respeitar a hierarquia existente entre as categorias pragmáticas e semânticas que codificam o predicado nominal e as categorias pragmáticas e semânticas que codificam as estruturas oracionais que atuam como argumento desses nomes, isto é, os predicados nominais podem tomar como complemento estruturas oracionais que codificam uma camada pragmática ou semântica mais baixa ou de igual valor.

Vimos também que, nas gramáticas tradicionais, os gramáticos tratam mais de aspectos sintáticos relacionados ao processo de subordinação (e das orações completivas nominais) do que propriamente dos aspectos semânticos e pragmáticos atrelados a essas orações. No caso das completivas nominais, poucas são as gramáticas que apresentam uma descrição mais detalhada desse tipo de subordinação.

A análise dos dados mostra que existe uma forte relação entre a natureza semântica do predicado nominal e a forma do seu complemento, de modo que os predicados proposicionais com valor modal epistêmico tendem a apresentar correferencialidade entre os sujeitos das orações principal e subordinada e a selecionar complementos oracionais na forma finita (com complementos inseridos pelo relator "que"). Já os predicados nominais que codificam estado de coisas, como "obrigado", e propriedade, como "habituado", tendem a apresentar também correferencialidade entre os sujeitos das orações principal e subordinada, e a selecionar complementos oracionais na forma não finita.

Outro aspecto observado na análise é que, quando a oração completiva nominal ocorre na forma finita, a expressão da preposição, que marca a função semântica de referência, é facultativa, pois o complementizador "que" assume esse papel. Já nos casos em que a oração completiva nominal ocorre na forma não finita, o emprego da preposição (de, em, para, sobre etc.) é obrigatório, uma vez que esse dispositivo morfossintático constitui o único elemento responsável por marcar a relação de subordinação entre o predicado nominal e a oração que atua como complemento.

9
As orações relativas

*Roberto Gomes Camacho**

Palavras iniciais[1]

Neste capítulo são tratadas as orações relativas, também denominadas "adjetivas" pela gramática tradicional. Uma oração relativa está conectada ao material circundante por um constituinte "pivô" (Vries, 2002) que é semanticamente compartilhado tanto pela oração principal quanto pela oração relativa. Se o pivô, que se identifica com um sintagma nominal (Np), aparece expresso na oração principal, ele é reconhecido como um antecedente. Essa condição produz o tipo de estrutura predominante no português, a relativa de núcleo externo, que ocupa uma posição que pode ser preenchida por um pronome relativo, cuja função é recuperar anaforicamente o termo antecedente. Há, todavia, relativas no portu-

---

* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (camacho@ibilce.unesp.br; bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, proc. 301386/2008-0; bolsista da Capes, proc. BEX 5787-10-6).

1 Agradeço ao colega Eli Nazareth Bechara, já aposentado, pela colaboração valiosa no processamento da amostra, e a duas ex-orientandas do Pibic, Mariana Lima e Ana Carolina Freschi, pelo trabalho rigoroso de coleta e processamento dos dados.

guês em que não há recuperação de antecedente e o conector é uma conjunção ou um marcador de relativização (Dik, 1997b), situação também prevista nos estudos tipológicos de Vries (2002).

As orações relativas aparecem sempre como sentenças morfossintaticamente encaixadas num Np. Na Gramática Discursivo-Funcional, o sintagma (*phrase*) é a camada do nível morfossintático situada abaixo da oração e que atua como um componente estrutural dela. O sintagma, assim como a oração, pode conter outros sintagmas ou orações que, no interior do sintagma mais alto, podem atuar como argumentos ou modificadores.

As relativas que atuam como modificadores restringem ou determinam o sentido do sintagma nominal (Np) em que se acham encaixadas, acrescentando-lhe, portanto, alguma informação relevante para a construção ou a identificação da referência; por isso, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) as identifica como adjetivas restritivas. A sentença (1) contém um exemplo desse tipo de relativas.

(1) **aqueles (homens**) *que trabalhavam efectivamente a terra* não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

As relativas que atuam como um aposto (*aside*) acrescentam apenas um comentário do locutor sobre a entidade denotada pelo Np. Por isso, a NGB as identifica como adjetivas explicativas. A sentença (2) contém um exemplo desse segundo tipo de relativa.

(2) conheci grandes treinadores, **Roberto Kell**, *que foi o famoso treinador dos violinos do Sporting* (Portugal 97: Desporto e dinheiro)

No arcabouço teórico da GDF, apresentado no Capítulo 1 deste volume, uma oração restritiva, como a de (1), codifica categorias semânticas que modificam o Np de que fazem parte, restringindo sua referência; por isso, uma restritiva se define no âmbito do nível representacional. Uma oração não restritiva, como a de (2), codifi-

ca, por seu lado, atos discursivos, categorias pragmáticas e, como tal, próprias do nível interpessoal.

As orações não restritivas envolvem uma relação de dependência entre dois atos discursivos nucleares e são adicionadas à antecedente no nível morfossintático, onde se acham disponíveis estruturas para acomodar orações restritivas. Orações não restritivas imitam de modo parcial a estrutura das restritivas, mas têm uma origem radicalmente diferente delas na gramática, já que as restritivas se originam no nível representacional como restritores secundários dentro de descrições de entidades nucleadas por um nome (Hannay; Vester, 1987, apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.57).

Processo de formulação: aspectos pragmáticos

Consideremos os exemplos de relativas não restritivas de (3a)-(3c).

(3) a **a própria metrópole**, ***que*** *nos colonizou*, tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Angola 97: Ensino em Angola)

b e **Camilo**, segundo dizem, ***que*** *andava sempre a pedir dinheiro emprestado*, bateu à porta dessa referida quinta, a ver se era atendido. (Portugal 97: Amores de Camilo)

c se uma mulher é, é possuidora das belezas das estrelas, eh, dos cânticos dos anjos, que Deus adornou a mulher com um encanto infinito, ora **nós**, *que se viemos ao mundo para as apreciar*, temos de ser conduzidos por coisas muito mais firmes do que a beleza que nos es[...], eh, estampa logo aos olhares, senão perdemo-nos. (Portugal 97: Amores de Camilo)

Esse tipo de relativa retoma um indivíduo com uma identificação específica e definida pelos interlocutores. Trata-se, portanto, de sintagmas referenciais definidos em (3a) com denotação única e, ainda mais especificamente, com nomes próprios em (3b) e pronomes dêiticos em (3c).

O núcleo nominal da sentença em (3b) é representado por um nome próprio, que, por definição, consiste num conjunto unitário. O Np "a própria metrópole" de (3a), que atua como uma descrição definida, também deve ser visto como um conjunto unitário, uma vez que, no contexto de ocorrência, tem Portugal como referência única.

Como conjuntos unitários não admitem restrição, a função da relativa não restritiva ou apositiva é apenas fornecer especificação adicional ao núcleo nominal. A pausa ou a variação de tessitura que costuma marcar a fronteira entre a oração principal e a relativa indica ainda tratar-se aqui de dois atos discursivos, cada qual com força ilocucionária própria.

A unidade semântica correspondente aos sintagmas referenciais tipicamente dêiticos não contém informação lexical. Essa situação em que uma unidade é semântica, mas não formalmente desprovida de um núcleo, corresponde a um caso de núcleo ausente[2] na GDF. Em função desse comportamento, núcleos ausentes não admitem modificação, já que a qualificação de um nome próprio como "Camilo" somente pode ser do tipo pragmático, como ocorre em construções tipicamente avaliativas do falante como em "Pobre Camilo!" (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Por essa razão, nomes próprios só podem ser modificados por uma relativa restritiva se estiverem envolvidos numa situação de contraste, como em (4), que constitui uma adaptação de (3b), em que "Camilo" se converte numa espécie de nome comum.

(4) **O Camilo** *que eu conheço* andava sempre a pedir dinheiro emprestado.

De modo similar, a relativa não restritiva é manipulada pragmaticamente de modo a envolver um ato discursivo separado, como ocorre em (3a), aqui repetida como (5), em que é possível reco-

2 Mesmo assim, a representação dessa unidade, no nível representacional, não pode ser omitida, em virtude de ela exercer uma função argumental no contexto semântico do predicado verbal.

nhecer dois atos discursivos contendo dois subatos referindo-se ao mesmo indivíduo (metrópole).

(5) **a própria metrópole**, ***que*** *nos colonizou*, tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Angola 97: Ensino em Angola)

As orações relativas não restritivas admitem modificadores ilocucionários, já que são analisadas como atos discursivos em si mesmos e, como tal, com sua própria força ilocucionária, condição de que resulta um contorno de entonação independente. Isso explica por que uma oração relativa, como (6a), admite o modificador "infelizmente" orientado para o conteúdo comunicado do ato discursivo para indicar a atitude subjetiva do falante em (6b).

(6) a a ANI tem um contrato com a United Press International, ***que*** *é uma grande agência americana* e que tem os seus correspondentes em todos os pontos possíveis do mundo (Portugal 73: Jornalismo)

b a ANI tem um contrato com a United Press International, ***que, infelizmente****, é uma grande agência americana* e que tem os seus correspondentes em todos os pontos possíveis do mundo

A relativa não restritiva fornece informação de fundo, adicional, sobre um indivíduo introduzido na oração principal, o que a identifica com a função retórica aposição (*aside*). Cada conteúdo comunicado deve conter um subato referencial que evoca a mesma descrição de entidade evocada no nível representacional.

Em casos de múltiplos atos discursivos dentro de um movimento, a ordem linear deles reflete a sucessão temporal. Múltiplos atos discursivos permitem possíveis sobreposições no nível morfossintático (ver adiante). Desse modo, a expressão de um ato discursivo, uma vez iniciada, pode ser interrompida pela expressão de outro ato discursivo completada mais tarde, como no caso de certas orações relativas não restritivas, como (7a)-(7b), que são inseridas no centro de outro ato discursivo.

(7) a a irmã Danuta, ***que*** *é uma ma*[...]*, uma, uma madre, que está também ligada dentro deste projecto,* fez o, os primeiros socorros e, prontos, eh, passou aí a noite, no dia seguinte... (Angola 97: Meninos de rua)

b a irmã Danuta, (início de A_I) que é uma ma[...], uma, uma madre, que está também ligada dentro deste projecto, (A_J) fez o, os primeiros socorros (fim de A_I).

Merece destaque a referência da relativa ao conteúdo comunicado de um ato discursivo, não a um subato referencial cujo conteúdo é uma referência que se constrói ou se identifica (Dik, 1997b). Considerem-se os exemplos de casos típicos contidos em (8a)-(8d).

(8) a ah, poderemos adiantar mais alguma coisa que ajude o nosso telespectador a resolver o assunto, uma vez que pelos vistos, eh, ignora totalmente – ***o que*** *é compreensível* – ignora totalmente estas situações. (Portugal 89: Mundo do direito)

b nós não podemos pensar se é possível fazer. nós temos que fazer, ***que*** *é diferente!* nós temos que fazer! e há, desde que haja vontade das pessoas, desde que haja vontade política dos governos, tudo se pode fazer (Angola 97: Guerra e ambiente)

c eh, nesta situação o companheiro vivendo há mais de cinco anos em comunhão de vida idêntica à dos cônjuges, ***que*** *é o caso da nossa telespectadora,* tem o direito a que se lhe transmita o arrendamento. (Portugal 89: Mundo do direito)

d tenho certas dúvidas se de facto se vive melhor na cidade do que no campo, não é, mas prontos, eh, por outro, as pessoas é o isolamento, é, é estarem mais em comunicação com o mundo. ***coisa que****, eh, o campo não possibilita, não é,* (Portugal 95: Grandes cidades)

e Armando Cortesão [...] já acalentava a ideia de percorrer todos os cartógrafos possíveis, portugueses e do século dezasseis, ***o que*** *veio a dar lugar a um... livro, dois volumes publicados inicialmente pela Seara Nova* (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

As relativas, nesse caso, claramente não restritivas, representam um ato discursivo adicional, constituindo, por isso, "relativas de frase" (Brito; Duarte, 2003). Esse ato discursivo contém, na

maioria das vezes, um comentário avaliativo do interlocutor sobre o conteúdo comunicado de outro ato discursivo, enunciado em adjacência imediata no discurso corrente, conforme se observa nos exemplos de (8a)-(8c).

Particularmente o exemplo (8b), um dos dois casos de relativa com um conector simples, consiste num fragmento de um texto mais extenso sobre a questão do meio ambiente em Angola e as soluções possíveis para enfrentar a degradação ambiental.

Ao emitir opinião e construir sua argumentação, o informante enfatiza a necessidade de serem tomadas medidas urgentes para conter a degradação, passando de uma modalidade epistêmica ("ser possível fazer") para uma modalidade deôntica ("ter que fazer"). Nesse discurso, francamente argumentativo, o papel da relativa não restritiva é justamente acentuar a urgência das medidas governamentais.

O outro caso de conector simples é "que" seguido de "caso", como aparece em (8c), em geral muito mais frequente, mas vale a pena discutir, devido à sua especificidade, o caso de (8e), no qual a função do comentário inserido na relativa não restritiva não é avaliar o conteúdo comunicado, como ocorre nos outros exemplos, mas fornecer uma informação adicional, não relevante para a identificação de nenhum referente. Na realidade, a função da relativa é adicionar o estado de coisas que resulta de outro estado de coisas enunciado no ato discursivo imediatamente anterior.

Vale a pena observar a natureza do conector. Em geral, quando se aplica ao conteúdo comunicado do ato discursivo precedente, uma relativa não restritiva aparece introduzida por "o que" (8a)-(8e), "que" (8b)-(8c) e "coisa que" (8d).

Uma questão relevante a discutir é o estatuto dos conectores "o que" e "coisa que" em oração apositiva de atos discursivos. Os conectores "que" e "o que" são intercambiáveis no mesmo contexto de (8b), o que leva a deduzir que se trata de variantes. A mesma alternância não é possível com "o que" nas relativas de atos discursivos, nos demais exemplos de (8), o que sugere estarmos diante de um morfema único, mas complexo, com certeza uma forma

derivada diacronicamente do sintagma [demonstrativo + que], cujo processo de gramaticalização ainda é preciso traçar.

Situação diferente se aplica ao caso da fórmula [N + (D) + que],[3] como "coisa/situação (essa) que". Trata-se aqui de aposições nominais complexas, isto é, constituídas por um N com ou sem D expresso e uma relativa (Brito; Duarte, 2003; Neves, 2000). A aposição se reduz apenas ao nome ("coisa/situação"), já que é ele que retoma anaforicamente o conteúdo da oração anterior, não a relativa como um todo, que atua sobre esse nome como restritiva. A similaridade da expressão "coisa/situação que" com o conector "o que" é apenas aparente: enquanto "o que" introduz um ato discursivo que retoma o conteúdo comunicado do ato discursivo anterior, o molde [N + (D)], para "coisa/situação (essa)", tem a função de retomar apositivamente o estado de coisas da oração precedente. Como nome, é modificado, na sequência, por uma oração relativa restritiva.

Processo de formulação: aspectos semânticos

Relativas restritivas nucleares e não nucleares

A noção de antecedente permite, já de saída, distinguir dois tipos básicos de orações relativas restritivas: as relativas com antecedente, cuja incidência na amostra é significativamente majoritária, e as relativas sem antecedente, também chamadas livres ou não nucleares, exemplificadas em (9a). As relativas com antecedente (9b) são constituídas por um nome nuclear e pela oração relativa em si, que pode, por sua vez, ser identificada como restritiva, já que estabelece uma relação semântica de modificador com o antecedente; o mesmo valor semântico é atribuído às relativas livres.[4]

3 A inserção do determinante (D) entre parênteses indica tratar-se de elemento facultativo, e a barra, variação possível entre os nomes.

4 A oração não restritiva, tratada na seção anterior, é sempre constituída de antecedente, a não ser que apareça nela uma forma nominal do verbo. Em razão disso, tratamos nucleares e não nucleares como subtipos da relativa restritiva.

(9) a *quem não, não estudou* não aprendeu. (Cabo Verde 95: As mornas)

b aqueles (homens) *que trabalhavam efectivamente a terra* não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

A principal propriedade semântica da relativa restritiva é a de identificar, num conjunto referencial mais restrito, a especificação de um conjunto maior, entendido como domínio da relativização (Keenan; Comrie, 1977).

A relativa de (9b) apresenta: como domínio de relativização, um determinado conjunto identificado como "homens", dado no contexto discursivo e recuperado pela oração principal; como constituinte nuclear, ou constituinte pivô, o Np "aqueles homens"; e a imposição de uma condição semântica sobre o conjunto dado, fornecida pela oração relativa destacada em itálico, cuja função mais característica é restringi-lo.

Desse modo, o falante quer referir-se ao subconjunto das populações de determinadas áreas, não ao conjunto dos homens possíveis, e o domínio da relativa, denotado pelo nome nuclear "aqueles (homens)", é estreitado, por assim dizer, pela única entidade que satisfaz a condição expressa pela oração relativa. Só a esse subconjunto se aplica a predicação principal. É nesses termos que a relativa restritiva tem sido tradicionalmente entendida como um modificador do núcleo nominal.

Há entretanto situações, como a de (9a), em que a oração, que não dispõe de um núcleo nominal explícito, tem a função de construir ela própria um indivíduo. Esse é o caso da relativa livre ou não nuclear. Nessa situação que envolve um caso de NP não nominal, o termo referencial da predicação encaixada não é preenchido por material lexical e uma entidade concreta e referencial é caracterizada como um estado de coisas. E é justamente em função dessa característica que uma oração livre pode atuar como o argumento da oração principal como as completivas.[5]

5 A propósito das completivas, ver Capítulo 2 neste volume.

Com efeito, "quem não estudou" atua como argumento sujeito de "não aprendeu" em (9a) e "o que nós queremos fazer", como argumento objeto de "medir" como se vê em (10). Depreende-se o valor restritivo de (9a) no fato de que a predicação da principal ("não aprendeu") se aplica a todos os indivíduos do conjunto dos que porventura não tenham estudado.

(10) quando queremos fazer a justiça para com alguém que nos deve, ou para com alguém que n[...], ou que nos fez algum mal, eh, temos que medir bem ***o que*** *nós queremos fazer* (Angola 97: Conto tradicional)

Na oração não nuclear de (10), um conteúdo proposicional, atuando como complemento do predicado da principal ("medir" = avaliar), também é identificado mediante o recurso a um estado de coisas em que se acha envolvida uma referência indeterminada do pronome "nós".[6] Na ausência de um núcleo, a relativa livre envolve, portanto, um estado de coisas a atuar justamente como um constituinte da oração principal.

Outras construções possíveis envolvem outros tipos de entidades além de indivíduo, como lugar, tempo, modo, razão e quantidade. Seguem-se em (11a)-(11b) exemplos de relativas livres de tempo e lugar, respectivamente.

(11) a mas o mais interessante, de toda esta festa, esta questão, que eu vou contando, ah! também servia para ***quando***, *enfim, eh, se matava porcos* (Cabo Verde 95: Colher e panela)

b eu tinha de estar, a minha mãe dizia mesmo "tu tens de estar ***onde*** *eu... chame* e tu me fales logo". (Portugal 97: Namoro em outros tempos)

6 Essa referência indeterminada é certamente derivada da referência a dois ou mais seres que ocupam lugares diferentes na interação, já que "nós" pode representar "eu + você(s)" e "eu + ele(s)".

As relativas maximizadoras

Predominam na amostra as relativas restritivas e, embora não seja muito reduzida, a incidência de não restritivas corresponde a praticamente metade das restritivas. Há um terceiro tipo de relativas com uma incidência muito baixa na amostra, conhecida como maximizadora,[7] de que não nuclear é um subtipo.

A relação semântica de maximização inclui duas leituras possíveis: uma leitura definida (12a) e outra universal (12b). Essa ambiguidade sugere a unificação dos dois tipos, com base na noção de "entidade plural máxima" (Grosu; Landman, 1998). Essa identificação significa não apenas que a leitura semântica de maximização se aplica à interpretação definida e à universal das relativas não nucleares, mas também que ela é ampliada de modo a abarcar outros tipos nucleares de relativas maximizadas, como (12c) (Vries, 2002).

(12) a José come ***o que*** *[a coisa/tudo que] sua mulher lhe põe no prato.*
b *quem (quem quer que seja) não tem "passá-vique"* pega a colher de madeira reme[...], me[...], remexe muito bem remexido até apodrecer izaquente. (São Tomé e Príncipe 96: Sabores)
c os lapsos *que há nessa obra* são pequeníssimos, são... pouco numerosos, Cortesão era um homem... cuidadoso (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

As relativas não nucleares constituem uma subclasse das relativas maximizadoras. Nem sempre, todavia, o valor de maximização se confina com a noção de entidade plural máxima, já que a relativa não nuclear em (11a) denota o conjunto de entidades genéricas a avaliar, sustentada por uma paráfrase do tipo "quando quer que se matem porcos".

De fato, o conjunto de entidades plurais máximas pode limitar-se também a uma entidade atômica singular, parafraseável por "a coisa que". É esse traço que explica por que relativas maximizado-

---

7 A maximizadora foi inicialmente introduzida por Grosu e Landman (1998) e reconhecida por Vries (2002) como um terceiro tipo de relativas.

ras têm, às vezes, uma leitura de conjuntos definidos singulares, outras vezes, de conjuntos definidos universais e outras, ainda, uma leitura de conjuntos de entidades genéricas.

A interpretação universal só se aplica, portanto, se a relativa denota uma entidade coletiva composta pelo conjunto todo de entidades singulares envolvidas (Riemsdijk, 2000, p.24), o que acontece não com relativas não nucleares, mas com outro tipo de maximizadora (Vries, 2002). Observe-se a esse propósito (13), em que o material interno – o próprio conteúdo da relativa – é mais importante semanticamente do que o material externo a ela, contido no núcleo.

(13) os fluxos migratórios ***que*** *sempre houve em todo o mundo* provocados por desgraças, por guerras, fomes, secas, etc., por cataclismos naturais ou artificiais, dependendo da quantidade de pessoas que se mo[...], que se m[...], m[...], mobilizam de um lado para o outro, claro que traz sempre grandes desvantagens, sempre grandes desequilíbrios ambientais (Angola 97: Guerra e ambiente)

Em grande medida, o material interno – a própria oração relativa – determina de modo parcial o material externo – o Np relativizado – mediante uma operação de maximização sobre os fluxos migratórios em termos de frequência. Somente a esse tipo de relativa é possível aplicar a quantificação universal.

Vale a pena lembrar a existência de outro tipo de maximizadora nuclear, ou relativa de grau (Vries, 2002), exemplificada em (14): o Np antecedente tem "leite" como núcleo, mas a relativa "que havia na caneca" se refere à quantidade de leite, não à substância leite em si mesma.

(14) Jill spilled the milk *that* ***there was*** *in the can.*
Jill derramou o leite que havia na caneca.
(Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.271)

Todos os tipos de unidades designadoras de indivíduo podem, em princípio, ser qualificados por modificadores, com exceção dos

que são identificados como núcleo ausente, que, como vimos, identifica apenas a relativa não restritiva. É possível distinguir, portanto, modificadores lexicais e modificadores oracionais complexos.

As unidades semânticas designam indivíduos, ou seja, entidades concretas, tangíveis, do tipo reconhecido como de primeira ordem por Lyons (1977) e Hengeveld e Mackenzie (2008). Nas línguas que têm adjetivos como classe, como o português, a maioria deles exerce a função de núcleo de modificadores em unidades designadoras de indivíduo. No entanto, modificadores podem ser representados por outras categorias semânticas e, assim, tomar a forma de orações relativas restritivas não finitas em (15a). Neste exemplo, usa-se a descrição de um estado de coisas em que um indivíduo se acha envolvido.

(15) a ele só tem nome de presidente porque tem negro mais alto do que ele *mandando nele*, rapaz! (Brasil 80: Se eu mandasse)
b tem negro mais alto *que mandava nele*

Há casos de modificação complexa em que a marcação absoluta de tempo dentro de uma oração relativa, assinalada pelo pretérito imperfeito no verbo, é independente do tempo da principal, marcado como presente. Nessa situação, a oração relativa não representa um estado de coisas, como em (15a), mas um episódio, como se vê na versão de (15b).

Sobre os exemplos (15a)-(15b), de modificação complexa, pode-se afirmar que a atribuição da função sintática sujeito ao argumento ativo de "mandar" e a ausência de um operador de tempo absoluto acionam a seleção da forma não finita "mandando" e, consequentemente, a ausência de conector (pronome relativo ou conjunção) em (15a). Já em (15b), a presença do operador de tempo absoluto – no caso, a marcação de pretérito imperfeito no verbo da relativa – determina a forma "mandava" e, ao mesmo tempo, a introdução de um conector. Em ambos os casos, um estado de coisas contém uma categoria semântica indivíduo, a cujo referente atribui uma descrição.

A natureza semântica do antecedente

Uma questão semântica relevante para as orações relativas restritivas é a que envolve o tipo de núcleo do modificador, que é identificado como lexical, configuracional e vazio.

Um núcleo representado por uma entidade individual é expresso por uma propriedade como "arma". Isso mostra que a designação contida é realizada por meios lexicais. Essa estrutura pode ser adicionalmente expandida com o auxílio de operadores e modificadores simples, como "branca" no exemplo (16a), e complexos, como a oração relativa "que habitam a viver em determinadas áreas", modificando "populações" em (16b)-(16d).

(16) a a **arma branca** é para a defesa da gente (Portugal 70: Homens e bichos)
b As **populações** *que habitam a viver em determinadas áreas* aprendem a viver em equilíbrio com a natureza (Angola 97: Guerra e ambiente)
c Se **o representante dos empregadores** *que aqui está* quer falar, penso que é justo (Moçambique 97: Maternidade)
d O **representante dos empregadores**, *que sempre traz o malote às sextas*, não apareceu hoje.

As línguas dispõem, por outro lado, de muitos nomes que designam partes de um todo, membros de um sistema de parentesco, nomes valenciais etc. que, tipicamente, tomam um argumento com a função semântica referência, como "empregadores" no Np "representante dos empregadores", cujo núcleo é do tipo configuracional. Núcleos configuracionais como esse são núcleos explícitos que podem representar o antecedente de uma oração relativa (16c)-(16d).

Na condição de núcleo explícito, ser lexical ou configuracional tem pouco a ver diretamente com a tipologia da oração relativa, que é restritiva, como (16c), e não restritiva, como (16d), apesar de serem ambas caracterizadas pela presença de um núcleo configuracional.

Passemos agora a ver como núcleos vazios se comportam em relação à modificação complexa. Essa categoria lexical se refere à categoria indivíduo como "o simbolista" em (17a), contendo uma

posição anafórica com o elemento nuclear não manifesto, que se refere, por isso, não a uma entidade, mas à remissão anafórica de um item lexical previamente mencionado. Diferentemente de núcleos ausentes, que nunca podem ser modificados, núcleos vazios podem ser restringidos tanto por modificadores simples, como ocorre com "simbolista" em (17a), coindexado ao termo "obra" do estado de coisas precedente, quanto por modificadores complexos, como em (17b), caso de uma relativa.

(17) a Eu gostei dessa **obra realista**, mas Maria preferiu **a** (obra) **simbolista**.
b essa obra é realmente ***a que** vai lançar*, a obra que vai lançar, outras pessoas no mesmo caminho. (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

A grande maioria das categorias semânticas retomadas por uma relativa são indivíduos e, em menor proporção, estados de coisas, conforme se verifica, respectivamente, em (18a) e (18b). Outras entidades consideravelmente frequentes na amostra são categorias semânticas de lugar e tempo, em (18c) e (18d), que têm uma incidência muito reduzida, e relativas que retomam outras categorias, como razão, quantidade e modo, conforme mostram, respectivamente, os exemplos (18e), (18f) e (18g).

(18) a há uma linha... de **caçadores**, ***que** se organizam e combinam as posições de cada um* e, eh, e é u[...], e uma c[...], e de uma certa forma a táctica (Portugal 97: Boa pontaria)
b você concorda então com essa, a, essa, toda essa **campanha *que*** *o, a Fundação Roberto Marinho vem fazendo* (Brasil 80: Arte urbana)
c e é o cara, e é o cara que produz esse **prédio** aqui, ***em que** a gente está morando* e tudo o mais. (Brasil 87: Economia e sociedade)
d e depois destes **cinquenta anos *em que*** *esteve parado no tempo* e apesar dos progressos imensos que fez a demo[...], a democracia ao país (Portugal 90: Poderes do chefe de Estado)
e maltratava-me muito. então foi a **razão *no qual*** *eu tive de sair mesmo da minha família e arranjar um cantinho que é para mim poder viver sozinho* (Angola 97: Jovem Gaspar)

f todo Domingo é duas, duas **dúzia** de ovos ***que*** *eu compro* (Brasil 80: Macarronada)

g sim, depende, da **maneira** ***que*** *elas têm tratamento... que apanham no prado*. (Portugal 97: Ser pastor)

Em (18), o núcleo, um sintagma preposicionado (*preposition phrase*, Pp) que contém uma entidade locativa (18c) e temporal (18d) na principal é retomado na relativa com a preservação da função semântica locação e tempo, respectivamente.

No entanto, pode não haver correspondência semântica entre a categoria do núcleo e a categoria da relativa que a retoma. Observe-se que, em (19a), um indivíduo na principal ("casa") é retomado como uma categoria de lugar na relativa. Ao contrário, em (19b), uma categoria semântica lugar na principal ("escola") é retomada na relativa como uma categoria indivíduo.

(19) a quando compraram a fazenda já tinha essa **casa**. aí mandaram construir **essa** ***que*** *nós moramos*, quer dizer, é recente, é moderna. (Brasil 80: Fazenda)

b porque já estava... a estudar numa outra **escola** ***que*** *ficava... mais distante da, da, da casa* (Moçambique 86: Meninice machamba)

Como qualquer entidade pode ser retomada, a amostra registra ainda certa incidência de outras categorias semânticas, como propriedade e conteúdo proposicional, conforme mostram (20a) e (20b), respectivamente. Recorde-se que há uma frequência muitíssimo reduzida das chamadas "relativas de frase", exaustivamente exemplificadas aqui e que, em sua maioria, retomam o conteúdo do ato discursivo imediatamente anterior.

(20) a agora, eu digo o seguinte: se eu tivesse a **mentalidade** ***que*** *eu tenho hoje, a* ***experiência que*** *eu tenho hoje,* a experiência, não é mentalidade, não, a ex[...], a experiência. (Brasil 80: Nada ciumenta)

b pelo contrário, conheci a pessoa dela nesse dia que a gente foi na pizzaria, é uma pessoa excelente, quer dizer, aquele **conceito** ***que*** *eu tinha dela* acabou.(Brasil 93: Festa de estudante)

Para concluir esta seção, é possível afirmar que, vista sob a perspectiva da GDF, a amostra registra a retomada de praticamente todas as categorias do nível representacional postuladas pela teoria. Óbvio dizer que, nesse aspecto, não se detectam diferenças entre as variedades lusófonas envolvidas.

O processo de codificação: aspectos morfossintáticos

As estratégias de relativização e a hierarquia de acessibilidade

A distribuição formal das construções nas variedades lusófonas será discutida em relação às posições sintáticas que caracterizam a hierarquia de acessibilidade de Keenan e Comrie (1977):

SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO > OBJETO DE COMPARAÇÃO

Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades de relativização. Da esquerda para a direita, a relativização se torna menos frequente e mais restrita tipologicamente.

Vale a pena lembrar que, por questões de tipologia, a GDF não assume relevância universal para as relações gramaticais, como o fazem Keenan e Comrie (1977). Na realidade, as funções sintáticas são relevantes apenas nos casos em que as propriedades formais das unidades linguísticas não podem reduzir-se às categorias pragmáticas e semânticas e às funções a elas subjacentes, ou seja, são relevantes se há neutralização de distinções semânticas e pragmáticas. O português é indiferente ao alinhamento pragmático e semântico. Um Np sujeito, por exemplo, pode exercer a função semântica inativo (*undergoer*), passível de ser atribuída também a um Np objeto.

Na relativa de lacuna (*gapping strategy* ou *obliteration strategy*), o elemento que a introduz é um marcador de relativização (conjunção),

morfofonologicamente realizado ou não, mantendo-se vazia a posição do elemento relativizado na oração relativa. Essa construção, a menos explícita formalmente, justamente por não fornecer nenhuma indicação do papel do núcleo dentro da oração relativa, aplica-se às posições de sujeito e de objeto, conforme (21a) e (21b).[8]

(21) a Fiquei ali durante... todo o tempo que pude, a assistir àquele espectáculo de água ***que*** *caía*, depois acabei por apanhar sono, e eu estava um pouco deslocado, eh, em relação à porta. (Moçambique 86: Chuva)

b Hoje, acho que se, muitas coisas ***que*** *eu fiz*, talvez não fizesse, se voltasse ao ensino. (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor)

Uma construção comumente reconhecida pela tipologia linguística, e que também ocorre no português, é a de retenção pronominal (*pronoun retention strategy*). Essa construção é assim chamada porque envolve o uso de um pronome pessoal na oração relativa que é correferente ao núcleo nominal antecedente, precedida por uma conjunção na posição em que se inseriria um pronome relativo. Portanto, a referência ao núcleo nominal na oração principal é retomada por essa forma pronominal apropriada, como se vê no exemplo (22).

(22) E então, peixe que ficou hoje ***que*** *o pescador luta* ***com ele***, mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra (São Tomé e Príncipe 96: Pesca)

Essa construção, também conhecida como relativa copiadora, combina a retenção pronominal com um conector, um operador gramatical do tipo conjunção, e não com um verdadeiro pronome relativo. A estratégia de lacuna é usada com mais frequência na relativização de relações gramaticais, como a de sujeito e objeto, enquanto a estratégia de retenção pronominal se aplica às relações

8 Tarallo (1983) também identifica relativas de sujeito e de objeto direto com o tipo lacunar. A interpretação que dirige essa identificação, gerativa na origem, é a de que o Np deixa uma lacuna *in situ* nas posições de sujeito e de objeto.

gramaticais de oblíquo para baixo. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Observe-se que, nas variedades do português, em especial na brasileira, a estratégia de retenção pronominal dispõe de uma variante não pronominal, também conhecida por "cortadora", ilustrada em (23).

(23) transferi-los para uma zona ecológica ***que*** *eles não estão* ***habituados***, a primeira coisa que eles vão fazer é pôr em prática aquilo que estão habituados a fazer. (Angola 97: Guerra e ambiente)

Em (23), o Pp "a ela", potencialmente empregado na estratégia de retenção pronominal ("que eles estão habituados **a ela**"), acaba simplesmente não sendo expresso na estratégia cortadora. Em casos como esse, a alternante cortadora em relativas de posições preposicionadas também deve ser identificada como estratégia de lacuna (*gapping strategy*), porque não há elemento anafórico que estabeleça relação correferencial com o antecedente ("zona ecológica").

Outra estratégia de que o português dispõe é a de pronome relativo, caso das orações em itálico em (24a)-(24d), conhecida na literatura como relativa *pied-piping*.[9] Essa oração é introduzida por operadores especiais reconhecidos como pronomes relativos, que são, em geral, formalmente relacionados a outros operadores, em geral identificados como pronomes demonstrativos e interrogativos, que retomam anaforicamente o referente do núcleo nominal na oração dependente.

(24) a quem é que vai realizar esses estudos? ah, **Lavoisier**, ***de quem*** *já vos falei*, o francês que foi considerado o, o pai da, da nutrição, e que morreu na revolução francesa... (Portugal 89: Pai da medicina)

9 O termo *pied-piping* (Ross, 1967) se refere metaforicamente ao fenômeno em que a palavra-Q se move para o início da sentença, levando consigo o complemento do verbo da oração dependente, exatamente como o flautista de Hamelin seduz, com sua música, ratos e crianças, que passam a segui-lo.

b se eu vivesse com mais alguém acho que esse dinheiro, di[...], dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a **pessoa *com quem*** *eu vivesse* e para o meu filho. (Angola 97: Jovem Gaspar)

c agora imagine o que se passa **no Rwanda *em que*** *são milhões de pessoas que se deslocam e ficam concentradas durante meses no mesma região* (Angola 97: Guerra e ambiente)

d mas olhando para **esse momento *em que*** *as pessoas já estão a despertar a atenção nisso*, nós vemos que há de novo uma participação na área desportiva (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

A forma "que" se identifica com uma conjunção nas construções de lacuna, mas, em (24c)-(24d), a preposição que rege esse operador na posição inicial da relativa torna visível a codificação das funções semânticas locação (24c) e tempo (24d) do Pp relativizado. Nos exemplos (24a) e (24b), ao reger o pronome "quem", tipicamente [+ humano], a preposição torna visíveis a função semântica argumental locativo (24a) e a função semântica modificadora comitativo (24b).[10]

Uma estratégia em posições preposicionadas que alterna tipicamente com a construção *pied-piping* é a que se entende por encalhamento de preposições.[11] Essa estratégia, comum nas línguas germânicas, não impõe restrição alguma ao tipo de Pp. Línguas

10 Os elementos antecedentes ("Lavoisier", "pessoa", "Rwanda" e "momento", respectivamente, nos exemplos (24a)-(24d), funcionam como expressões lexicais que são retomadas por pronomes relativos na oração subordinada. Estes, por seu lado, introduzem participantes argumentais (24a) e participantes adicionais (24b)-(24d) ao estado de coisas envolvido na oração relativa. Dito em outros termos: uma relação núcleo-dependente (*nucleus-dependent*) e uma relação núcleo-modificador (*head-modifier*). Ver, a esse propósito, Hengeveld e Mackenzie (2008, p.305-6).

11 Por "encalhamento de preposição" (*preposition stranding*) entende-se um fenômeno sintático, conhecido na literatura linguística depois de ter sido assim batizado por Ross (1967), segundo o qual uma preposição regente ocorre em outra posição que não seja adjacente ao núcleo regido. Esse processo, extremamente raro em línguas românicas, é muito comum em línguas da família germânica, como o inglês. Vale a pena lembrar que, como o português só admite encalhamento com preposições lexicais ou advérbios adposicionais, a expressão "encalhamento de preposição" é usada aqui apenas para manter equivalência com o uso já consagrado na literatura.

românicas, como o português, registram ocorrências mais restritas dessa estratégia, como em (25a); já a construção (25b) não admite encalhamento de preposição.

(25) a Essa é a mesa *que todo mundo bota o chapéu* ***em cima*** *(dela)*. (Perini, 2010, p.192)
b (*) Essa é a mesa *que todo mundo gosta* ***de***

Algumas preposições simples (contra, sem, sobre, sob etc.) e os advérbios adposicionais ("cima" em "em cima de") constituem predicados monovalentes, enquanto outras (de, em, com etc.) atuam como operadores na marcação de funções semânticas. Aquelas constituem palavras lexicais, e estas, palavras gramaticais que sinalizam morfossintaticamente as funções semânticas argumentais e não argumentais (Pezatti et al., 2010). É justamente essa diferença de estatuto – ser lexical ou gramatical – que licencia, no caso de (25a), a construção de encalhamento de preposição e exclui essa possibilidade em (25b), cujo verbo rege uma preposição gramatical.

As construções de lacuna aplicadas às posições de sujeito e de objeto, sem pronome-lembrete adicional, e a de pronome relativo, quando aplicadas sobretudo a posições relativizadas de oblíquo (24a)-(24d), de objeto indireto (26a) e de genitivo (26b)-(26c), são comumente usadas em situações formais de interação.

(26) a Esta é a **pessoa** ***a quem*** *Maria deu o dinheiro*.
b para nós o pai da medicina tem sido **Hipócrates**, ***cujo juramento*** *ainda continua a estar actualizado*. viveu quatrocentos e sessenta anos antes de Cristo (Portugal 89: Pai da medicina)
c e fica mais fácil para o próprio empresário também trabalhar dentro de um **orçamento** cujos, ***cujos índices de inflação*** *são extremamente menores do que daqueles, ah, que nós encontrávamos antes do plano real*. (Brasil 95: Plano Real)

Cumpre destacar que o uso indiferente de estratégias de retenção pronominal e de lacuna nas posições de OI e de OBL se aplicam, na amostra, a Pps regidos pelas preposições "em", "de", "a",

"com". Esses Pps exercem funções não argumentais com função semântica locação, atuando como modificador, ou a função semântica locativo-ablativo, atuando como uma categoria argumental conforme mostram os exemplos em (27a) e (27b), respectivamente. A sentença em (27c) constitui um exemplo de função argumental, e não um modificador comitativo, já que "lutar" estabelece uma relação de reciprocidade entre dois participantes que requer um argumento preposicionado.

(27) a a água da chuva, é, são, zonas ***em que*** *continua a chover intensamente.* (Angola 97: Guerra e ambiente)
b aí, quando e[...], ela escolhia a roupa ***de que*** *eu gostava na minha frente,* eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)
c e então, peixe que ficou hoje ***que*** *o pescador luta* ***com ele,*** mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra (São Tomé e Príncipe 96: Pesca)

A primeira preposição ("em") encabeça a lista em termos de frequência, seguida por "de". Não aparece, em nenhuma construção relativa da amostra, a preposição "por", que representa a função locativo-perlativo. Na falta de dados reais, uma ocorrência possível[12] é aquela contida em (28a)-(28b), para mostrar que a função locativo aparece preservada mesmo na estratégia de lacuna de (28c). Essa preservação ocorre devido a seu alto grau de dependência contextual em relação ao verbo "passar", do qual "estrada" é argumento locativo e, em consequência, de previsibilidade semântica, o que permite mesmo não exprimi-la.

(28) a A estrada ***pela qual/por que*** *você passou ontem* leva ao litoral.
b A estrada ***que*** *você passou* ***por ela*** *ontem* leva ao litoral.
c A estrada ***que*** *você passou ontem* leva ao litoral.

12 Ao longo de toda a discussão seguinte, são oferecidos exemplos de lavra própria que permitem discutir o assunto, mesmo na ausência desse tipo de dados reais na amostra da CLUL.

Em relação proporcionalmente inversa, o uso de uma preposição lexical licencia a construção de encalhamento de preposição, mas isso não se aplica à de lacuna. A razão disso está no fato de que, como, por definição, uma preposição lexical dispõe de um valor semântico muito específico, como mostram (29c) e (30c), sua exclusão é possível, mas não com a interpretação relevante de (29a)-(29b) e (30a)-(30b).

(29) a O advogado ***contra o qual/quem*** *você se posicionou no tribunal* desistiu do processo.
b O advogado ***que*** *você se posicionou* ***contra (ele/∅)*** *no tribunal* desistiu do processo.
c (*) O advogado ***que*** *você se posicionou* ∅ no tribunal desistiu do processo.

(30) a O armário ***sobre o qual*** *João deixa o trabalho inacabado* não tem mais espaço.
b O armário ***que*** *João deixa o trabalho inacabado* ***sobre (ele/∅)*** não tem mais espaço.
c (*) O armário ***que*** *João deixa o trabalho inacabado* ∅ não tem mais espaço.

A estratégia de retenção pronominal não sofre restrição semântica e é sintaticamente aceitável mesmo a alternativa de encalhamento, conforme atestam (29b) e (30b), mas é raro o uso dessa estratégia com as preposições lexicais, cuja seleção se identifica mais com o polo marcado do *continuum* de formalidade.

A especificidade do valor semântico dessas preposições bloqueia automaticamente a estratégia de lacuna, em função da ambiguidade resultante. Como "armário" consiste numa entidade locativa tridimensional, é difícil saber, em (30c), se João deixa o trabalho inacabado dentro ou sobre o armário, ou mesmo ao lado dele. Também não fica muito evidente o significado de relativas com locativos bidimensionais como "mesa" se, por exemplo, alguém tem o costume de deixar sapatos **sobre** ela, e não **sob** ela, como seria de esperar.

Advérbios preposicionados como “em cima” / “embaixo de”, “ao lado de”, “atrás de” etc., que também representam valores semânticos muito específicos, licenciam uma estratégia similar à de retenção pronominal, na medida em que pode ser provida ou não do pronome-lembrete, como mostram (31a) e (31b). Não licenciam, no entanto, a estratégia de lacuna, pelo menos com a preservação do mesmo valor semântico. Veja-se que (31c) é possível, mas com um significado muito mais genérico do que (31a)-(31b). Esse comportamento mostra certo grau de especialização funcional do uso das construções.

(31) a A mesa ***em cima/embaixo da qual*** *João deixa o trabalho inacabado* não tem mais espaço.
b A mesa ***que*** *João deixa o trabalho inacabado* ***em cima/embaixo dela/***∅ não tem mais espaço.
c (*) A mesa ***que*** *João deixa o trabalho inacabado* não tem mais espaço.

Restrições similares, mas de um grau maior de gravidade, envolvem as chamadas preposições acidentais, como “durante”, gramaticalização do particípio presente do verbo “durar”, e “conforme”, “consoante”, “segundo”, conjunções em processo de gramaticalização como preposições, como se vê em (32a)-(32c) e (33a)-(33c).

(32) a A sessão da Câmara ***durante a qual*** *João leu o relatório* foi muito maçante.
b (*) A sessão da Câmara ***que*** *João leu o relatório* ***durante (ela/***∅***)*** foi muito maçante.
c (*) A sessão da Câmara ***que*** *João leu o relatório* foi muito maçante.

(33) a O autor ***segundo o qual*** *o vencedor deve receber as batatas* é Machado de Assis.
b (*) O autor ***que*** *o vencedor deve receber as batatas* ***segundo (ele /*** ∅***)*** é Machado de Assis.
c (*) O autor ***que*** *o vencedor deve receber as batatas* é Machado de Assis.

Observem-se, agora, os exemplos em (34a)-(34d).

(34) a A mesa ***sobre/sob a qual*** *as crianças deixam os sapatos* não tem mais espaço.

b A mesa ***que*** *as crianças deixam os sapatos* ***sobre/sob (ela/∅)*** não tem mais espaço.

c (*) A mesa ***que*** *as crianças deixam os sapatos* não tem mais espaço.

d o povo perdeu esperança no Estado, perdeu confiança do Estado porque trabalha um ano, dois, fica sem receber, e isso são problemas sérios ***que****... o governo deve...debruçar-se*. (Guiné-Bissau 95: Democracia)

Todos os casos em que a preposição tem um valor semântico específico e, como tal, independente do contexto imediato, licenciam uma alternância entre a estratégia de retenção pronominal, com ou sem encalhamento de preposição, mas nunca a de lacuna. Observe-se, no entanto, em (34d), um exemplo da variedade da Guiné-Bissau que permite a construção de lacuna, porque o valor semântico da preposição está pressuposto no conteúdo do verbo "debruçar-se".

Apresentadas as construções possíveis, pode-se afirmar que a amostra inclui uma incidência irrisória de relativas de retenção pronominal, contrariamente à construção de pronome de lacuna, com uma frequência extremamente elevada, sobretudo por relativizar posições de sujeito e de objeto, que são muito mais frequentes. Em posição preposicionada, a maioria dos casos de estratégia de lacuna incide sobre a posição de oblíquo, cujo antecedente é uma entidade referencial de tempo, lugar e modo, como mostram, respectivamente, (35a), (35b) e (35c).

(35) a deve ser assim [...] a irmandade, e no Domingo *que há a coroação*, quando a coroa, depois de passar pelas ruas, sai da igreja. (Portugal 73: Culto tradicional)

b quando compraram a fazenda já tinha essa casa. Aí mandaram construir essa *que nós moramos,* quer dizer, é recente, é moderna. (Brasil 80: Fazenda)

c sim, depende, da maneira *que elas têm tratamento*... que apanham no prado. (Portugal 97: Ser pastor)

De qualquer modo, esses dados gerais mostram que a predominância da construção de lacuna, se comparada à de retenção pronominal, deve ter uma motivação funcional, com base no princípio de economia, que veremos adiante. Deve ter também uma motivação social, em função do estigma social que envolve fenômenos de retenção pronominal.

Tomando por parâmetro o número total de estratégias preposicionadas, o índice de construções de lacuna ou cortadoras atinge um patamar quase categórico de ocorrências, independentemente da variedade de português considerada. Esses resultados fornecem evidências adicionais para os dados diacrônicos de Tarallo (1983) sobre o português brasileiro. Ainda que se restrinjam apenas à variedade brasileira, esses resultados apontam o avanço da construção preposicionada de lacuna no fim do século XIX e, paralelamente, um significativo recuo da construção de retenção pronominal.

Considerando os casos mais significativos em termos quantitativos, as posições mais suscetíveis de relativização compõem uma hierarquia com o seguinte formato: sujeito > objeto direto > oblíquo.

A posição sintática de oblíquo compreende complementos preposicionados, como o locativo de "gostar de", e circunstanciais em geral, como tempo, lugar, instrumento, razão. Observe-se, a esse propósito, em (36a)-(36b), um uso inovador, especialmente avançado na variedade brasileira, da relativa como argumento de um nome.

(36) a então, acho que desde o **momento** ***que*** *ela fez isso*, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo (Brasil 80: Gosto dela)

b de repente ***a hora que*** *a gente estava na pizzaria*, eu não me, eu não me lembro, (Brasil 93: Festa de estudante)

É possível postular um processo de gramaticalização pelo qual uma oração com função de modificador se torna uma oração com função completiva. Uma consequência possível desse processo é a interpretação dos nomes "momento" e "hora" como propriedades lexicais (Hengeveld; Mackenzie, 2008) e da oração subordinada que os segue em (36a) e (36b), respectivamente, como um argumento desses nomes, se entendemos o conector "que" como conjunção ou marcador de relativização (Dik, 1989), não como um legítimo pronome relativo. Ressalte-se que é possível atribuir um argumento tanto a "momento" quanto a "hora": "momento de calma", "hora de lazer", o que os identifica com propriedades configuracionais. As orações destacadas de (36a)-(36b) estão encaixadas no Np, como as relativas restritivas, mas a relação que estabelecem com o Np a que se subordinam não é de modificador, mas a de argumento.[13]

Os dados sugerem que as cortadoras e as copiadoras em posição preposicionada incidem predominantemente sobre a relativização da posição de OBL e que, de OI para baixo, pouca generalização é possível fazer, em função do grau reduzido de significação das frequências na amostra investigada.

As relativas de sujeito e de objeto também podem admitir um pronome-lembrete, o que as identificaria como estratégias de retenção pronominal. No entanto, a incidência majoritária da construção de lacuna indica uma tendência, ainda embrionária, para uma provável distribuição funcional das construções, paralelamente ao que foi anteriormente detectado em relação ao uso de estratégias de lacuna e de retenção pronominal com Pps: o emprego da construção de lacuna, que deveria ter a função de selecionar as posições de sujeito e objeto, parece estender-se para a posição de oblíquo também em detrimento da estratégia de retenção pronominal.

De um modo geral, parece haver uma extrapolação das relativas de lacuna para as posições mais baixas da hierarquia de acessibilidade (Keenan; Comrie, 1977). Quanto mais altas as posições relativizadas, maior a incidência da estratégia de lacuna, em termos

13 Sobre a oração completiva nominal, ver Capítulo 8.

tipológicos. A posição universal é a de sujeito, depois a de objeto, e assim sucessivamente. Nesse caso, o uso de relativas de lacuna, mesmo nas posições de oblíquo e de objeto indireto, representa uma extensão da estrutura usada nas posições mais altas para as posições mais baixas, o que, portanto, universaliza, digamos assim, o uso dessa estratégia no registro informal.

Talvez essa extensão explique por que é baixa, nas posições preposicionadas, a incidência da estratégia de retenção pronominal. Potencialmente, essa estratégia seria mais eficaz, no aspecto cognitivo, que a de pronome relativo, por permitir um conjunto muito maior de posições relativizadas. No entanto, a atuação de uma motivação em competição, o valor estigmatizado que parece ter o uso de um pronome-lembrete, certamente bloqueia a seleção preferencial dessa estratégia, motivação externa em provável associação com a aplicação de um princípio de ordem interna, o de economia, como veremos adiante.

A natureza morfossintática do antecedente

A grande maioria dos termos antecedentes é um Np ou Pp, ou seja, um sintagma nucleado por um nome. Em escala bem mais reduzida, ocorre um pronome indefinido e demonstrativo.

Olhando-se, inicialmente, para os Nps, vê-se que as relativas restritivas retomam nomes nus no singular, atuando como núcleo de um Pp em função argumental, como "espectáculo" em (37a) e, no plural, enumerando uma série de categorias para o interlocutor (37b). Retomam também Nps definidos, já que ancorados em outras categorias do cotexto, como "roca" (37c), e Nps indefinidos, apresentados pela primeira vez numa construção existencial (37d).

(37) a fiquei ali durante... todo o tempo que pude, a assistir àquele espectáculo de **água *que*** *caía* (Moçambique 86: Chuva)

b eh, tenho... várias categorias de cliente. tenho clientes das zonas... "environantes", tenho **clientes *que*** *vêm de fora*, da classe média, da classe, bom, de todas as classes sociais. (São Tomé e Príncipe 96: Costureira)

c ainda havia uma roca. **as mulheres *que*** *fiavam*... **as mulheres** *que fiavam, com a, com saliva da boca* e estavam com a roca fiando com um fuso. enrolavam aquilo, quando aquilo estava em fio (Portugal 96: Linho)

d depois tem **uma porta bem grande de ferro *que*** *separa da copa*. a copa não é absolutamente como nós vemos na cidade. (Brasil 80: Fazenda)

Considerem-se, adicionalmente, os casos de (38a)-(38c).

(38) a eh, no entanto houve **alguém *que*** *tirou daí dividendos, não é,* e as coisas acabaram por, por dar dividendos a **esses outros *que*** *estavam na rectaguarda*, e **aqueles *que*** *trabalhavam efectivamente a terra* não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida. (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

b há que, sempre **aquele *que***... *vai dando,* ainda podia dar uma esmola grande mas vai dando p[...], lentamente, pouco. (Portugal 97: Desporto e dinheiro)

c e então ela oferecia es[...], esses lanches, fumava charuto, oferecia uma caixa de charutos a**os *que*** *fumavam*, e tudo isso era uma despesa... fabulosa. (Portugal 97: Amores de Camilo)

A construção (38a) contém pronomes indefinidos e demonstrativos como núcleo num texto sobre as marcas que a reforma agrária deixou no Alentejo. No fragmento desse texto, que (38a) representa, os trabalhadores, referidos de modo genérico, são contrastados com os especuladores, que não são nomeados, mas aparecem referidos com pronomes indefinidos e demonstrativos. Estratégia similar de referência genérica pode ser observada em (38b), cujo tópico é um jogador de futebol com 68 anos vivendo na miséria. Já (38c) constitui o fragmento de um texto com um tópico bem definido: a relação de Camilo Castelo Branco com Ana Plácido. O informante se refere aos convidados para o lanche que ela oferecia genericamente, ao construir a referência a eles mediante o uso de um demonstrativo e uma oração restritiva que deixa não expresso o núcleo. Esse caso, entendido pela gramática tradicional como pronome demonstrativo, identifica-se com a categoria de núcleo vazio na GDF.

Pode-se recuperar a natureza demonstrativa do primeiro elemento de "o que" como em relativas não nucleares, como comprova (39a), pela possibilidade de "o" alternar com "aquilo". Reforça esse caráter pronominal o fato de "o + que" nunca alternar com a forma "que" sozinha em relativas não nucleares, como se verifica em (39b).

(39) a pode fazer mil cachorradas comigo mas eu vou estar sempre ouvindo ***o/aquilo que*** *a pessoa tem a me falar* (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

b (*) pode fazer mil cachorradas comigo mas eu vou estar sempre ouvindo ***que*** *a pessoa tem a me falar* (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

A similaridade formal torna difusa a fronteira entre uma relativa e uma interrogativa indireta, que configura um caso de completiva. Um critério distintivo está na compatibilidade ou não entre as propriedades de seleção do verbo da oração principal e do verbo da oração encaixada. Se existe incompatibilidade, valem sempre as propriedades de seleção do verbo da principal para as relativas não nucleares.

Em (40a)-(40b), a preposição rege a oração não nuclear na função de complemento. Já em (41a)-(41b), que constituem exemplos de interrogativas parciais, são as propriedades selecionais do verbo da encaixada que regem seu próprio complemento interno.

(40) a **Gosto de** [*quem você conheceu ontem.*]

b (*) Conheci ontem *de quem você gosta.*

(41) a Ignoro [***de*** *quem você* ***gosta****.*]

b Quero saber [***com*** *quem você* ***saiu*** *ontem.*]

Um teste plausível aplicado a (40a) é a possibilidade de clivagem que, em geral, deveria restringir-se às interrogativas indiretas (41c), e não às relativas não nucleares (40c).

(40) c (*) Gosto de *quem (é que) você conheceu ontem.*

(41) c Ignoro de *quem é que você gosta.*

Os problemas que a natureza do pronome causa para a interpretação de relativas não nucleares e sua distinção das interrogativas indiretas são um assunto que ainda demanda muita discussão e nada tem de distintivo em relação à diversidade dialetal da amostra aqui investigada. Embora ambas sejam completivas, a relativa não nuclear constitui um estado de coisas que representa, na realidade, um indivíduo.

Relações entre formulação e codificação: motivações pragmáticas e semânticas da codificação morfossintática

Para codificar a ordem dos constituintes, Hengeveld e Mackenzie (2008) postulam três posições disponíveis na oração para a inserção de elementos em posições apropriadas: a posição inicial (P^I), a posição medial (P^M) e a posição final (P^F). Postulam ainda uma segunda posição absoluta (P^2) para englobar fatores morfossintáticos de orações declarativas de línguas como o holandês, em que P^I é reservada ao sujeito e P^2, ao verbo finito; no caso de haver um verbo auxiliar flexionado, este vai para P^2 e o verbo finito, para o final da oração.

As duas posições periféricas (P^I e P^F) são psicologicamente salientes e extremamente relevantes para o processo de comunicação, enquanto a posição medial (P^M) é não somente menos saliente, mas também, em termos estruturais, não pode ser considerada uma posição única, em função do número variável de constituintes que uma oração pode conter. Assim, os argumentos de um predicado com as funções de sujeito e objeto, pragmaticamente não marcadas, são alocadas em P^M, que pode conter outras posições não absolutas, como P^{M-1}, P^{M-2}, P^{M-n} do lado esquerdo, e P^{M+1}, P^{M+2}, P^{M+n} do lado direito.

Para distinguir as posições P^{I} e P^{F} nas camadas da expressão linguística e da oração, os autores usam P^{pre} para a posição pré-oracional, P^{centro} para a posição oracional e $P^{pós}$ para a posição pós-oracional.

(42) Expressão linguística: (LE): $P^{pré}$ | P^{centro} | P^{pos}
Oração: | P^{I} P^{M} P^{F} |
(Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.321)

Vejamos como essa organização estrutural se aplicaria a uma construção não complexa, como (43).

(43) A roupa, eu gostava dela.

a roupa	eu	gostava	dela
$P^{pre\ (Orientação)}$	$P^{I\ Tópico}$	P^{M}	P^{M+1}

Observe-se que, em (43), a posição pré-oracional (P^{pre}) codifica o ato subsidiário de orientação "a roupa", definido pragmaticamente, e a posição central (P^{centro}), um ato discursivo nuclear que constitui a oração propriamente dita. No interior dela, por ter primazia na escala de topicidade, o dêitico de primeira pessoa "eu", o tópico, ocupa a posição inicial (P^{I}); "gostava", a posição medial (P^{M}); e "dela", argumento do verbo, a posição (P^{M+1}). O preenchimento de uma posição P^{M+1},[14] com a manifestação fonológica do núcleo correferencial por um Pp, respeita o princípio de integridade de domínio e, portanto, imprime a essa construção o grau máximo de transparência entre forma e conteúdo. Esse princípio se refere a uma preferência, em termos tipológicos, de as unidades pragmáticas e semânticas, na formulação, aparecerem também morfossintaticamente justapostas na codificação (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.285).

14 A posição P^{M+1} é uma projeção da posição P^{M}, ocupada pelo verbo. Como "dela" é complemento oblíquo de "gostava", é natural que permaneça próximo ao predicado verbal.

É possível postular que, nas variedades do português, a interpretação de (43) é entendida da perspectiva do processamento on-line da linguagem. Ao produzir um ato discursivo de orientação – "a roupa", em (43), o falante exprime o desejo de introduzir um referente no discurso antes de passar para outro ato discursivo relevante para esse referente: o ato nuclear seguinte "eu gostava dela". Esse subato serve para orientar o ouvinte em relação às intenções comunicativas do falante.

Tendo examinado esse exemplo de construção simples, passaremos agora a verificar como interpretar a codificação morfossintática numa estrutura complexa, que tem uma relativa como constituinte modificador de um núcleo nominal. Os exemplos em (44a)-(44c) contêm a estratégia de pronome relativo (44a), a de retenção pronominal (44b) e a de lacuna (44c), que foi a ocorrência efetivamente realizada.

(44) a ela escolhia **a roupa *d(e/a) qu(e/al)*** *eu gostava* na minha frente, eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual
b ela escolhia **a roupa *que*** *eu gostava* ***dela*** na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual
c [ela escolhia **a roupa *que*** *eu gostava* na minha frente, eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

Já vimos que uma oração relativa está conectada ao material circundante por um constituinte pivô, que é semanticamente compartilhado tanto pela oração principal quanto pela relativa. Se o pivô, que se identifica com um Np, recebe manifestação fonológica dentro da oração principal, ele é reconhecido como um núcleo. O pivô de (44b) e (44c) é o Np "a roupa", e o elemento anafórico é o constituinte-Q em (44c) e o Pp "dela" em (44b). A construção (44c) não registra nenhum elemento anafórico; por essa razão, é identificada como estratégia de lacuna. Nas duas últimas situações, repre-

sentadas por (44b) e (44c), a palavra "que" exerce apenas a função de um marcador de relativização (Dik, 1997b) ou conjunção, e não a de um verdadeiro pronome relativo, o que aproxima as relativas de outras orações encaixadas, como as completivas e as adverbiais.

Dessa mudança no estatuto pronominal do conector resulta uma estrutura em que uma palavra gramatical ("grammatical word", Gw) representada por "que" não tem uma posição funcional, por não realizar a retomada anafórica do antecedente na oração subordinada. A consequência mais evidente disso é a oração relativa dispor de uma organização estrutural idêntica à de uma oração independente. O uso do pronome-lembrete na estratégia copiadora tem a função de restabelecer a relação anafórica não exercida pelo conector (44b'), e a copiadora (44c'), a mais econômica, não exibe elemento anafórico e, portanto, similarmente às relativas de sujeito e de objeto, identifica-se com uma estratégia de lacuna.

Observe-se que, em conformidade com a interpretação metafórica da expressão *pied-piping* em (44a'), todos os constituintes aparecem nas posições à esquerda de P^{M}, como resultado de um alinhamento interpessoal, por questões de topicidade do oblíquo e do sujeito.

(44) A roupa de que eu gostava/que eu gostava dela/ que eu gostava

a'	de que $P^{I\ \text{Tópico1}}$	eu $P^{I+1\ \text{Tópico 2}}$	gostava P^{M}	
b'	que P^{I}	eu $P^{I+1\ \text{Tópico 1}}$	gostava P^{M}	dela $P^{M+1\ \text{Tópico 2}}$
c'	que P^{I}	eu $P^{I+1\ \text{Tópico}}$	gostava P^{M}	

A propósito das relações de alinhamento, vale a pena abrir aqui um parêntese e discutir os conceitos de transparência e opacidade. No arcabouço da GDF, os dois níveis mais baixos, o morfossintático e o fonológico, exprimem formalmente as unidades dos níveis mais altos. As relações de transparência e opacidade se definem com base no modo como as distinções pragmáticas e semânticas

se projetam na codificação morfossintática e fonológica, e os princípios que governam essas relações são os de iconicidade e integridade de domínio. Essas motivações contribuem para maximizar o paralelismo entre as estruturas, encarecendo a transparência e a facilidade de interpretação da estrutura linguística (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.283).

É possível distinguir um conjunto diversificado de fenômenos que violam a transparência, tornando mais opacas as relações entre unidades formais e unidades funcionais e, por conseguinte, ativando a ausência de paralelismo entre os diferentes níveis da gramática. Leufkens (no prelo) aponta três possibilidades de violação da transparência linguística: redundância, desintegração de domínio e motivação formal.

A redundância compreende relações entre uma unidade de conteúdo e duas ou mais unidades formais. Uma destas unidades é redundante, porque poderia ser deixada de fora, sem perda de significado.

Ocorre desintegração de domínio quando se viola a integridade das unidades formais, nas situações, por exemplo, em que o fenômeno de fusão provoca a convergência de duas ou mais unidades de conteúdo numa única unidade formal (cant + **o**). Outro fenômeno típico de desintegração de domínio – a descontinuidade – ocorre quando uma unidade formal se divide, resultando mais uma vez num alinhamento não paralelo entre pragmática e semântica e morfossintaxe ([*ne* + verbo + *pas*] em francês).

O terceiro tipo de violação de transparência – motivação unicamente formal – inclui todas as formas e operações destituídas de motivação pragmática ou semântica. Elementos expletivos, como *there* do inglês, consistem em unidades puramente formais, sem motivação pragmática ou semântica, uma vez que nada significam e a nada se referem. Trata-se de formas não funcionais, ou sintaticamente autônomas.

A transparência representa a situação extrema em que uma língua disporia de uma relação consistentemente biunívoca entre

unidades formais e unidades de conteúdo.[15] E, na realidade, como instrumentos de comunicação, é justamente desse grau máximo de transparência que as línguas deveriam dispor para atingir eficiência na situação de interação (Bolinger, 1977).

Não é esse, evidentemente, o padrão geral, já que, na realidade, a maioria das línguas não dispõe de transparência em grau máximo. Muitas chegam a exibir um grau muito elevado de opacidade (Hengeveld, 2011). Isso ocorre porque, apesar dessas motivações, os níveis formais – o morfossintático, principalmente, e o fonológico – dispõem de seus próprios princípios de organização. Quando, por exemplo, a uma língua se impõe um padrão de ordenação arbitrário não funcionalmente ativado, ocorre o predomínio da motivação formal.

A sensibilidade da morfossintaxe às motivações pragmáticas e semânticas não implica a existência de projeções biunívocas entre as categorias envolvidas na codificação e as categorias envolvidas na formulação, justamente porque as línguas diferem consideravelmente, de uma perspectiva tipológica, no modo como codificam os mesmos traços pragmáticos e semânticos.

Nesse caso, o uso da estratégia de pronome relativo (44a') e da estratégia de retenção pronominal (44b') maximiza, em graus diferentes, a relação de transparência entre forma e conteúdo, contribuindo, neste caso, para facilitar a interpretação da estrutura linguística na codificação morfossintática. A estratégia de pronome relativo, ou *pied-piping*, no entanto, é menos frequente na fala, por codificar o argumento do predicado da relativa em duas posições à sua esquerda. Essa situação não favorece a mesma possibilidade cognitiva de interpretação da copiadora, que tem o constituinte sujeito e tópico também na posição P^I, mas numa ordenação SVO mais transparente.

Essa estratégia insere a retomada do núcleo pelo oblíquo na posição P^I, que é pragmaticamente motivada por razões de topicidade,

15 "Conteúdo" aqui deve ser interpretado como conteúdo pragmático e semântico, embora seja mais adequadamente aplicável ao semântico.

mas com o pesado fardo cognitivo de violar o princípio de integridade de domínio, tornando opaca a relação forma e conteúdo.

Esse princípio se refere a uma preferência das unidades do mesmo estatuto funcional, em termos pragmáticos e semânticos, por serem também justapostas na morfossintaxe. Para respeitá-lo, a relação representacional entre núcleos e modificadores deve ser formalmente codificada de um modo tal que o modificador apareça adjacente ao núcleo e o argumento, ao predicado. Observe-se que, em (45), a posição P^I se desdobra em função da possibilidade de existir duplicidade de tópicos na mesma oração.

(45) A roupa de que eu gostava.

que	eu	gostava
P^I	P^{I+1}	P^M

Então, o uso da alternante de pronome relativo acaba por ter uma finalidade praticamente estrutural. Dizer "praticamente estrutural" implica que, em relativas e em interrogativas parciais, a posição P^I, de modo automático, é reservada para a função pragmática de tópico. O fato de esse elemento retomar anaforicamente o núcleo, que já é tópico na oração principal, significa despender maior grau de esforço cognitivo, já que se ativam as mesmas funções com uma codificação morfossintática com menor esforço de produção e de processamento na emissão de uma construção de retenção pronominal.

Uma estratégia de retenção pronominal manifesta menor custo de processamento cognitivo justamente por dispor de grau mais elevado de transparência entre forma e conteúdo. Cada subato referencial aparece codificado em sua posição canônica, no esquema S-V-O/OB/OI preferencial do português, de acordo com o princípio de integridade de domínio, o que implica alinhamento entre funções pragmáticas e semânticas, por um lado, e codificação morfossintática, por outro. Essa relação não se aplica do mesmo modo à estratégia de pronome relativo, que, ao contrário da estratégia de

retenção pronominal, viola esse princípio em função da estrutura O/OB/OI-S-V, dispondo, por isso, de elevado grau de opacidade.

Nesse caso, a seleção da estratégia de retenção pronominal, e não a de pronome relativo, é de fato funcionalmente mais eficaz, em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas. Essa amplitude funcional acaba por licenciar, inclusive, a posição objeto de comparação (46a), a mais baixa na hierarquia de acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), vetada, em todas as variedades do português, à estratégia de pronome relativo (46b).

(46) a O homem *que ninguém no bairro é mais alto do que ele* não conseguiu entrar no time de basquete. (Adaptado de Dik, 1997b, p.366)
b * o homem *mais alto do que quem ninguém no bairro era* não conseguiu entrar no time de basquete.

Outro ponto de resistência está na diluição da ambiguidade da estratégia de pronome relativo em certas configurações sintáticas em que ela aparece encaixada numa completiva. A forma sentencial ambígua de (47a) é, segundo Lemle (1978), a alternante padrão ou de lacuna, que permite duas interpretações possíveis, representadas por (47b) e (47c), cujas relações argumentais, absolutamente transparentes na formulação de retenção pronominal de (47b') e (47c'), correspondem exatamente às duas interpretações contidas em (47b) e (47c).

(47) a Estou procurando a toalha que ele disse que secou.
b Estou procurando uma toalha. Ele disse que ele secou essa toalha.
c Estou procurando uma toalha. Ele disse que essa toalha secou.
b' Estou procurando a toalha que ele disse que secou **ela**.
c' Estou procurando a toalha que ele disse que **ela** secou.
(Lemle, 1978, p.84)

A razão da diluição da ambiguidade e, em consequência, da possibilidade de extensão das relativas à função de objeto de comparação, assenta-se na explicitação de todas as posições sintáticas com

base na ordem canônica SVO dos constituintes. A seleção dessa oração, que identifica a estratégia de retenção pronominal, ocorre com pleno respeito ao princípio de integridade de domínio.

Com efeito, a tendência tipológica detectada por Keenan e Comrie (1977) é a seguinte: entre a estratégia de lacuna (cortadora) e as outras duas, a de pronome relativo (em posições preposicionadas) e a de retenção pronominal (copiadora), a primeira assume a posição mais alta da hierarquia da acessibilidade, e a última, a mais baixa; entre a estratégia de pronome relativo e a de retenção pronominal, a primeira assume a posição mais alta da hierarquia, e a última, a posição mais baixa. Não se verificam situações opostas nas línguas do mundo. Essa distribuição permite classificar as três estratégias em termos de grau de explicitação da codificação de relações gramaticais do núcleo nominal na oração relativa, conforme (48).

(48) de lacuna > de pronome relativo > de retenção pronominal
(onde > significa "menos explícito que")
(Adaptado de Song, 2001, p.227)

A estratégia de lacuna não marca a relação gramatical do núcleo na oração relativa e as outras duas retêm, cada qual a seu modo, uma "cópia" pronominal do núcleo na relativa. Mesmo assim, a mais explícita, nessa função, é a estratégia de retenção pronominal.

Em termos da frequência de uso na amostra da lusofonia, essa distribuição, tipologicamente atestada, cria um instigante paradoxo: se a construção de retenção pronominal maximiza o grau de transparência e, por conseguinte, é capaz de facilitar o processamento cognitivo no processo de interação tanto do polo da produção, quanto do polo da recepção, por que tem sido evitada em favor da estratégia de lacuna? E, no caso de haver preposições lexicais, por que é possível empregar construções de encalhamento de preposições?

A resposta a essas questões se assenta no fato de que a informação de curtíssimo prazo, reiterada na posição de oblíquo, passa a implicar duplicação de forma. Em consequência, o núcleo "roupa"

na oração principal e o complemento oblíquo "dela" na subordinada relativa em (44b) – "a roupa que eu gostava dela" – acabam também por invocar violação do princípio de transparência, em virtude de coexistirem duas formas com a mesma função em espaços muitos próximos dentro do enunciado. Essa motivação parece correlacionar-se com o favorecimento da estratégia de retenção pronominal, já comprovado por Tarallo (1983), nas situações em que a menção do antecedente na oração principal está distante textualmente da menção da retomada anafórica na relativa.

De fato, a continuidade tópica e a quase opacidade entre unidades formais e unidades de conteúdo ficam para o segundo plano quando a escolha incide sobre uma construção de lacuna. O português admite ausência completa de argumentos ou de relações gramaticais nas situações em que são suficientes as informações co(n)textuais. Nesse caso, uma motivação em competição, o princípio de economia, sobrepuja outra, o princípio de iconicidade.

Em contraste com a iconidade, que torna a estrutura linguística tão transparente quanto possível, a economia, que pode ser sintagmática ou paradigmática, representa uma pressão para o mínimo esforço e para a simplificação máxima da expressão (Haiman, 1983; 1985).[16]

Se a economia paradigmática reduz a duplicidade de formas com a mesma função, isso também pode ser dito da economia sintagmática. Isso significa que os dois tipos atuam também como mecanismos para tornar mais transparente a relação entre forma e conteúdo. O fato de o núcleo nominal e o pronome-lembrete (*resumptive pronoun*) reiterarem a mesma entidade referencial no discurso implica duplicidade formal. É o que Leufkens (no prelo) entende por redundância,

---

16 A economia paradigmática se traduz pela tendência de reduzir ao máximo o inventário de signos de um sistema linguístico, cuja consequência mais direta é o fenômeno da polissemia. A economia sintagmática, por outro lado, é a tendência de reduzir o comprimento ou a complexidade de qualquer enunciado, de modo que as expressões mais frequentes no uso tendem a reduzir-se fonologicamente, e a informação que é redundante e/ou recuperável no contexto comunicativo tende a ser omitida (Haiman, 1985, p.158).

isto é, as relações entre uma unidade de conteúdo e duas ou mais unidades formais. Os princípios de economia e iconicidade atuam em conjunto para maximizar a relação de transparência entre forma e conteúdo e acabam se tornando, portanto, motivações em competição nesse processo.

Outra motivação em competição tem a ver com o componente contextual da GDF em termos das relações sociais de estigma e prestígio estabelecidas pelos participantes da interação. Se a reiteração de informação de curto prazo transforma o grau de estigmatização das copiadoras em um problema incontornável, o último recurso que resta a um falante sociolinguisticamente sensível é apelar para a estratégia de lacuna, cuja representação morfossintática é fornecida em (49). Essa estratégia não dispõe de duplicidade de referência, nem como a estratégia de pronome relativo, nem como a de retenção pronominal, e é por isso mesmo que, segundo Tarallo (1983), vem ganhando a preferência do falante de variedades de prestígio, em detrimento da copiadora no português brasileiro. Mas os dados indicam que ela se generaliza para outras variedades, especialmente a lusitana.

(49) A roupa que eu gostava.

que-marcador de relativização	eu	gostava
P^{I}	$P^{I+1\ \text{Tópico}}$	P^{M}

Por conveniência, repete-se a seguir o exemplo (44a), como (50a).

(50) a [ela escolhia [**a roupa** [**d(e/a) qu(e/al)** eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual

Apesar de respeitar o princípio de iconicidade, a estratégia de pronome relativo manifesta o grau mais baixo de transparência entre as estratégias, posição ocupada, à primeira vista, pela estratégia de retenção pronominal. Isso se dá mediante a inserção do Np argumental ou não argumental *in situ* na posição depois do verbo,

como se vê em (44b), repetido a seguir como (50b), que também permite continuidade tópica.

(50) b [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **dela**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual

que	eu	gostava	dela
P^{I}	$P^{I+1\ \text{Tópico 1}}$	P^{M}	$P^{M+1\text{Tópico2}}$

Na relativização de posições preposicionadas, tanto a estratégia de retenção pronominal quanto a de lacuna respeitam o princípio de integridade de domínio, mas a de pronome relativo sempre o viola, ao dar preferência a uma posição que rompe a adjacência do Np argumental com o predicado verbal, como se vê em (50a).

Já a estratégia de lacuna de (44c), repetida a seguir como (50c), é tão transparente quanto a de retenção pronominal: a ausência da retomada do antecedente na codificação morfossintática viola, por um lado, o princípio de integridade de domínio e respeita, por outro, o princípio de economia.

(50) c [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava Ø] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual, (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

Interessante observar que a estratégia realmente emitida no enunciado é a de lacuna, contida em (50c), em que o uso de um Pp locativo – "na minha frente" –, implicando anterioridade temporal, equivale a uma ressalva da interlocutora para afirmar que a escolha da irmã sempre antecedia sua própria escolha. Nesse enunciado, a falante finaliza antes o Np para somente depois inserir o Pp, que exprime sua ira, motivada pelo fato de a escolha da irmã preceder a sua. Uma alternativa possível seria inserir o Pp antes do Np "a roupa que eu gostava", mas preservando o princípio de integridade do domínio em relação à posição do Np na função de objeto de "escolher".

Todas as relativas restritivas da amostra respeitam esse princípio e, como o português se classifica tipologicamente como língua com relativa de núcleo externo em posição pós-nuclear, todos os casos da amostra são um reflexo direto desse princípio.

O inglês dispõe de uma construção relativa, a de (51a), que viola a integridade do Np relativizado, mediante a colocação do modificador na posição final da oração. No entanto, a versão portuguesa em (51c), com uma interpretação claramente apresentativa, respeita a ordem núcleo + modificador, preservando, portanto, o princípio de integridade de domínio.

(51) a The guy has arrived who's going to fix my lock. (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.285)
b (*) O cara chegou [que vai consertar minha fechadura.]
c Chegou o cara [que vai consertar minha fechadura.]

A descontinuidade formal da construção (51a) viola claramente as relações de transparência. Recorde-se que o princípio de integridade de domínio assegura que as categorias semânticas núcleo e modificador da relativa devem ser morfossintaticamente contíguas. O Np "the guy" e a oração "who's going to fix my lock" designam, em termos semânticos e pragmáticos, o mesmo referente, mas a codificação morfossintática separa o Np e a oração relativa, intercalando a forma composta do sintagma verbal (*verb phrase*, Vp) da oração principal.

O resultado é claramente um fenômeno de descontinuidade (Hengeveld, 2011, p.13), que as variedades do português parecem não admitir: a sentença mais próxima de (51a) com o mesmo valor é agramatical; (51c), por seu lado, diverge de (51a) por consistir numa declaração tética, desprovida de tópico, isto é, toda a informação nela contida é nova, diferentemente de declarações categóricas, que dispõem de um tópico (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.89).

Quando a relativa é restritiva, caso em que envolve, juntamente com a principal, um único ato discursivo na formulação pragmáti-

ca, a codificação morfossintática, em termos do conjunto principal + subordinada, respeita o princípio de integridade de domínio, pelo menos em relação à ordem dos constituintes.

Similaridade formal entre relativas e completivas

Avançando ainda um pouco mais na discussão, pode-se postular a existência de uma similaridade formal entre as relativas de lacuna e de retenção pronominal e as completivas que se assenta, teoricamente, na diferença conceitual entre as relações núcleo-modificador e núcleo-dependente[17] (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Os exemplos típicos da relação núcleo-modificador são as que se estabelecem entre o nome e o adjetivo atributivo, entre o nome e a posse alienável e entre o adjetivo e o advérbio de grau ou intensificador.

Para essas situações, prediz-se que, se houver marcação morfossintática em um dos dois membros do par, ela incidirá sobre o modificador, o que mantém a correspondência entre marcação funcional e marcação morfossintática nos seguintes termos: se o modificador for funcionalmente marcado na função opcional de especificar o núcleo, haverá uma forte expectativa de que o papel de modificador esteja refletido no elemento que veicula a marcação morfológica. No português, língua em que a marcação ocorre nos dois membros do par, o papel do modificador é o de refletir apenas o que ocorre no núcleo, o que se define pela relação de concordância nominal (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

As relações do tipo núcleo-dependente são as que ocorrem entre um predicado e seus argumentos, independentemente de o predicado ser verbal, nominal ou adposicional. Observe (52a)-(52b) a seguir com as respectivas traduções.

17 Na realidade, a primeira relação traduz a relação *head-modifier*, e a segunda, a relação *nucleus-dependent* (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Demos preferência por empregar o termo "núcleo", deixando para o outro par da relação a diferenciação conceitual envolvida.

(52) a The assertion that he made yesterday
A afirmação que ele fez ontem.
a' The president's suite
A suíte do presidente
b The assertion that the world is flat
A afirmação (de) que o mundo é plano.
b' The president's son
O filho do presidente
(Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.396)

A relação entre o nome e a oração de (52a) e o primeiro e o segundo nome de (52a') apenas representa a expansão de um núcleo por um modificador opcional, mas a situação ilustrada por (52b) e (52b'), não: um predicado nominal está em relação não hierárquica com seu argumento, que é determinada pelo molde de predicação relevante, de tal modo que o conjunto constitui um núcleo.

Essa análise se aplica às outras construções similares do português falado, como aquelas expressas em (53a), para a variante informal, e em (53b), para a variante formal, em que a oração completiva é um argumento do nome nuclear.

(53) a venta tanto, não é, você tem a **sensação** ***que*** *você está dentro de um navio, em Ouro Preto*. (Brasil 80: Arte urbana)
b venta tanto, não é, você tem ***a sensação de*** *que você está dentro de um navio, em Ouro Preto*.

Na morfossintaxe, a tarefa de exprimir a função semântica, que se estabelece entre o predicado e o dependente, é atribuída aos dois: ora os argumentos são morfossintaticamente marcados, ora é o próprio predicado, variação que não é universal, mas que depende de cada língua. Assim, as relações núcleo-dependente se aplicam também a predicados nominais e a predicados adposicionais e seus argumentos, como o "irmão de João", "sobre a mesa", cujos núcleos são, respectivamente, "irmão" e "sobre".

Nesse tipo de relação, o núcleo é o veículo da marcação de dependência. Em Jarawara (Dixon, 2000, apud Hengeveld; Mackenzie, 2008), por exemplo, o gênero do núcleo de uma expressão de

posse inalienável aparece marcado no nome possuído, pelo fato de ser determinado pelo gênero do possuidor. Já em sintagmas que exprimem posse alienável, cuja relação é núcleo-modificador, a marcação é determinada pelo gênero inerente do nome possuído, como de resto acontece no português.

Um caso de gramaticalização em que a relação núcleo-modificador pode ser mais bem entendida como núcleo-dependente pode ser visto nos exemplos (35a)-(35b), aqui repetidos como (54a)-(54b). Esses casos são ilustrações de um uso inovador da relativa como argumento de nome, especialmente avançado na variedade brasileira.

(54) a então, acho que desde o **momento *que*** *ela fez isso*, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo (Brasil 80: Gosto dela)

b de repente **a hora *que*** *a gente estava na pizzaria*, eu não me, eu não me lembro (Brasil 93: Festa de estudante)

Esses nomes designadores de tempo ("momento", "hora") e outros, como "minuto", "ano" etc., podem ser seguidos por uma oração subordinada completiva, do tipo nominal,[18] em razão de, em primeiro lugar, necessitarem regularmente de complementação ("hora **de trabalho**"; "momento **de descontração**") e, em segundo lugar, de prescindirem de uma relação anafórica com o antecedente (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.261). É por isso que a oração deve ser vista como um argumento do nome. Outras categorias genéricas, também passíveis de complementação, são representadas pelos nomes "modo" (modo **de ser**), "lugar" (lugar **de lazer**), "quantia/quantidade" (quantidade **de manteiga**), "razão" (razão **de viver**).

Há casos, no entanto, em que esse tipo de nome também é modificado por uma oração relativa, como em (55a)-(55b), estabelecendo-se uma relação anafórica entre o núcleo e o relativo "que". Nessa situação, em que a preposição "em" torna visível na codificação morfossintática a função semântica locação, o conector "que" atua como pronome relativo e é, como tal, comutável por "o(a) qual".

18 A propósito da oração completiva nominal, confira Capítulo 8.

(55) a então, acho que desde o **momento *em que*** *ela fez isso*, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo (Brasil 80: Gosto dela)

b de repente **a hora *em que*** *a gente estava na pizzaria*, eu não me, eu não me lembro (Brasil 93: Festa de estudante)

Feita essa digressão, retornemos à interpretação funcional das três construções relativas possíveis em português, ilustradas por (50a)-(50c).

Viu-se que a estrutura morfossintática de (50a) licencia o pronome relativo como elemento correferente do núcleo com o qual estabelece, se necessário, concordância de gênero ("da qual"), que aciona, inclusive, marcação redundante com o núcleo. Apesar de não se aplicar o mesmo a (50b) e (50c), que atribuem ao conector "que" a função de um marcador de relativização (Dik, 1997b) ou conjunção, a proximidade com as estruturas completivas na morfossintaxe não corresponde a uma similaridade semântica que possa identificar as estratégias de retenção pronominal e de lacuna com as completivas.

As outras posições relativizadas a que se estende essa interpretação são as de objeto indireto e as de oblíquo, como as de (50b)-(50c) para "roupa" que tem como argumento, nesse caso, "que eu gostava" ("dela"/ausência de Pp). E também as de sujeito e objeto direto, que podem ter, ambas, uma alternante de retenção pronominal, conforme se observa em (56a) e (56b), criadas a partir de enunciados do córpus.

(56) a depois tem **uma porta bem grande de ferro** [**que ela** separa da copa]. a copa não é absolutamente como nós vemos na cidade. (Brasil 80: Fazenda)

b você concorda então com essa, a, essa, toda essa **campanha** [**que** o, a Fundação Roberto Marinho vem fazendo **ela**] (Brasil 80: Arte urbana)

Tanto os exemplos (50b)-(50c) quanto (54a)-(54b), incluindo agora (56a)-(56b), identificam casos de relativas conectadas por uma conjunção, assim como as de encalhamento de preposição, como (29b), aqui repetido como (57).

(57) O armário ***que*** *João deixa o trabalho inacabado* ***sobre (ele/∅)*** não tem mais espaço.

A codificação morfossintática prevê um pronome relativo como conector de (50a) e uma conjunção como conector de (50b)-(50c). Para fazer jus a essa codificação de conjunção ou palavra gramatical (Gw), as relativas de retenção pronominal, de lacuna e de encalhamento de preposição se aproximam formal, mas não semanticamente, das completivas. No entanto, a codificação morfossintática dessas construções autoriza, por um lado, a análise da alternante de pronome relativo, ou *pied-piping*, de (50a) como a única em que o conector exprime relação anafórica com o nome nuclear da principal. Por outro lado, a análise de (50b) e (50c) como núcleo-dependente fica automaticamente bloqueada não pelas determinações morfossintáticas, mas pelas determinações semânticas, já que se trata, em (50a)-(50c), da mesma relação semântica de modificação, que restringe, nas três alternantes, o universo das roupas àquela de que o falante gosta.

Aplica-se a esse caso um processo claro de gramaticalização pelo qual um pronome relativo passa a exercer a função de marcador de relativização, isto é, um operador gramatical com clara função anafórica se torna um operador ainda mais gramatical, com a perda da possibilidade de recuperar traços do antecedente. Já em termos da construção em si, é difícil falar em gramaticalização, não só porque tanto a relativa quanto a completiva constituem construções subordinadas ou encaixadas, mas também porque a semântica da restrição imposta às relativas de lacuna, em geral, e às que relativizam sujeito e objeto, identifica-as com a relação núcleo-modificador.

Ao conector, pelo menos, aplicam-se os princípios arrolados por Hopper (1991) para a gramaticalização de itens lexicais em gramaticais, ou de itens gramaticais em ainda mais gramaticais. Em primeiro lugar, aplica-se o princípio de estratificação, já que a "camada" do relativo coexiste com a da conjunção. Aplica-se também o princípio de divergência, uma vez que o item se gramaticaliza no contexto das relativas de lacuna e de retenção pronominal, mas não

no contexto da relativa de pronome relativo. Essa restrição mostra uma especificação estilística, já que a estratégia de pronome relativo ocorre apenas nos contextos formais escritos, em especial na variedade brasileira.

Uma demonstração da aplicação do princípio de especialização de Hopper (1991) está no estreitamento da seleção das formas disponíveis para exercer a mesma função. Esse estreitamento é acompanhado pela frequência cada vez maior de uso de conjunção nas relativas de lacuna e nas de retenção pronominal na modalidade falada da variedade brasileira, já muito atestado também na variedade portuguesa (Arin; Ramilo; Freitas, 2005; Alexandre, 2000).

O princípio de persistência prevê a preservação de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma (mais) gramaticalizada. É possível verificar a atuação dessa propriedade no caráter conector, visível tanto no pronome relativo quanto na conjunção.

Por último, perdem-se, na conjunção, alguns traços categoriais, típicos do pronome – foricidade e concordância de gênero e número com o termo antecedente –, o que indica aplicar-se também o princípio de descategorização.

Todas as estratégias restritivas aqui tratadas evocam uma relação de subordinação, mas numa relativa não restritiva, como a de (58a), as relações de dependência e de modificação em relação ao núcleo ficam suspensas por razões óbvias de organização morfossintática. Além disso, como há uma relação de dependência de mão única, a relação entre a oração não restritiva e a nuclear deve ser categorizada como um caso de cossubordinação (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.309).

(58) a $_{AI}$[a própria metrópole] $_{AJ}$[*que nos colonizou*]$_{AJ}$ [tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus]$_{AI}$. (Angola 97: Ensino em Angola)

b havia uma linha bastante completa de homem, onde tinham um peeling, *que é um esfoliante para limpar a pele em profundidade* (Portugal 96: Bom senso e bom rosto)

Com efeito, as motivações pragmáticas aqui são de outra ordem: há, em (58a), dois atos discursivos A_I e A_J, e um deles, A_I, sofre uma descontinuidade para que seja enunciado A_J, em clara violação ao princípio de integridade de domínio. Já a construção (58b) manifesta uma ordenação em que a relativa não restritiva segue normalmente a nuclear.

Processo de codificação: aspectos fonológicos

Na interpretação discursivo-funcional aqui adotada, a codificação morfossintática de construções não restritivas dispõe das mesmas categorias estruturais da codificação de uma oração restritiva. Considerem-se, nos exemplos (59a)-(59b), as interpretações possíveis de relativa restritiva e de não restritiva atribuídas à mesma oração.

(59) a os meninos hoje *que me abordam na rua* dizem que precisa hoje no liceu de, de, no liceu e algumas escolas, de algum pulso assim de ferro (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor).

b os meninos hoje, que me abordam na rua, dizem que precisa hoje no liceu de, de, no liceu e algumas escolas, de algum pulso assim de ferro

c Os meninos hoje me abordam na rua e dizem que precisa hoje no liceu de algum pulso assim de ferro

Recordemos que uma relativa não restritiva, como a de (59b), revoga, por assim dizer, o princípio de integridade de domínio, preservado na justaposição de (59c), em favor de dar maior grau de proeminência à informação de que a opinião dos meninos é mais importante que abordar o falante na rua. Como a informação, que deve ser fonologicamente codificada, é a de um movimento que consiste em dois atos discursivos, o ato que trata da abordagem é subsidiário ao da opinião dos meninos, mesmo assim o interrompe na linearização.

A codificação fonológica interpretará essa interrupção como uma instrução para dar um contorno entonacional próprio a (59b)

a cada segmento do movimento, possibilitando a produção de três frases entonacionais ("intonation phrase", IP), dois com um contorno não final e um com um contorno final. Fica para a codificação morfossintática a tarefa de integrar os dois atos discursivos sintaticamente, o que é realizado mediante a aplicação de um molde geral para orações relativas, independentemente da natureza restritiva ou não restritiva delas. A diferença, no entanto, é que "que me abordam na rua" em (59a) forma o mesmo contorno entonacional do material circundante "os meninos dizem...".

As relativas não restritivas da amostra contêm, em geral, uma pausa entonacional explícita, que, em (59b), é marcada graficamente pela vírgula. Há casos em que, além de uma pausa entonacional clara, na fronteira entre o Np e a oração relativa apositiva, podem aparecer atos discursivos interativos, como "não é", em (60).

(60) não é, vê-se isso no mundo industrial*, **não é**, em que se criam diferenças entre as pessoas que trabalham* e... se procura que hajam interesses pessoais para que, eh, cada um tenha qualquer coisa a defender e não haja espírito de que há... uma coisa colectiva a defender, não é, isso vem do poder e vem (Portugal 95: Grandes cidades)

Ocorre, todavia, que, em vez de pausa, o que identifica a codificação fonológica é uma variação de tessitura. Assim, a pausa, que marca o limite, não precisa ser necessariamente silêncio, mas uma alteração prosodicamente perceptível de mudança de frequência (Nespor; Vogel, 1986).

A codificação morfossintática atribui a mesma estrutura aos dois tipos de orações relativas e a codificação fonológica assume a tarefa de assegurar que o estatuto subsidiário do ato discursivo encaixado na não restritiva de (59b) esteja refletido na prosódia (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.284-5).

Interpretando pragmaticamente a construção restritiva de (59a), é possível considerá-la como um movimento constituído por um único ato discursivo, não dois, como ocorre com (59b) e (60). Uma sentença que não resiste à negação, à interrogação e a perguntas do

tipo *question-tag*, justamente porque o conteúdo da subordinada é pressuposto e não afirmado (Cristofaro, 2003). A diferença entre as duas não está na morfossintaxe, mas na natureza da seleção pragmática que o falante faz ao formular o enunciado.

O que diferencia, portanto, uma oração restritiva de uma não restritiva, que imprime à primeira um caráter semântico e à segunda, um caráter pragmático, é que a restritiva, por um lado, assume o mesmo contorno entonacional da oração principal de que é parte integrante; a não restritiva, por outro lado, terá o estatuto de ato subsidiário ou aposição (*aside*), refletido na prosódia por uma entonação própria e, como tal, codificado pelo nível fonológico.

É essa função retórica aposição que confere à oração não restritiva seu caráter de dependência em relação à oração que codifica o outro ato discursivo. Por ser o ato discursivo, representado pela oração não restritiva, uma função subsidiária do outro ato discursivo, representado pela oração nuclear, o reflexo morfossintático mais evidente é o de que há entre elas uma dependência de mão única que corresponde a uma relação de cossubordinação. A oração não restritiva não é autossuficiente e, ainda assim, não chega a ser um constituinte da primeira oração, que tem, em si mesma, uma interpretação autossuficiente.

Palavras finais

Das quatro estratégias reconhecidas por Keenan (1985) e Comrie (1989), as variedades lusófonas dispõem da estratégia de lacuna, nas posições de sujeito e de objeto, que se estendem às estratégias cortadoras; nas posições preposicionadas, a de pronome relativo, ou *pied-piping*, amplamente entendida como a variante-padrão; e, como alternantes, a estratégia de retenção pronominal ou variante copiadora. Nessa condição, é possível dispor ainda da estratégia de encalhamento de preposição, restrita, todavia, a preposições lexicais simples e complexas e, provavelmente, à variedade brasileira.

Esse leque de alternativas disponíveis depende de três aspectos distintos, relacionados à construção de uma relativa: da seleção do conector; do emprego ou não de preposições nos casos de Pp na função de oblíquo e objeto indireto em que elas seriam requeridas; da marcação adicional de função semântica.

É possível generalizar, quanto à seleção do conector, que as variedades do português permitem a seleção, com maior frequência que um pronome relativo, do conector invariável "que", identificado como uma categoria conjuntiva, ou marcador de relativização (Dik, 1997b). Essa seleção é especialmente frequente nas funções de sujeito e de objeto, as posições mais altas na hierarquia de acessibilidade, em que o uso de um pronome relativo é mais raro. É mais frequente também nas construções de retenção pronominal e de lacuna, que relativizam as posições mais baixas de objeto indireto, oblíquo e genitivo, mais sujeitas ao uso do pronome relativo como conector. Na interpretação discursivo-funcional aqui adotada, o uso da conjunção como conector aproxima morfossintaticamente das orações completivas as relativas de lacuna (cortadora, copiadora e de preposição encalhada).

Quanto ao emprego de preposições e, por extensão, à codificação de função semântica, é possível concluir o seguinte: quando a relativa está envolvida com as funções sintáticas de objeto indireto e de oblíquo, a escolha da preposição torna visível, na codificação morfossintática, de modo simultâneo, a marcação dessas funções sintáticas e respectivas funções semânticas em posição pré-verbal. Essa situação, que identifica a estratégia de pronome relativo, viola o princípio de integridade de domínio.

A expressão de preposições pode ocorrer simultaneamente à expressão de um MR ou conjunção, situação em que a relação anafórica própria do pronome relativo é operada por um pronome-lembrete na posição canônica pós-verbal. Alternativamente, pode não ocorrer a expressão de um pronome-lembrete retomando, na relativa, o núcleo da principal. Essas duas situações identificam, no primeiro caso, uma estratégia de retenção pronominal ou copiadora e, no segundo, uma estratégia de lacuna ou cortadora. Já quando

é possível uma estratégia de encalhamento de preposição, omite-se obrigatoriamente o pronome-lembrete, embora se preserve a preposição, que, diferentemente do que ocorre nas posições mais baixas da hierarquia de acessibilidade, é de natureza lexical, não gramatical.

Uma consequência relevante derivada desse comportamento é que, no domínio da subordinação relativa restritiva e da completiva, as categorias disponíveis não são discretas, mas fluidas e contínuas. As relativas não nucleares já têm um estatuto de completivas, situação já plenamente reconhecida nos compêndios de gramática tradicional. Postula-se aqui, no entanto, avançar um pouco mais nessa aproximação.

Com efeito, os dados da amostra permitiram constatar a presença de uma conjunção na posição do conector em restritivas não preposicionadas de sujeito, de objeto, e em restritivas preposicionadas de oblíquo e de objeto indireto, com tendência à supressão do Pp no registro falado informal. Essa situação indica com clareza que esses tipos de relativas se aproximam formalmente, mas não semanticamente, de construções núcleo-dependentes.

No entanto, as construções relativas que envolvem categorias genéricas de tempo, lugar, modo, razão, quantidade se identificam não apenas formalmente com as completivas, mas também semanticamente. O fato de a relação deixar de ser hierárquica para ser equipolente ou configuracional (Hengeveld; Mackenzie, 2008) implica que essas relativas, quando destituídas de preposição, compartilham um traço com as completivas nominais, ou seja, a relação entre predicado e argumento.

Por último, a seleção da estratégia de retenção pronominal, em detrimento da estratégia de pronome relativo, acaba sendo de fato funcionalmente mais eficaz, em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas, incluindo a de objeto de comparação. A razão dessa eficácia funcional se assenta no fato de que essa estratégia explicita todas as posições sintáticas, permitindo a reprodução da ordem canônica SVO dos constituintes, em respeito ao princípio de integridade de domínio. Essa explicitação,

que torna a estrutura linguística mais transparente, deixa a relativa estruturalmente similar às orações independentes, em relação à ordem dos constituintes.

Há, por outro lado, uma reduzida incidência da estratégia de retenção pronominal nesse recorte sincrônico, que pode ser creditada ao fato de ela estar sujeita a motivações em competição (Du Bois, 1985), e prevalece o princípio de economia: considerando que o pronome-lembrete retoma anaforicamente o núcleo nominal da principal, a construção complexa como um todo acaba se tornando redundante. É, portanto, a aplicação do princípio de economia que ativa a preferência pela estratégia de lacuna. A outra motivação, derivada do contexto social, é atribuída por Tarallo (1983), em seu estudo diacrônico sobre o português brasileiro, a um valor de estigma social possivelmente derivado também do caráter redundante da estratégia de retenção pronominal, quando se estabelece a relação de correferência entre elementos morfossintaticamente adjacentes.

Em suma, uma das motivações em competição – o princípio de economia – opera a favor da não reiteração de marcas formais para o mesmo conteúdo, do que resulta a estratégia de lacuna. Essa alternante é socialmente neutra, mas cognitivamente menos explícita, em virtude da omissão de uma informação de curtíssimo prazo no polo da produção, que deve ser preenchida pelo interlocutor no polo da interpretação.

A seleção entre as estratégias obedece, portanto, a princípios conflitantes, como motivações em competição (Du Bois, 1985), e uma consequência relevante dessa competição é que a preferência por uma estratégia na relativização de posições preposicionadas indica graus diferentes de transparência, conforme mostra (61).

(61) estratégia de retenção pronominal → estratégia de pronome relativo → estratégia de encalhamento de preposição → estratégia de lacuna

Quanto mais clara a relação entre a referência e a codificação morfossintática, tanto maior a relação de iconicidade e, portanto, mais elevado o grau de transparência. O ápice do grau de trans-

parência é atributo da estratégia copiadora, como um reflexo da ordem S-V-O/OB/OI, que ocorre canonicamente em construções declarativas simples. Essa culminância comprova tipologicamente a preferência pelo uso da estratégia de retenção pronominal. Na posição média, aparece a estratégia de pronome relativo, justamente por codificar morfossintaticamente os dois subatos de referência que a constituem, mas numa sequência que viola o princípio de integridade de domínio.

As menos transparentes são a relativa de preposição encalhada e justamente a estratégia de lacuna, a alternante mais frequente no uso, inclusive por falantes lusófonos de variedades prestigiadas. Nesses dois casos, o princípio de economia acaba sendo mais relevante que o de iconicidade, já que a codificação morfossintática da estratégia de lacuna elimina um constituinte pragmática e semanticamente redundante, sobretudo quando codificado morfossintaticamente em posição adjacente ao antecedente.

Por fim, as restritivas são identificadas pragmaticamente por representarem um único ato discursivo, e as não restritivas, por representarem dois atos discursivos. O reflexo morfossintático mais evidente dessa diferença pragmática é que a expressão linguística resultante se identifica com uma relação de subordinação para as restritivas justamente por exercerem a função de um modificador. As não nucleares, que atuam como argumento, se encaixam na classe das completivas. Juntam-se a elas as relativas de lacuna, que relativizam categorias semânticas de tempo, lugar, modo, razão e quantidade.

As não restritivas, por seu lado, definem-se como cossubordinação, em razão da função pragmática de aposição que assumem, em contraste com o outro ato discursivo com o qual estabelecem uma relação de dependência de mão única.

Pode-se postular, por fim, uma escala de gramaticalização das próprias orações relativas. Como, para a GDF, uma oração pode ocorrer como constituinte de outras orações como adverbiais, completivas ou predicativas (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.352), é possível defender a ideia de que as restritivas de retenção pronomi-

nal e de lacuna[19] se aproximam formalmente da classe das orações completivas. Como as restritivas de pronome relativo constituem modificadores, a escala de gramaticalização teria o formato apresentado em (62), em que a seta indica grau progressivamente maior de subordinação.

(62) **cossubordinação** (relativa não restritiva) → **subordinação modificadora 1** (restritiva de pronome relativo) → **subordinação modificadora 2** (restritiva de conjunção: estratégia de lacuna e estratégia de retenção pronominal) → **subordinação completiva** (orações não nucleares; construções de lacuna que relativizam categorias semânticas tempo, lugar, modo, razão, quantidade)

Um traço que une todos os casos contidos nessa escala é que, não importa a condição de cossubordinação, subordinação modificadora e subordinação completiva, a relativa consiste numa oração encaixada num Np, diferentemente da subordinação modificadora adverbial, que se define como oração encaixada em outra oração. Ressalte-se que essa escala representa por si só um grande ganho na taxonomia das construções subordinadas, propiciado pela GDF: amplia o leque de possibilidades e reitera o princípio funcional de que as categorias são contínuas, e não discretas, como costuma aparecer, em geral, nas gramáticas tradicionais.

19 Vale a pena lembrar que as restritivas de lacuna que relativizam posições de sujeito e de objeto se agrupam às que relativizam posições preposicionadas.

10
A oração relativa: moldes de conteúdo

*Aliana Lopes Câmara**

Palavras iniciais

O funcionamento das orações relativas, de acordo com a Gramática Discursivo-Funcional, é tratado por Camacho no Capítulo 9 deste volume. O autor propõe uma descrição para as tradicionais orações relativas não restritiva e restritiva nos níveis de análise em que são formuladas, a saber, o nível interpessoal e o nível representacional, respectivamente. A oração não restritiva é formulada como um ato discursivo com função retórica aposição, o que pressupõe o estabelecimento de uma relação de cossubordinação com outro ato discursivo. A oração relativa restritiva, formulada como modificador de um núcleo nominal, estabelece uma relação de subordinação entre a oração relativa e o núcleo nominal. Segundo Câmara (inédito), a diferença de formulação das construções relativas não tem correlato na codificação morfológica, mas na codificação fonológica, em que as orações não restritivas são pronunciadas com

* Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, câmpus Matão, Brasil, CEP 15991-502 (aliana@fsp.edu.br).
Os resultados aqui apresentados integram minha tese de doutorado, intitulada: *A oração relativa em português sob a perspectiva discursivo-funcional:* interface entre a descrição e o ensino (2015).

pausa ou com tessitura mais baixa e velocidade mais rápida com relação ao contexto linguístico em que estão inseridas.

De antemão, a pesquisa de Camacho inova na descrição das construções relativas, uma vez que estabelece a diferença de formulação e codificação das construções relativas na gramática da língua portuguesa. Nossa proposta, neste capítulo, ao enfocar esse tipo de oração, é determinar adicionalmente como a escolha do falante por determinados moldes de conteúdo é responsável pelos padrões de ordenação dos constituintes da oração relativa no nível morfossintático.

Há muitos estudos tipológicos na base da pesquisa sobre a ordem dos constituintes em português. É sobejamente conhecida a tendência em se definir a ordem marcada em relação à básica/canônica/não marcada. Nessa perspectiva, o português é classificado como uma língua SVO. O estudo apresentado neste livro não se enquadra nessa perspectiva tradicional, que considera o estudo da gramática da língua a partir de um padrão de ordenação básica. Defende, ao contrário, que a ordem dos constituintes é determinada pelas intenções comunicativas do falante e pelo contexto. Não faz sentido, por essa perspectiva, falar em ordem (não) canônica. Em outras palavras, a posição aqui assumida implica afirmar que a suposta flexibilidade da ordenação deve ser explicada pragmaticamente, de acordo com o modo como o falante empacota sua mensagem. Esse mecanismo de empacotamento, assim cunhado por Chafe (1976), tem sido denominado "moldes de conteúdo" ou "moldes de mensagem". O termo "empacotamento da informação" é definido por esse autor como a maneira como a mensagem é transmitida, em detrimento da mensagem em si mesma, assunto que será tratado neste capítulo. Outro assunto aqui tratado é a natureza morfológica do item "que" (conjunção ou pronome relativo) que encabeça a oração relativa, além de ser feita uma análise do modo de empacotamento nas orações relativas, mostrando como o falante escolhe diferentes maneiras de codificar a relativa, de acordo com seus objetivos e com os pressupostos que tem em mente sobre a informação pragmática do ouvinte.

O conceito de molde de conteúdo ou empacotamento da mensagem

A noção de moldes de conteúdo tem sua origem na distinção tético-categorial que foi proposta pela primeira vez, em termos filosóficos, por Franz Brentano no século XIX. Em oposição ao postulado aristotélico de que há um único tipo de julgamento humano, composto pelo sujeito e pelo predicado, Brentano formulou sua teoria do julgamento, segundo a qual há dois tipos de julgamento humano: categorial e tético. O julgamento categorial engloba a estrutura bipartida sujeito-predicado, em que primeiro se apresenta uma entidade para, a seguir, se fazer uma afirmação sobre ela. O julgamento tético expressa o reconhecimento ou a rejeição do material de um julgamento (Sasse, 1987, p.111-2)

A teoria do julgamento refletiu na linguística, no relacionamento com a estrutura sujeito-predicado (Mathesius, 1983), como originalmente proposto, ou com o *status* dado/novo da informação (Kuno, 1972). Este autor cunhou o termo "descrição neutra" para as construções denominadas téticas. Para ele, nesse tipo de construção, o foco recai sobre toda a oração e não há informação pressuposta pragmaticamente. Essas diversas formas de elaboração do conteúdo têm sido denominadas "empacotamento da informação". Vallduví e Engdahl (1996) definem o empacotamento da informação como "a structuring of sentences by sintactic, prosodic, or morphological means that arises from the need to meet the comunicative demands of a particular context or discourse" [uma estruturação das orações por meios sintáticos, prosódicos ou morfológicos que surge da necessidade de satisfazer as demandas comunicativas de um contexto ou discurso particular] (p.460). Isto quer dizer que, durante a comunicação, o falante opta por realizar os enunciados de diferentes maneiras, segundo sua intenção comunicativa e suas crenças sobre o conhecimento do ouvinte.

É o que ocorre com as orações a seguir que, apesar de veicularem o mesmo conteúdo, não são formalmente idênticas. Como cada uma é adequada para um determinado contexto, não são intercambiáveis e diferem no modo como empacotam o conteúdo.

(1) A Belina o Hélio levou para a oficina. (Pontes, 1987, p.18)

(2) O Hélio levou a Belina para a oficina.

A sentença (1) é mais adequada em um contexto em que o falante foi questionado sobre a Belina ("Onde está a Belina?"); (2), por sua vez, não seria provável nesse contexto, e sim em outro em que se requer informação sobre o Hélio ("Onde está o Hélio?").

Um importante estudo tipológico sobre a estrutura bipartida da informação foi realizado por Sasse (1987), que propõe a universalidade da distinção tético/categorial na sintaxe das línguas humanas. O autor defende que a distinção tético-categorical se dá em termos de dois diferentes pontos de vista do falante em consideração ao estado de coisas: "Such points of view are aspects of what we may call communication perspective, that is, the general shape a speaker gives the state of affairs which he is about to convey in a given sentence" [Tais pontos de vista são aspectos do que podemos chamar de perspectiva da comunicação, isto é, a forma geral que um falante dá ao estado de coisas que ele está prestes a transmitir em uma determinada frase] (p.518). Para ele, o falante escolhe apresentar a informação de duas maneiras, a partir do que pensa que o ouvinte espera. Numa construção categorial, o ouvinte espera que seu interlocutor afirme algo sobre o indivíduo. Portanto, há um duplo acento que assinala a separação comunicativa entre o indivíduo e o evento. Já numa construção tética, o ouvinte não espera nenhuma informação do falante sobre o indivíduo, por isso a oração é apresentada como um todo compacto e há um único acento, no sujeito, indicando a fusão comunicativa do indivíduo e do evento (Sasse, 1987). Os dois tipos são exemplificados pelo autor, respectivamente, em (3) e (4).

(3) TRUman's DIED. (Sasse, 1987, p.522)

(4) JOHNson's died. (Ibidem)

Em (3), Truman é uma entidade separada do evento e esperada pelo ouvinte (a nação), já que sua morte vinha sendo discutida na

mídia; por outro lado, em (4), o indivíduo Johnson é parte do evento, pois o ouvinte não esperava ouvir nada sobre a morte dele.

No caso exemplificado, a oração tética se constitui de um evento em que está presente uma entidade. Entretanto, Sasse (1987, p.526) afirma também que o caráter tético pode ser inerente à oração, situação em que as orações téticas são centrais ao evento, quando postulam a existência dele próprio, ou centrais ao indivíduo, quando postulam a existência de uma entidade. Um exemplo prototípico do primeiro caso, dado pelo autor, são as construções impessoais ("it is raining") e do segundo, as construções apresentacionais ("there was a man"). Além da estratégia de acentuação, o autor apresenta, como formas de construção de orações téticas no inglês, a ordem VS, a ausência de concordância entre sujeito e predicado e a incorporação de objeto.

O conceito de empacotamento da mensagem também foi desenvolvido, dentro da perspectiva da Gramática Funcional, por Hannay (1991). O autor relaciona topicalidade/focalidade com a natureza do elemento em posição inicial (tópico, foco, *stager* ou *dummy*) e encontra cinco modos de mensagem: tudo novo, tópico, reação, neutro e apresentativo. Dentro do arcabouço teórico da GDF, Hengeveld e Mackenzie (2008, p.101) postulam três moldes de conteúdo: o tético, o categorial e o apresentativo.[1] Acreditamos que esses moldes são suficientes para a descrição do modo como a informação é empacotada pelo falante. Observe-se que, na GDF, a escolha dos moldes relaciona-se à atribuição das funções pragmáticas tópico e foco aos subatos dentro do conteúdo comunicado, conforme representado em (5).

(5) a Tético[$(SA)^{N}]^{FOC}$
b Categorial [$(SA)^{TOP}$ $(SA)^{N}$ $(SA)^{FOC}$]
c Apresentativo [$(SA)^{N}$ $(SA)^{TOPFOC}$]

---

1 Hengeveld e Mackenzie (2008) defendem que as construções apresentativas são um tipo específico de molde de conteúdo, diferentemente da tradição filosófica e de Sasse (1987), que as considera um subtipo das construções téticas.

Vallduví e Engdahl (1996, p.466) afirmam que a estrutura tética não tem tópico, apenas comentário, e o acento nuclear incide sobre o sujeito, de maneira diferente da estrutura categorial, com tópico, em que o acento incide sobre o predicado. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), no molde de conteúdo tético, todo o conteúdo comunicado recebe a função pragmática foco. Isso significa afirmar que tudo o que o falante deseja evocar na comunicação com seu interlocutor é selecionado como uma informação nova em relação ao conteúdo discursivo. Não há nenhum subato com a função tópico e, se houver mais de um, todos serão focais. Já nos moldes de conteúdo categorial e apresentativo, é o subato referencial ou atributivo que veicula a função pragmática tópico ou foco.[2] O molde de conteúdo categorial pode ser orientado para o tópico ou para o foco, a depender da língua.

O português é uma língua orientada para o tópico, e as orações independentes são predominantemente empacotadas no molde categorial (cf. Pezatti, 2014a). O trecho em (6) exemplifica as construções tética e categorial em português.

(6) -> eu sozinho em casa, **começou a relampejar,** a trovejar, e pouco tempo depois choveu. e... em nossa casa havia, eh, uma de alvenaria, uma casa de alvenaria e outra uma palhota. eh, **e eu preferi ficar, eh, na palhota**. mas não dentro da palhota (Moçambique 86: Chuva)

Os subatos atributivos representados por "começou a" e "relampejar" em (6) formam uma construção tética em que a informação é apresentada como um todo, ou seja, todos os subatos são focais, pois a informação é considerada pelo falante como essencial para ser acrescentada à informação pragmática do ouvinte. O ato "eu preferi ficar na palhota", por sua vez, é categorial, pois apresenta um subato referencial tópico "eu" a partir do qual o falante for-

2 Na GDF, não apenas é possível que um subato veicule mais de uma função pragmática, como também pode haver mais de um tópico por oração, o que Hengeveld e Mackenzie (2008) denominam tópicos múltiplos.

mula sua afirmação. Além de "eu" indicar o próprio falante e estar disponível no contexto situacional, já foi referido anteriormente no discurso e, portanto, consiste em conhecimento compartilhado pelos interlocutores no momento da interação. Essa é uma condição para a informação ser escolhida como tópico pelo falante.

Nas construções categoriais, nem sempre o tópico está presente no ato discursivo; mesmo assim, nas orações em que tradicionalmente se diz que o sujeito está oculto, permanece a estrutura categorial da informação. Segundo Smit (2007, p.114), o referente tópico, nesses casos, não é codificado de novo, porque é identificável de modo suficiente pelos interlocutores. Adotamos aqui o argumento de Smit, segundo o qual diferentes línguas codificam essas construções com tópico zero de maneira diferente das construções téticas. Considere-se o trecho a seguir.

(7) - hum, hum. e portanto ***as pessoas*** **tiveram tempo de... fugir**, levar as suas coi[...]
->ant[...], a[...], os, ***as pessoas*** **não queriam fugir**
- hum, hum.
-> bem, é que já é d[...], é muito difícil também porque já, como já se trata duma zona fértil, lá criaram... todo o processo de socialização, têm lá e... **não queriam mesmo**, mas depois que... começaram a acontecer os estragos, como... as casas que foram destruídas, o fontanário que abastecia a população, os terrenos cultiváveis que foram, em grande parte, dizimados pelas la[...], pela lava aliás, já... ***eles*** **acharam por bem que o melhor destino era partir mesmo para as zonas menos afectada.**
- e **agora recomeçam uma vida nova nessas zonas,** ou como?-> não. **já regressaram para Chã das Caldeiras, neste momento**. (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

Todas as orações destacadas têm o mesmo tópico, codificado como um sintagma nominal "as pessoas", como pronome pessoal "eles" ou elíptico (tópico zero). Todas essas construções são categoriais, porque apresentam uma informação como tópico (subato que se toma como referência para a afirmação seguinte) e um comentário. Nas construções "não queriam mesmo", "agora recomeçam

uma vida nova" e "já regressaram para Chã das Caldeiras, neste momento", há um tópico zero, porque o subato sobre o qual se fala nesse momento da interação já foi dado no discurso anterior.

Em (8), há três construções apresentativas, marcadas em negrito, que têm como objetivo fazer surgir novos referentes no discurso ("uma casa tipo colonial", "uma sala muito grande" e "uma porta bem grande de ferro"). Nessas construções, os subatos referenciais trazem um referente que o falante deseja que o ouvinte acrescente à sua informação pragmática, ou seja, esses referentes são específicos para o falante e não identificáveis para o ouvinte.

(8) – uma fazenda é, fica em Friburgo, vinte minutos depois de Friburgo, portanto no município de Friburgo. a fazenda é bem grande, **tem uma casa tipo colonial**. a casa é toda cercada por um varandão com, com... cerquinha de madeira e depois então **dentro tem uma sala muito grande,** com duas portas em que se abrem duas alas, que são duas alas de quartos diferentes, cada ala com o seu banheiro... servindo. **depois tem uma porta bem grande de ferro que separa da copa.** (Brasil 80: Fazenda)

Seguindo Pezatti (2014a), propomos que os subatos "uma casa tipo colonial", "uma sala muito grande" e "uma porta bem grande de ferro" apresentam apenas a função pragmática foco, pois veiculam uma informação nova, até então não disponível no contexto. Esse tipo de construção apresenta apenas uma unidade semântica e uma cópula ("ter"), como suporte do tempo verbal. Somente se os interlocutores continuarem se referindo a essa entidade ela será considerada um tópico. Aqui, portanto, assumimos a posição de que tópicos novos (como definidos por Dik, 1997, p.315-7) são, na realidade, subatos com função foco. Não consideramos que o subato tenha a função tópico também, como o fazem Hengeveld e Mackenzie (2008), porque é bem específica no discurso a função desse tipo de construção, que não apresenta informação contextualmente disponível para a construção da oração. Ao contrário, o objetivo do falante é acrescentar um referente novo no discurso, que ele pode ou não retomar como tópico nos próximos atos. É isso que

ocorre na oração que se segue à primeira construção apresentativa no exemplo em (8). Na oração "a casa é toda cercada por um varandão com cerquinha de madeira", a entidade "uma casa tipo colonial", já introduzida no discurso, é retomada como o tópico "a casa" na oração seguinte e serve como ponto de partida para a informação "é toda cercada por um varandão com cerquinha de madeira".

A atribuição de funções pragmáticas a subatos tem como base informações contextuais. Para Jacobs (2001, p.650-1), durante a conversação, há um conjunto de informações compartilhadas tanto pelo falante como pelo ouvinte (conjunto contextual) que muda constantemente conforme prossegue a interação. Para facilitar o estoque e a recuperação de informação, essa rede temática é ordenada em arquivos, ou seja, um endereço identifica um desses arquivos (o tópico) ao qual a entidade se refere e ao qual deve ser adicionada a proposição. Esse processo ocorre de maneira similar à organização de um catálogo de biblioteca, tal qual a metáfora proposta por Reinhart (1981):

> A useful metaphor for the procedure involved here is the organization of a library catalogue (where each book-entry corresponds, in our metaphor, to a proposition). [...] For this topic-oriented search he turns to the subject catalogue. Intuitively, the construction of the context set resembles more that of the subject catalogue. Intuitively, the construction of the context set resembles more that of the subject catalogue. The propositions admitted into the context set are classified into subsets of propositions, wich are stored under defining entries. At least some such entries are determined by NP-interpretations. NP sentence-topics, then, will be referential entries under which we classify propositions in the context set and the propositions under such entries in the context set what we know about them in this set. (p.79-80)

> [Uma metáfora útil para o procedimento envolvido aqui é a organização de um catálogo de biblioteca (onde cada entrada de livro corresponde, em nossa metáfora, a uma proposição). [...] Para

essa procura orientada para o tópico, ele se volta ao catálogo temático. Intuitivamente, a construção do conjunto contextual se assemelha mais com esse catálogo temático. As proposições admitidas no conjunto contextual são classificadas em subconjunto de proposições que são estocadas sob entradas definitórias. Pelo menos algumas dessas entradas são determinadas por interpretações do Np. Então, Np tópicos sentenciais serão entradas referenciais sob as quais nós classificamos as proposições no conjunto contextual, e as proposições sob tais entradas no conjunto contextual representam o que sabemos sobre elas nesse conjunto.]

Como vimos, os moldes de conteúdo estão situados no nível interpessoal, em que o conteúdo comunicado é formulado a partir das intenções comunicativas do falante. Para que isso seja possível, devem estar disponíveis informações do componente contextual a que esse nível está ligado. Como esse componente fornece as informações situacionais e discursivas, ele é fundamental para a construção do molde de conteúdo categorial, já que este molde pressupõe a existência de informações estocadas no contexto.

O contexto, segundo Dik (1997, p.410-2), tem dois papéis na interação: facilitar o desenvolvimento das intenções comunicativas pelo falante e contribuir para a interpretação do discurso pelo ouvinte. Connoly (2007, p.13) acentua o caráter mutável do contexto: conforme o discurso prossegue, o contexto também muda, e vice-versa, pois cada oração vai ser produzida/interpretada no contexto do que já foi dito até aquele momento e será acrescentada ao contexto em que serão produzidas novas orações. As orações já presentes no contexto são informações dadas; as que entram, informações novas.

De fato, como o componente contextual na GDF se relaciona com todos os níveis da gramática, há um estrato equivalente a cada um dos níveis no contexto: estratos interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico. Todos os estratos dispõem de informação discursiva, mas apenas os dois primeiros também apresentam informação situacional.

Estrato interpessoal	1) Fonte situacional: participantes, tempo e lugar da enunciação 2) Fonte discursiva: atos que foram executados no discurso anterior
Estrato representacional	1) Fonte situacional: entidades percebidas, tais como indivíduos, eventos, propriedades 2) Fonte discursiva: entidades que têm sido denotadas no discurso anterior
Estrato morfossintático	Fonte discursiva: unidades morfossintáticas que foram produzidas no discurso anterior
Estrato fonológico	Fonte discursiva: unidades fonológicas que foram produzidas no discurso anterior

Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2014).

A informação situacional relaciona-se com as circunstâncias interacionais correntes: indicação (do número e da natureza) dos participantes da situação discursiva e de suas propriedades (sexo, relações sociais etc.); aspectos do local da interação (como pontos de referência); indicação do tempo de ocorrência do evento discursivo (distinção entre tempo absoluto e relativo, noções de empilhamento e rebaixamento, informação dada e nova).

A informação discursiva, por sua vez, constitui um empilhamento das informações formuladas e codificadas na gramática, isto é, a informação discursiva no estrato interpessoal, por exemplo, recupera todos os atos discursivos produzidos no nível interpessoal. Os atos mais recentes são posicionados no topo da pilha (*highest on the stack*)[3]; os mais antigos estão nas posições mais baixas da pilha e decaem gradualmente, imitando as limitações da memória episódica. Cada novo ato discursivo será movido para o topo da pilha e empurrará os atos antes produzidos uma posição para baixo.

O mesmo processo se dá em todos os estratos na constituição da informação discursiva dentro do contexto. Esse preenchimento dinâmico do componente contextual faz que, devido às limitações de nossa memória, algumas informações desapareçam ao longo do discurso e outras se tornem mais proeminentes. Ob-

3 O termo *stack* é usado por Hengeveld e Mackenzie (2014) no sentido de uma pilha à qual os elementos são adicionados no topo e apagados no pé.

serve-se a seguir como o discurso responde ao empilhamento de indivíduos dentro do estrato representacional do contexto.

(9)	No	caso	específico	da	**ANI**	**que**	é	aquele	que	**eu**	conheço	a	**ANI**
					x1	x1				x2 x1			x1 x2

	tem	um contrato	**com a United Press Int.**	**que**	é	**uma grande agência americana**
			x3 x1 x2	x3 x1 x2		x3 x1 x2

	e	que	tem	**os seus correspondentes** [...]
				x4 x3 x1 x2?

"ANI" (x1), o primeiro indivíduo inserido na pilha, cai uma posição após a inserção do indivíduo "eu" (x2) e volta à posição do topo quando retomado em "a ANI tem um contrato". Os indivíduos x1 e x2 caem uma posição na pilha após a inserção do indivíduo x3 no topo. A disposição dos indivíduos se mantém a mesma nas orações seguintes até a inserção do indivíduo x4, que empurra todos eles uma posição para baixo e pode inclusive levar o indivíduo "eu" no pé da pilha a cair no esquecimento.

Atente-se para o fato de que o pronome relativo tem a função de se referir ao indivíduo imediatamente anterior, evitando a repetição do termo. É uma estratégia coesiva que retoma o indivíduo estocado por último no componente contextual e mantém, dessa forma, a mesma disposição dele dentro do estrato representacional.

O relator "que": conjunção ou pronome relativo?

A formulação de uma análise dos moldes de conteúdo da oração relativa passa pela necessidade de discutir a natureza do relator: conjunção ou pronome relativo. Essa não é uma tarefa fácil, já que diversos pesquisadores se empreenderam nesse objetivo e

chegaram a conclusões divergentes. Em primeiro lugar, observa-se que os estudos sobre relativização em português brasileiro e europeu foram prioritariamente desenvolvidos sob a perspectiva da Gramática Gerativa, resultando em uma tradição de análise que considera a relativização a partir da (in)existência de movimento do constituinte "qu-". Também é necessário observar que as análises diferem quanto à natureza do relator, a depender das diferentes estratégias de relativização, aqui divididas, para melhor exposição dos argumentos, em relativas de sujeito e de objeto direto, copiadoras, cortadoras e relativas padrão (que incluem as preposicionadas e aquelas com pronome relativo diferente de "que"). As análises adeptas da relativização com movimento são influenciadas por Chomsky (1977), que propõe uma correlação entre a formação de relativas e interrogativas na língua inglesa, o que o leva a postular que, em todos os casos de relativização, há movimento do constituinte "qu-" para a posição inicial na oração relativa, o que comprova a natureza categorial de "que" como pronome relativo.

É consenso, entre os pesquisadores, que as relativas *pied-piping* (preposicionadas) e com pronome relativo diferente de "que" derivam de movimento do constituinte "qu-", porém, ao estudar as relativas de sujeito e de objeto direto e as relativas não padrão, ora o constituinte "que" é analisado como um pronome relativo autêntico, ora como um complementizador/conjunção/marcador de relativização. Para exemplificar essas duas posições, apresentamos a seguir as conclusões de Kato (1993) e Tarallo (1983), que assumem posições divergentes.

Tarallo (1983), tendo como arcabouço teórico a Gramática Gerativa, propõe que o português dispõe de dois sistemas de relativização: um sistema padrão que deriva relativas pelo movimento do constituinte-qu e outro que deriva relativas por meio de uma regra de apagamento. Nessa perspectiva, o autor propõe três tipos de relativas. A relativa padrão, exemplificada em (10), em que, por meio de uma regra de movimento, o SN-qu é movido para o início da oração como pronome relativo, levando a preposição consigo, no caso da relativização de constituintes preposicionados, tal como o esquema a seguir.

(10) e por quem? quem é que vai realizar esses estudos? ah, Lavoisier, **de quem já vos falei** (Portugal 89: Pai da medicina)

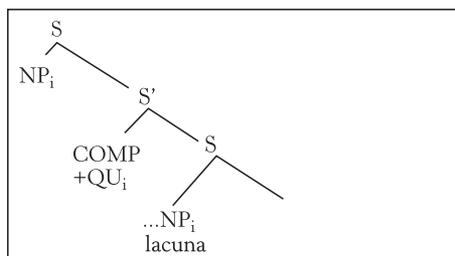



Figura 1 – Variante padrão (Tarallo, 1983, p.45).

Na segunda estratégia, a de pronome cópia, exemplificada em (11), não há movimento do constituinte-qu, sendo a lacuna preenchida por um pronome cópia. Apesar de admitir a possibilidade de a relativa copiadora ser encabeçada também por um pronome relativo (qualquer um diferente de "que"), o autor afirma que, em seus dados, todas as ocorrências de copiadoras foram introduzidas por um complementizador,[4] tal como esquematizado na Figura 2.

(11) eu sou uma pessoa **que... pode fazer mil cachorradas comigo** mas eu vou estar sempre ouvindo o que a pessoa tem a me falar (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

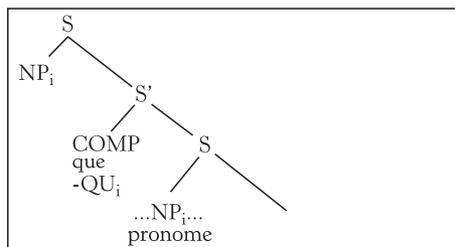



Figura 2 – Variante de pronome cópia (Tarallo, 1983, p.46).

4 Diferentemente, em nossos dados, foram encontradas duas ocorrências de encabeçamento da copiadora por pronome relativo.

A terceira estratégia de relativização é a de lacuna, em que não há movimento do constituinte-qu, apenas apagamento *in situ*. Essa estratégia corresponde às relativas de sujeito e de objeto direto (exemplo (12); Figura 3) e à estratégia cortadora (exemplo (13); Figura 4). Nesta última, também há o apagamento da preposição.

(12) portanto, as ravinas do Moxico, as ravinas do leste de Angola são todas provocadas pelo excesso de população **que retirou ao solo o coberto vegetal** que fazia a protecção física e mecânica, física, mecânica, claro, e química também, fazia a protecção desse solo. (Angola 97: Guerra e ambiente)

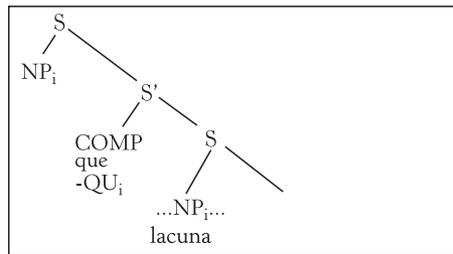



Figura 3 – Variante de lacuna (Tarallo, 1983, p.47).

(13) vemos belezas encantadoras, **que nós até nem temos força de resistir**. (Portugal 97: Amores de Camilo)

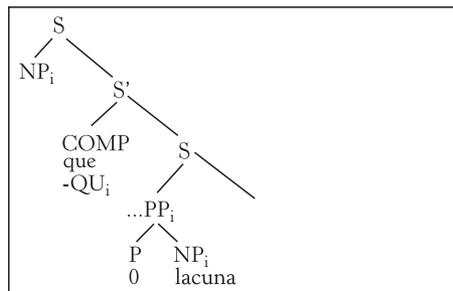



Figura 4 – Variante cortadora (Tarallo, 1983, p.48).

O autor afirma que pronomes relativos "completos" ("o qual", "a qual" e "cujo") não são encontrados na língua falada do por-

tuguês brasileiro, o que o leva a postular que a relativização não é realizada por movimento de constituintes, e sim por uma regra de apagamento que pode deixar a posição do constituinte relativizado vazia ou preenchida por um pronome cópia. Isso significa que a oração relativa, no português brasileiro, é introduzida por um complementizador, nas estratégias não padrão e nas relativas de sujeito e de objeto, e por um pronome relativo, na estratégia padrão, que ocorre predominantemente na escrita e no discurso mais formal.

Também tendo como base o arcabouço teórico da Gramática Gerativa, Kato (1993) postula uma análise alternativa para as orações relativas, partindo do pressuposto de que o português não é apenas uma língua com proeminência de sujeito, mas também de tópico/deslocamento à esquerda.[5] A inovação da análise da autora é justamente a possibilidade de relativização também dessa categoria discursiva. Considerando os termos nas construções de tópico em (14), Kato (1993, p.230) propõe que são exatamente esses os termos relativizados nas relativas em (15).

(14) a Esse buraco$_i$ taparam ele$_i$ outro dia.
b Essa cerveja$_i$ eu não gosto $\emptyset_i$.
c O seu regime$_i$ entra muito laticínio $\emptyset_i$.
d As cadeiras optativas$_i$, cê precisa ter um conhecimento $\emptyset_i$ bom antes.

(15) a **O buraco** que taparam ele outro dia...
b **A cerveja** que eu não gosto...
c **O regime** que entra muito laticínio...
d **As cadeiras optativas** que cê precisa ter um conhecimento bom antes.

5 Kato baseia-se nos resultados de Pontes (1987) sobre o tópico/deslocamento à esquerda no português para fazer essa proposta. Os Nps que esta autora analisa como tópicos nem sempre correspondem a análise equivalente na GDF, em que também podem corresponder ao ato discursivo com função retórica de orientação.

Em (15a), (15b) e (15d), o Np em deslocamento à esquerda é correferencial a um objeto pronominal, um objeto nulo e um complemento de núcleo nominal, respectivamente. Já em (15c), há uma estrutura similar à canônica SVO, mas com um sujeito tópico que é o locativo do verbo.

A autora defende o tradicional estatuto de pronome relativo para a palavra "que" não só para a relativa padrão, mas também para as relativas não padrão, e afirma que todos os tipos de relativas são derivadas por movimento e todos deixam uma lacuna na sua posição de origem. Para comprovar isso, ela propõe que o processo de relativização do português brasileiro é o mesmo em todos os tipos de orações relativas, sendo a diferença entre eles resultado do lugar de extração, que pode ser a posição de tópico, para a relativa não padrão, e os vários termos de dentro da oração (sujeito, objeto direto, objeto indireto etc.), para a relativa padrão, conforme explicitado em (16).

(16) a Relativa não padrão
A moça$_i$ [$_{CP}$ que$_i$ [$_{Top}$ **(t)**$_i$ [eu falei **com ela**$_i$/Ø]] (Kato, 1996, p.228)
b Relativa padrão
A moça$_i$ [$_{CP}$ com quem$_i$ [$_{IP}$eu falei **(t)**$_i$]] (Ibidem)

Enquanto, na relativa padrão em (16b), há relativização do objeto do verbo, na não padrão em (16a) é a posição de tópico que é relativizada. Dessa forma, o pronome relativo é unido correferencialmente ao vestígio na posição do tópico, na cortadora, e ao pronome pessoal, na copiadora.

Ao retomar essas duas propostas, objetiva-se mostrar aqui que a natureza morfológica do relator "que", nas relativas de sujeito e de objeto direto e nas não padrão, é de fato uma questão que está longe de ser resolvida, mesmo tendo como base um mesmo arcabouço teórico. Além desses autores, diversos outros também divergem quanto à natureza do relator como pronome relativo (Wheeler, 1982; Cohen, 1990; Corrêa, 1998; Kenedy, 2007) ou conector (Alexandre, 2000; Bagno, 2011; Camacho, Capítulo 9 neste volume).

O exposto mostra a dificuldade de definir a oração relativa, bem como a natureza do relator na literatura. Para solucionar esse problema, pode-se pensar em pelo menos três soluções: ou se reformula a definição de oração relativa, com base exclusivamente no critério semântico modificação, e abandona-se o critério formal existência de um pivô; ou se revê a análise do constituinte-qu como conjunção, analisando-o como pronome relativo de fato; ou se admite que essas construções são introduzidas por conjunção e deixam de ser orações relativas. Bagno (2011), por exemplo, opta pela última posição. O autor define a relativa como aquela que tem pronome relativo e considera que os pronomes relativos estão em processo de extinção no português, dando origem a um conector, o que o leva à conclusão de que a oração relativa está em processo de desaparecimento no português brasileiro. Camacho (Capítulo 9 neste volume), por outro lado, aproxima-se mais da primeira opção. Apesar de definir a oração relativa a partir da noção de pivô (cf. Vries, 2002) e de afirmar que a relativa cortadora não registra nenhum correferente (Camacho, Capítulo 9) e, portanto, não apresenta nenhum constituinte pivô, o autor defende que todas as estratégias se mantêm como estratégias de relativização, devido à sua função de modificação de núcleo nominal. Isso significa que, apesar de sua semelhança formal com as orações completivas, o autor entende que sua função modificadora é mais importante na definição da relativa.

Como é possível perceber, a dificuldade em saber se "que" é conjunção ou pronome relativo deriva do fato de não haver critérios claros para distinguir essas duas classes gramaticais e, é claro, do fato de que as categorias são contínuas, e não discretas (cf. Camacho, Capítulo 9). A conjunção, independentemente de ser coordenativa ou subordinativa, é definida essencialmente pelo seu caráter conector, cuja função é unir duas orações (cf. Bagno, 2011, p.884; Neves, 2011b, p.223). Entretanto, essa função juntiva pode ser atribuída também a certas preposições, a certos advérbios e aos próprios pronomes relativos.

Enfim, parece que a opção por classificar "que" como pronome relativo ou conjunção deriva, em grande parte, de uma opção teórica do analista (afinal, como diria Saussure, é o ponto de vista que cria o objeto), visto que há fortes argumentos a favor de ambas as posições (Camacho, comunicação pessoal).

Propõe-se, assim, com base essencialmente no arcabouço teórico da GDF, uma possível resposta para a questão da diferença entre pronomes relativos e conjunções.

A posição assumida aqui vai ao encontro da proposta de Kato (1993), uma vez que considera a noção de tópico fundamental para defender a natureza pronominal de "que", seguindo, entretanto, uma linha argumentativa distinta. Enquanto a autora defende que a oração relativa é sempre encabeçada por um pronome relativo, argumentando que é a posição de tópico que é relativizada nas relativas não padrão, assume-se aqui que o próprio pronome relativo tem a função pragmática de tópico e preserva a sua função anafórica, independentemente da estratégia de relativização utilizada pelo falante. Em (17), por exemplo, observe-se a distinta natureza do elemento em diferentes tipos de orações subordinadas.

(17) a eu acho **que continua sendo superficial o nosso relacionamento**, por ser irmã gêmea eu acredito que nosso relacionamento é superficial (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

b Eu também faço por ela **que eu gosto dela demais**. (Brasil 80: Gosto dela)

c devido à, às aulas **que o meu sócio me deu** felizmente já toco alguma coisa. (Moçambique 83: Cantar e pintar)

Em (17a), percebe-se que o conectivo é "completamente desprovido de significado temático ou referencial" (cf. Corrêa, 1998, p.42), servindo apenas para unir duas orações. Em (17b), a função de "que" não é apenas unir os dois estados de coisas, mas também expressar a função semântica razão da oração subordinada, que contribui para a argumentação que está sendo construída (cf. Capítulo 5, neste volume). Já em (17c), em que há uma relativa cortadora, percebe-se claramente que "que" retoma "aulas", mantendo

assim o valor referencial, o que lhe concede o estatuto de pronome. Esse valor referencial não se apresenta na conjunção.

Analisar "que" como tópico encontra respaldo em ocorrências copiadoras, como esta expressa em (18), uma vez que o núcleo nominal é repetido, em forma de pronome, na função que lhe é própria como constituinte da propriedade configuracional.

(18) porque há um tubarão no mar... que é rei do mar. é um tubarão **que o próprio, às vezes, pescador tem medo dele,** chamado "tubom-tunhá". (São Tomé e Príncipe 96: Pesca)

Nesse tipo de relativa, é comum considerar-se que "que" é uma conjunção devido ao fato de ser desnecessária a referência anafórica por meio de um pronome relativo, já que há na sentença um pronome pessoal correferencial ao núcleo nominal. Se realmente fosse desnecessário expressar de novo o item pelo fato de ele já estar sendo referido pela forma pronominal, não haveria no córpus duas (dentre seis) ocorrências de copiadoras que são (disso ninguém duvida) encabeçadas por pronome relativo.

(19) a depois então vai o cortejo para esse império
- hum.
-> que é uma espécie de coreto **em que a coroa está ali** e depois começa a haver ah, as ofertas que, que as crianças levaram (Portugal 73: Culto tradicional)

b primeiro fui trabalhar numa serra[...], serralharia, não é, e **onde fiquei aí duas semanas** (Angola 97: Jovem Gaspar)

Em ambos os exemplos, há, dentro da oração relativa, um pronome relativo ("que" e "onde") e um pronome adverbial ("ali" e "aí") correferentes aos núcleos "espécie de coreto" e "serralheria", presentes na oração principal. Isso significa que é perfeitamente possível que mais de um constituinte se refira à mesma entidade.

Quanto às relativas cortadoras, diferentemente dos adeptos do estatuto de conectivo para o item "que", o qual as encabeça, consideramos que a não expressão da preposição na relativa não está

relacionada à natureza pronominal do constituinte "que", pois a preposição traz apenas informação sobre a função semântica do nome relativizado. Além disso, a não expressão da preposição não impede a retomada anafórica do núcleo nominal da oração principal. Assim, em (20), é possível identificar a referência de "que", isto é, o núcleo nominal "sociedade socialista". Em todas as ocorrências do córpus, é perfeitamente possível verificar essa propriedade coesiva trazida por "que". Não há dúvida, portanto, de que se pode considerá-lo um pronome.

(20) – por exemplo, quando se fala em liberdade...
– na sociedade socialista **que se falam tanto**
– hum.
– **que se apregoam tanto**, como você falou no plano filosófico, não é, é, até aí...
(Brasil 87: Economia e sociedade)

A não expressão da preposição, que marca a função semântica, é explicada por fatores pragmáticos. Cintra (2005, p.84), analisando os constituintes circunstanciais do quadro espacial posicionados no início da oração independente, observa que a não expressão da preposição, em construções como "Olinda ninguém mora", deve-se à função pragmática tópico exercida por esse constituinte. De acordo com Dik (1989), a função pragmática mascara a expressão da função semântica, que, por sua vez, prevalece sobre a função sintática, obedecendo assim ao princípio funcional: a pragmática comanda a semântica, e a pragmática e a semântica comandam a sintaxe.

Postula-se aqui que algo similar ocorre com a não expressão da preposição em construções relativas com "que". O pronome relativo, ao retomar um referente expresso anteriormente e servir como ponto de partida para a asserção que o segue, constitui o tópico da oração relativa, ou seja, tem apenas função pragmática, sendo as funções semântica e sintática relegadas a segundo plano. É isso que desencadeia a não expressão da preposição, marcadora de função semântica, produzindo as construções denominadas relativas cortadoras.

O relativo é um tópico por *default* devido à sua natureza pronominal, o que se comprova pelo fato de ele não poder ser informacionalmente novo. Para Halliday (1967), os pronomes relativos são itens anafóricos de substituição "inherently 'given' in the sense that their interpretation depends on identification within the preceding text" [inerentemente "dados", uma vez que sua interpretação depende de identificação dentro do texto precedente] (p.206). Isso significa que o pronome relativo realiza um movimento de volta a uma informação citada anteriormente no texto para recuperação da informação a que se refere, o que comprova seu caráter anafórico. Considerar o pronome relativo como tópico da oração assemelha-se, apesar dos diferentes pressupostos teóricos, à proposta de Zuloaga e Toledo (s/d, p.522-3) que, numa análise da organização informativa do texto, consideram esse pronome o tema da oração. Halliday (1967), que embasa o trabalho dos autores, define tema como o ponto de partida para a oração, aquilo sobre o que se está falando "agora" e que não coincide obrigatoriamente com o que se estava falando "antes" (informação dada). Percebe-se com clareza uma semelhança entre o conceito de tópico da GDF e o de tema de Halliday (1967), o que permite uma aproximação entre a função tópica do pronome relativo, proposta aqui, e o papel coesivo desempenhado por ele na rede de correferência textual, como proposto pelo teórico do funcionalismo sistêmico. Devido à função tópico, o pronome relativo assume a posição P^I, própria dessa função em português.

A posição que se assume aqui é a de considerar o uso de "que" como conjunção somente nas situações em que a oração estabelece uma relação de dependência com o núcleo, o que configura casos de orações completivas, não de relativas. Adota-se, portanto, a proposta feita por Camacho (cf. Capítulo 9) com base em Hengeveld e Mackenzie (2008, p.307-8), entre a relação núcleo-argumento e núcleo-modificador para as construções relativas. Isto quer dizer que um mesmo nome pode ser modificado por uma oração relativa ou ser completado por uma oração argumental. Nesse sentido, comparem-se as orações (21) e (22).

(21) "ó! tu se cuida, malandro! te cuida que eu vou, eu, eu vou te achar, heim! e **a hora *que eu te achar***, fica ruim!" (Brasil 80: Criar filhos)

(22) então ali nós acordamos estas crianças, apesar que é um pouco de sacrifício, não é, eh, e é, é incomodar a criança enquanto está a dormir, mas é aquela hora que nós achamos porque, prontos, eh, é logo, é **a hora *em que eles estão ali, eh, praticamente, assim, eh, reunidas***. (Angola 97: Meninos de rua)

Na relação núcleo-argumento, em (21), um nome exige um argumento oracional com função semântica de referência, em que o composto núcleo + argumento forma um núcleo configuracional. Já na relação núcleo-modificador, em (22), a oração relativa funciona apenas como um modificador que fornece informações para especificar o núcleo.

Sendo assim, a diferença entre conjunção e pronome relativo é vista aqui como derivada de diferenças na formulação desses constituintes, tal como resumido no Quadro 1.

Quadro 1 – Distinção entre conjunção e pronome relativo

	Conjunção	**Pronome relativo**
NI	–	R
NR	–	p, ep, e, x, t, l, m, r, q, f
NM	(Gw) conjunção gramatical	(Gw) pronome

Tanto o pronome relativo como a conjunção são codificados como palavras gramaticais no nível morfossintático. Tal codificação, porém, reflete diferentes processos de formulação. Enquanto o pronome relativo é formulado pragmaticamente como um subato referencial (R) e semanticamente como uma categoria semântica de qualquer tipo (conteúdo proposicional, episódio, estado de coisas etc.), a conjunção "que" é codificada diretamente no nível morfossintático, não tendo nenhuma informação pragmática ou semântica. O quadro evidencia que a distinção entre conjunção e pronome relativo ocorre na formulação, já que, em termos morfossintáticos, são codificados como palavras gramaticais (Gw), normalmente (mas não exclusivamente) com forma idêntica: "que".

Análise dos moldes de conteúdo na oração relativa

A análise da ordem dos constituintes se baseia nos pressupostos teóricos da GDF, que postula três posições absolutas para os constituintes oracionais: a posição inicial (P^{I}), a posição medial (P^{M}) e a posição final (P^{F}). Estas posições, que são elásticas (cf. Conoly, 2012, p.458), podem expandir-se, depois de ocupadas por um constituinte, para a direita, no caso de P^{I}, para a esquerda, no caso de P^{F}, e em ambas as direções, no caso de P^{M}, tal qual o esquema a seguir (adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Expressão linguística	$P^{PRÉ}$	P^{CENTRO}	$P^{PÓS}$
Oração		$P^{I}P^{I+n}$ ... P^{M-n} $P^{M}P^{M+n}$ .... P^{F-n} P^{F}	

Hengeveld e Mackenzie (2008) postulam as posições $P^{PRÉ}$ e $P^{PÓS}$ para os constituintes extraoracionais. Em português, na camada da oração, enquanto o predicado é posicionado em P^{M} (cf. Pezatti, 2014a), os domínios inicial e final são ocupados por constituintes "psicologicamente" salientes. Disso resulta a preferência por se posicionarem os constituintes pragmáticos nesses domínios. Da mesma forma que ocorre na oração independente (Pezatti, 2014a), os constituintes com as funções pragmáticas tópico e foco estão posicionados no domínio inicial e final da oração relativa, respectivamente, formando os moldes de conteúdo categorial e apresentativo.

É importante frisar que a oração relativa não pode ser construída no molde tético, pois contém fundamentalmente pelo menos um subato referencial (+ específico e + identificável) com função pragmática tópico. Este subato é representado pelo pronome relativo, que, como já observado, assume sempre a posição P^{I}.

O molde de conteúdo da oração relativa, assim como na oração simples, é predominantemente o categorial. Em (23), por exemplo, uma relativa padrão, o pronome relativo "onde" retoma uma entidade disponível contextualmente ("Hospital da Covilhã") e é tomado como ponto de partida para a informação veiculada a seguir.

(23) recorri várias vezes à urgência do Hospital da Covilhã, **onde me administravam uma injecção intravenosa**, para o coração voltar ao normal. (Portugal 97: Mal desconhecido)

P^{I}	P^{M-1}	P^{M}	P^{M+1}
onde$_{TOP}$	me	administravam	uma injecção intravenosa

O pronome relativo é sempre o tópico da oração, independentemente de sua função sintática (sujeito, objeto direto, objeto indireto ou adjunto adverbial), conforme atestado pelas orações em (24)-(27), respectivamente.

(24) estão aí de acordo com o próprio governo **que concede essa licença** (Moçambique 97: Maternidade)

P^{I}	P^{M}	P^{M+1}
que$_{Top}$	concede	essa licença

(25) há a codorniz **que a gente apanha com facilidade** (Portugal 70: Homens e bichos)

P^{I}	P^{I+1}	P^{M}	P^{F}
que$_{Top}$	a gente$_{Top}$	apanha	com facilidade

(26) – então há esse negócio de liberdade, não é, **que você está falando**... (Brasil 93: Festa de estudante)

P^{I}	P^{I+1}	P^{M}
que$_{Top}$	você$_{Top}$	está falando

(27) -> inclusivamente famílias alargadas **em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares** (Guiné-Bissau 95: Mulher africana)

P^{I}	P^{M}	muleta	P^{F}
em que$_{Top}$	temos	eh, portanto	desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares

O pronome relativo é o tópico da oração e se refere ao núcleo nominal presente na oração principal. Durante a interação, o falante tem à disposição diversas estratégias coesivas com função de retoma-

da tópica, dentre elas, o uso de pronome relativo. A função coesiva dos pronomes relativos já foi apontada por Focchi (1991):

> Segundo se depreende, o relativo será, por sua natureza de sinal, de indicador, um item de referência capaz de recuperar, reiterar uma informação no próprio texto, sinalizar um conteúdo que se repete. Assim, pondo-se como lugar de uma repetição de conteúdo, como um item de remissão ao já dito, o pronome relativo classifica-se entre os anafóricos. (p.109)

Na relativização das posições sintáticas preposicionadas (cf. (19)), uma preposição encabeça a oração relativa padrão. Como a preposição e o pronome relativo formam um sintagma preposicional, eles são colocados juntos no início da oração, ocupando P^I.[6] O argumento principal para esse ponto de vista é o fato de não ser possível colocar um modificador entre a preposição e o pronome relativo. Além disso, a preposição é exigida pelo predicado verbal e tem a função gramatical de "sinalizar termos" com função sintática atribuída ao primeiro ou segundo argumento (Pezatti et al., 2010), o que quer dizer que ela escopa o pronome relativo que substitui o termo argumental. Dessa forma, a preposição e o pronome são considerados em conjunto nas posições dentro da oração, como exemplificado em (27).

É importante dizer também que o pronome relativo "cujo" é ordenado dentro do sintagma, o Np de que faz parte, e não dentro da oração, devido à sua natureza de modificador de posse, que se refere sempre ao núcleo desse sintagma. Dessa forma, no padrão oracional, todo o Np "cujo juramento" em (28) é posicionado em P^I, no domínio da oração. Neves (2011a, p.370-1) afirma que o constituinte introduzido pelo pronome "cujo" só pode ter determinação definida, ou seja, não pode ser introduzido por artigos ou pronomes indefinidos, uma vez que esse pronome já inclui o valor

---

6 A ordenação da preposição e do pronome relativo deve ser, então, vista no domínio do sintagma.

de finitude. Isso reforça a hipótese de que tanto o pronome "cujo" como o Np "cujo juramento" são tópicos, respectivamente, do sintagma e da oração relativa.

(28) -> para nós o pai da medicina tem sido Hipócrates, **cujo juramento ainda continua a estar actualizado**. (Portugal 89: Pai da medicina)

Sintagma	(a)	P^{I}		P^{M}	
		cujo$_{Top}$		juramento	
Oração	(b)		P^{I}	P^{I+1}	P^{M}
			cujo juramento$_{Top}$	ainda	continua a estar actualizado

O córpus utilizado dispõe de poucas ocorrências de relativas apresentativas, de que (29) e (30) são exemplos.

(29) aconteceu que em mil novecentos e dezessete, a União Soviética, a Rússia, ela tinha uma relação de produção eminentemente feudal, **onde havia os czares** e havia os servos. (Brasil 87: Economia e sociedade)

P^{I}	P^{M}	P^{F}
onde$_{Top}$	havia	os czares$_{Foco}$

(30) você sabe que nós começamos numa, numa, fase de produção escravista, passamos para uma fase de produção, eh, feudal **onde existia o servo e o escravo** e não se parou por aí. (Brasil 87: Economia e sociedade)

P^{I}	P^{M}	P^{F}
onde$_{Top}$	existia	o servo e o escravo$_{Foco}$

A oração relativa deve ser considerada apresentativa quando exerce a função de introduzir um subato referencial no discurso. A relativa apresentativa sempre dispõe de um tópico (o pronome relativo) que consiste em uma marcação do cenário espacial que o falante toma como ponto de partida para inserção de um novo referente no discurso. Isso significa que essa oração sempre tem a estrutura [(SA)^{N} (R)^{TOP} (R)^{FOC}], o que difere da oração independente, que não parte necessariamente de um tópico para a construção

da oração apresentativa. Nas orações (29) e (30), a entidade introduzida no discurso já está disponível no componente contextual, por isso é entendida como [+ específica, + identificável], sendo codificada por meio do artigo definido.

A partir do momento em que a entidade é apresentada e está disponível no componente contextual, pode ou não ser retomada como tópico das orações posteriores. Não foram encontradas, no córpus, ocorrências de relativas apresentativas em que a entidade introduzida é retomada como tópico nas orações a seguir, mas essas construções são facilmente encontráveis na internet.

(31) Ganhamos um kit da Tirolez [onde tinha **um Fondue de queijo**], ***Fondue*** todo mundo conhece, então pensamos em fazer coisas diferentes com ele, petiscos para comer com pão no inverno. E porque então não fazer *Bruschetas* de *Fondue*. Tá achando estranho né? Mas vai por mim, ficam muito boas e sumiram em questão de minutos. Fizemos algumas simples, só um pouco de alho passado na fatia de pão italiano, o ***Fondue*** espalhado com uma colher e parmesão. (Extraído de: <http://www.dignow.org/post/sorteio-kit-de-queijos-tirolez-com-fondue-4094013-37148.html>. Acesso em: 11 jun. 2013)

P^{I}	P^{M}	P^{F}
onde_{Top}	tinha	um *Fondue* de queijo_{Foco}

Em (31), após se introduzir, pela primeira vez no discurso, a entidade "*Fondue* de queijo", ela fica disponível no estrato representacional no componente contextual, de onde é extraída e reativada no discurso nas orações seguintes: "*Fondue* todo mundo conhece" e "o *Fondue* espalhado com uma colher e parmesão". Nessas orações, por receber a função pragmática tópico, o termo "*Fondue*" é codificado na posição inicial da oração. Em outros termos, uma vez introduzida no discurso, a entidade fica disponível no contexto, permitindo ao falante retomá-la em construções categoriais. Observe-se que, nessa oração apresentativa, o subato introduzido ("um *Fondue* de queijo") é marcado como específico e não identificável, já que o objetivo do falante é introduzir, na informação pragmática do ouvinte, uma entidade não disponível nem no componente contextual nem no conceitual.

Nas construções apresentativas, a entidade com função pragmática tópico é posicionada no domínio de P^I; a cópula suporte (normalmente, os verbos "haver", "existir" e "ter"), inserida no nível morfossintático, ocupa a posição medial; e a entidade nova, por ser focal, vai para o domínio final da oração.

Deve-se observar que, até agora, apresentamos apenas orações relativas não restritivas, que podem ser analisadas em termos de moldes de conteúdo, pois consistem em atos discursivos. Conforme afirmado anteriormente, os moldes de conteúdo são combinações de subatos com função pragmática de tópico e foco, que formam o núcleo do conteúdo comunicado. Portanto, apenas a relativa não restritiva contém o conteúdo comunicado completo veiculado pelo falante em dado momento da interação e, por isso, pode ser analisada em termos de combinações de funções pragmáticas. A oração restritiva, por sua vez, apesar de também conter subatos, consiste em um modificador nominal do nível representacional, não constituindo, portanto, a totalidade do conteúdo comunicado expresso pelo falante, nem um ato discursivo independente. Assim, em termos interacionais, só pode ser analisado o ato discursivo ao qual ela pertence, conforme exemplificado a seguir.

(32) -> e há uma colher de panela **que também é matriz**. (Cabo Verde 95: Colher e panela)

P^M	P^F
há	uma colher de panela que também é matriz $_{Foco}$

(33) eu não cheguei ali a entrar, mas, agora, há uma senhora **que eu conheço, que está na escola superior agrária, que mora ali**, portanto, o marido é tropa (Portugal 97: Base militar)

P^M	P^F
há	uma senhora que eu conheço, que está na escola superior agrária, que mora ali $_{Foco}$

Nessas construções, a função da oração relativa é especificar algum aspecto do subato inserido como referente novo no discurso.

O núcleo nominal da oração principal normalmente é não identificável, pois a função dessas construções é apresentar ao ouvinte a entidade designada no núcleo.

Observe-se que, em (33), há três orações relativas que contribuem para a construção do referente "senhora", introduzido pela construção apresentativa. O papel da oração relativa é atribuir informações descritivas suficientes sobre a nova entidade, com base na estimativa do falante sobre a informação pragmática do ouvinte, para que este possa identificar o referente pretendido dentre um conjunto infinito de referentes potenciais para o termo "senhora" (cf. Dik, 1997). O objetivo das duas primeiras orações relativas é apresentar um novo referente, mas a terceira oração relativa ("que mora ali"), além de ter esse papel, também serve para conferir autoridade ao discurso dessa senhora, já que, se ela mora no bairro alemão, conhece bem as casas ali construídas e pode dizer, com certeza, que são boas construções, diferentemente do falante que não está qualificado para fazer essa afirmação porque nunca entrou lá. Por outro lado, em (32), o falante acrescenta somente a informação "também ser matriz" ao referente novo "colher de panela" porque acredita que essa informação é suficiente para o ouvinte identificar o referente, pois antes se havia falado sobre um prato matriz, e o objetivo do falante é sinalizar ao ouvinte que havia também uma colher matriz. Isso significa que o falante não acrescenta nem mais nem menos informação descritiva do que aquela que acredita ser suficiente para o ouvinte identificar o referente pretendido, dentre outros possíveis.

Nessas construções, todo o conjunto cópula + Np + oração relativa forma uma construção apresentativa. A oração relativa é ordenada não no domínio da oração principal, mas dentro do sintagma, o Np a que pertence, normalmente na posição final, por causa de sua complexidade, em comparação com outros modificadores e operadores do núcleo nominal, como exemplificado em (34).

(34)	P^I	P^M	P^{M+1}	P^F
	uma	colher	de panela	que também é matriz

Em um mesmo ato discursivo, mais de um subato pode ter a função pragmática tópico. Pode haver, portanto, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), tópicos múltiplos, como se observa nas orações relativas de (35) e (36).

(35) empregados deles, **que naquela altura andavam ali de socos** e... hoje têm aqui uma fortuna doida (Portugal 97: Desporto e dinheiro)

P^{I}	P^{I+1}	P^{M}	P^{M+1}	P^{M+2}
que$_{Top}$	naquela altura$_{Top}$	andavam	ali	de socos

(36) dizem que foi um, um lugar, uma sen[...], tinha uma senzala, tem realmente uma, uma parte subterrânea em que poderia ser uma senzala de escravos, entende, então parece que houve histórias de que houve fugas de escravos etc., etc., durante o período da, do século passado. Então **que os escravos ali se refugiaram**. (Brasil 80: Fazenda)

P^{I}	P^{I+1}	P^{I+2}	P^{M}
que$_{Top}$	os escravos$_{Top}$	ali$_{Top}$	se refugiaram

Em (35), além do pronome relativo, que é tópico por natureza, por isso está posicionado em P^{I}, há outro tópico, o modificador com função semântica tempo, que se posiciona no domínio inicial da oração (P^{I+1}). Em (36), há três tópicos no domínio de P^{I}: o pronome relativo, "os escravos" e o modificador "ali", informações já disponíveis contextualmente. Observe-se, porém, que o pronome relativo sempre ocupará a posição P^{I}, empurrando os outros tópicos para as posições relativas, P^{I+n}.

Palavras finais

No trabalho apresentado neste capítulo, problematizou-se a natureza categorial do constituinte que encabeça a oração relativa. Na literatura, ora esse constituinte é analisado como conjunção, ora como pronome relativo. Para mostrar a dificuldade de encontrar um consenso para sua definição, retomamos dois pontos de vista

divergentes, dentro do arcabouço teórico da Gramática Gerativa: o de Tarallo (1983) e o de Kato (1993). Para ambos os autores, o constituinte-qu é um pronome relativo nas relativas padrão, mas, no que diz respeito às relativas de sujeito e de objeto direto e às relativas copiadora e cortadora, os autores divergem quanto à sua classificação. Tarallo considera que o item é um complementizador, pois não há movimento do constituinte-qu. Já para Kato trata-se de um pronome relativo, pois há relativização do constituinte tópico, com movimento do constituinte-qu.

Também foi discutida aqui a dificuldade para encontrar critérios claros para a definição da relativa, a qual é definida tanto pelo papel coesivo anafórico desempenhado pelo pronome relativo que a encabeça como pela função modificadora que desempenha com relação ao núcleo nominal da oração principal. Ao admitir que o relator é uma conjunção, deve-se definir se apenas a função modificadora é suficiente para definir a relativa, ou assumir que essas construções deixam de ser relativas. Optamos por analisar o constituinte que encabeça a oração relativa padrão e não padrão como um pronome relativo por *default*, por ser o tópico da oração relativa, ou seja, por ser a informação (já disponível contextualmente) a partir da qual o falante parte para acrescentar novas informações no discurso. Explicamos a não expressão da preposição nas cortadoras devido à prevalência da função pragmática de tópico, em detrimento da função semântica veiculada pela preposição.

Também procuramos mostrar aqui que a oração relativa é formulada no nível interpessoal, de acordo com as funções pragmáticas tópico e foco atribuídas a subatos. O falante escolhe determinada ordem a partir dos pressupostos sobre o conhecimento pragmático do ouvinte, visando atingir determinados objetivos comunicacionais. A oração relativa é formulada predominantemente no molde categorial, pois tem sempre um pronome relativo com função tópica encabeçando-a. Isto quer dizer que o falante, ao escolher empacotar sua mensagem como oração relativa, parte necessariamente de uma informação já disponível no contexto e compartilhada com o ouvinte. É possível, entretanto, que esse tópico retome informações

contextuais referentes ao lugar da interação e que haja um subato referencial (R), com função foco, sendo introduzido no discurso, o que constituirá uma relativa no molde apresentativo. A existência desses dois modos de conteúdo para a oração relativa em português está representada em (37).

(37) **Oração relativa**

a) Categorial (C_1: $[(SA)^{N}\ (R)^{TOP(N)}]$ (C_1))
b) Apresentativa (C_1: $[(SA)^{N}\ (R)^{TOP}(R)^{FOC}]$ (C_1))

Considerações finais

Roberto Gomes Camacho

Coube-me a grata tarefa de fechar este volume, e se digo grata é porque, no balanço que fiz, o saldo que restou das relações de perdas e ganhos é, na minha opinião, altamente positivo. Vou tentar demonstrar brevemente por que penso assim.

Mas talvez valesse a pena, logo de início, recordar que este volume resulta do desenvolvimento de um projeto de pesquisa, como já mencionado na apresentação. Apesar disso, os capítulos que o compõem, propositalmente, digamos assim, não acentuam os procedimentos formais do arcabouço teórico no qual se assentam as descrições, a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Despojar as descrições de seu suporte tecnicamente formal, um dos ganhos a expandir o saldo positivo, teve o objetivo claro de facilitar a compreensão do leitor para o que está realmente em foco no volume, o que não implicou, a meu ver, em perda de complexidade descritiva. Até pelo contrário.

Tratou-se aqui de fornecer um tratamento novo para a subordinação, que, como tal, evita simplesmente repetir o *déjà vu*, reiterando descrições já realizadas na tradição gramatical, com as quais, todavia, os textos que o compõem dialogam constantemente. Uma contribuição significativa desse modelo e, pode-se afirmar sem risco

de incorrer em equívoco, um de seus traços mais relevantes, está na própria organização do presente volume, no qual toda a Parte I está voltada à subordinação na oração e toda a Parte II, à subordinação no sintagma.

O tratamento desses dois níveis de atuação envolveu as três relações de subordinação, a completiva, a relativa e a adverbial, mas sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, o que logo se vê na ausência de uma descrição das orações que estabelecem relações temporais e condicionais. Uma perda? Nem tanto, já que a parcialidade do tratamento não impede que o leitor tenha uma visão global das relações funcionais, aqui entendidas como pragmáticas e semânticas, e das relações estruturais, aqui entendidas como a codificação morfossintática e a fonológica.

O emprego do instrumental teórico da GDF teve como principal consequência metodológica assumir uma organização descendente da gramática, que se inicia, na formulação, pelo postulado de que a unidade básica é o ato discursivo, entrada do nível interpessoal. Assumir uma organização descendente implica dar prioridade teórico-metodológica às propriedades pragmáticas e semânticas como motivações da codificação morfossintática e fonológica, apanágio da maioria das descrições aqui apresentadas. Dar prioridade, no entanto, não significa apenas pensar as relações de dependência em termos de determinações diretas, como se todas as propriedades formais emanassem inflexivelmente dos níveis mais altos da gramática. Significa também reconhecer que algumas determinações se esgotam na própria codificação, situação em que os níveis morfossintático e fonológico dispõem de suas próprias determinações, de suas próprias relações de alinhamento, independentemente das relações, categorias e funções próprias dos níveis interpessoal e representacional.

E se há predominância maciça do suporte teórico fornecido pela arquitetura complexa da GDF, os textos que compõem esta coletânea procuraram abranger teorias funcionais alternativas, quando foi imperiosa a necessidade de mobilizar outras propriedades pragmáticas e semânticas para contemplar adequadamente o domínio da subordinação nas variedades do português.

Algumas tendências gerais, já esperadas, se confirmaram no conjunto dos trabalhos aqui publicados. Como todos tratam de relações gramaticalmente[1] complexas de verbos e nomes com complementos, de nomes e verbos com modificadores, não foi possível detectar diferenças significativas entre as variedades do português investigadas.

Outra tendência relevante é a natureza relativamente abrangente da palavra gramatical "que" como conector. Essa afirmação parece um truísmo, se consideradas apenas as relações de complemento. No entanto, tem sua relevância assegurada quando aplicada à análise das orações tradicionalmente consideradas "adjetivas", aqui tratadas mais como outro tipo de complementação nominal do que realmente de modificação.

Já é amplamente reconhecida a dimensão completiva das chamadas relativas livres ou não nucleares. No entanto, a tendência do falante do português de desprover de preposição as orações que relativizam as categorias semânticas de tempo, lugar, modo, razão e quantidade dá a elas uma organização formal de completivas, introduzidas, inclusive, por uma verdadeira conjunção, não por um pronome relativo. Embora seja essa categoria de conector a que introduz as orações que relativizam sujeito e objeto, a função que elas exercem de modificador nominal típico garante-lhes ainda uma análise de subordinação relativa.

São propriedades funcionais como essas que contornam, nos textos aqui publicados, a possibilidade de um viés puramente formal. Costuma-se atribuir às orações completivas de sujeito e de objeto um tratamento mais estrutural do que funcional, mas a caracterização delas neste volume é tributária de uma perspectiva funcional: a unidade semântica que representam é determinada, em grande medida, pelas propriedades semânticas do predicado da matriz.

---

1 Lembrando o que significa "gramaticalmente" aqui, quando me reporto à GDF: uma gramática em que interagem os níveis interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico.

Nesse caso, o principal fenômeno de análise repousa não no produto, na codificação da completiva em si, o que lhe emprestaria uma descrição meramente estrutural, mas no processo de formulação que preside a escolha do predicado da oração principal. São as propriedades semânticas dele que, em grande parte, permitem estabelecer correlações claramente definidas entre o processo de formulação e o de codificação morfossintática das completivas, em termos de (in)finitude e de expressão (ou não) de participantes.

Para a subordinação argumental, denominada tradicionalmente "completiva nominal", também está na natureza semântica do predicado da matriz a motivação mais relevante para a seleção do tipo morfossintático de complemento oracional em termos de finitude. Além disso, complementos finitos excluem a expressão da preposição requerida pelas gramáticas normativas, o que põe as completivas numa relação de paralelismo com a outra subordinada de sintagma, a relativa. Paralelismos dessa natureza se assentam em tendências irreversíveis da gramática do português em processo provável de mudança.

Curiosamente, no entanto, as ocorrências de outro tipo de subordinada de oração, tradicionalmente denominada "completiva predicativa", configuram-se todas como construções de identificação, o que permite representar dois modos alternativos de ver a mesma entidade, dois modos alternativos de evocar o mesmo subato referencial. Esse comportamento permitiu deduzir que, de modo diferente das completivas subjetivas e completivas, a dependência morfossintática não implica dependência semântica ou pragmática.

Outras relações de subordinação de oração que exercem função modificadora são as que a gramática tradicional denomina adverbiais. Repassando os capítulos do volume, que tratam das relações adverbiais propósito, causa, concessão, o ganho principal está na complexidade semântica que emana da descrição de cada tipo de oração, quando considerada com base nos diferentes níveis e camadas que identificam a arquitetura da GDF.

Essa complexidade se apresenta, formalmente, como diferentes padrões de estruturação, o que se dá de maneira explícita com a

relação propósito, ou como diferentes subtipos semânticos e pragmáticos, que sobressaem do que é tradicionalmente considerado oração de causa, cuja comprovação é evidenciada nos diferentes tipos de codificação morfossintática ou fonológica. Uma relação como concessão ganha um novo contorno, em comparação ao que informa a tradição gramatical, um novo perfil. Se, por um lado, esse tipo de oração se define em relação aos níveis interpessoal e representacional, o que lhes confere um valor pragmático e um valor semântico, ele se define, por outro, em relação às camadas mais altas de cada nível. Além de traçar o perfil da relação de subordinação modificadora nesses termos, os resultados comprovam o acerto de um arcabouço teórico, ao mesmo tempo estrutural e funcional, organizado em níveis e camadas.

Outro ganho está no tratamento de orações aparentemente causais, concessivas e condicionais sem sua principal, algo como três personagens em busca de um autor. São formalmente introduzidas por conectores que representam causa, concessão e condição, mas, como não estabelecem nenhuma relação de dependência semântica e morfossintática com uma provável principal e sem dúvida esperada, segundo os cânones da gramática tradicional, as funções que acabam por exercer são exclusivamente pragmáticas, como as de monitoramento da interação e as de organização do discurso.

Outro aspecto inovador que representa este volume está na comprovação empírica de tipos gerais de relações. De início, os trabalhos enfeixados neste volume comprovam relações de dependência entre o predicado e seus argumentos (núcleo-dependente) e relações de dependência entre o núcleo e o modificador (núcleo-modificador). Em segundo lugar, as relações que definem as unidades de uma expressão linguística são identificadas como coordenação, equiordenação, cossubordinação e subordinação, o que afasta em definitivo a descrição desenvolvida de análises tradicionais. Essas categorias atuam como que participantes de uma escala progressiva de grau de encaixamento.

A coordenação ficou fora do escopo deste volume, mas as unidades de uma expressão linguística se definem como coordenadas

entre si quando não há relação de constituência entre elas, mas de independência. As relações contraídas no nível morfossintático permitiram comprovar que há equiordenação quando o nexo entre as unidades de uma expressão linguística (orações ou sintagmas) pode defini-las como dependência mútua, mesmo que nenhuma seja constituinte da outra. Os casos de cossubordinação que ocorreram comprovam uma dependência de mão única entre as unidades: a ocorrência de uma oração depende da ocorrência da outra, mesmo não sendo dela constituinte, mas uma das duas pode manifestar-se de maneira independente da outra. Outras situações verificadas na amostra, em que uma oração pode ocorrer como constituinte de outra, comprovaram, por fim, a relação de subordinação.

Parece desnecessário afirmar, a propósito dessa complexidade categorial, que a visão tradicional de gramática só define dois tipos de relação, a coordenação e a subordinação. É interessante ressaltar, sobre o mesmo assunto, que, no próprio âmbito do que se define tradicionalmente como "oração adjetiva", identificou-se, na relativa não restritiva, um caso morfossintático de cossubordinação e, na relativa restritiva, casos morfossintáticos que identificam relações semânticas núcleo-modificador (subordinação modificadora) e relações semânticas núcleo-argumento (subordinação completiva).

Isso basta para fornecer uma evidência do alcance dessa categorização das relações complexas. Basta também para mostrar que, neste fechamento para balanço, o saldo foi realmente muito positivo. Por ora, cabe dizer que o grande avalista desse balanço é o leitor, a quem cabe também o papel de auditor nesta metáfora contabilista que escolhi para conduzir estas "considerações finais". É verdade também que nenhuma contabilidade é capaz de avaliar qualitativamente os resultados do trabalho científico, que se empenha, quando muito, em produzir análises alternativas, num processo ininterrupto de enriquecimento que é a grande mola propulsora de qualquer área de pesquisa.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, N. M. P. *A estratégia ressumptiva em relativas restritivas do português europeu*. Lisboa, 2000. 228f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ANTONIO, J. D. Expressão da relação retórica de propósito em elocuções formais e entrevistas orais. *Calidoscópio*, v.9, n.3, p.206-15, 2011.

ARIM, E.; RAMILO, M.; FREITAS, T. Mudança em curso e os média: o caso das relativas. In: MATEUS, M.; DO NASCIMENTO, F. (Eds.). *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Caminho, 2005.

AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2012.

AZEVEDO, J. L. F. Consequências discursivas e semânticas da mobilidade das orações finais no português escrito. *Revista Universidade Rural*, Série Ciências Humanas, v.24, p.11-34, 2002.

BACELAR, M. F. *Corpora* comparáveis e variação lexical nas variedades africanas do português. *Alfa*, v.50, n.2, p.189-204, 2006. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1419>.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BARTH, D. "That's true, although not really, but still": expressing concession in spoken English. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Eds.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mounton de Gruyter, 2000. p.411-37.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1985.

BECHARA, E. N. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

______. *Nova gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BOLINGER, D. *Meaning and form*. London/New York: Longmann, 1977.

BRITO, A. M.; DUARTE, I. Orações relativas e construções aparentadas. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p.653-94.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness*: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CÂMARA, A. L. *A oração relativa em português sob a perspectiva discursivo-funcional*: interface entre a descrição e o ensino. São José do Rio Preto, 2015. 179f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.

______. *A codificação fonológica da oração relativa*. (Inédito)

CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

CHAFE, W. L. Givenness, constrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: LI, C. N. *Subject and topic*. New York/San Francisco/London: Academic Press, 1976. p.27-55.

CHOMSKY, N. On Wh-movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (Eds.). *Formal syntax*. New York: Academic Press, 1977.

CINTRA, M. R. *Argumentos e predicados do quadro espacial no português brasileiro:* uma abordagem funcionalista. São José do Rio Preto, 2005. 95f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Unesp.

COHEN, M. A. *Syntactic change in portuguese*: relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase. Campinas, 1990. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. 2.ed. Oxford: Blackwell, 1989.

CONNOLY, J. H. The constituent ordering process in functional discourse grammar. *Language Sciences*, n.34, p.455-67, 2012.

______. Context in functional grammar. *Alfa*, São Paulo, n.51, v.2, p.11-33, 2007.

CORRÊA, W. R. *Oração relativa:* o que se fala e o que se aprende no português brasileiro. Campinas, 1998. 165f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem.

CREVELS, M. Concession in Spanish. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Eds.). *Functional grammar and verbal interaction.* Amsterdam: John Benjamins, 1998. p.129-48.

______. *Concession*: a typological study. Amsterdam, 2000a. 191f. Tese (Doutorado) –University of Amsterdam.

______. Concessives on different semantic levels: a typological perspective. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Eds.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mounton de Gruyter, 2000b. p.313-39. (Topics in English Linguistics, 33).

CRISTOFARO, S. *Subordination.* Oxford: University Press, 2003.

CUNHA, C. F. *Gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.

______; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

______. *Nova gramática do português contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lexikon, 2000.

______. *Nova gramática do português contemporâneo.* 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

______. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de "unidade informacional". *Scripta*, Belo Horizonte, PUC-Minas, v.2, n.4, p.23-38, 1999.

DIAS, N. B. *As cláusulas de finalidade.* Campinas, 2001a. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

______. A articulação das cláusulas de finalidade: uma análise funcionalista. *Scripta*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.67-76, 2001b.

______. As funções discursivas das cláusulas de finalidade. *Veredas*, Juiz de Fora, v.6, n.2, p.137-48, 2002.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. 2.ed.rev. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

______. *The theory of functional grammar.* Part II – Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

______. *The theory of funcional grammar.* Part I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

DIK, S. C. et al. The hierarchical structure of the clause and typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Eds.). *Layers and levels of representation in language theory*: a functional view. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p.30-3.

DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/:Philadelphia: John Benjamins, 1985. p.343-65.

FOCHI, E. M. A classe dos pronomes relativos: uma descrição. *Alfa*, São Paulo, v.35, p.105-22, 1991.

FONTES, M. G.; PEZATTI, E. G. *As interrogativas de conteúdo na história do português brasileiro:* uma abordagem discursivo-funcional. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FORTILLI, S. C. *As construções não verbais no português falado no interior do estado de São Paulo*. São José do Rio Preto, 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unesp.

GARCIA, O. *Comunicação em prosa moderna*. 10.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1982.

GARCIA, T. S. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional*. São José do Rio Preto, 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística) – Unesp.

______; PEZATTI, E. G. Orações concessivas independentes à luz da gramática discursivo-funcional. *Alfa*, São José do Rio Preto, v.57, n.1, p.475-94, 2013.

GASPARINI-BASTOS, S. D. G. et al. The expressibility of modality in representational complement clauses in Brazilian portuguese. In: HATTNHER, M. M. D.; HENGEVELD, K. (Eds.). Advances in functional discourse grammar. *Alfa,* n.2, p.189-212, 2007.

GIVÓN, T. Modal prototypes of truth and action. In: *Functionalism and grammar.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. p.111-71.

______. *Syntax:* a functional-typological introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. v.II.

______. *Syntax*: a functional-typological introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984. v.I.

______. The binding hierarchy and the typology of complements. *Studies in Language*, n.4, p.333-78, 1980.

______. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GÓIS, C. *Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações.* 20.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955. 192p.

GONÇALVES, S. C. L. Orações subjetivas e teoria dos protótipos. *Scripta*, v.5, n.9, p.183-96, 2001.

______; CASSEB-GALVÃO, V. C.; SOUSA, G. C. As construções subordinadas substantivas. In: NEVES, M. H. M.; CASTILHO, A. T. (Orgs.). *Gramática do português falado culto no Brasil*: classe de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. v.2, p.1021-84.

______; DALL'AGLIO-HATTNHER, M. M.; SOUSA, G. C. Orações completivas na história do português. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, Niterói, 2012.

______; SOUSA, G. C. Orações em posição de sujeito e de objeto na fase arcaica do português: forma e função. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, Curitiba, 2011.

GROSU, A.; LANDMAN, F. Strange relatives of the Third Kind. *Natural Language Semantics*, v.6, p.125-70, 1998.

GÜNTHNER, S. From concessive connector to discourse marker: the use of obwohl in everyday german interaction. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Eds.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives.* Berlin: Mounton de Gruyter, 2000. p.339-468.

HAIMAN, J. The iconicity of grammar. *Language*, Baltimore, v.56, p.515-40, 1985.

______. Conditionals are topics. *Language*, n.54, p.564-89, 1978.

______. Iconic and economic motivation. *Language*, n.59, v.4, p.781-819, 1983.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Linguistics*, Cambridge University Press, v.3, n.2, p.199-244, 1967.

HANNAY, M. Pragmatic function assignment and word order variation in a functional grammar of English. *Journal of Pragmatics*, North-Holland, v.16, p.131-55, 1991.

______; MARTINEZ-CARO, E. Last things first: a FDG approach to clause-final focus constituents in Spanish and English. In: GÓMEZ--GONZALES, M. A.; MACKENZIE, J. L.; GONZÁLES-ÁLVAREZ, E. G. (Eds.). *Languages and cultures in contrast and comparison.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2008. p.33-68. (Pragmatics and Beyond New series 175).

HENGEVELD, K. Introduction: transparency in functional discourse grammar. In: HENGEVELD, K. (Ed.). *Linguistics in Amsterdam* 4, p.1-22, 2011.

HENGEVELD, K. Prototypical and non-prototypical noun phrases in functional discourse grammar. In: VELASCO, D. G.; RIJKHOFF, J. (Eds.). *The noun phrase in functional discourse grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. p.43-62.

______. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: AWERA, J.; BAOILL, D. P. (Eds.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998. p.335-419.

______. The internal structure of adverbial clauses. In: DEVRIENDT, B. et al. (Eds.). *Complex structures*: a functionalist perspective. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p.119-47.

______. The internal structure of adverbial clauses. *Eurotyp Working Papers*, 5, p.119-32, 1993.

______; MACKENZIE, J. L. Grammar and context in functional discourse grammar. *Pragmatics*, v.24, n.2, p.203-22, 2014.

______. Gramática discursivo-funcional. In: SOUZA, E. R. F. *Funcionalismo linguístico*: novas tendências teóricas. Trad. Marize Mattos Dall'Aglio-Hattnher. São Paulo: Contexto, 2012. p.43-85.

______. *Functional discourse grammar:* a typologically-based theory of language structure. Oxford: University Press, 2008.

______; WANDERS, G. Adverbial conjuctions in Functional Discourse Grammar. In: HANNAY, M.; STEEN, G. (Eds.). *The English clause*: usage and structure. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v.I, p.17-36.

______; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

IGNÁCIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões*: uma proposta pedagógica. Franca: Ribeirão Gráfica, 2002.

JACOBS, J. The dimensions of topic-comment. *Linguistics*, 39-4, p.641-81, 2001.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006. v.I, p.301-57.

______; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. *Português brasileiro, uma viagem diacrônica.* Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

KEENAN, E. L. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description.* Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p.141-70.

______; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, v.8, p.63-99, 1977.

KEIZER, E.; VAN STADEN, M. Interpersonal grammar: a cross-linguistic perspective. *Special Issue of Linguistics*, Berlin, v.47, n.4, p.799-824, jul. 2009.

KENEDY, E. *A antinaturalidade* pied-piping *em orações relativas*. Rio de Janeiro, 2007. 237f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KÖNIG, E. Concessive clauses. In: ASHER, R. E. (Ed.). *The encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Pergamon, 1994. v.2, p.679-81.

______; SIEMUND, P. Causal and concessive clauses: formal and semantic relations. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Eds.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mounton de Gruyter, 2000. p.341-60. (Topics in English Linguistics, 33).

KORTMANN, B. *Adverbial subordination*: a typoly and history of adverbial subordinators based on European languages. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and functional grammar. In: CONOLLY, H. J. (Ed.). *Discourse and pragmatics in functional grammar.* New York: Mounton de Gruyter, 1997. p.17-32.

KUNO, S. Functional sentence perspective: a case study from Japanese and English. *Linguistic Inquiry*, 3, p.269-320, 1972.

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática.* São Paulo: Ática, 1985.

LANGACKER, R. W. *Concept, image, and symbol*: the cognitive basis of grammar. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1991.

LEHMANN, C. Gramática funcional. *Guavira Letras*, Três Lagoas, v.13, n.1, p.7-22, 2011.

______. Towards a tipology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Clause combinning in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988. p.275-330.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*, v.56/54, p.60-94, 1978.

LEUFKENS, S. The transparency of creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages*. Disponível em: <http://home.medewerker.uva.nl/s.c.leufkens/bestanden/The transparency of creoles.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2012. (No prelo).

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2001.

LYONS, J. *Semantics.* Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACKENZIE, J. L. The contextual component in a dialogic FDG. *Pragmatics*, v.24, n.2, p.249-73, 2014.

MARTELOTTA, M. E. Vinculação em cláusulas adverbiais: uma análise de cláusulas finais. *Scripta*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.54-66, 2001.

MATHESIUS, V. Functional linguistics. In: VACHEK, J. (Ed.). *Praguiana.* Amsterdam: Benjamins, 1983. p.121-42.

MESQUITA, R. M. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1996.

MIZUNO, Y. *Although clauses in English discourse*: a functional analysis. Sapporo, 2007. 194f. Tese (Doutorado) – The Graduate School of Letters, Universidade de Hokkaido.

MOLLICA, M. C. *(De) que falamos?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

______. *Queísmo e dequeísmo no português do Brasil.* Rio de Janeiro, 1989. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht and Riverton: Foris, 1986.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português.* 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2011a.

______. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2011b.

______. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

______. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado.* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v.7, p.545-91.

______; BRAGA, M. L.; DALL'AGLIO HATTNHER, M. M. As construções hipotáticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil.* Volume 2: Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p.937-1015.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p.42-139. (Reimp. em 2007).

OLIVEIRA, T. P. *Conjunções e orações condicionais no português do Brasil.* Araraquara, 2008. 155f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp.

OLIVEIRA, T. P. *A manifestação da polidez nas orações condicionais do português do Brasil.* São José do Rio Preto, 2004. 135f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Unesp.

PAIVA, M. C. A. Cláusulas causais: iconicidade e funcionalidade. *Cadernos de Estudos Linguísticos,* Campinas, v.28, p.59-68, 1995.

PASCH, R. Kausale, konzessive und adversative konnektive: konnektive als Mittel des Ausdrucks von Dikskurpräsuppositionen. *Münstersches Logbuch zur Linguistik*, v.1, p.33-48, 1992.

PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial subordination in English:* a functional approach. Amsterdam/New York: Rodopi, 2002.

______. On the lexical/grammatical status of adverbial conjunctions in FDG. In: OLIVA, J. I.; McMAHON, M.; BRITO M. (Eds.). *On the matter of words*: in honor of Lourdes Divasson Cilveti. La Laguna: Servicio de Publicaciones, 2006. p.329-39.

PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014a.

______. *Um novo olhar para uma velha questão*: ordenação de constituintes e a expressão de tópico, foco e contraste em português, 2014b. (Inédito).

______. A ordenação dos constituintes hierárquicos do nível representacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 8, 2013. Natal. *Anais*... Natal: Abralin, 2013.

______. Ordenação de constituintes em construções categorial, tética e apresentativa. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.28, n.12, p.353-85, 2012.

______. A relação adverbial nas línguas amazônicas brasileiras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.38, p.139-56, 2009.

______ et al. O estatuto lexical/gramatical das preposições no português. *Lusorama*, v.81-82, p.102-34, 2010.

______; CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. *D.E.L.T.A.*, v.13, n.2, p.191-214, 1997.

______; LONGHIN-THOMAZI, S. R. A coordenação. In: DA HORA, D.; SILVA, C. R. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*: abordagens e perspectivas. João Pessoa: Ideia Editora Universitária, 2010. v.8, p.135-37.

PONTES, E. S. L. *O tópico no português do Brasil.* Campinas: Pontes, 1987.

QUIRK, R. et al. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985.

REINHART, T. Pragmatics and linguistics: an analysis of sentence topics. *Philosophica*, v.27, n.1, p.53-94, 1981.

RIEMSDIJK, H. Van. Free relatives. *SynCom Case*, v.44, 2000.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática da língua portuguesa.* 26.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

______. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

RODRIGUES, A. T. C. A prototipicidade das orações predicativas. *Scripta*, v.5, n.9, p. 197-202, 2001.

ROSS, J. *Constrains on variables in syntax*. Cambridge: MIT Press, 1967.

SASSE, H. The thetic/categorial distinction revisited. *Linguistics,* v.25, p.511-80, 1987.

SILVA, A. G. *Orações modais*: uma proposta de análise. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SMIT, N. Information packaging in functional discourse grammar. *Alfa,* São Paulo, v.2, n.51, p.91-118, 2007.

SONG, J. J. *Linguistic typology*: morphology and syntax. London: Longman, 2001.

SOUSA, G. C. Por uma abordagem funcionalista da complementação oracional. *Veredas* (UFJF Online), v.15, p.108-19, 2011.

______. *Gramaticalização das construções com orações completivas:* o caso do complemento oracional introduzido por **se**. Araraquara, 2007. 175f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp.

______ et al. As orações completivas subjetivas e objetivas. In: PEZATTI, E. G. (Org.). *Construções subordinadas na lusofonia*: uma abordagem discursivo-funcional. (Neste volume).

SOUZA, E. R. F. As orações completivas nominais nas variedades lusófonas. In: HORA, D.; PEDROSA, J. L. R.; LUCENA, R. M. (Orgs.). *Anais da Alfal 2014*. João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2014. p.1708-24.

SPOSITO, C. C. *Construção de causa, razão, explicação e motivação na lusofonia*: uma abordagem discursivo-funcional. São José do Rio Preto, 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Unesp.

STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. São José do Rio Preto, 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística) – Unesp.

STASSI-SÉ, J. C. Como muitas vezes se diz, como digo, como estava falando: um estudo da parentetização em variedades portuguesas faladas. *Guavira Letras,* v.12, n.1, p.73-87, jan.-jul. 2011.

TARALLO, F. L. *Relativization strategies in Brazilian portuguese*. Pennsylvania, 1983. 273f. Dissertation (PhD) – University of Pennsylvania.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no português do Brasil*: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos. Campinas, 2002. 317f. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp.

______. O fenômeno da parentetização na fala. *Caderno de Estudos Linguísticos,* São Paulo, v.26, p.787-93, 1997.

THOMPSON, S. A. Grammar and written discourse: initial vs. final purpose clause in English. *Text* 5, p.55-84, 1984.

VALLDUVÍ, E.; ENGDAHL, E. The linguistic realization of information packaging. *Linguistics,* 34, p.459-519, 1996.

VENDRAME, V. *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão de evidencialidade em língua portuguesa.* São José do Rio Preto, 2010. 140f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Unesp.

VILELA, M.; KOCH, I. G. V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

VRIES, M. de. *The syntax of relativization*. Utrecht: Lot, 2002.

WAKKER, G. C. Purpose clauses in Ancient Greek. In: NUYTS, J.; SCHUTTER, G. de (Eds.). *Getting one's words into line*: on word order and functional grammar. Dordrecht: Foris, 1987. p.89-101.

WHEELER, D. Portuguese pseudo clefts evidence for free relatives. *Eighteenth Regional Meeting Chicago Linguistic Society*, University of Chicago Press, p.507-20, 1982.

ZULOAGA, M. B.; TOLEDO Y HUERTA, A. O. La organización informativa textual. *Res Diachronicae*, Anuario de la Ajihle, n.2, p.517-26, s/d. Disponível em: <http://www.ajihle.org/resdi/docs/Numero2/mesa_aportaciones/Borreguero_Zuluaga_y_Octavio_de_Toledo.pdf >. Acesso em: 19 set. 2013.